



Geografia: Políticas e Democracia

**Anna Paula Lombardi
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

Geografia: Políticas e Democracia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 Geografia: políticas e democracia [recurso eletrônico] / Organizadora
Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2019. – (Geografia: Políticas e Democracia; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-145-9

DOI 10.22533/at.ed.459191902

1. Geografia física. 2. Geografia humana. 3. Dinâmica espacial.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 910.02

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Geografia: as cidades e as dinâmicas urbanas na perspectiva política e democrática”, no volume 1, apresenta estudos de grande relevância tendo como enfoque a dinâmica espacial nas áreas urbanas e rurais no Brasil. A Ciência Geográfica através das diferentes categorias e a relação dessas são o ponto chave para compreender a complexidade de fatos e fenômenos que ocorrem nas diferentes espacialidades, logo pelo ponto de vista de autores da área de conhecimento da Geografia publicados pela editora Atena.

O volume 1, exibe 18 capítulos que tem como temática: expor a questão do uso e ocupação do solo pelo aspecto da densidade populacional, ocupação irregular, relações de gênero no espaço urbano, regularização urbana de imóveis, a questão ambiental e a agricultura familiar, áreas de lazer e os parques urbanos, a agroindústria na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir na compreensão de estudos nas cidades, abordando aspectos nas áreas urbanas e rurais e o dinamismo dessas espacialidades pelo âmbito político e democrático, é o que será exposto nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância desses estudos na Ciência Geográfica que são temas centrais de investigação na academia.

A seriedade desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância do tema abordado.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos em questão, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
OCUPAÇÕES IRREGULARES NO ESPAÇO URBANO DE COLÍDER – MATO GROSSO	
Judite de Azevedo do Carmo	
Willian Borges Vieira	
Beatriz de Azevedo do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.4591919021	
CAPÍTULO 2	10
A EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO EM TERESINA - PI E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS	
Vital António Vilelas Faria	
DOI 10.22533/at.ed.4591919022	
CAPÍTULO 3	20
RETOMADA DA ONDA DE REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO DO EMPREENDEDORISMO URBANO	
Vinícius Silva de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4591919023	
CAPÍTULO 4	30
PAISAGEM CULTURAL E GEOGRAFICIDADES NA AMAZÔNIA: A INTERFACE DA GEOGRAFIA PARA O ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DA TAPERA, SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA	
Loslene Neves Costa;	
Letícia Soares da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.4591919024	
CAPÍTULO 5	39
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES SOBRE A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO	
Ramon Alves Malta	
Rafael Guimarães Farias	
André Santos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4591919025	
CAPÍTULO 6	53
(DES)CONSTRUINDO OS PARADIGMAS DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NO ESPAÇO GEOGRÁFICO	
Ana Nábila Lima Campos	
José Elias Pinheiro Neto	
DOI 10.22533/at.ed.4591919026	
CAPÍTULO 7	60
A DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO DO MST E DO MPA	
Suelen Terre de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.4591919027	

CAPÍTULO 8	68
EXCURSÕES GEOGRÁFICAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB: TRAJETÓRIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ESPACIAL E POLÍTICA	
Daniel Almeida Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.4591919028	
CAPÍTULO 9	85
CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PESCA NO DISTRITO DA FREGUESIA DO ANDIRÁ, MUNICÍPIO DE BARREIRINHA- AM	
Edelson Gonçalves Marques	
Luciano Soares Gonçalves	
Valdenice dos Santos Rodrigues	
Charlene Maria da Silva Muniz	
DOI 10.22533/at.ed.4591919029	
CAPÍTULO 10	94
MINERAÇÃO DE ENERGIA NO MARANHÃO: PERSPECTIVAS PARA EXPLORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS NA BACIA SEDIMENTAR DE BARREIRINHAS	
José Francisco Belfort Brito	
Romeu Costa Araújo	
Fernando Carvalho Silva	
Cilícia Dias dos Santos Belfort Brito	
DOI 10.22533/at.ed.45919190210	
CAPÍTULO 11	113
UMA NOVA DIREÇÃO PARA O “USO RACIONAL” DO PARQUE ESTADUAL SERRA RICARDO FRANCO EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT A PARTIR DA “IMINENTE” CRIAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)	
Paulo Daniel Curti de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.45919190211	
CAPÍTULO 12	124
INCLUSÃO OU EXCLUSÃO? ANÁLISE DOS <i>CAMPI</i> ALVORADA E RESTINGA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO DE TERRITÓRIOS DE PERIFERIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	
Geovana Prante Gasparotto	
Jennifer Sitária Petzold Mendes	
Josiane Cristina Leal Pontes	
Neudy Alexandro Demichei	
DOI 10.22533/at.ed.45919190212	
CAPÍTULO 13	133
EVIDÊNCIAS DE UMA “NOVA COGNIÇÃO DO SISTEMA MUNDO” NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO NAS PESQUISAS GEOGRÁFICAS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL	
Jacy Bandeira Almeida Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.45919190213	
CAPÍTULO 14	143
ESTUDOS SOBRE AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS NO PERÍMETRO IRRIGADO: ICÓ – MANDANTES – PETROLÂNDIA PE	
Marina Loureiro Medeiros	
Guilherme José Ferreira de Araújo	
Edvânia Torres Aguiar Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.45919190214	

CAPÍTULO 15	151
ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO: PRÁTICAS PRODUTIVAS E O DESENVOLVER SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS-PI	
Andreza de Oliveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.45919190215	
CAPÍTULO 16	160
A INSERÇÃO DOS JOVENS DE LAGO DO JUNCO NA CONTINUIDADE DA CULTURA DO COCO BABAÇU: CONSCIENTIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E PRESERVAÇÃO	
Matheus Andrade Marques	
DOI 10.22533/at.ed.45919190216	
CAPÍTULO 17	169
A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS SUCROALCOOLEIROS NO VALE DO IVAÍ (PR) E A AÇÃO CORPORATIVA NO TERRITÓRIO	
Jhonatan dos Santos Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.45919190217	
CAPÍTULO 18	178
UMA ANÁLISE DA MECANIZAÇÃO DAS SALINAS E O DECRÉSCIMO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA DE MACAU/RN ENTRE 1970 E 2000	
Iapony Rodrigues Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.45919190218	
SOBRE A ORGANIZADORA	186

OCUPAÇÕES IRREGULARES NO ESPAÇO URBANO DE COLÍDER – MATO GROSSO

Judite de Azevedo do Carmo

Universidade do Estado de Mato Grosso,
Faculdade de Educação e Linguagem, curso de
Licenciatura em Geografia
Sinop, Mato Grosso.

Willian Borges Vieira

Universidade do Estado de Mato Grosso,
Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas,
curso de Licenciatura em Geografia
Colíder, Mato Grosso

Beatriz de Azevedo do Carmo

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia, Curso de Geografia
Presidente Prudente, São Paulo

RESUMO: O espaço urbano na atualidade apresenta situações de ameaças ao meio natural e à população aí residente, especialmente em razão do processo de expansão urbana por meio de ocupação de áreas de preservação permanente dos córregos urbanos. O objetivo deste texto é apresentar as características da infraestrutura urbana da ocupação das margens do córrego Jaracatiá na cidade de Colíder (MT), bem como o nível socioeconômico da população aí residente. Para tanto procedeu-se a observação e descrição da área e a aplicação de questionário por meio da realização de trabalho de campo. A pesquisa bibliográfica foi de grande importância para

análise do contexto desta ocupação a luz das teorias. Como resultado preliminar obteve-se que a ocupação iniciou-se nos anos de 1990 e suas características foram se modificando ao longo do tempo, na atualidade há algumas residências que recebem alguns serviços urbanos como energia elétrica, água encanada, coleta de lixo e afastamento de esgoto, mas são serviços pontuais que não atingem todas as residências aí localizadas, obteve-se ainda que o espaço ocupado, além de valor de uso para a população, também apresenta valor de troca, pois alguns dos primeiros proprietários procederam a venda de suas residências; e hoje, encontra-se uma população nova que ocupa esse espaço por meio de contrato de aluguel.

PALAVRAS-CHAVE: moradias; recursos hídricos; área urbana.

ABSTRACT: Nowadays, urban space presents situations of threat to the natural environment and to the population that resides therein, due especially to the process of urban expansion through occupation of permanent preservation areas surrounding urban streams. The objective of this text is to present the characteristics of the urban infrastructure of the occupation on the banks of the Jaracatiá stream in the city of Colíder (MT), and of the socioeconomic status of the resident population. As such, what follows

is the observation and description of the area and the questionnaire applied during fieldwork. The bibliographic research was of great importance for the analysis of the context of this occupation in light of the theories. As a preliminary result, the occupation was found to have begun in the 1990s, and its characteristics have changed over time. Some residences currently receive some urban services, such as electricity, piped water, garbage collection, and sewage removal, but they are occasional services that do not extend to all residences located there. Also, the occupied space was found to have an exchange value, in addition to its use value to the population, since some of the first owners proceeded to sell their residences. Today, a new population occupies this space through rental contract.

KEYWORDS: housing; water resources; urban area.

1 | INTRODUÇÃO

O capital, articulado ao processo de produção, circulação e consumo, ao mesmo tempo em que “dinamiza, hierarquiza e segrega o espaço urbano”, restringe “o acesso ao mercado ‘legal’ de terras para a população de baixo poder aquisitivo”, conseqüentemente a expansão urbana toma a direção das áreas periféricas da cidade, assim como àquelas áreas vazias do espaço intraurbano onde se verifica ausência de infraestrutura e equipamentos urbanos (PASSOS, 2009, p. 14).

A restrição do acesso à terra na cidade leva ao que Maricato (2001, p. 86) já pontuava, a ocupação de áreas com diferentes graus de vulnerabilidade ambiental, como várzeas, encostas de morros, mananciais, dentre outras, indicando que a questão fundiária e imobiliária é um elemento que influencia direta e indiretamente na produção da paisagem urbana.

A questão da moradia, na visão de Corrêa (2003), para ser inteligível, há que se compreender a produção da habitação, esta é tratada como uma mercadoria, sujeita ao mercado, portanto, possui valor de uso e de troca. A produção desta mercadoria é dependente de outra, qual seja; a terra urbana, cuja produção, ainda segundo o autor referido, é lenta, artesanal e cara, desta forma, fica excluída do acesso à ela grande parcela da população.

Carmo (2006) em análise a obra de Carlos (1992) conclui que não são todos os cidadãos que usufruem do direito à cidade, haja vista não poderem ocupar os espaços que desejam, mas sim aqueles que seus rendimentos lhe proporcionam ocupar. Desta forma, conforme Carlos (1992) há uma apropriação desigual do espaço urbano por parte dos cidadãos, ocasionada exatamente pelo valor da terra.

Os municípios, em sua maioria, apresentam na atualidade degradação ambiental em razão das ocupações irregulares, com destaque aos córregos urbanos que possuem suas margens ocupadas com moradias populares e em alguns casos até de habitações de elite, bem como edifícios comerciais de diversas modalidades.

Esta situação se apresenta desde a metrópole até aos pequenos municípios.

Portanto o cenário urbano atual apresenta um desafio para os seus gestores, qual seja: criar condições para elevar a sua qualidade ambiental e social, reduzindo o processo de expansão urbana de forma desordenada que tem atingido Áreas de Preservação Permanente (APP), comprometendo os córregos urbanos.

Estudos que têm procurado relacionar a expansão urbana e a degradação dos recursos hídricos se apresentam recorrentes no âmbito da ciência geográfica. Apesar da dedicação dos geógrafos a esta temática, essas pesquisas ainda se fazem necessárias e de suma importância tanto científica quanto social, haja vista contribuir com a produção de informações relevantes para futuras ações dos gestores públicos locais.

Destarte o objetivo deste texto é tratar de ocupação irregular no espaço urbano de Colíder (MT), tomando como espaço empírico de análise, a área de Preservação Permanente do córrego Jaracatiá. O município localiza-se entre as coordenadas geográficas 10° 48' 00" latitude sul e 55° 26' 00" a 55° 28' 00" longitude oeste ao norte do estado de Mato Grosso (Figura 1).

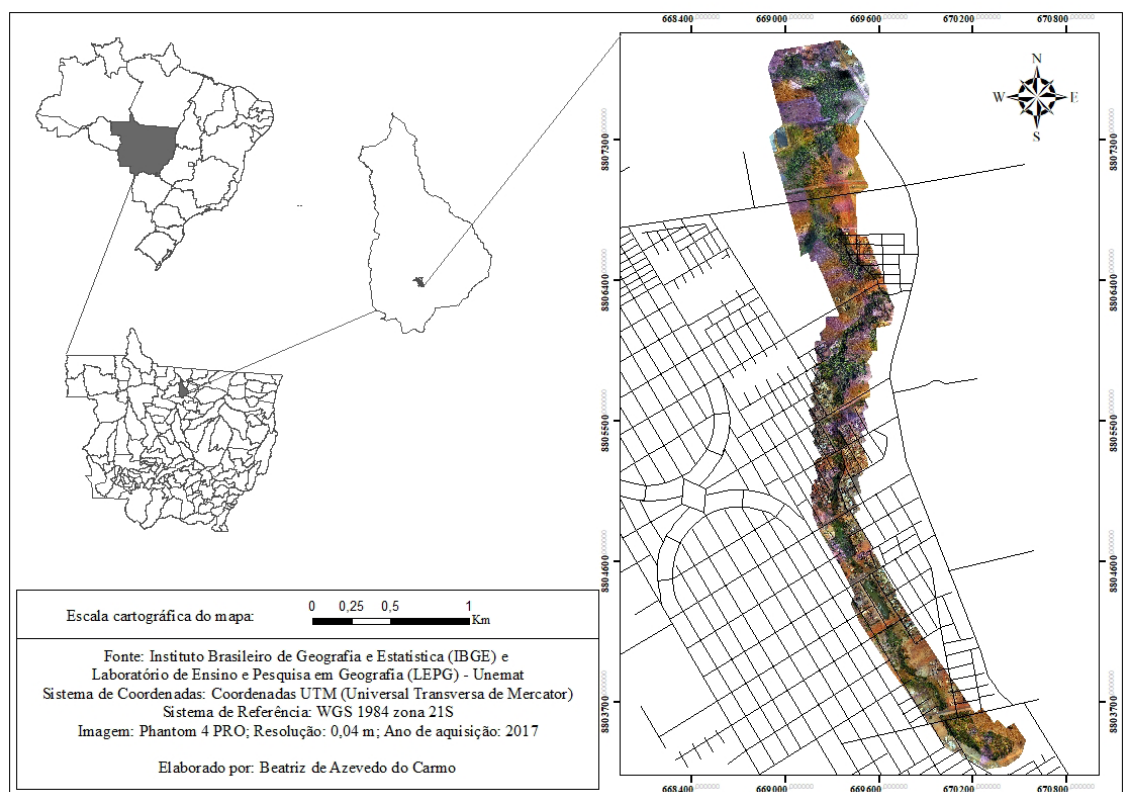


Figura 1- Localização da área de estudo
Organizada pelos autores.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida, cujos resultados preliminares aqui se apresenta é de cunho exploratório, segundo Pioversan e Temporini (1995) este tipo de pesquisa tem como objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu contexto e

onde se insere. Portanto sua utilização se justifica por não haver registros de estudos executados sobre a área em questão.

Lakatos e Marconi (2010), ainda sobre a pesquisa exploratória, explicam que esta tem como objetivo descrever e analisar os fenômenos sociais utilizando para tanto a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica. Por meio da pesquisa de campo realizou-se a observação e descrição da área de estudo no que se refere à infraestrutura urbana (coleta de lixo, afastamento de esgoto e o abastecimento de água) e às características das moradias, bem como às condições socioeconômicas dos moradores.

O trabalho de campo permitiu ainda a aplicação de questionários junto aos moradores com o intuito de identificar suas características socioeconômicas. Identificou-se um total de 20 residências, desse total conseguiu-se aplicar questionário à moradores de apenas nove habitações, isto porque os mesmos possuem receio de responder questionamento por estarem ocupando uma área que sabem ser irregular. O medo é constante em relação à fiscalização por parte dos órgãos públicos e uma possível ordem de desocupação.

Apesar do número reduzido de questionários aplicados entende-se que não houve prejuízo à análise pretendida porque a intenção era fazer uma análise qualitativa e não quantitativa. Além disso, as moradias não se diferem muito umas das outras, portanto o mesmo pode-se dizer do nível socioeconômico.

A pesquisa bibliográfica constitui-se em um estudo crítico aprofundado sobre o objeto analisado, sendo a leitura a principal técnica, por meio da qual é possível identificar as informações e os dados contidos no material bibliográfico selecionado, bem como as teorias que possam embasar as análises pretendidas (LIMA e MIOTO, 2007). Para este e qualquer outro estudo científico, este procedimento é imprescindível.

3 | RESULTADOS PRELIMINARES

Grostein (2001 apud JACOBI, 2006) se referindo à metrópole explica que o padrão de urbanização neste tipo de localidade apresenta como característica a prevalência de um processo de expansão da ocupação dos espaços intraurbanos, os quais proporcionam baixa qualidade de vida à população ali residente. Este processo produz uma cidade com espaços diferenciados, de um lado o formal, com todas as benesses urbanas, e de outro o informal, com moradores vivendo na ilegalidade, sem receber os benefícios da urbanidade, formando as disparidades socioambientais.

Nas margens do córrego Jaracatiá verifica-se a ausência de benefícios urbanos. O acesso aos serviços de saneamento básico é deficitário, sendo que do total de nove residências questionadas, apenas duas possuem acesso a rede de esgoto, enquanto seis realizam o descarte do rejeito *in natura* em fossas domésticas.

Esta situação em relação à rede de esgoto corrobora o que Tonello et al (2008)

especificam; quando uma área é ocupada de forma irregular e não possui acesso aos serviços públicos adequados, que por sua vez, deveriam ser oferecidos pelo poder público do município, a população aí residente é impelida a fazer o descarte do esgoto *in natura* direto no ambiente ou em fossas domésticas ou ainda diretamente nos recursos hídricos.

Outro problema verificado sobre descarte do esgoto é que em muitas residências ele se realiza em fossa doméstica localizada próxima a poço (cisterna) e ao próprio córrego. Para Silva (2008), a pouca distância entre a fossa e o poço pode facilmente ser considerada como um dos principais causadores da contaminação do lençol freático próximo.

O mesmo autor supracitado explica que a distância considerada segura, para que não haja contaminação dos mananciais hídricos, varia entre 15 e 45 metros, dependendo da profundidade do poço e fossa. Obviamente que estes critérios não foram adotados na área, portanto, isto pode trazer comprometimento à saúde dos moradores locais que fazem uso da água retirada de poço (cisterna) mal localizado. Destaca-se que cinco das nove moradias investigadas, utilizam este tipo de sistema para o abastecimento de água, pois o acesso a rede de distribuição é restrito.

Os bueiros e as tubulações usados para captar a água da chuva nas ruas que se localizam nas imediações da área de estudo encontram-se em mal estado de conservação, sem as grades retentoras de resíduos. Diante disto, os resíduos sólidos e os sedimentos das ruas são levados pelas enxurradas diretamente para o córrego.

A coleta de lixo é feita regularmente, sendo que dos questionados apenas um morador alegou não ter acesso a coleta. Portanto, a presença de resíduos sólidos no córrego se explica pela situação de descuido da população em não o colocar em lugar apropriado para ser coletado, com isso durante a chuva, o mesmo é levado pela rede de drenagem pluvial ou simplesmente pelas enxurradas.

A ocupação das margens do córrego Jaracatiá com moradias não é recente, pois identificou-se moradores que ali estão há 25 anos. Entretanto há residentes com menos de um ano de ocupação. Como já se sabia que a ocupação era antiga, esperava-se encontrar, em sua maioria moradores antigos, porém isto não ocorreu, sendo muitas casas ocupadas recentemente. Esta ocupação recente ocorre por meio de aluguel ou de compra das casas que foram ali construídas há muito tempo.

Das nove residências investigadas sete são próprias e duas são alugadas. Das que são próprias, cinco possuem contrato de compra e venda e duas possuem escritura. Dois moradores que são locatários não souberam informar a situação de regularização da moradia.

A população residente às margens do córrego Jaracatiá, em sua maioria é de baixa renda, com rendimentos médios familiar de R\$1.655,00. Entretanto encontrou-se uma residência em que a família é composta por sete integrantes e vivem com um salário mínimo. Em contrapartida existem residências em que o número de moradores é menor e com uma renda mensal que chega até R\$3.000,00.

Claramente esta situação socioeconômica dos moradores é refletida diretamente no padrão das moradias, que no geral, são simples e pequenas, algumas de madeira e as que são de alvenaria, na maior parte se encontram inacabadas, resultado do processo de autoconstrução, onde o morador constrói sua residência de acordo com seus pacatos recursos, em momentos de folga e sem o emprego de um conhecimento técnico de edificações.

Apesar disto, é possível identificar através da observação da ocupação das margens do córrego por moradias, que algumas delas apresentam uma infraestrutura mais adequada, no sentido de tamanho e estética. Isto porque a desigualdade existente no rendimento mensal dos moradores, acaba criando condições propícias para uma leve diferenciação no padrão das moradias.

O córrego atravessa toda a área urbana do município, em observação a ocupação de suas margens, identifica-se que as residências localizadas em seu percurso próximo ao centro da cidade apresentam um melhor padrão, com acesso a rede de esgoto e água encanada. Em contrapartida as residências que se encontram mais afastadas são as que sofrem com a ausência dos serviços urbanos, cujo padrão da moradia é inferior.

Este retrato socioeconômico explica o impedimento dessa população em ocupar áreas mais valorizadas na cidade, uma vez que seus rendimentos, não lhe permite residir onde deseja, portanto destas pessoas é retirado o direito à cidade. Esse direito, em concordância com Lefebvre (2001, p.117) “não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais”, mas “como direito à vida urbana, transformada, renovada”.

Nas margens do córrego, verificou-se junto aos moradores questionados, que sete moradias são próprias e três são alugadas. Em relação à estas últimas, apesar da aparente simplicidade, elas são propriedades de terceiros, que por sua vez possuem outro imóvel, vê-se claramente o tratamento da terra como mercadoria até mesmo nesta área que a princípio foi ocupada com o objetivo de residência, com a função de habitar, de valor de uso.

O modelo de desenvolvimento urbano no Brasil, segundo Rolnik (2009, p. 32), “privou as faixas de menor renda da população de condições básicas de urbanidade ou de inserção efetiva à cidade”, portanto as qualidades urbanísticas ficaram restritas às classes médias e altas.

A mesma autora supracitada (2009, p. 32) explica que as áreas urbanas “têm sido reguladas por um vasto sistema de normas, contratos e leis que têm quase sempre como condição de entrada a propriedade escriturada e registrada, restrita a poucos moradores”. Grande parte da população é destinada aos “mercados informais e irregulares, em terras que a legislação urbanística e ambiental vetou para a construção ou não disponibilizou para o mercado formal ou nos espaços precários das periferias do espaço urbano” (ROLNIK, 2009, p. 32).

A ocupação tem se perpetuado em períodos de tempo distintos como resultado

de expansão urbana sobre Área de Preservação Permanente, que apresenta certa vulnerabilidade ambiental, o que pode levar às situações de vulnerabilidade social. Portanto, defende-se a existência de uma intrínseca relação entre o tipo de ocupação do solo urbano e as condições de vulnerabilidade socioambiental na cidade.

As situações de vulnerabilidades socioambientais são entendidas como em Alves (2006) e Alves e Torres (2006) como sobreposição de problemas e riscos sociais e ambientais em uma determinada área, esta sobreposição leva ao agravamento das situações de vulnerabilidade social em razão da exposição ao risco, como por exemplo, às enchentes, às doenças de veiculação hídrica, deslizamentos de encostas, dentre outros.

As ocupações das margens do córrego Jaracatiá são irregulares, muitas das residências sem a documentação que regularize a sua propriedade, evidenciando a ausência de ações do poder público tanto no sentido de inibir como regularizar a ocupação. As ocupações de áreas protegidas ocorrem, conforme Maricato (1994), sob a visão complacente dos poderes públicos a quem caberia exercer a fiscalização sobre o uso do solo.

A mesma autora expõe que a legislação urbana e ambiental, bem como as ações dos poderes executivo, legislativo e judiciário, se apresentam extremamente contraditórias e ambíguas diante das formas de uso na maioria das cidades brasileiras. (MARICATO 1994).

As Áreas de Preservação Permanente, conforme traz o inciso II do Artigo 3º. da Lei de n. 12651/12 (novo código florestal brasileiro), tem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

No artigo 7º. da mesma lei supracitada, fica clara a obrigatoriedade de manutenção da cobertura vegetal situada em Área de Preservação Permanente e no parágrafo 1º. está disposto que em caso de supressão vegetal da área, o proprietário, o possuidor ou ocupante é obrigado recompô-la.

A intervenção ou a supressão da vegetação nativa, serão autorizados, conforme especificado na seção II, artigo 8º., somente em caso de hipótese da necessidade de desenvolver atividade de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental.

A literatura especializada sobre a expansão urbana e meio ambiente expressa a necessidade do planejamento e gestão urbana que ultrapasse o plano teórico e efetive na prática o direcionamento à redução dos impactos negativos tanto social quanto ambiental relacionados ao processo de expansão territorial no espaço urbano.

O caso estudado reforça o que Grostein (2001 apud JACOBI, 2006) já haviam evidenciado, que a produção dual da cidade não se prolifera somente na metrópole, este processo se reproduz em outras escalas, tanto nas médias quanto nas pequenas cidades, assim como os problemas ambientais, seja de qualquer ordem e dos mais

diversos graus, também não estão restritos à metrópole ou aos grandes centros, mas se proliferam no Brasil nas cidades de diferentes dimensões.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação da Área de Preservação Permanente do córrego Jaracatiá em seu percurso no espaço urbano de Colíder (MT), tem sido recorrente desde a década de 1990, apesar de que a identificação de novas construções e novos moradores dá a impressão de que ela seja recente. Esta identificação leva a compreensão de que ocupação tem ocorrido em período de tempo distinto e com características diferentes.

No primeiro momento, alguns pontos da área e uma certa parcela do entorno, foram cedidas pela gestão do município para implantação de indústrias leves, e posteriormente foi ocorrendo a ocupação de outros pontos para a fixação de moradias por parte da população que necessitava de um “pedaço de chão” para residir, porém seus rendimentos, não lhes permitia inserir no mercado formal de terra. Esta população conseguiu edificar sua residência, mesmo que de forma precária.

No segundo momento com algumas melhorias no local e nas residências, houve a comercialização de algumas, sendo agora ocupadas por meio de contrato de aluguel. Verifica-se o uso desse solo tanto como valor de uso quanto valor de troca. Este fato evidencia que este espaço, apesar de não conter as características necessárias para se inserir no mercado formal de terras, se insere no mercado informal, tendo seus proprietários o contrato de compra e venda.

O contexto da ocupação da Área de Preservação Permanente do córrego Jaracatiá aponta para uma intensa demanda por habitação no município, em razão da especulação imobiliária, portanto a única opção de residência para as pessoas de baixa renda são as áreas com deficiências urbanísticas e de proteção ambiental, constituindo então no espaço urbano as áreas de vulnerabilidade socioambiental.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. P. F. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 43-59, jan./jun. 2006.

ALVES, H. P. F.; TORRES, H. G. Vulnerabilidade Socioambiental na Cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 44-60, jan./mar. 2006.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 7º ed. São Paulo: contexto, 1992.

CARMO, J. A. **Dinâmicas Sócio-Espaciais na Cidade de Rio Claro (SP): As Estratégias Econômicas, Políticas e Sociais na Produção do Espaço**. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro. 2006.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4º ed. São Paulo: Ática, 2003.

JACOBI, P. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. **Política & Trabalho** - Revista de Ciências Sociais, n. 25, p. 115-134, 2006

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª. edição. São Paulo: Atlas, 2010.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5º. ed. 2º. reimpressão. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, T.C.S. MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica: **Rev. Katal**. v.10. p. 37-45, Florianópolis, 2007.

MARICATO, E. **Exclusão social e reforma urbana**. São Paulo: FAUUSP, 1994.

MARICATO, E. **Brasil**, cidades: alternativas para a crise urbana. 2º ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2001.

PASSOS, J. G. F. G. **Produção do espaço urbano e requalificação de áreas degradadas: o caso do bairro Santa Cruz, entorno da Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista, Bahia**. 145 f. 2009. Dissertação (mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

PIOVESAN, A. TEMPORINI, E.R. Procedimento metodológico para estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev. Saúde Pública**. vol.29 n.4 São Paulo. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101995000400010&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jul. 2015.

ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Estudos Urbanos e Regionais**. V. 11, n. 2, p. 31-50, 2009.

SILVA, A. C. **Estudo da contaminação do lençol freático através da integração de técnicas geofísicas e geoquímicas em Ji-Paraná/RO**. 136 f. 2008. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente)- Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Rio Claro, 2008.

TONELLO, M.F.; FERREIRA, E. S.; RODRIGUES, I. O. M.; SOUZA, V. Situação ambiental do igarapé Mirandinha (canalização). **Revista Acta Geográfica**, Roraima, n. 4, p. 41-53, jul./dez.2008. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/195>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo, Global Editora, 1986.

A EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO EM TERESINA - PI E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS

Vital António Vilelas Faria

Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus
Clóvis Moura (CCM)
Teresina – Piauí

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a expansão do espaço urbano em Teresina-PI e as suas consequências. O trabalho foi realizado com base em pesquisa bibliográfica, e de campo. No campo, foi possível analisar a situação de vários complexos habitacionais construídos longe do centro da cidade, alguns a vários quilômetros da própria periferia da cidade, na intenção clara de expandir o espaço urbano, a partir da conversão do espaço rural. A expansão urbana favorece quatro dos agentes produtores do espaço – o Estado, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários; e prejudica a classe dos grupos sociais excluídos, os quais completam o grupo dos agentes produtores do espaço. Estes últimos, por sua vez são explorados através da sua mão-de-obra mal paga, durante as a construção dos empreendimentos. São igualmente alienados pela necessidade de casa própria para segurança das famílias, sujeitando-se a residir longe do centro da cidade, onde estão a maioria dos empregos e dos serviços. Terão que dispender quantidade maior de tempo e porcentagem maior de suas

rendas em seus deslocamentos, tornados mais problemáticos graças ao precário sistema de transporte público. Esta é uma situação que leva ao agravamento da pobreza. A mão protetora do Estado só protege os mais fortes, a classe capitalista sua parceira nos grandes investimentos, nas grandes obras de infraestruturas, através das quais acontecem os desvios obscuros de verbas que por sua vez levam à sobre-elevação das contas desses empreendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Espaço Urbano. Expansão urbana.

ABSTRACT: The purpose of this work is to analyze the expansion of the urban space in Teresina-PI and its consequences. The work was based on bibliographical and field research. In the field research, it was possible to analyze the situation of several housing complexes built far from the city center, some to several kilometers of the own periphery of the city, in the clear intention to expand the urban space, from the conversion of the rural space. Urban sprawl favors four space-producing agents - the state, owners of the means of production, landowners and real estate developers; and harms the class of the excluded social groups, which complete the group of the producing agents of the space. The latter, in turn, are exploited through their poorly paid labor during the construction of the

housing development. They are also alienated by the need for a home for the safety of families, subject to residing far from the city center, where most jobs and services are located. They will have to dispense a greater amount of time and a greater percentage of their incomes in their journeys, made more problematic thanks to the precarious system of public transportation. This is a situation that leads to the worsening of poverty. The protective hand of the state protects only the strongest, the capitalist class, who is its partner in the great investments, in the great works of infrastructure, through which dubious diversions of the funds take place, which in turn lead to the super-elevation of accounts of these constructions.

KEYWORDS: State. Urban Space. Urban sprawl.

1 | INTRODUÇÃO

Situada geograficamente na posição de latitude 05° 05' 20" S, e longitude 42° 48' 07" W, com altitude média de 72 metros, Teresina é a cidade capital do estado do Piauí. Com a população estimada de 814.230 habitantes e a área de 1.391,981 km² – média de 584,94 hab./km² (IBGE, 2010), Teresina, “a Mesopotâmia Brasileira” – por ficar situada entre os rios Parnaíba e Poti – tem problemas idênticos às outras capitais ou grandes cidades que caracterizam os grandes centros urbanos do país.



Figura 1: Mapa de localização de Teresina

Fonte: <https://www.google.com.br/#q=mapa+de+localiza%C3%A7%C3%A3o+de+teresina>

O trabalho de análise à expansão urbana na cidade de Teresina tem por objetivo, evidenciar quem são os agentes principais dessa expansão, e quais os seus efeitos sociais. Pretende se evidenciar igualmente os intentos dos principais agentes produtores do espaço, nesta expansão. Quem beneficia e quem é prejudicado na ação expansionista da área urbana de Teresina; a interação dos vários agentes da produção do espaço e a participação do Estado como elemento preponderante.

Este trabalho foi produzido a partir de pesquisas em aulas de campo, onde foram coletados dados, posteriormente elaborados e processados com a ajuda de registros fotográficos. A estruturação das ideias foi fundamentada a partir de pesquisa

bibliográfica, com destaque para obras de David Harvey, Milton Santos, Lobato Corrêa, Maria E. Sposito, Raquel Rolnik e Cesar Santos.

2 | EXPANSÃO URBANA: RETRATOS DA DINÂMICA DE UM ESPAÇO EM CONSTANTE MUTAÇÃO

Usando palavras de Harvey (1980), diremos que “a cidade é um conjunto complexo”. E, podemos acrescentar que é a própria complexidade da cidade quem fornece a maioria das dificuldades aos seus habitantes. Entretanto, devemos juntar a esse fato, o que nos faz entender Rolnik (1995): o poder do capitalismo e o poder político, associados, têm a capacidade de transformar a cidade. Primeiro eles mercantilizam o espaço e com isso dividem a sociedade em classes. Harvey, na sua obra *A justiça social e a cidade*, fala também de conceitos deficientes do complexo cidade.

Há de fato conceitos que devem ser revistos e redefinidos, como o de desenvolvimento – neste caso, urbano – o qual deve ser assente em princípios modernos do que será qualidade de vida. O conceito de desenvolvimento (urbano) deve assentar em qualidade de vida, baseada em valores ecológicos, tais como saneamento básico e preservação ambiental. A qualidade de vida urbana pode completar-se com boas condições de mobilidade, segurança e igualdade social. Este conjunto de elementos, que podemos associar à qualidade de vida nas cidades, forma a complexidade referida por Harvey, à qual o autor também refere que precisa ser decodificada para que sejam conhecidas as prioridades e as formas de ação a levar a cabo. Tudo terá a ver com questões sociológicas e espaciais.

Harvey (1973) dá a perceber que o comportamento social da população, está relacionado geograficamente e com a forma espacial que a cidade acaba por assumir. Assim, é importante que todos os elementos constituintes da complexidade que é a cidade, sejam decodificados, entendidos corretamente, para que possam ser solucionados. As formas espaciais que vão sendo definidas por questões avulsas, sem nenhum planejamento – caso das favelas e outras ocupações – com o passar do tempo acabam por se institucionalizar. Ao se institucionalizarem essas formas espaciais, são também institucionalizados “alguns carimbos” que rotulam os habitantes desses espaços. “Carimbos” esses que acabam segregando e estigmatizando esses mesmos habitantes. Que carimbos são esses? Fulano ou fulana mora em tal lugar: “é favelado”; “é da periferia”.

O estudo histórico das cidades por parte da Geografia é importante para poder entender para além da própria paisagem urbana, assim nos faz entender Spósito (2010).

Para se entender a cidade, é preciso considerar todas as determinantes: econômicas, sociais, políticas e culturais, que no decorrer do tempo constroem, transformam e reconstróem a cidade. Assim, podemos entendê-la na sua dinâmica de um espaço que está em constante mutação por conta da fluência das relações sociais.

Segundo Spósito (2010), um dos motivos que levam à expansão do espaço urbano são os urbanos dormitórios, criados com o objetivo de fugir ao preço elevado dos imóveis perto do centro da cidade. Outro motivo e mais ambicioso, são os condomínios fechados, privados e de luxo, que embora possam ser também dormitórios, agregam outro simbolismo e outros valores. Estes atraem as pessoas da sociedade com maior capacidade financeira, oferecendo tranquilidade e segurança, além de poderem viver numa atmosfera mais pura do que no centro da cidade. Este tipo de condomínios fechados caracteriza dois tipos de segregação, segundo Milton Santos (2010): “auto segregação”, e, “segregação imposta”, já que os moradores se auto segregam ao levantarem altos muros de proteção, acabando por impor também a segregação aos que ficam de fora.

Dado o conjunto de vantagens que oferecem, estes condomínios custam caro, o que os faz perfilar como grandes negócios para o capitalismo. Isto, numa vez que o terreno ora urbanizado era tão somente um terreno rural pouco explorado ou até mesmo abandonado, caracterizando-o de pouco valor, considerando aqui, a periferia de uma cidade como Teresina, vítima de um clima essencialmente seco e pouco produtivo em termos agrícolas. A infraestrutura que viabiliza a construção destes condomínios, em boa parte foi apoiada pelo Estado, que faz parte do grupo de produtores do espaço.

O desenvolvimento da indústria e a necessidade de sediá-la perto dos grandes centros urbanos é outro influente motivo para a expansão urbana, pois atrai mais moradores que se traduzem na necessidade de mais moradias. Contudo, e apesar de fortes, estes ainda não são os grandes motivos da expansão e nem os que acarretam maiores efeitos negativos.

Santos (2006), no seu artigo “*Dos Negócios na Cidade à Cidade Como Negócio*” faz-nos entender que a sobreacumulação de capital se dá, quando o capital acumulado não tem espaço para investimento naquele mesmo ramo onde foi gerado. Esse capital precisa de novos circuitos de valorização. Circuitos esses que o capitalismo encontrou no espaço urbano, através do ramo imobiliário. A cidade tornou-se assim, como mercadoria que alimenta as vertentes de fuga do capitalismo. No entanto, ela vinca a seletividade e a desigualdade. Tudo o que é feito pela força do dinheiro, é seletivo e provoca desequilíbrios sociais. Os culpados são os agentes produtores do espaço. Principalmente três – de um grupo de cinco, propostos por Corrêa (2003) – os proprietários fundiários; os promotores imobiliários e o Estado. Os outros são os proprietários dos meios de produção e os agentes sociais excluídos.

Sobre os agentes produtores do espaço, Corrêa diz-nos que,

a ação destes agentes é feita dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles. Este marco, porém, não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo-se, em muitos casos, numa retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante (CORREA, 2003, p. 12).

Estes agentes têm interesses comuns e organizam-se estrategicamente em prol

desses interesses. Como o dinheiro “tudo pode”, estes agentes, de posse do capital, ou apoiados por capitalistas, se organizam para explorar da forma mais rentável, os espaços existentes e, produzir novos e rentáveis espaços, quando necessário.

A necessidade do capitalismo de arranjar caminhos para que o capital não fique parado leva a importantes parcerias. Um dos parceiros mais importantes é o Estado. O mesmo Estado que tem a obrigação de usar a sua mão protetora em favor dos mais desfavorecidos, mas que usa as suas duas mãos para proteger o capitalismo. Este importante parceiro – o Estado – é quem abre o caminho ao investimento do capital dos outros dois grandes produtores do espaço, aqui trabalhados.

É o Estado o responsável pelas grandes obras, pelas estruturas de longa duração; ou seja, as pontes, as ferrovias, as estradas, as ruas, o saneamento básico, os parques públicos e os conjuntos habitacionais. Estes últimos, inclusive servem para delimitar as novas periferias da cidade, pois são construídos, por vezes, muito para lá das periferias ora existentes, deixando uma vasta área vazia, pronta para qualquer investimento capitalista.

Estas infraestruturas, como refere Harvey (1980), transformam o espaço, dotando-o do necessário suporte para o aumento da velocidade das transações. Sabemos que o capitalismo procura as formas de abreviar o tempo de realização das transações e respectivamente do lucro, e que essa é a grande batalha do capitalismo. Logo, uma nova zona urbana, sem infraestruturas, demoraria a ser valorizada e a trazer os esperados retornos de capital. Por isso é tão importante a participação do Estado.

O capitalismo arranjou assim uma saída para eventuais crises de sobreacumulação, no espaço urbano, que se tornou num dos seus alvos preferidos. De tal forma, que contemporaneamente e desde há algum tempo o ramo imobiliário atingiu um enorme peso na economia de alguns centros urbanos. Nos Estados Unidos, por exemplo, o ramo imobiliário tem grande peso na economia nacional. A nível do Brasil, podemos citar as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro como bons exemplos de centros urbanos, metrópoles, onde o ramo imobiliário tem um enorme peso na economia.

Historicamente, podemos referir que, desde que os juros de depósitos a prazo baixaram para valores insignificantes, os capitalistas viram nos imóveis uma ótima forma de aplicação do seu capital e um ótimo rendimento. Quem conhece o ramo imobiliário sabe que quem investe no ramo, nunca perde, pois, os imóveis não desvalorizam o necessário para que isso aconteça, mesmo que se estabeleça alguma crise económica. Podem haver oscilações de valor por conta de alguma crise económica do próprio país, mas o que poderá acontecer é o lucro não ser o planeado, no período previamente projetado, mas nunca deixa de ser lucro.

A cidade que foi o lugar de fazer negócios, tornou-se ela própria num negócio. A forma como o poder atua sobre o espaço, ajusta-se à medida que a sociedade se modifica. Como o capital é o principal fator de suporte às mudanças, não é difícil aos donos do capital se ajustarem a novas realidades. Até mesmo se levarmos em conta

que um dos principais elementos produtores do espaço, que é o Estado, sempre está interessado em fazer parcerias com o capitalismo, se posicionando favoravelmente e disponibilizando-se para proporcionar as necessárias infraestruturas, àquilo a que chama de desenvolvimento. Mas que, na verdade, é um desenvolvimento desigual que, em muitos casos, apenas significa o legitimar da progressão capitalista.

Segundo Milton Santos (2006), na impossibilidade de o capitalismo encontrar em território urbano possibilidades de deslocamento de capitais para regiões de certo modo virgens, em termos de infraestruturas, pertencente a ciclos com uma menor exigência de velocidade de circulação, o capital deve voltar-se para uma reordenação espacial no interior mesmo das cidades.

Por vezes acontece a migração temporária ou sazonal do capital. Neste caso, os vazios ficam como autênticos espaços de reserva, aguardando novos investimentos produtivos ou imobiliários, de acordo com previsões por parte do poder público. O Estado, interessado no movimento do capital, e nas parcerias com os capitalistas, utiliza o desígnio de utilidade pública para promover a cidade como um negócio privado. Se não há mais espaço para o capital, é necessário inventá-lo, dessa forma os agentes imobiliários, apoiados pelos agentes fundiários, pressionam as autoridades para favorecê-los através de leis municipais que lhes permitam a expansão do capital, rentabilizando os vazios.

É hábito ouvir dizer a esses agentes que, *“terra não come pão – numa alusão ao fato de a terra não dar despesa – por isso pode ficar o tempo que for necessário”* – até que chegue o momento de vender por um bom preço, garantindo um bom lucro.

A teoria de que o espaço urbano seja entendido como produto social e histórico, se constituindo a partir dos conteúdos de uma relação indissociável entre homem e espaço, é quebrada a partir do momento em que são erigidas as barreiras da segregação, da seletividade e da desigualdade social.

A desigualdade social começou quando o homem iniciou a vida em sociedade. Existem estudos que indicam que o homem vive em sociedade e em desigualdade social há mais de sete mil anos. Mas nesta época todo aquele que se sobressaía dos outros, como mais forte ou mais sábio, passava a ser respeitado e seguido. Era uma ascendência natural e a diferença de status não era tão significativa. O que aconteceu posteriormente é que preocupa, pois desde então a desigualdade se agrava a cada dia.

Outra forma de entendermos a desigualdade social e a sua origem, é ligando-a ao surgimento do dinheiro. Desde que o dinheiro passou a ser o instrumento de comando, para tudo, nas sociedades, a desigualdade social foi se agravando à medida que uns foram ficando mais ricos e outros mais pobres. Nas cidades contemporâneas é por essa via que acontece o agravamento da desigualdade social. Quem tem mais dinheiro escolhe o lugar onde morar. Os produtores do espaço conhecendo a importância do dinheiro, ajustam o preço dos imóveis e assim, fazem a seletividade. Os ricos a um lado, os pobres a outro. Isto mesmo, porque uns não toleram os outros e muito menos

viver em conjunto. É a partir desta seleção que os pobres são atirados para a periferia ou até mesmo, para lá da periferia.

3 | A EXPANSÃO URBANA DE TERESINA

A cidade de Teresina tem alguns pontos periféricos que são bons exemplos de seletividade, segregação, estigmatização e, de modo geral, o espelho da desigualdade social. Assim, podemos citar o Vale do Gavião, a outra face da Zona Leste – zona mais rica da cidade – como sendo uma zona caracterizada pela seletividade, pois só vai morar ali quem é pobre. Ao mesmo tempo em que é também uma zona segregada e que por via de todas as suas carências ou deficiências, principalmente ao nível da segurança – o que é um dos fatores mais preocupantes – se tornou também uma zona estigmatizada. A delinquência ali é evidente, e isso, de certa forma, “carimba” os moradores, que vêm fechar se muitas portas, quando o assunto é emprego, por exemplo.

O Vale do Gavião, embora pertença à zona Leste, é um bairro praticamente desligado da cidade, conhecido por ser violento e, estigmatizado por isso. Um conjunto habitacional com precário sistema de interligação com o centro da cidade, onde está a grande concentração de empregos e serviços. Esse contraste verificado numa mesma Zona da cidade (Zona Leste), e que pode ser observado na figura 2, é o retrato fiel do resultado das políticas sociais do Estado, que, não visam de forma nenhuma a abrangência e a harmonização da sociedade no todo, mas sim de uma fração da sociedade. David Harvey fala de conciliar e harmonizar políticas, com objetivos sociais coerentes:

qualquer estratégia abrangente, para lidar com sistemas urbanos, deve conter e reconciliar políticas destinadas a mudar a forma espacial da cidade, e políticas destinadas a afetar os processos sociais que existem na cidade. Mas o ideal seria estarmos aptos a harmonizar essas políticas, para obter algum objetivo social coerente. Estamos distantes de tal capacidade, atualmente. (HARVEY, 1973, p. 97).



Figura 2. As duas faces contrastantes da zona leste de Teresina: Jockey Clube e Vale do Gavião.

Fonte: Do autor

Os bairros pobres das periferias das grandes cidades acumulam desvantagens. Estas desvantagens são tanto dos moradores como do Estado, mas em relação a este último, nem parece, dada a forma fácil como permite que esses bairros sejam construídos.

A primeira desvantagem é a vasta área ocupada com o crescimento horizontal do território urbano. Podíamos aqui referir-nos a vários fatores adversos provocados por essa forma de expansão urbana, começando pela questão ecológica. Mas vamos deter-nos apenas nas desvantagens económicas e sociais. Essa vasta área ocupada, provoca elevadas despesas de saneamento básico, instalação de redes elétricas e de água potável, parte que cabe ao Estado garantir e ao qual é debitada. Vem ainda o policiamento que é uma desvantagem dividida pelo Estado e pela população. O Estado é quem paga, mas porque o número de efetivos militares obrigatoriamente terá de ser aumentado para conseguir dar cobertura, esse aumento do efetivo engorda o orçamento do Estado. Em resultado, geralmente o efetivo não é aumentado e o policiamento é feito deficientemente, sobrando como efeito dessa deficiência a proliferação da delinquência, com a qual as populações desses bairros são obrigadas a conviver. É o caso do Vale do Gavião e de outros bairros de Teresina.

O saneamento básico por ser caro, é mal executado afim de poupar no orçamento; o abastecimento de água potável por ser mal dimensionado, não consegue abastecer a população desses bairros; as redes de energia elétrica não transportam a potência necessária, por falta de dimensionamento adequado, o que acaba prejudicando os moradores. Todas estas estruturas de abastecimento aos bairros periféricos, por dimensionamentos deficientes ou orçamentos desajustados, provocam um somatório de desvantagens para as populações que ali habitam. O Estado, quando questionado, por vezes, desculpa se com as crises económicas que se sucedem, mas os custos poderiam ser menores se a opção, tivesse sido, o crescimento vertical da cidade. Por outro lado, o fato dos bairros pobres ficarem distantes do centro da cidade, obriga os moradores a mais longas deslocações para acesso aos postos de trabalho ou aos serviços situados, na sua maioria, no centro da cidade. Esta população já de si pobre, fica sujeita a maiores despesas de transportes públicos e maiores perdas de tempo na ida e vinda, o que representa o agravamento da pobreza.

O bairro de Teresina que mais caracteriza a expansão urbana é o complexo urbano Residencial Jacinta Andrade. O portal deste complexo dista mais de sete quilómetros da periferia da cidade, cujo limite se considera a ponte Mariano Gaioso, sobre o rio Poti. Os problemas de abastecimentos básicos que afetam este bairro são os mesmos já descritos e que são comuns a todos os bairros pobres, periféricos. Este, porém dada a sua magnitude, tem a particularidade de possuir um posto de polícia militar dentro do próprio bairro. Mas, por ser um bairro enorme tem a agravante da falta de abastecimento de água e de energia elétrica.

Os bairros mais distantes, por ficarem tão longe e pelo deficiente abastecimento, acabam por desincentivar a sua ocupação, por parte de muitas pessoas que ali têm

a sua casa, mas que não a habitam. Isso leva por vezes ao conflito com pessoas que tentam ocupar essas casas. Esse é um problema geral dos bairros periféricos de Teresina.



Figura 3: Corte da metade norte do mapa de Teresina evidenciando o extremo norte e o extremo leste onde ficam respectivamente os complexos urbanos (A) Jacinta Andrade e (B) Vale do Gavião.

Fonte: Adaptado a partir do Google maps.

Relativamente ao complexo urbano, Jacinta Andrade, a razão implícita da distância deste bairro é a vasta área vazia que ficou entre este bairro e a periferia da cidade. Uma área que abrange um vasto recanto proporcionado pela margem Este do rio Parnaíba que deriva para Norte/Noroeste e pela margem Norte do rio Poti que segue no sentido Oeste até se encontrar com o Parnaíba. Esta área rural, ora transformada em área urbana pela delimitação “imposta” pelo complexo Residencial Jacinta Andrade, é o que mais fielmente caracteriza a expansão urbana na cidade e todo o interesse que a mesma encerra, provocada pelos principais produtores do espaço aqui tratados: os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado. O recanto formado pelo encontro dos rios, entre a margem Norte do rio Poti e a margem Este do rio Parnaíba, acessado pela Avenida Poti Velho que atravessa toda aquela faixa, pode vir a caracterizar “uma nova cidade entre rios”, pela parte de fora, facto que torna aquela zona muito atrativa ao investimento privado. Os principais agentes já possuem vários projetos para aquele espaço, visando o seu lucro, enquanto os agentes sociais excluídos já sofrem com a seletividade, a segregação e o agravamento da pobreza, por eles impostos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Harvey (1980), “o fluxo do investimento capitalista para áreas preferenciais que não beneficia as classes mais desfavorecidas – fluxo que o capitalismo

nunca vai reverter – só pode ser travado ou revertido pela mão do governo”. Posto isto, constatamos que esse fluxo dificilmente irá ser revertido, ou sequer freado pelo Estado, pois ele é aliado dos outros agentes capitalistas. Da mesma forma o benefício vai continuar fluindo na mesma direção – a do capitalismo. Os mais desfavorecidos continuarão mais desfavorecidos a bem do capital. O ramo imobiliário atingiu grande preponderância na economia e o Estado precisa que ela se mantenha aquecida e estável. Se a taxa de lucros for muito baixa, a regulação estatal providenciará as necessárias saídas.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, César Ricardo Simoni. Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. **CIDADES**, v. 3, n. 5, 2006, p. 101-122.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008.

IBGE. IBGE Cidades. **Teresina**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=221100>>. Acessado em 4 de jun. de 2016.

RETOMADA DA ONDA DE REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO DO EMPREENDEDORISMO URBANO

Vinícius Silva de Moraes

vinnygnaisse@gmail.com

Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da
Silveira – CAP-UERJ

RESUMO: O presente texto tem como finalidade apresentar uma reflexão sobre a retomada da onda de remoções na cidade do Rio de Janeiro em meio ao contexto de empreendedorismo urbano, onde as cidades deixam de ser administradas para benefício de seus habitantes e passam a ser entendidas como empresas. Os grandes eventos internacionais que ocorreram no Rio de Janeiro foram usados como desculpa para a administração pública modificar sua postura acerca dos investimentos, fato que colocou áreas periféricas, particularmente algumas favelas, na lista de remoções. A potencialidade do pensamento da cidade enquanto mercadoria vem ameaçando na última década o que se entende como Direito à Cidade, fazendo do Rio de Janeiro um ambiente adaptado para as prioridades econômicas que marginalizam ainda mais parcela da população pobre.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro; remoções; favelas; empreendedorismo urbano.

ABSTRACT: The present text has a purpose to present a reflection on the resumption of the

wave of removals in the city of Rio de Janeiro in the context of urban entrepreneurship, where the cities are no longer administered for the benefit of its inhabitants and now are understood as companies. The major international events that occurred in Rio de Janeiro were used as an excuse for the public administration to modify their stance on investments, a fact that placed peripheral areas, particularly some favelas, in the list of removals. The potentiality of the city's thought as merchandise has been threatened in the last decade what is understood as the Right to the City, making Rio de Janeiro an environment adapted to the economic priorities that marginalize even more of the poor population.

KEYWORDS: Rio de Janeiro; removals; favelas; urban entrepreneurship.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo pretende discutir a postura da administração pública carioca em meio ao atual contexto de afirmação de políticas de transformação de territórios e paisagens urbanas sob o desígnio dos grandes eventos internacionais (sobretudo os esportivos, como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016). Esses megaeventos são dotados de uma capacidade de (re)ordenamento espacial

das cidades, em que imagem e representação tornam-se chaves no processo em curso (MASCARENHAS, 2011).

A partir da contribuição de Lefebvre (1969), podemos e devemos entender o espaço urbano para além das suas potencialidades econômicas. O *direito à cidade* é mais abrangente do que o plenamente propagandeado, e não pode ser resumido ao direito individual aos diversos equipamentos urbanos, divulgado na filosofia de projetos como PAC e o Morar Carioca, para citar exemplos recentes. O verdadeiro *direito à cidade* vai além do acesso a recursos e equipamentos, sendo, de acordo com Lefebvre (1969) e Harvey (2008), o direito de mudarmos a nós mesmos mudando a cidade: produzir e reproduzir a cidade, produzindo e reproduzindo a nós mesmos. Assim, o que temos hoje é um *direito à cidade* específico, restrito aos interesses privados que moldam o desenvolvimento urbano excludente (ROLNIK; KLINK, 2011).

A investigação que procuramos traçar aqui busca compreender o atual contexto que envolve nosso objeto de estudo, o modo de administração pública da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que percebemos uma retração do direito de participar dos processos de transformação da cidade frente à potencialização da cidade enquanto mercadoria.

Neste contexto, emerge um discurso, a partir dos administradores da cidade, que constrói os argumentos em prol das vantagens de realização de megaeventos, se remetendo aos possíveis ganhos e mudanças no cenário que as cidades vivem. Logo, do ponto de vista administração pública, estar preparado para entrar em concorrência com outras cidades e competir pela realização de grandes eventos internacionais, justificar-se-ia pelas razões sociais, passando de dado natural a necessário.

O arcabouço teórico e conceitual que fundamenta o presente artigo se orienta em autores como SANTOS (1997), onde buscamos a compreensão do espaço geográfico como conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, portanto como meio, produto e condição das relações sociais; HARVEY (2004, 2005a, 2005b, 2008), do qual também incorporamos sua concepção do conceito de espaço, da reprodução do espaço urbano e de “empresariamento urbano” como o modelo de gestão da cidade que se impões a partir dos anos 70; LEFEBVRE (2004), por sua vez, nos oferece essencial arcabouço teórico e metodológico acerca do fenômeno urbano e do que entendemos por *direito à cidade*, fio condutor das análises aqui traçadas; SOUZA (2005, 2006a, 2006b), com quem dialogaremos a respeito do território, desenvolvimento sócio-espacial e espaço urbano; e HAESBAERT (2002, 2004), que fornece uma fundamentação teórica sobre o conceito de território e seus desdobramentos, do processo de (des)(re)territorialização estudada.

2 | TRANSFORMAÇÕES NO MODELO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No atual paradigma de compreensão das cidades, podemos sinalizar alguns sintomas que complicam a busca por projetos urbanos diferenciais. Sintomas esses

passam pela interpretação de elementos que caracterizariam o desenvolvimento a partir de uma consideração mais ou menos exclusiva de uma só dimensão; pela falta de *feedback* entre distintos processos e escalas, negligenciando o fato de que os fenômenos sociais têm gêneses e dinâmicas que só podem ser analisadas mediante fatores que estão presentes em diferentes escalas; pela negação do papel do espaço, sendo este percebido em diversas teorias e projetos apenas como sustentáculo, o que separa, por sua vez, espaço e relações sociais; e pelo caráter fechado e teleológico dos mesmos (SOUZA, 2006b).

De modo articulado ao meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997), vemos um novo modo de gerir as cidades, que acarreta repercussões no tecido urbano. Como apontou Harvey (2008), o espaço urbano e sua constante (re)estruturação apresentam-se como soluções eficazes para realocação de excedentes de capital e mão de obra. Assim, o processo de (re)produção do espaço urbano está vinculado à transferência de capitais de diferentes setores da economia para serem aplicados em obras de infraestrutura para maior circulação de capitais e mercadorias.

Observa-se na prática que, articulada ao discurso hegemônico veiculado amplamente por meio a mídia, a atual forma de planejamento urbano da cidade vem propiciando um elo cada vez mais estreito entre a administração pública e empresariado privado local, na busca das mais novas exigências do receituário neoliberal das cidades competitivas.

Sendo assim, os meios de (re)construção da imagem da cidade decorre também da “necessidade” de revitalização de áreas “degradadas”, o que vem fundamentando, em muitos casos, a retomada do processo de remoções. A sensação que o discurso da administração pública sobre a revitalização passa aos habitantes, em nosso entendimento, é de que um determinado tipo de situação em um dado território precisa ser modificado. Contudo, por trás desse discurso, estão ocultos interesses privados que, em parceria com a administração pública, vêm colocando em prática seus interesses, colhendo os privilégios da cidade-empresa (VAINER, 2011a).

Nesse sentido, a cada momento a cidade “necessita” ser requalificada, e grupos sociais menos favorecidos tendem a sofrer diretamente com os impactos do desenvolvimento/progresso. São diversas as metodologias de revitalização e requalificação, sendo a mais perversa aquela que leva à remoção desses grupos sociais.

Vainer (2011a) acredita que a cidade desde sempre foi tomada como objeto, coisa a ser vendida e comprada, tornando-se, neste momento, um objeto de luxo. Como toda mercadoria de luxo, a cidade é destinada aos que podem usufruir dela, ou seja, é destinada a um grupo de elite: “capital internacional, *visitantes* e *usuários solváveis*” (VAINER, 2011a, p. 80 – grifos do autor).

Os objetivos políticos e econômicos do empresariamento urbano, pautados basicamente parceria público-privada, residem muito mais em investir no crescimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais, a maioria voltada a

ganhos excepcionais das atividades imobiliárias ou a empreendimentos de destacado interesse para a lógica da globalização (DAMIANI, 2004).

Fernanda Sánchez (1999) argumenta que o papel do chamado *city marketing* busca “vender” toda a cidade, oferecida na imagem de um produto. A construção dessa imagem vem se dando na articulação entre empresas privadas e administrações locais, através de políticas urbanas de cunho empreendedor, fazendo uso dos instrumentos de ordenamento espacial da cidade para exibir ao mundo o que há de melhor nela – e, nessa construção, captar investimentos internacionais para obras faraônicas. Porém, o uso dessas mesmas táticas de ordenamento da cidade, no fim, acaba seguindo modelos pré-estabelecidos de reestruturação urbana, remetendo a simulacros que fogem da identidade local (SÁNCHEZ, 1999). Dentre esses modelos, destacam-se tanto as parcerias entre administrações públicas e empresas de consultoria catalãs, quanto requisitos de instituições internacionais de fomento financeiro, como o Fundo Monetário Internacional (SÁNCHEZ, 1999).

Dentre as fórmulas de sucesso difundidas, destacam-se a “necessidade” de um “clima de sinergia”, “espírito empreendedor”, “revitalização”, “renovação”, “empresariado como parceiro” a criação de uma “cidade sustentável” e todos os *slogans* postos em prática pelas administrações públicas; além, é claro, das vantagens que são oferecidas aos investidores através de subsídios, renúncias fiscais, créditos facilitados e cessões de terrenos. A competição interurbana do capitalismo é incentivada, assim, pelo fortalecimento do papel das diferenças do local e das vantagens que ele pode oferecer.

3 | REMOÇÃO: O IMPACTO PERVERSO DOS MEGAEVENTOS NO DIREITO À MORADIA DIGNA

No contexto das remoções de favelas no espaço urbano carioca, o discurso que cerca a preparação da cidade para a agenda de espetáculos internacionais, que propicie um possível sucesso com a hospedagem dos megaeventos, veste como uma luva a mão empreendedora da administração pública.

Reforça-se um estado de exceção, onde tudo pode ser feito para que o mais novo e urgente objetivo seja alcançado (VAINER, 2011a). Adaptar a cidade para o desafio proposto ganha destaque na lista de prioridades, passando na frente de outras questões urgentes e que atingem cotidianamente grande parte da população carioca. Legitimar as práticas de exceção em curso torna-se um imperativo dos projetos de desenvolvimento urbano, e não seria diferente com a retomada das remoções, muito criticadas durante o período militar pelo atual partido na frente do Governo Federal, e que se encontra, em um plano de análise nacional, sob responsabilidade do Ministério das Cidades que sistematicamente se omite em meio aos conflitos promovidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pelo Governo do Estado do Rio.

As decisões de atores públicos e privados no processo de reestruturação urbana e, mais especificamente, na preparação da cidade para tais eventos, além de reforçarem a concentração espacial da renda, ditam os rumos dos cotidianos dos moradores da cidade, excluindo parcelas da população diretamente implicadas nas intervenções previstas e pondo em dúvida as formas de democracia que vêm sendo praticadas.

Uma vez que o apego por esportes é identificado como um traço da cultura brasileira, e levando em conta o apego das pessoas por sua cidade, é compreensível que haja o desejo de que tais eventos ocorram nela. Mas, ao mesmo tempo em que esse sentimento pode ser apontado como uma qualidade positiva, pode também ser entendido como um ponto fraco, uma armadilha.

Como apontado no presente texto, os megaeventos resultam de novas estratégias de transformação do espaço urbano, formuladas no sentido de ampliação da mobilização de capital em nível nacional e internacional. Esta dinâmica é provocada pela aceleração da possibilidade de investimento que, em consequência disso, promoveria maior vantagem na competição entre as cidades pela atração de capital internacional.

Fazendo-se valer do apego emocional dos eventos esportivos, os administradores públicos vêm impondo rápidas intervenções que em situações normais teriam o prazo adiado inúmeras vezes, ou seriam inviabilizados, dados os entraves jurídico-administrativos vigentes, ou até mesmo seriam alvo de resistência pública. Entretanto, segundo Vainer (2011b), vem sendo instituído um estado de exceção, em que os esforços para realização dos megaeventos justificam a suspensão de uma série de parâmetros nacionais e internacionais: desde o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais até os Direitos Humanos, passando pela Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade em vigor desde 2001, Planos Diretores Municipais e as normas de uso e ocupação do solo.

A cidade do Rio de Janeiro vem sofrendo, nesse sentido, uma série de transformações que visam construir uma cidade-vitrine capaz de receber os desejados megaeventos – que por sua vez contribuem para que a cidade adquira uma posição de destaque tanto na rede urbana de cidades globais quanto no sistema urbano internacional, e atraindo, conseqüentemente, maiores fluxos econômicos para o local.

As remoções e a criminalização das favelas representam a regra de como a cidade historicamente vem sendo (re)feita. Sob o pretexto de preparação da cidade para os megaeventos, estas ganham novas facetas tais como as Unidades de Polícia Pacificadora, projetos do PAC, projetos de urbanização de favelas, etc. As comunidades que se encontram nos arredores de localidades onde ocorrerão estes megaeventos estão seriamente ameaçadas, mesmo aquelas onde há anos sequer são registradas ocorrências criminais, como o caso da comunidade Vila Autódromo, localizada na área onde seria implementada a Vila Olímpica (OLIVEIRA, et al., 2012).

A agenda dos empreendimentos urbanos, no contexto dos megaeventos, aponta

para um duplo processo: ao mesmo tempo em que a reestruturação urbana acena para possíveis melhorias, mais notadamente no setor de transportes (e ainda assim de modo discutível), também aponta para uma promoção comercial da cidade. Nesse intuito, ao entrar em uma disputa internacional, o Rio de Janeiro busca se posicionar em relação àquilo que o mundo imagina como o melhor para o futuro do arranjo metropolitano.

É importante, também, salientar a existência de um número expressivo de leis, medidas provisórias, decretos, resoluções, portarias e atos administrativos instauram e fundamentam o que vem sendo chamada de “cidade de exceção” (VAINER, 2011b). “Todas as isenções fiscais e tributárias são oferecidas às entidades organizadoras, mas também a uma infinidade de ‘cidadãos mais iguais’ que não precisam pagar impostos, tributos territoriais e taxas alfandegárias” (DOSSIÊ DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, 2012).

O maior ferimento causado por esse conjunto de instrumentos legais, que nos gera maior preocupação, se encontro no direito à cidade; tanto do ponto de vista filosófico e mais profundo, proposto por Lefebvre (1969) e resgatado por Harvey (2008), quanto pela perspectiva dos direitos sociais adquiridos por meio de uma luta que até os dias de hoje se faz presente: o direito à moradia digna.

A favela Metrô/Mangueira, presente no cenário carioca há 33 anos, teve início com um pequeno alojamento construído entre a Rua São Francisco Xavier e a linha férrea do Metrô com o objetivo de abrigar os trabalhadores que participavam das obras de expansão da linha 2 do Metrô.

Com o término das obras, o alojamento, que já se tornara um conjunto de casas de madeira, deu, gradualmente, possibilidade de entrada de moradores. Isso se deu em partes: por um lado, parte das casas abandonadas pelos antigos moradores passara a ser ocupada por um número significativo de sem-tetos, pessoas que habitavam as ruas mais próximas, e, por outro, alguns trabalhadores, com casas mais bem edificadas e seguras, muitas vezes localizadas em pontos estratégicos da favela (próximo a entrada ou com melhores condições nos arredores) venderam ou alugaram suas residências dando início ao processo de crescimento da comunidade.

A favela Metrô/Mangueira é, neste contexto, um território político na medida em que é um espaço controlado por relações de poder internas e externas ao local. Internas quando observamos como os moradores e comerciantes influenciam diretamente na forma de organização do espaço. Essas relações de poder internas também passam pelo controle das oportunidades que ali surgem – abrir um comércio qualquer, adentrar em partes menos acessíveis da favela ou comprar/alugar algum imóvel requer uma intermediação de alguém com uma influência mínima no local. Fato evidenciado quando em entrevista informal foi comum escutar que são os próprios moradores que controlam, na medida do possível, a movimentação no local. Isso nos remete também ao clima de desconfiança em que os moradores estão submetidos, os forçando a se protegerem de prováveis investigações ou práticas indesejáveis no território

As relações de poder externas são analisáveis a partir do momento em que levamos em consideração que a favela se consolidou graças às possibilidades oferecidas tanto pela administração pública municipal quanto pela empresa *Metrô*, quem cedeu, há cerca de 33 anos, o terreno para a habitação de parte de seus trabalhadores. São analisáveis, também, a partir da própria existência da favela, que depende, no atual contexto, das forças dos diversos interesses que vêm cercando a mesma.

A favela Metrô/Mangueira é também um fenômeno simbólico-cultural, se observamos que sua forma e função se deram de acordo com o modo como os moradores valorizaram os diferentes trechos da favela e os meios disponíveis para tal valorização. Por fim, a favela Metrô/Mangueira é também um território econômico, quando consideramos as forças que buscam remover o recorte do mapa carioca, liberando trecho da malha urbana para geração de recursos.

4 | À GUIA DE CONCLUSÃO

Em meio à complexidade da vida moderna, a sensação de insegurança desencadeada pelas taxas de homicídios, pelas organizações criminosas, milícias e outras idiosincrasias típicas do Rio de Janeiro, solidifica um imaginário que vê na redução do espaço público uma solução viável de proteção frente ao cotidiano instável e inseguro. A “miseropolização” e o “clima de guerra civil” (SOUZA, 1993), alardeados diariamente pelos meios de comunicação, ajudam a reforçar o ideário de que é necessário evitar o descontrole.

Aos moradores que ainda habitam e trabalham na favela Metrô/Mangueira, o que podemos sublinhar é, com base nos dados recolhidos em trabalhos de campo desenvolvidos ao longo de dois anos (2011/12), o sentimento de esperança de não serem obrigados a ceder à remoção. Com as diversas denúncias feitas pelos moradores em diferentes esferas de poder, somadas a pesquisas e divulgação de fatos, existem informações, repassadas informalmente entre os moradores e comerciantes, de que parte da favela permanecerá, graças ao apelo comercial que existe no local. Os variados serviços de manutenção de automóveis chamam atenção dos moradores dos bairros vizinhos, e apontam uma potencialidade passível de ser explorada de forma legal. A possibilidade de remoção dos que ainda estão no recorte também gera dinâmicas imobiliárias distintas das que haviam antes: a probabilidade de receber uma indenização faz com que alguns moradores busquem vender suas propriedades, aquecendo o mercado e complexificando ainda mais as relações dentro da favela.

Quanto aos moradores que foram removidos para o conjunto habitacional Mangueira I, esses tiveram menor dificuldade de restabelecer suas redes de trabalho, solidariedade e afetividade, uma vez que foram realocados nas proximidades da favela. Fora o aumento dos gastos para a manutenção da vida no local, os moradores do conjunto habitacional Mangueira I adquiriram uma melhora de autoestima, uma vez que estão habitando em apartamentos com condições estruturais mais dignas.

Das famílias que foram removidas para o bairro de Cosmos, há uma dificuldade maior em restabelecer suas redes de sociabilidade. O número relativamente reduzido de equipamentos urbanos deve ser apontado como um fator chave que retarda a consolidação das redes necessárias para a reprodução social familiar. A distância do bairro de Cosmos para a Área Central é um fator que gera um custo maior de transporte e de tempo, aspectos cruciais para a manutenção de vínculos empregatícios anteriores a remoção. Os vínculos afetivos e solidários, do mesmo modo, costumam a ser restabelecidos, uma vez que os laços de amizade e companheirismo dependem também da forma como os moradores se relacionam por meio dos equipamentos como bares, mercados, pequenas vendas, padarias, etc.

Levando em consideração o que foi exposto ao longo do presente artigo, gostaríamos de levantar uma última questão: seria possível, em meio aos diversos interesses que envolvem o processo de reestruturação/requalificação urbana em um contexto de globalização, abordar o tema de forma justa, de maneira que possamos observar a elaboração e efetivação de instrumentos democráticos de organização da cidade?

REFERÊNCIAS

- DAMIANI, Amélia Luisa. A Geografia e a produção do espaço da metrópole: entre o público e o privado. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 38 – 50.
- COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Editora Unesp, 2005. 303p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajétórias Geográficas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 304p.
- FERREIRA, Alvaro. **A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011, 296p.
- FRÚGOLO JUNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007. 70p.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à “multiterritorialização”**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.
- HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. *Espaço & Debates*, nº39, 1996.
- _____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, 382p.
- _____. **Condição pós-moderna**. 14º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005a, 349p.
- _____. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume,

2005b, 252p.

_____. **The Right to the City**. *New Left Review*, nº53, September-October 2008. p. 23-40.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documento LTDA, 1969.

_____. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte, Ed UFMG, 2004. 178p.

MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: Eduerj/Faperj, 2011.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 350p.

MORAES, Vinicius Silva de. *“No meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho...”*: anotações sobre a retomada do processo de remoção de favelas no contexto do empreendedorismo urbano carioca. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Instituto e Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia do Prado. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In.: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000. 632p.

OLIVEIRA, Fabrício leal de; CARDOSO, Adauto Lucio; COSTA, Heloisa Soares de Moura; VAINER, Carlos Bernardo Vainer (Org.). **Grandes projetos metropolitanos**: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. 362p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sergio (Org.). **A crise da moradia nas grandes cidades**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. 283p.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? *Revista Novos Estudos - CEBRAP* no.89, São Paulo. Mar. 2011.

SÁNCHEZ, Fernanda. *O city marketing* de Curitiba: cultura e comunicação da imagem urbana. In: DEL RIO, Vivente; OLIVEIRA, Livia de. (Org.) **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999, v.1. p. 83 – 96.

_____. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSLERAD, H. (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 171-192.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, 308p.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade. In.: SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 119p.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 366p.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. **Geografia: conceitos e temas**. 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a. p. 77-116.

_____. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações geográficas**. 2ª ed. Rio de Janeiro:

Bertrand Brasil, 2006b, p. 43 – 87.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. 6ªed. Petrópolis: Vozes, 2011a.

_____. Copa e Olimpíadas: o que realmente está em jogo? (entrevista). **Revista Le Monde Diplomatique Brasil**, Janeiro, 2011b. Entrevista concedida a Débora Prado.

PAISAGEM CULTURAL E GEOGRAFICIDADES NA AMAZÔNIA: A INTERFACE DA GEOGRAFIA PARA O ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DA TAPER, SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA

Loslene Neves Costa

Universidade do Estado do Pará
Belém – Pará

Letícia Soares da Costa

Universidade do Estado do Pará
Belém – Pará

RESUMO: Pelo viés da geografia cultural são percebidas especificidades na forma de entender a paisagem na Amazônia, visto que, as experiências vividas pelos sujeitos possuem uma carga identitária na qual é caracterizada como geograficidades próprias dessa região. As geograficidades estão associadas às atividades realizadas no cotidiano e nas significações que tais possuem. Nesse sentido, a relação entre a Paisagem Cultural e as Geograficidades apresentadas pelos sujeitos da comunidade da Tapera é percebida a partir das atividades realizadas no cotidiano e nas significações, caracterizando uma singularidade identitária. Partindo de uma visão holística dos sujeitos e das atividades exercidas no cotidiano dos mesmos, este trabalho tem como objetivo identificar as significações apresentadas pelas atividades, uma vez que, se caracterizam como especificidades da Amazônia, bem como analisar as atividades exercidas pelos sujeitos internos e externos e pelo poder público. Como metodologia utilizou-se de revisões

bibliográficas sobre Paisagem Cultural, assim como temas da geografia Cultural e sobre geografia da Amazônia; realização de entrevistas individuais gravadas com questões semiestruturadas com alguns sujeitos da comunidade da Tapera e representantes do poder público; análise sistemática de campo e dos dados coletados. Os resultados obtidos apontam que, as significações dos sujeitos internos e externos são apresentadas pelas atividades vivenciadas no cotidiano dos mesmos por meio das suas subjetividades que se diferenciam de forma significativa para com a formação da Paisagem Cultural da comunidade, pois as geograficidades estão atreladas a forma como os sujeitos usufruem da paisagem da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Cultural, Geograficidades, Amazônia.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo proposto busca analisar a relação entre a Paisagem Cultural e as Geograficidades apresentada pelos sujeitos da comunidade da Tapera, de modo que esta relação pode ser evidenciada a partir das atividades vivenciadas no cotidiano e nas subjetividades que tais possuem com a paisagem, formando uma identidade da Amazônia. Dessa forma, a análise

na comunidade da Tapera, em São Caetano de Odivelas, possibilita compreender as múltiplas dinâmicas presentes na Amazônia e a sua importância para compreensão das representações da Paisagem Cultural da região.

De acordo com Miranda e Tamara (2013), a geografia cultural surge a partir dessas particularidades de linguagens, símbolos e imagens, ou seja, de um constructo social que lhe representa e lhe dá existência, possibilita uma nova abordagem para compreensão da paisagem.

Embasado no pensamento de Sauer (1998), a paisagem cultural é modelada a partir dos agentes e do meio, sendo eles definidos, respectivamente, pela cultura e pela área natural. Nesse sentido, na paisagem cultural da Amazônia pode-se perceber a influência da cultura nas transformações que a paisagem apresenta, visto que, a paisagem é reconhecida como um constructo social de uma paisagem antiga que deu subsídios materiais para a fundamentação de uma nova.

A comunidade da Tapera se situa na pesquisa perante a busca do essencial na experiência particular. Em que as experiências variadas e contraditórias vividas nos espaços, paisagens e lugares combinam com as qualidades e as aparências dos modos de vida e das atitudes de quem as percebem. Segundo Relph (1979) estas experiências são chamadas geografidades. Essas geografidades referenciam-se as várias maneiras pelas quais sentimos e conhecemos os ambientes, como nos relacionamos com os espaços e com as paisagens, sejam elas construídas ou naturais.

Através de suas geografidades, os sujeitos da comunidade da Tapera conseguem atribuir os conceitos de bom ou ruim por meio de suas experiências vividas. Como afirma Dardel (2011), a geografidade é a essência que define a relação do ser-no-mundo, entendendo que o mundo está em uma dimensão mais ampla, ou seja, compreendida a partir de campo de significados mais abrangentes.

Como metodologia utilizou-se de revisões bibliográficas sobre Paisagem Cultural, assim como temas da geografia Cultural e sobre geografia da Amazônia; realização de entrevistas individuais gravadas com questões semiestruturadas com alguns sujeitos da comunidade da Tapera e representantes do poder público; análise sistemática de campo e dos dados coletados. Com o objetivo de obtermos maiores informações sobre a Comunidade da Tapera, realizamos algumas entrevistas com os moradores locais que vivenciam suas atividades no cotidiano da comunidade, os moradores de segunda residência que vão a lazer, bem como representantes do poder público.

2 | PAISAGEM CULTURAL E AS GEOGRAFIDADES

Segundo Sousa Santos (2006), nas últimas décadas, vem ocorrendo na Amazônia uma profunda transformação de representações histórico cultural, especialmente a partir da década de 1960, quando múltiplas identidades se originaram e se perpetuaram na região. Essas representações alicerçaram diferentes modos de

vivências e identidades próprias, e que remetem a rica diversidade cultural da região. Nesse sentido, Cabral e Buss (2002) afirmam que a paisagem é definida como um conjunto de formas, cores, texturas, mas mais do que se apreende com os olhos, a paisagem é apreendida pelas formas de olhar.

Nas palavras de Dardel (2011), a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma “impressão” une todos os “elementos”. Esta paisagem, construída a partir da intencionalidade humana, que o autor denomina de “uma tonalidade afetiva dominante”, a do mundo vivido, seria “refratária a toda redução puramente científica”. Esta intencionalidade implica em ação, a paisagem como o resultado das interações das ações humana que se manifestam no âmbito da sua visão cotidiana e de sua movimentação diária habitual.

Nesse contexto, a geografia cultural será tomada em si para discutir o vivido escondido nas paisagens transformadas pelos sujeitos, logo a dimensão cultural das paisagens da comunidade da tapera é resultado das atividades que os sujeitos desempenham. Que se manifesta a partir das ligações existenciais humanas, e pode ser chamada de geograficidade (Dardel, 2011).

Esta intencionalidade implica em ação, assim Dardel enuncia a paisagem como o resultado das interações entre o espaço telúrico, o espaço aéreo, o espaço aquático e o espaço construído. A ação humana se manifesta,

No âmbito da sua visão cotidiana e de sua movimentação diária habitual, o homem exprime sua relação geográfica com o mundo a partir do ordenamento do solo: “construtor de florestas” na Malásia ou nas Landas, destruidor de florestas, do solo vegetal e dos rios no Nordeste brasileiro, ele transforma em outro lugar, em horizonte pastoral, as águas do Zuiderzee. A geografia pode assim exprimir, inscrita no solo e na paisagem, a própria concepção do homem, sua maneira de se encontrar, de se ordenar como ser individual ou coletivo. (Dardel, 2011, 43).

Esta relação é intersubjetiva e deve ser tratada pela geografia a partir do que interessa primordialmente ao homem: suas ligações existenciais, suas preocupações e seu bem estar, e seus projetos para o futuro. Dardel (2011) fala aqui das relações estabelecidas pelo homem com outros homens e com todas as coisas que compõem seu mundo vivido. Essa relação pode ser identificada como as geograficidades que os sujeitos exercem sobre a paisagem que os norteiam.

Segundo Holzer (1992), essas Geograficidades são evidenciadas por meio do comportamento dos sujeitos, uma vez que, é marcada pelas atividades que assumem novas significações nas suas vivências, pois tudo que é percebido na paisagem é visto como combinação de símbolos. Nesse contexto, na medida em que os sujeitos da comunidade da Tapera exercem suas atividades no cotidiano e uma relação direta com a natureza eles constroem a paisagem da comunidade.

Nessa vertente surge a importância de estudar a vida cotidiana dos sujeitos da Tapera, ponderando a sabedoria lacônica carregada de experiências adquiridas por eles em detrimento das suas geograficidades por eles manifestadas na Paisagem Cultural. O geógrafo Dardel (2011), chama atenção para o reconhecimento de um

movimento de renovação, de um novo frescor da visão de resgatar o conhecimento no nível dos fenômenos, isto é, como o seu manifesto age sobre nossa sensibilidade e imaginação. Devemos nos lembrar de nossa relação visceral, existencial com a terra,

Resistindo ao espírito do pensador que, em nome de uma razão muito rígida e muito imperiosa, entorpece nossa liberdade espiritual, salvaguardamos, com a poesia ou simplesmente com um pensamento livre, a fonte em que se revigora sem cessar nosso conhecimento do mundo exterior. A vida se encarrega, apesar de todas nossas barreiras intelectuais e de todas as precauções de um positivismo de visão estreita, de restituir aos espaços terrestres seu frescor e sua glória, por pouco que aceitemos recebe-los como dom (DARDEL, 2011, p. 97).

Para o autor a terra é uma presença sagrada, ela é, sem dúvida, o início e o fim de tudo. A geografia para Dardel (2011) está implicada na existência humana, em uma relação existencial que deve ser reconhecida em sua dimensão teórica, mas, sobretudo, na sua dimensão ontológica que fundamenta o conhecimento.

É necessário, portanto, compreender a geografia não como um quadro fechado em que os homens se deixam observar tal qual os insetos de um terrário, mas como o meio pelo qual o homem realiza sua existência, enquanto a Terra é uma possibilidade essencial de seu destino. (DARDEL, 2011, p.89)

Nessa conjuntura o estudo realizado na Comunidade da Tapera busca dar ênfase nas dinâmicas presentes da região amazônica, evidenciada na comunidade da Tapera por meio da relação da Paisagem Cultural e das Geograficidades exercidas pelos sujeitos presente no recorte em questão. Traz para os estudos de geografia um olhar voltado para as subjetividades que os sujeitos exercem com a paisagem que estão a contemplar. Para Dardel (2011), trata-se de um movimento de religação com o sentido fundante da própria geografia, como elo do homem com a terra: nossa realidade existencial terrestre.

3 | SURGIMENTO DE SÃO CAETANO E DA COMUNIDADE DA TAPERA

Rodrigues em sua obra “Nossa terra, nossa gente” discorre sobre o surgimento do São Caetano de Odivelas (1986, p. 19), em que este, faz parte da Zona Fisiográfica do Salgado, percorrido de norte a sul pelo Rio Mojuim, e limita-se ao norte com o Oceano Atlântico. Segundo o mesmo autor, com a intenção de fundar uma feitoria e dar início a criação de gado, Frei Felipe iniciou seu trabalho no dia 7 de agosto e foi quando pôs seu estabelecimento, “barraco”, sob a proteção de São Caetano e dando-lhe o nome de Odivelas, em homenagem a uma província de Portugal. Logo, esta fazenda de gado localizada à margem esquerda do Rio Mojuim, a 11 km de sua foz, foi entregue à administração de proposto do governo Colonial, a partir desse momento que adveio a atual sede do Município de São Caetano de Odivelas.

De acordo com Rodrigues (1986), o município de São Caetano de Odivelas passou por vários momentos até sua consolidação, pois assim como outras cidades da Amazônia foi colonizada pelos portugueses por meio das missões jesuítas,

posteriormente se integrando como parte do município de Vigia de Nazaré por decreto do governo do Estado do Grão Pará, e finalmente conseguindo sua independência política em 1933. Atualmente o município possui cerca de 17.420 habitantes segundo o último senso demográfico, IBGE (2016), com área da unidade territorial 743.466 km².

A comunidade da Tapera é formada pela Travessa Brasiliano José de Matos, Travessa Nazaré, Passagem Santa Maria, Passagem Alameda dos Milagres, Passagem Nossa Senhora de Fátima, Passagem Nossa Senhora do Livramento. A prefeitura do município não dispõe documentos que informem sobre o surgimento da comunidade, mas segundo os moradores mais antigos o seu surgimento se deu a partir da ocupação de terrenos pertencentes à igreja católica do município, dos quais posteriormente foram doados pelo padre Edir Negrão de Lima antes do seu falecimento.



Figura – 1 Mapa de localização da comunidade da Tapera, em São Caetano de Odivelas-PA.

Na entrevista com Maria de Nazaré do Nascimento, 72 anos, advinda da Comunidade de Ponta Bom Jesus para a comunidade da Tapera há 10 anos. É uma das moradoras mais antigas da comunidade da Tapera e que ainda reside na mesma, na atual Travessa Nazaré. Conta que, quando se mudou só havia duas casas no local, no qual era apenas um caminho cheio de mato fechado, não havia energia elétrica e água encanada.

As novas casas foram construídas em detrimento da instalação de energia elétrica, pelo projeto do governo “Luz para todos”, a partir desse momento várias famílias se dirigiram para o local e começaram a se instalar com suas barracas improvisadas e desde então a comunidade não parou de crescer.

Quando dona Nazaré chegou à comunidade foi cedida energia elétrica para ela

por uma vizinha de outra rua: “Quando eu vim pra cá não tinha energia elétrica nem água encanada, quem me deu cedeu foi uma senhora, a Bianca que mora pra lá, foi com um poste feito de pau que vinha pra cá e agente ligou a energia aqui em casa” (MARIA DE NAZARÉ DO NASCIMENTO, entrevista concedida em 2016).

Em entrevista como o senhor Laudelino Ferreira dos Santos, 67 anos, marido de dona Iracema Sousa dos Santos que, residem há seis anos na comunidade da Tapera, vindos de Belém. Em um passeio de lazer, através da pesca, realizou seu primeiro contato com a comunidade e se agradou da paisagem, e alugou uma residência, posteriormente efetuou a compra de seu atual terreno.

“Devido o rio, o peixe fresquinho, aqui tudo é pertinho, é isso que gosto, estou tão acostumado que não consigo passar mais de três dias em Belém, pra quem estar estressado isso é uma maravilha. Sou aposentado, mas trabalho aqui no sítio cuidando das plantas e gosto de amanhecer o dia olhando o verde isso eu me sinto muito bem, isso é uma saúde.” (LAUDELINO FERREIRA DOS SANTOS, entrevista concedida em 2016).

Com o passar dos anos ocorreram várias transformações na paisagem da comunidade, advindos principalmente, da instalação de energia elétrica e água encanada, que motivaram a ocupação e a compra de lotes.

“Há seis anos não tinha muita casa, sem comparação, depois que eu cheguei aqui parece que eu trouxe alegria (risos), não tinha energia elétrica, era só um matagal, cobras era um monte uma por cima da outra, foi um vizinho da frente que passou energia elétrica aqui pra gente. Aqui era só um caminhozinho que os pescadores passavam. Nas férias meu filho vem pra cá, atam a rede na varanda e dormem muito.” (LAUDELINO FERREIRA DOS SANTOS, entrevista concedida em 2016).

Ao entrevistar o senhor Manuel Santa Rosa residente há quatro anos na comunidade, 70 anos, é natural da Vila de “Boa Vista” no interior do município, expôs que o motivo pelo qual se mudou para comunidade da Tapera adveio do desejo de estar mais próximo ao rio e mata.

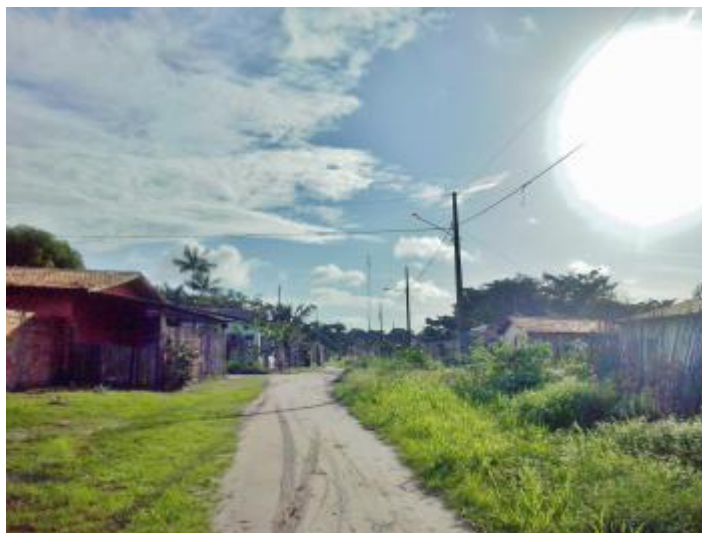
“Esse terreno aqui era de um amigo, aí eu vendi o meu e comprei esse, por que pra mim quanto mais dentro do mato melhor. Durante minha vida toda foi pescando, mas faz dez anos que parei a profissão, eu sou praiano, viver com tranquilidade sabe a minha vida é assim. Depois que eu comecei a trabalhar, comecei a ganhar o mundo e morava aqui e acolá, trabalhando e pêpêpê tudo através do conhecimento da pesca, há quatro anos me mudei pra cá quando eu já estava aposentado, eu gosto de viver aqui, pra mim é lazer eu relaxo com um ventão desse, só eu e o papai do céu.” (MANUEL SANTA ROSA, entrevista concedida em 2016).

Para obter mais informações sobre a comunidade da Tapera foi entrevistada também a Assistente Comunitária de Saúde Edileuza Almeida, que acompanha a comunidade desde o ano 2000.

“A comunidade da Tapera tem duas Travessas e quatro passagens. São aproximadamente 75 famílias que eu acompanho nessa área. Com relação ao histórico, não tem registros documentados porque é uma área recente e eu não sei nem se os nomes das ruas estão documentados. Essa área era uma invasão, as pessoas começaram a ir pra lá e ocupar, aí depois o padre da igreja católica que era dono de grande parte dos terrenos, doou para as pessoas.” (EDILEUZA ALMEIDA, entrevista concedida em 2016).

4 | ANÁLISE DA INTERFACE DA GEOGRAFIA SOBRE A COMUNIDADE

De acordo com Buss e Cabral (2002), a paisagem oferece diversas possibilidades de interpretação, suas formas e estrutura visível são compreendidas como campo de visibilidades, e onde se enfocam os significados e os valores construídos socialmente, é o campo de significação individual e sociocultural. A comunidade da Tapera oferece, nesse sentido, um suporte paisagístico para entender como os sujeitos percebem o ambiente que vivenciam, a partir dos usos da paisagem e das significações culturais.



Comunidade da Tapera – Rua Nossa Senhora de Fátima

Imagem 1 – Uma das primeiras ruas a receber instalação de energia elétrica
arquivo pessoal das autoras, 2016.

A humanização da paisagem resultou de um padrão de organização desenvolvido em detrimento das atividades produtivas familiares e de subsistência, como a exemplo a pesca e o extrativismo. Posteriormente, a comunidade apresentou uma nova atividade ligada ao turismo, visto seu valor paisagístico.

Partindo da caracterização das formas culturais da paisagem apresentada por Buss e Cabral (2002), podem-se identificar na comunidade da Tapera três tipos que estão mais expressivos, sendo eles Paisagem como habitat, lazer e reserva. A paisagem como habitat refere-se a qual, os sujeitos da Tapera, usufruem como território de moradia, convívio social e de subsistência. Já a paisagem como lazer constitui a qual os visitantes e os moradores de segunda residência, ou seja, os sujeitos externos a comunidade, usufruem de maneira reduzida pela estética, a ideia de bem estar a partir do ambiente. E por fim, a paisagem como reserva, visto que, há uma preocupação expressiva por parte dos moradores em preservar e conservar a área de mangue.



Moradores da comunidade exercendo sua relação com rio

Imagem 2 – O banho de rio como lazer e subsistência para alguns moradores da comunidade da Tapera

arquivo pessoal das autoras, 2016.

Nesse contexto a comunidade da Tapera revela através das vivências dos sujeitos um conjunto significados próprios da Amazônia que se distinguindo de outras regiões, por representações específicas, consolidadas na percepção dos habitantes e dos estranhos à região. Assim, a identidade cultural passa a servir como paradigma para a definição dos limites de uma região (PASSOS, 2013).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Centradas na problemática desenvolvida, as significações presentes nos sujeitos são representadas pelas atividades vivenciadas no cotidiano dos mesmos. Nesse sentido, com base em suas subjetividades é possível identificar que as atividades que possuem características indentitárias próprias da Amazônia, levam em conta a dimensão da paisagem que estão intrinsecamente ligadas às práticas sociais existentes na Comunidade da Tapera.

Na qual, os sujeitos internos exercem suas atividades no cotidiano para subsistência e vivência, através da pesca, da extração de caranguejo, do banho de rio, etc. Enquanto que os sujeitos externos vivenciam na paisagem possibilidades turísticas e de lazer, visto que, suas casas são caracterizadas como de segunda residência e suas atividades estão relacionadas ao contato turístico com o rio.

As atividades exercidas pelos sujeitos internos e externos foram significativas para formação da paisagem cultural da comunidade da Tapera, pois os moradores que são representados pelos residentes locais foram os primeiros a desenvolver suas atividades na paisagem, enquanto que, os sujeitos externos que são os moradores de segunda residência e moradores de outros bairros, que outrora se deslocam para a comunidade, em detrimento da proximidade da margem do rio. Demonstrando assim,

a multiplicidade de sujeitos e de subjetividades que estão perpetuadas na comunidade da Tapera.

REFERÊNCIAS

CABRAL, L. O; BUSS, M D. A Paisagem como Campo de Visibilidade e Representação: um estudo de caso. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n13, p. 47-62, JAN/JUN. de 2002.

DARDEL, Eric. O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016.

HOLZER, Werther. **A geografia humanista: sua trajetória de 1950 a 1990**. Rio de Janeiro, UFRJ/PPGG, 1992.

MIRANDA, Elis A.; TAMARA, Tania C. E. **Representações lusas na Amazônia brasileira**: paisagens, imagens e topônimo. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 33, P.149-166, Jan./Jun, 2013.

PASSOS, M. Paisagem, Lugar E Região: Perspectivas Teórico- Metodológicas Para uma Geografia Humana dos Espaços Vividos. **GEOUSP** – espaço e tempo, São Paulo, N°33, pp. 168- 185, 2013.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, Rio Claro. v. 4, n. 7, p. 1-25, Abril, 1979.

RODRIGUES, S. R. (Cartilho). **Nossa terra, nossa gente** – São Caetano de Odivelas – Pará, 1986.

RODRIGUES, S. R. (Cartilho). **Resenha histórica** – São Caetano de Odivelas – Pará, abril/2002.

SOUSA SANTOS, B. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. **Terra Livre**, Publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros-AGB, ano 22 – Vol. 1 número 26 - p. 1-246 - Goiânia-GO, Jan-Jun/2006.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 (1925)

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES SOBRE A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Ramon Alves Malta
Rafael Guimarães Farias
André Santos de Oliveira

RESUMO: A abordagem do Desenvolvimento Territorial do ponto de vista estratégico visa estabelecer e implementar políticas que tenham impacto sobre a pobreza e criar oportunidades econômicas para as áreas pobres carentes em todos os aspectos, para além da escala local, para isto, novos arranjos institucionais podem ser necessários para superar os interesses predominantes que muitas vezes caracterizam governo municipal e nacional. Do ponto de vista teórico esta concepção está relacionada com a abordagem territorial predominante na América Latina e no sul da Europa, onde predominam a implementação de políticas públicas para desenvolvimento rural e redução da pobreza. A partir destas questões a proposta deste trabalho surge com o objetivo de apresentar elementos em um contexto histórico que possibilite a construção de reflexões sobre a formulação e implementação da política de Desenvolvimento Territorial em um contexto mais amplo.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento territorial; políticas públicas; governança.

ABSTRACT: The Territorial Development approach from the strategic point of view aims to establish and implement policies that have an impact on poverty and create economic

opportunities for deprived areas in all aspects, beyond the local scale, for this, new institutional arrangements may be necessary to overcome the prevailing interests that often characterize municipal and national government. From a theoretical point of view, this conception is related to the predominant territorial approach in Latin America and southern Europe, where the implementation of public policies for rural development and poverty reduction predominate. From these questions, the proposal of this work arises with the objective of presenting elements in a historical context that allows the construction of reflections on the formulation and implementation of Territorial Development policy in a broader context.

KEYWORDS: territorial development; public policies; governance.

RESUMEN: El enfoque del Desarrollo Territorial desde el punto de vista estratégico tiene por objeto establecer y aplicar políticas que tengan impacto sobre la pobreza y crear oportunidades económicas para las áreas pobres carentes en todos los aspectos, además de la escala local, para esto, nuevos arreglos institucionales pueden ser necesarios para superar los intereses predominantes que muchas veces caracterizan gobierno municipal y nacional. Desde el punto de vista teórico esta concepción está relacionada con el enfoque

territorial predominante en América Latina y el sur de Europa, donde predominan la implementación de políticas públicas para el desarrollo rural y la reducción de la pobreza. A partir de estas cuestiones la propuesta de este trabajo surge con el objetivo de presentar elementos en un contexto histórico que posibilite la construcción de reflexiones sobre la formulación e implementación de la política de Desarrollo Territorial en un contexto más amplio.

PALABRAS-CLAVES: Desarrollo Territorial; Políticas Públicas; Gobernanza.

INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Territorial-DT na perspectiva pioneiro da América Latina e do sul da Europa representa uma abordagem evolutiva e inovadora para o desenvolvimento rural e redução da pobreza (SCHEJTMANN E BERDEGUE, 2002). As iniciativas do DT baseiam-se em torno da existência da identidade territorial compartilhada entre as diferentes partes e os diversos grupos sociais que existem dentro das áreas geográficas com características e limitações específicas (ABRAMOVAY, 2002).

É possível verificar, neste contexto, a aplicação do conceito a partir de uma perspectiva de organização e luta dos movimentos sociais evidenciada na leitura de Silva (2017) em que afirma que a unicidade de interesses, de causas sociais e dentre outras, as organizativas de intervenção na sociedade, permitem a organização do povo para lutar pelos direitos de acesso à terra, moradia e condições da reprodução da vida no campo e na cidade. Este cenário impulsionou novas formas de atuações nos processos de espacialização e territorialização e até mesmo na forma de abordagem do desenvolvimento territorial.

Partindo da definição de território defendida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA no documento intitulado “Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil” (MDA, 2003) e possível verificar que:

[...] Território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial [...].

Nesta perspectiva o desenvolvimento tem como foco o fortalecimento das economias locais, fomentando o desenvolvimento do mercado dinâmico, com base nas vantagens comparativas e similaridades amplas das características produtivas, históricos, culturais e ambientais distintas das regiões, por meio de estratégias de planejamento de inclusões sociais e participativas, envolvendo a sociedade civil, os intervenientes privados e públicos, salientando a importância da participação da sociedade civil na construção de oportunidades produtivas e de mercado para os pobres, através do espaço urbano e rural, de acordo com as características e oportunidades que

os territórios diferentes apresentam (SEPULVEDA, 2003; ABRAMOVAY E BEDUSCHI FILHO, 2004).

Do ponto de vista prático, o DT tem como objetivo estratégico alcançar impacto sobre a pobreza e criar oportunidades econômicas para as áreas pobres carentes em todos os aspectos, para além da escala local, para isto, novos arranjos institucionais podem ser necessários para superar os interesses predominantes que muitas vezes caracterizam governo municipal e nacional (SCHEJTMANN E BERDEGUE, 2003).

Uma face dessa estratégia surge em forma de contradição quando é levantada a questão da funcionalidade das políticas de desenvolvimento territorial a partir da viabilidade econômica desta. O problema é que os limites impostos pela política econômica nos anos de neoliberalismo, marcados pela transição de estado de bem-estar, é pautado em direitos para outro que restringe a garantia dos benefícios e serviços vinculados às políticas sociais. Apesar de avanços e das experiências diferenciadas no âmbito da Seguridade Social, dentre os limites concretos impostos pela política econômica para o controle democrático destaca-se: a existência da Desvinculação de Recursos da União, que retira recursos da Seguridade Social, e o fato de uma parcela importante da execução orçamentária acontecer fora dos fundos públicos da Seguridade (SALVADOR, 2012).

A partir do que se aborda é possível afirmar que o Desenvolvimento Territorial tem como objetivo central reorientar os quadros institucionais para o desenvolvimento rural e local, a partir do exercício da cooperação entre os diferentes setores e níveis de governo em todas as unidades geográficas do governo, juntamente com os fóruns territoriais participativos para o planejamento e implementação do desenvolvimento. Estes podem incluir organizações como sindicatos rurais, movimentos sociais, igrejas, ONGs e instituições sociais indígenas, bem como os produtores do setor privado e organizações comerciais que podem potencialmente desempenhar um papel motor no reforço do desenvolvimento econômico, na integração do mercado, identidade cultural e inclusão social para além da escala local.

Acerca da identidade cultural na modernidade, Hall (2003) aborda que há um forte impacto da globalização e fragmentação na percepção do local, que produz descontinuidades e deslocamentos, ele chama atenção para o impacto da globalização na identidade cultural. Isso é fundamental para deixar de pensar de uma forma homogeneizadora, por exemplo, de pensar sempre o local como contra-hegemônico.

Desse modo, pensar o papel dessas políticas públicas, sugere distintas percepções, pois da retórica à ação, existe uma imensa trajetória a ser percorrida, por exemplo no plano das políticas territoriais, suas contribuições estão majoritariamente: os processos, o aprendizado e raramente, os resultados, as conquistas. Na visão de Hajer (1995) o processo de elaboração das políticas públicas tem um efeito apaziguador, que contrariamente, ao invés de acirrar, atua impedindo que os conflitos se manifeste.

Na perspectiva da Europa e da América Latina, o DT caracteriza-se pelo fato de em parte proporcionarem o desenvolvimento econômico local a partir de um foco mais

amplo com envolvimento das áreas rurais juntamente com os assentamentos urbanos, mercados e zonas industriais (LEADER, 2001).

Implicitamente o Desenvolvimento Territorial inclui muitos dos princípios que envolvem questões relacionadas aos meios de vida, com destaque para o papel do capital social e ativos produtivos na construção de oportunidades e abertura de mercados (SEPULVEDA, 2003).

A partir destas questões a proposta deste trabalho surge com objetivo de apresentar elementos em um contexto histórico que possibilite a construção de reflexões sobre a formulação e implementação da política de Desenvolvimento Territorial em um contexto mais amplo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A construção da política de desenvolvimento territorial no Brasil

Formular e implementar políticas é a essência da atividade do Estado, numa abordagem clássica, a formulação de uma política é uma operação abstrata: implica em definir o sentido que deverá ter a ação. Contém, desse modo, elementos normativos e prescritivos dos quais resulta uma visão sobre um futuro desejável (OSZLAK, 1982).

Entre a formulação e a ação, situa-se a distância entre o abstrato e o concreto. Desta maneira, a eficácia das políticas depende do modo como são discutidas, aprovadas e executadas. Segundo Arias e Caballero (2003), deve-se considerar todo o “jogo político”, os incentivos e custos de transação para elaboração de uma política pública. Nesta relação, o Estado se distingue das demais instituições, por deter o monopólio do uso da força e a possibilidade de criação das leis, e como aponta Bourdieu (2014), para além de produzir o poder de disciplina¹ - descrito por Michel Foucault- , é também assistencialista.

Por isso, ao invés de focar a substância e a orientação de determinadas políticas, este enfoque concentra-se nos processos críticos que dão forma a essas políticas, colocam em prática, desde sua formulação até a implementação, e as sustentam ao longo do tempo. Parte da premissa segundo a qual os processos de discussão, negociação, aprovação e execução de políticas podem ser, pelo menos, tão importantes quanto o conteúdo específico (BID, 2006).

No Brasil, as experiências das políticas públicas de desenvolvimento territorial foram impulsionadas institucionalmente pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, vinculadas ao recém criado, na época, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Através da portaria nº. 5, de 18/07/2005, o Programa de Desenvolvimento

¹ Tanto Bourdieu (2014) quanto Foucault (1979) produziram bons instrumentos de análise do Estado a questão do poder e do espaço social, Foucault (1979) destaca um novo tipo de poder: poder disciplinar - preocupado com a regulação, a vigilância, o governo da espécie humana, indivíduo e corpo, seus locais são as instituições, objetivando assim manter o estrito controle sob as vidas, a saúde, a vida familiar, a disciplina, os prazeres e desejos.

Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), também conhecido como Territórios Rurais de Identidade passou a atuar decisivamente no reconhecimento, seleção e administração dos territórios.

A partir das experiências com as políticas de desenvolvimento territorial, Delgado (2011), aponta que houveram “mudanças” normativas na compreensão das políticas públicas desejando que o arranjo institucional possibilitasse o controle social em nível territorial, representada pelos conselhos, articulando efetivamente essa complexa arena, pensando no contexto da territorialização e governança de políticas públicas de modelo *bottom-up*. Abramovay (2007), corrobora que a literatura sobre desenvolvimento territorial é marcadamente normativa e a ela faltam definições teóricas claras sobre a natureza dos laços sociais que formam os territórios, deixam veladas importantes questões que envolvem as relações sociais no contexto local onde se implementa a política.

Fragilidades na formulação e implementação da política de desenvolvimento territorial

As políticas de desenvolvimento territorial possuem verdadeiros paradigmas institucionais que impossibilitam ações mais contundentes por parte do Estado. Embora o conceito de desenvolvimento territorial tenha entrado definitivamente para o discurso governamental, trata-se de uma incorporação “por adição” dos novos temas, sem sustentar uma devida mudança capaz de assumir a “nova visão”, o novo compromisso institucional que supere os atuais paradigmas das políticas públicas de desenvolvimento territorial. Segundo Salvador (2012) a implementação dos dispositivos constitucionais para a Seguridade Social, sobretudo seu orçamento, já seria um enorme desafio em condições mais favoráveis aos movimentos dos trabalhadores e da sociedade organizada. A situação se torna ainda mais desfavorável aos defensores dos direitos sociais a partir da década de 1990, com a hegemonia neoliberal no Brasil. A idéia da “nova visão” pode ser compreendida a partir da afirmação de Favareto (2010) que diz:

Essa “nova visão” do desenvolvimento rural, no qual a marca é justamente uma tentativa de dar conta das mudanças que passara o rural nas décadas anteriores e a necessidade que elas traziam através de um enfoque setorial a outro de caráter territorial, e, também, em se emergir um novo modelo institucional em torno dessas políticas, “a nova visão” (FAVARETO, 2010).

Para Manzanal (2006), há algumas perspectivas inovadoras na ideia de desenvolvimento territorial: depende da participação social organizada, requer melhorias nos mecanismos de governança, redefine a maneira de fazer política e torna-se o caminho para avançar para uma nova hegemonia no poder com o controle social - condições necessárias para equidade social e redistribuição de renda com sustentabilidade ambiental.

Entretanto, o Estado e a sociedade civil têm muita dificuldade para consagrar novas perspectivas embutidas nas políticas de desenvolvimento territorial. Isso porque,

não possuem experiências em suas trajetórias que possibilitem maior participação social e desenvolvimento de mecanismos de governança.

Governança de políticas públicas

Governança é um conceito usado principalmente para indicar uma nova forma de governar, mais cooperativa e diferente do modelo hierárquico das autoridades do Estado exercendo o poder soberano sobre os cidadãos e grupos que compõem a sociedade civil (MAYNTZ, 2001). Segundo Abramovay (2007), a abordagem territorial do desenvolvimento estimula o estudo dos mecanismos de governança pública subjacentes à composição e à atuação dos conselhos de desenvolvimento.

Sabe-se que, para possibilitar os mecanismos de governança, a sociedade civil tem que está organizada, haver atores corporativos que representam diferentes interesses funcionais e diferentes interesses socioeconômicos, ou seja, organizações como sindicatos, associações empresariais, cientistas e as organizações representativas dos interesses dos consumidores ou valores ecológicos (MAYNTZ, 2001).

Atualmente, há um avanço no modelo (normativo) de formulação de políticas públicas que saíram do tipo *top-down* para o *bottom-up*. Porém, o desafio é como gerir essa nova perspectiva, tendo em vista que a sociedade não traz consigo experiências anteriores de governança, controle social e práticas participativas, a medida que a mobilização social é um dos fatores capazes de atuar no fortalecimento das políticas públicas

Partindo de uma análise conjuntural histórica aprofundada é possível perceber que, no contexto da governança, o neoliberalismo representou uma reação conservadora de natureza extrema e regressiva, na qual se situa a contrarreforma do Estado. É possível verificar que a Constituição Brasileira de 1988 evidencia questões, ainda que mínimos, mas que orienta uma estratégia de natureza social e democrática. A partir dos anos 1990, as propostas “reformistas” acabam por sabotar as possibilidades, ainda que limitadas, da plena aplicação dos direitos sociais da Carta Magna (BOSCHETTI, 2003). Neste contexto, é possível afirmar que a contra reforma, iniciada com as chamadas “reformas” estruturais no governo Collor, aprofundadas no governo Fernando Henrique Cardoso e que assombra os dias atuais poderão mudar os rumos das políticas sociais e, como consequência, irá refletir na governança das políticas de desenvolvimento territorial.

Corroborando com a afirmação de Favareto (2010), é mais fácil promover mudanças nas regras formais (normativa) do que nas regras informais (cognitivas) que regem uma sociedade ou grupo social, sobretudo porque as segundas são mais difusas e formadas por meio da sedimentação de vários processos sociais, em uma escala de tempo que não acompanham os contratos normativos, as leis e afins.

Contudo, a abordagem do desenvolvimento territorial é marcada por contradições. Apesar da perspectiva inovadora apresentada no ponto de vista normativo quando foi criado, este desenvolvimento, tem encontrado verdadeiros paradigmas e sérios

desafios, questões como a governança e participação requerem uma sociedade civil que demande por ela e que tenha capacidades mínimas para exercer o controle social. Questões como essa impulsionam conjunturas e possibilitam condições favoráveis para aqueles que melhor compreenderem essas questões e evidenciem medidas contundentes para a *práxis* do momento.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA PERSPECTIVA RURAL

Políticas públicas no contexto do desenvolvimento rural

Na perspectiva do desenvolvimento rural, existem quatro elementos-chave que entremeiam essa discussão: o enfrentamento a pobreza rural e o combate às desigualdades (i); a abordagem territorial que sugere o território como unidade de planejamento e atuação (ii); o protagonismo e participação política dos atores sociais (iii); e a questão central da sustentabilidade ambiental (iv) (SCHNEIDER, 2004).

Em seu trabalho Frank Ellis (2001; 2000; 1998) citado por Schneider (2004) identifica ações que preconizam o desenvolvimento rural como: estratégias de sobrevivência familiares e a diversificação de seus modos de vida, situando que são ações locais desenvolvidas no próprio território onde eles vivem, que geram impactos reais favoráveis a reprodução social, a economia e a melhoria na condição de vida dessas populações, (não apenas rendas agrícolas ou não agrícolas, mas outras rendas). Na diversificação inclui a garantia da reprodução, social econômica, cultural, enfim na diversidade de escolhas e estratégias.

A implementação horizontal de políticas setoriais são fundamentais para criação de oportunidades para que os agricultores possam acessar recursos simbólicos e materiais, e que em contrapartida, possibilite a geração de emprego e renda, fortalecendo a sociedade civil e até mesmo as agências estatais, possibilitando acesso a direitos básicos de cidadania, bem como a construção de processos de ação coletiva, reduzindo assim o isolamento do território, tornando os sujeitos atores de seu próprio desenvolvimento (DELGADO et all, 2007).

No Brasil as regiões desenvolvidas eram as que apresentavam indicadores positivos de crescimento demográfico, educacional e sobretudo econômico (mensurados pelo PIB, renda per capita), foram com estes parâmetros que se orientou as ações do Estado, através das políticas públicas, que objetivava estimular o crescimento nas regiões do país. Meados da década de 70 e início de 80 novos critérios de avaliação e julgamento do que se considerava como desenvolvimento foram adotados, tais como: noções de sustentabilidade, qualidade de vida passam a vigorar e se legitimarem (SCHNEIDER, 2004).

Política territorial e desenvolvimento rural

O desenvolvimento territorial ganhou destaque no Brasil, especialmente nos

espaços rurais, tem ganhado adesão de intervenções políticas e tem sido objeto de inúmeros estudos (Delgado et al., 2007), portanto tem se aproximado de acordo com Schneider (2004) de um estado provedor, indutor de ação, assim a abordagem territorial tem ganhado espaço no planejamento e formulação de políticas públicas, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

As políticas públicas das esferas locais são possuídas por programas de inúmeras procedências e (inclusive pelos de origem não governamentais, municipal, estadual e federal, cooperação técnica financeira ou internacional), um fator inerente a implementação dessas políticas, trata-se da articulação destas distintas políticas e programas, este fato permite-nos identificar a importância dos espaços de governança. Sendo assim, as arenas decisórias, os espaços públicos institucionais, devem se constituir não apenas como espaços de representação e participação, mas também como um local de articulação dos programas existentes. (DELGADO et al., 2007).

Para Delgado et al (2007) a questão central é o poder, são relações políticas tocantes a isso, o fortalecimento dos diversos atores sociais e instituições, o autor destaca três questões que devem ser consideradas acerca dos desafios existentes entre políticas e instituições:

(a) os programas governamentais de distintas procedências; (b) as arenas decisórias e os espaços públicos existentes no território; e (c) a questão do empoderamento dos distintos atores e agências institucionais nos espaços públicos existentes e seus efeitos sobre as possibilidades de articulação das políticas e das instituições (DELGADO et al., 2007, p. 4).

O autor sugere ainda que os processos territoriais precisam cada vez mais levar em consideração as “redes de articulação” de instituições, atores e programas, tocantes a política pública; e dessa forma construir e identificar as estratégias de ação comum que podem ser efetuadas, os participantes e as possibilidades de se reproduzirem no decorrer do tempo.

Delgado et al. (2007) sugere três objetivos independentes, porém potencialmente interdependentes ao analisarmos a abordagem da territorialização no âmbito da intervenção governamental: a territorialização da governança, do desenvolvimento e das políticas públicas.

A abordagem da territorialização da governança destaca a noção de território como espaço fundamental para a efetividade de processos de descentralização das ações governamentais e da relação entre a sociedade e estado (partir da metade da década de 1980). A compreensão de descentralização esteve vinculada a criação de espaços públicos, o que chamamos de arenas sociais, caracterizado pela presença de atores, movimentos e organizações sociais contra hegemônicos, que desejava ampliar o campo da política e redefinir as relações entre o estado e a sociedade, fortalecendo assim a transição democrática e a transformação da cultura política hegemônica (DELGADO et al., 2007).

As conquistas da descentralização não apagam os problemas dos governos

locais brasileiros. [...] o municipalismo autárquico incentiva, em primeiro lugar, a “prefeiturização”, tornando os prefeitos atores por excelência do jogo local e intergovernamental. Cada qual defende seu município como uma unidade legítima e separada das demais, o que é uma miopia em relação aos problemas comuns em termos “micro” e macrorregionais (Abrúcio, 2006, p.48).

No Brasil, a territorialização da governança ligada a descentralização, foi decisivo na construção de espaços de participação nas esferas locais, mas difundiu também a fragmentação de políticas públicas (DELGADO et al., 2007) tal fragmentação também pode ser compreendida através da conformação do fenômeno intitulado por Abrúcio (2005) como *federalismo compartimentalizado*, e sua forte influência ao longo do período da redemocratização.

A abordagem sobre os alcances e limites deste nos espaço territoriais, devem ser enfocados a partir de uma análise histórica, onde as mutações do contexto político e institucional, tem sido decisivo no que tange a capacidade operacional dos novos instrumentos de intervenção pública (Leite et al., 2007 apud Delgado et al., 2007) dessa forma a descentralização iniciada no período de FHC torna-se um processo difícil e demorado, pois apesar do Brasil existir como federação, o federalismo persiste a ser um tema em disputa entre o poder federal e os executivos dos municípios e estados, e a herança nacional é caracterizada pelo encadeamento do patrimonialismo estadual e centralismo autoritário, o que torna a descentralização um processo em construção (DELGADO et al., 2007).

Ainda Delgado et al. (2007) grande parte das políticas públicas territoriais visam reduzir a pobreza e as desigualdades sociais e territoriais, através do incentivo a ação coletiva. O autor levanta um questionamento interessante, inerente a coerência entre os três objetivos (combater a pobreza, promover o reequilíbrio territorial e incentivar a ação coletiva para geração de renda). A partir dessa constatação ele destaca a pertinência em diferenciar a territorialização das políticas públicas, de outra compreensão que a considera como políticas de apoio a gestão territorial descentralizada e que concerne a delegação de poder Federal a favor de um consórcio atores, privados públicos e civis. Essa constatação recoloca o tema da governança e estimula a reflexão acerca da articulação das políticas públicas (Delgado et all, 2007).

De modo geral, pode-se dizer que a abordagem da territorialização das políticas públicas tem sido implementada no Brasil de duas perspectivas. Por um lado, uma perspectiva de reordenamento/reorganização territorial, que busca atualizar as políticas tradicionais de desenvolvimento regional, passando de uma ênfase que priorizava as grandes regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) para outra que destaca a relevância da consideração de uma escala menos abrangente, como é o caso da escala micro ou mesorregional. Por outro, uma perspectiva que salienta a territorialização de políticas públicas específicas, usualmente de recorte setorial, diferenciadas ou universais, com o objetivo de alcançar maior eficácia e efetividade na implementação da descentralização desse tipo de políticas públicas (DELGADO et all, 2007, p. 16).

A herança histórica de uma cultura política caracterizada pela centralização nos processo inerentes as tomadas de decisões, no autoritarismo, clientelismo nas

relações, representa um entrave central para conformar uma estrutura institucional capaz de planejar o desenvolvimento territorial, incluindo uma diversidade de atores sociais e de ações estratégicas, sendo assim, priorizam os segmentos favorecidos, produzindo distorções nos objetivos da política e interrupção de ações (DELGADO et all, 2007).

As experiências das políticas públicas mais recentes tem evidenciado a convergência sobre refletir a necessidade de pensar as políticas públicas territorialmente, bem como a consolidação de um nível intermunicipal de articulação para operacionalizar as propostas e ações de desenvolvimento, admitindo entretanto os desafios da esfera local (DELGADO et all, 2007).

[...] as políticas territoriais foram formuladas e implementadas no intuito de oferecerem soluções inovadoras aos novos e antigos desafios, dentre eles se inscrevem a pobreza as desigualdades regionais (Delgado et all, 2007, p.6).

Ainda sobre a desigualdades sócio-espaciais e as influências dos atores hegemônicos nos espaços públicos, os estudos de Sencébé (2015, p. 5) apontam que.

La structure foncière très inégalitaire du Brésil est largement liée à l'influence des grands propriétaires dans les décisions publiques. Elle impacte le sort de millions de familles agricoles qui n'ont d'autre solution que de vivre en zone rurale avec peu ou pas de terre ou de suivre les chemins de l'exode.[...] la situation actuelle de la ruralité, sous-estimée dans tous les sens du terme.

No que diz a respeito às arenas decisórias desses programas e políticas, vale destacar que os espaços políticos deverão ser para além de espaço de representações e participação desses atores, serem espaços de articulação da política existente (Delgado et all, 2007) pois como demonstra Favareto (2015) os atores sociais participam das arenas decisórias e acabam se limitando a utilizar o espaço do colegiado territorial como forma de operacionalizar os recursos, sem pautar uma agenda mais ampla, que haja inclusive articulação com outras iniciativas afins públicas.

Sabemos que a última década houve grandes índices de redução da pobreza e das desigualdades e, além disso o país viveu um grande período de crescimento econômico continuado, foi uma década vitoriosa, no entanto para o caso não das regiões rurais podemos considerar que a continuidade dessa alocação de mais recursos para a agricultura familiar e a implementação de fortes políticas sociais serão suficientes para produzir resultados satisfatórios e que estes sigam se ampliem, será necessário inovar nos instrumentos da política brasileira de desenvolvimento territorial e ensejar uma estratégia de desenvolvimento rural (Favareto, 2015), assim o autor aponta que a concepção de territorialização das inúmeras iniciativas, devem ir para além da ampliação geográfica e tratar da valorização das dinâmicas endógenas das localidades e da diversidade dos atores sociais que integram as regiões rurais, pois o diálogo e compreensão destes aspectos ainda são considerados incipientes.

A problemática da geografia política e o desenvolvimento territorial

As prefeituras, especialmente no interior do Brasil possuem imensa dificuldade em sua capacidade administrativa e de descentralização de poder à sociedade, apesar de vivermos uma maior democratização da política, especialmente quando comparamos com a década anterior (FAVARETO, 2015).

A política de desenvolvimento territorial operacionalizada através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais - PRONAT foi concebida e sua implementação deu-se mediante a criação dos territórios rurais de identidade nas diversas regiões do Brasil com uma nova institucionalidade objetivando gerir socialmente a política territorial, articular as políticas públicas e os atores sociais e promover assim a governança do território (DELGADO e LEITE, 2015).

Um aspecto fundamental da abordagem territorial foi a incorporação das demandas dos diferentes povos e populações tradicionais, tendo em vista a necessidade da consolidação da democracia e da construção de uma nova cultura política no meio rural, dessa forma, o governo tem incorporado a partir de 2003 o recorte territorial para elaboração e implementação de políticas públicas para o meio rural objetivando promover o protagonismo dos atores rumo a construção de uma governança territorial e para obtenção de resultados eficientes das políticas públicas (Delgado e Leite, 2015) o PRONAT e o Programa Territórios de Cidadania exemplificam bem programas e políticas públicas destacadas anteriormente.

Essa nova institucionalidade foi marcada por uma forte inversão na distribuição existente (antes centralizadas no Centro-Sul) contribuindo em certa medida para redução das desigualdades presentes entre as diversas regiões e territórios, em 1997 apenas 40% dos municípios localizava-se no Norte e Nordeste em 2001 passou a 63%, as regiões Sul e Sudeste que concentrava 50% dos municípios, passando a 30% em 2001 (DELGADO e LEITE, 2015).

Reconhecendo a necessidade de um órgão que exercesse o papel de articulador no contexto econômico, institucional e social sustentável, no governo Lula em 2003, sob o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi construída a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) para desempenhar o papel de agente de desenvolvimento e implementação de uma abordagem mais integrada e participativa para o planejamento do desenvolvimento rural. A missão da SDT incluiu a reorganização, nos pólos municipais, estaduais e federal, dos Conselhos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável – Codeter, reforçando o seu caráter intersetorial e aprofundando a participação dos movimentos sociais e organizações não governamentais.

No plano federal MDA/SDT, trabalhar com outros ministérios-chave que compartilhavam sua visão territorial estratégica, nomeadamente, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, que tem agora incluído no programa de segurança

alimentar Fome Zero; Ministério do Ambiente - MMA e Ministério Nacional da Integração – MINTEGRA.

Os dispositivos de ação pública se inscrevem dentro de um processo de luta hegemônica, implica em construção de discurso, da produção de alianças, de linguagens e de protagonismo, que nessa dimensão pode se pensar na concepção de hegemonia Gramsciana, abordada por Laclau e Mouffe (1987), pensando o território, como processo de construção política e social, a fim de analisar e compreender os atores que produziram o território, mesmo antes das políticas públicas e após as mesmas.

As políticas territoriais, se inscrevem numa institucionalidade governamental, ou seja, são políticas de governo, uma mudança neste quadro, pode resultar no fim de inúmeras políticas, assim a perspectiva da hegemonia, ajuda a compreender as dinâmicas de construção dos territórios, a partir do protagonismo social e territorial, ou seja alguns atores, arranjos e reivindicações permanecerão, outros não, ainda que a política pública acabe, é o que estamos vivenciando na atualidade com a forte retomada neoliberal, houve um fortalecimento das fragmentações desses arranjos políticos territoriais conformados através da política pública, sua capacidade de resistir a este processo também pode ser um indicador de como a políticas públicas tem contribuído no construção desses arranjos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em teoria, as abordagens territoriais permitem a organização de grupos de sociais e econômicos em áreas mais extensas reforçadas através da criação de redes para garantir o apoio institucional, fazer face às necessidades de produção e comercialização coletivas, e negociar com os interesses do setor privado.

Mesmo tendo alcançado patamares de reconhecimento pelas peculiaridades evidenciadas, a política territorial no Brasil, no entanto, continuam a existir dificuldades institucionais, jurídicos e políticas, incluindo o compromisso dos órgãos setoriais fundamentais que permanecem atrelados a abordagem predominantemente setorial, bem como a necessidade de legitimar e estabelecer a autoridade das estruturas territoriais devido ao fraco compromisso do governo estadual e local devido a implementação atrelada as agências atreladas com abordagens esmagadoramente setoriais.

A Política de Desenvolvimento Territorial vem criando oportunidades alinhamento entre as comunidades com interesses comuns, e diferentes grupos sociais com objetivos comuns como: acesso à infraestrutura básica, apoio técnico, linhas de crédito.

O estudo aqui relatado mostra que, como a teoria sugere, e como a experiência política territorial do Brasil vem evidenciando, existe uma ampla margem para o surgimento de abordagens territoriais baseadas na reconfiguração da teoria e a prática do desenvolvimento territorial, de modo a ajudar a alcançar um desenvolvimento

econômico mais justo e com inclusão social. No entanto, também é possível evidenciar que a necessidade de reproblematicar questões relacionadas a desigualdade por conta da diversidade de compreensão dos processos de desenvolvimento de mercado dentro das áreas ou territórios geográficos específicos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n° 2, p. 379-397, 2000.
- ABRAMOVAY, R. E BEDUSCHI FILHO, L. C. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**. v.14, n°3, p. 35-70, 2004.
- ABRAMOVAY, R. Para uma Teoria de Estudos Territoriais. In: Ortega, A.C.; Almeida Filho, N.(Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Ed. Alínea, p. 13, 2007.
- ABRUCIO, F. L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Sociologia Política** v. 24, Curitiba, p. 41-67, 2005.
- ARIAS, X. C. e CABALLERO, G. Instituciones, Costos de Transacción y políticas públicas: Un Panoram. **Revista Economia Institucional**. v. 5, n° 8, p. 117 – 146, 2003.
- DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. Org. GRISA, C.; SCHNEIDER, S (Org). In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no brasil**. – Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 239–259, 2015.
- DELGADO, N. G. ; BONNAL, P. ; LEITE, S. P. **Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**: Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro: [s.n.], p. 72, 2007.
- DIXIT, A. K. **The Making of Economic Policy: A Transaction-Cost Politics Perspective**. Cambridge, The MIT Press, 1996.
- FARIA, C.A.P. Ideias, Conhecimento e Políticas públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n° 51, p. 21 – 30, 2003.
- FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Revista Estudos Avançados**, p. 299-319, 2010.
- FAVARETO, A. Uma década de experimentações e o futuro das políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 261-278, 2015.
- GOMES, F. G. A Nova Economia Institucional (NEI) e o (Sub) desenvolvimento Econômico Brasileiro: Limites e Impossibilidades de Interpretação. In **Encontro Brasileiro de Sociologia e Economia Rural (SOBER)**. Anais do Encontro, 2005.
- LEADER. ‘**La competitividad de los territorios rurales a escala global: Construir una estrategia de desarrollo territorial con base en la experiencia de LEADER**’, Fascículo 5, 2001, p. 55. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-es/biblio/localglobal/comlocalglobal.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

- MABEL, M. "Regiones, Territorios e Institucionalidad del Desarrollo Rural". In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G e LATTUADA, M. **Desarrollo Rural, Organizaciones y Territorio**. ed. CICCUS, Buenos Aires, p. 21-50, , 2006.
- MAYNTZ, R. El Estado y la sociedad civil en la gobernanza moderna. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**. Caracas. n. 21, p. 1-8, 2001.
- NORTH, D. C. **Structure and Change in Economic History**. New York. W.W. Norton. 1981.
- OSZLAK, O. Políticas Públicas e Regimes Políticos: Reflexões a Partir de Algumas Experiências Latino-Americanas. *Revista Administração Pública*, p. 17 – 60, 1982.
- SCHEJTMAN, A. & BERDEGUE, J. **Desarrollo territorial rural, (2002)**, p. 56. Disponível em: <http://www.iadb.org/sds/doc/RUR_Cap2_desarrolloterritorialrural.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2016.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, p. 88-125, 2004.
- SENCÉBÉ, Y.; CAZELLA, A. A. Le paradoxe d'un pays rural qui s'ignore : urbanisation et place de l'agriculture familiale au Brésil. **Revista Espace populations sociétés**, p. 1-17, 2014.
- SEPULVEDA, S. et al. **Territorios rurales, estrategias y politicas en America latina. Paper presented at the 1st international fórum, Territorio, desenvolvimento rural e democracia**. Instituto Interamericano de Cooperacion para la Agricultura. Fortaleza, Brazil, 2003.
- SILVA, H. C. G. M. Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST. **Revista NERA**, v. 20, nº. 36, 2017.
- MDA, **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil (2003)**. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/SDT+MDA_000fbi2wrvh02wx5eo0sawqe3v5le2e4.pdf>. Acesso em 19/07/2017.
- SALVADOR E. O controle democrático no financiamento e gestão do orçamento da Seguridade Social no Brasil, **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.11, n.1, p.40 - 51, 2012.
- BOSCHETTI, I. **Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.
- SCOTT, J. C. **Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed**. Yale University Press, p. 445, 1998
- HAJER, Maarten A. **The politics of environmental discourse: ecological modernization and the policy process**. Oxford: Clarendon Press, p. 344, 1998.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia y estratégia socialista. Hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, p.326, 1987.
- FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. Curso do *Collège de France*, 14 de janeiro de 1976. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, p. 179-191, 1979.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado. Cursos no Collège de France (1989-1992)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1 ed., p. 573, 2014.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 8ª ed., p. 102, 2003.

(DES)CONSTRUINDO OS PARADIGMAS DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Ana Nábila Lima Campos

UEG/Câmpus Itapuranga

Itapuranga – Goiás

José Elias Pinheiro Neto

Universidade Estadual de Goiás

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em
Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI)

Departamento de Letras

Itapuranga – Goiás

RESUMO: Essa pesquisa tem como objetivo analisar e refletir as questões de raça, gênero, sexualidade e o que a ciência geográfica tem de relevante que possa interferir no ensino-aprendizagem acerca destas questões sociais. Como a Geografia pode interferir nas manifestações de racismo e preconceitos recorrentes em diversos contextos, entre eles o da educação, especialmente em sala de aula. Nesse sentido, considera-se as concepções que visam entender como a sociedade tem contribuído para ao aumento ou diminuição dessas manifestações. A relevância do estudo se justifica a partir da participação da sociedade nas concepções de raça, gênero e sexualidade e manifestações de racismo, discriminação e preconceito, conforme prescreve Candau (2012), em suas pesquisas. De acordo com estes estudos, as diferenças são afirmadas por intermédio de diversas construções históricas e

político-culturais, consolidando discursos que sustentam as diferentes formas de exclusão e violência dentro do âmbito escolar. Diante disso, cabem problematizações que proporcionem novos olhares a respeito de como essas diferenças, seja raça, sexualidade e/ou gênero, são trabalhadas dentro da escola, incluindo professores e alunos, de modo a compreender, também, como a sociedade e a Geografia podem minimizar ou maximizar esses acontecimentos a partir de um posicionamento histórico e social, situando o espaço da educação e as diferenças nela presentes. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico em que apontamos autores tais como: Souza (2008), Ratts (2008) e Nabozny (2007).

PALAVRAS-CHAVE: Geografia; Literatura; Paisagem.

ABSTRACT: This research aims to analyze and reflect the issues of race, gender, sexuality and the geographical science is relevant to interfere in the teaching learning about these social issues. As geography can interfere with expressions of racism and recurring prejudices in different contexts, including education, especially in the classroom. In this sense, considered the concepts aimed at understanding how society has contributed to the increase or decrease of these manifestations. The relevance of the study is justified from the participation of

society in the conceptions of race, gender and sexuality and manifestations of racism, discrimination and prejudice, as prescribed Candau (2012) in their research. According to these studies, the differences affirmed through various historical, political and cultural constructions, consolidating discourse of the different forms of exclusion and violence within the school environment. Therefore, fit problematizations providing new insights about how these differences, whether race, sexuality and / or gender, are worked within the school, including teachers and students, in order to understand also how society and geography can minimize or maximize these events from a historical and social positioning, placing the area of education and the differences it presents. Authors pointed out such as Souza (2008), Ratts (2008) Nabozny (2007) in a literature search die.

KEYWORDS: Geography; Literature; Landscape.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de compreender como o espaço geográfico pode contribuir na (des)construção de alguns paradigmas sobre gênero, raça e sexualidade prementes na sociedade. “A afirmação das diferenças – étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras – manifesta-se de modos plurais, assumindo diversas expressões e linguagens” (CANDAU, 2012, p. 236), e nos auxilia na construção e na desconstrução de alguns paradigmas da sociedade adiante abordados.

De acordo com Candau (2012), a partir destas afirmações, podemos encontrar diferentes formas de discriminação, preconceitos e agressões tanto físicas quanto verbais contra aqueles considerados excluídos na sociedade. Nessa conjectura, afirmações e discriminação podem ser vivenciadas dentro do âmbito escolar, entre alunos e professores, e, também, entre alunos e alunos.

Ainda para Candau (2012), as diferenças, aqui colocadas como afirmações, devem ser vistas como parte da criação de uma igualdade em que não se deve nem excluir e nem se opor. Considerando que a diferença não se trata de uma abordagem oposta à igualdade, mas sim à padronização, reconhecendo então os direitos básicos de todos.

A metodologia utilizada trata-se de uma revisão bibliográfica, tendo como propósito a construção de uma contextualização do tema proposto e análise das possibilidades encontradas na bibliografia consultada para o referencial teórico desta pesquisa. Foram utilizadas como fontes científicas artigos, teses e dissertações que auxiliam na produção textual para estabelecer paralelos entre as produções anteriormente analisadas e o tema proposto.

2 | RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADES NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

De acordo com Gomes (2005, p. 49), “as raças são, na realidade, construções

sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza”, visto que raça se difere de etnia, essa última se remete aos negros e negras, e a outros grupos existentes na sociedade. Levando-se em consideração as ponderações feitas por Gomes (2005), compreende-se que o termo raça não pode ser substituído por etnia, e a recíproca é verdadeira, sendo possível a união dos termos em determinados contextos, e tratado neste artigo o termo raça apenas levando-se em consideração a questão social, o racismo.

Souza (2007, p. 23) nos ensina que “o uso do termo gênero representa um processo que procura explicar os atributos específicos que cada cultura impõe ao masculino ou feminino, considerando a construção social [...] como uma relação de poder entre os sexos.” Para a autora, outros aspectos da sociedade, considerando a raça, etnia, classe, sexualidade podem interferir na definição de gênero.

[...] o gênero possui uma perspectiva política e teórica, uma vez que se estruturou a partir da denúncia e da transformação da realidade social, como também da crença e da defesa de métodos e idéias teóricas que possam entender a sociedade tal como ela é: constituída de mulheres e homens, de várias etnias, segmentos sociais, localidades e nacionalidades (SOUZA, 2007, p. 26).

Compreende-se com a definição de gênero a pretensão de se considerar as diferenças entre os sexos, gêneros masculinos e femininos, tornando-se este estudo teórico e analítico uma colaboração entre os pesquisadores que tratam do assunto gênero. Resultando em um estudo que não pretende oprimir um dos lados, nem ter como tentativa com que uma das partes se torne mais privilegiada enquanto a outra seja submissa, ao contrário uma busca de fazer com que aconteça “igualdade na diferença” (SOUZA, 2007, p. 26), para que existam igualdade de direitos, liberdade e direitos aos espaços existentes na sociedade, apesar das diferenças por ela apresentadas.

De acordo com Ferreira e Ferreira (2011, p. 123), “[...] é necessário perceber a diferença entre sexo e gênero: sexo refere-se às características biológicas de homens e mulheres, enquanto gênero se refere às construções sociais e culturais que se desenvolvem a partir desses elementos biológicos”. A noção de gênero se difere de sexo, até determinado ponto, não deixando que um seja relacionado ao outro, ou precisando do outro para que exista, sendo que ao se tratar de gênero, tende-se a pensar além dos aspectos biológicos, mantendo as noções de diferenças binárias, homem e mulher.

Pode-se entender que a construção dos gêneros vai do espaço de reprodução ao de transformação, com que os gêneros sejam “construídos” de acordo com os contextos da sociedade. Sobre este assunto Silva (2007, p. 124) nos diz que

a realidade sócio-espacial assim construída é um campo contratual, através do qual é redesenhada, redefinida e, também, transformada. Através da contemplação dos elementos materiais e simbólicos que constituem as relações entre gênero e espaço pode-se ir além do espaço da reprodução, instituindo, assim, o espaço da transformação.

Neste sentido, de acordo com Moita Lopes (2011, p. 127), “a escola é uma das agências principais de (re-)produção e organização das identidades sociais de forma generificada, sexualizada e racializada”, nos levando a pensar que, com a expansão das mídias, o tema sexualidade acaba sendo imposto pelos meios de comunicação e com mais frequência, de modo a construir, em nós, visões divergentes sobre a sexualidade.

Bem como, nos faz refletir sobre as opções alternativas para o que é colocado como norma e trazer para dentro da sala de aula questões que são construídas a partir do contato com tudo o que a mídia expõe sobre sexualidades. Neste viés, considera-se, mediante contribuição da mídia para a construção das sexualidades, os processos de destradicionalização que ocorrem com mais frequência e os novos significados para a sexualidade construídos a partir do que os meios de comunicação oferecem para os alunos, professores e sociedade.

Para Henriques (2002, p. 15), “a educação aparece, portanto, como uma variável crucial para transformar significativamente a situação desigual em que se encontram os indivíduos de diferentes raças”. Entende-se que a escola deve se transformar em um espaço para reflexões sobre assuntos diversos da vida social, auxiliando na (re) construção e (re)criação de conceitos como raça, gênero e sexualidade. Livrando-se de discursos pré-estabelecidos que não aceitam novas considerações para preocupar-se com as diversidades e diferenças culturais existentes em nossa sociedade.

Veiga-Neto (2001, p. 107) ensina que “trata-se de práticas que tem no racismo o seu ponto imediato de convergência, se entendermos por racismo não apenas a rejeição do diferente, mas, também, a obsessão pela diferença”. Compreende-se que a discriminação e o racismo podem ser entendidos como o resultado de manifestações de preconceito, dos estereótipos e da própria Cultura.

Para Gomes (2005, p. 52) “o racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação às pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc.”. Tratando-se de gênero, raça e sexualidade, essas manifestações podem excluir ou incluir grupos em espaços e contextos diversos existentes na sociedade em que se vive.

Sobre o assunto Ratts e Souza, (2008, p. 147), escrevem que consideram “a relação existente entre o gênero e a raça a partir de uma leitura socioespacial sustentada por algumas categorias de análise geográficas, como o espaço e a trajetória socioespacial, considerando os grupos socialmente segregados”.

A relação entre gênero e raça tem como traço alguns aspectos geográficos, e em suas trajetórias grupos considerados excluídos ou segregados. Estes grupos sofriam e ainda sofrem com a discriminação e o preconceito por causa da cor da pele, de sua Cultura e todas as características que diversificam um grupo do outro.

Esta diversidade implica que as sexualidades também, por se tratarem de um modo de classificação de minorias, por exemplo homossexuais, são considerados

conceitos e teorias pré-estabelecidas para se firmarem em tais classificações diferenças nos grupos da sociedade. Há uma contraposição e, neste sentido, Louro (2008, p. 20), explica que

vem se afirmando uma nova política cultural, a política de identidades. Muito especialmente a partir dos anos 1960, jovens, estudantes, negros, as chamadas “minorias” sexuais e étnicas, passaram a falar mais alto, denunciando sua inconformidade e seu desencanto, questionando teorias e conceitos, derrubando fórmulas, criando novas linguagens e construindo novas práticas sociais.

Com o passar dos tempos as teorias sobre gênero, sexualidade e raça sofreram mudanças, sendo construídas e desconstruídas com as alterações sociais. Fazendo com que barreiras fossem criadas e destruídas por investigadores do assunto, como uma maneira de se adequar aos costumes e necessidades dos indivíduos de cada época. Assim, Silva (2003, p. 40), escreve que

O espaço paradoxal constitui-se numa interessante construção metodológica na geografia, sendo complexo, pois envolve variadas articulações e dimensões. Qualquer mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social. Todos esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo, portanto, subverter a ordem de forças entre os “mesmos” e os “outros” devido sua plurilocalização no território. [...] é importante conceber que há pluralidade de masculinidades tanto quanto de feminilidades e que eles não são blocos homogêneos.

Compreende-se de que não depende de uma única pessoa para que seja constituído, estabelecido um gênero, raça ou sexualidade, mas de um grupo com aspectos homogêneos, parecidos, para serem considerados como uma raça, gênero ou sexualidade diferente de outra existente. Os conceitos alteraram de acordo com as mudanças existentes na sociedade, com o surgimento de novos conceitos ou aspectos que sejam considerados importantes para serem legitimados.

Raça, gênero e sexualidade são paradigmas que possuem diversas pluralidades, grupos distintos, considerando as diferenças entre si. Essas diferenças acabam gerando discriminações, preconceitos e exclusão pelos que não aceitam, pelos grupos que se firmaram com o passar dos anos, legitimando-se como “corretos”, mas com novos estudos e questões do espaço geográfico surge novos paradigmas que tentam se firmar como “corretas”, e assim impor suas diferenças para que sejam aceitas e terem o devido respeito perante todos da sociedade.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como proposto com objetivo da pesquisa, compreende-se a relação entre a construção e desconstrução dos paradigmas de raça, gênero e sexualidade juntamente com a ciência geográfica, especificamente o espaço geográfico. Essa junção da geografia com tais temas sociais, auxilia a identificar os aspectos e características das diferentes concepções sobre os temas expostos. Outros aspectos colocados foram

o de discriminação, racismo e preconceito, ao mesmo tempo que se identificam as representatividades de diversos conceitos relacionados à raça, gênero e sexualidade, percebe-se que esses aspectos fazem parte da realidade social dos indivíduos pertencentes desses conceitos.

Compreende-se que a um posicionamento histórico-social faz parte da formulação e definição desses paradigmas, dentro e fora da sala de aula, e, que nesse mesmo ambiente também se encontra exemplos de violência e preconceito. Os indivíduos que pertencem a esses grupos de raça, gênero e/ou sexualidade, são considerados excluídos em algumas situações e partes da sociedade, com um olhar geográfico consegue-se, maximizar ou minimizar, os acontecimentos relacionados a esses grupos, de modo socioespacial, tanto social quanto geograficamente.

A importância desse trabalho se dá para uma explanação dos paradigmas em destaque, juntamente com a geografia como aparato para identificar as diferenças sociais e culturais, em áreas distintas da sociedade, dos indivíduos que fazem parte desses grupos sociais, e que sofrem com a discriminação, preconceito e violência. Dando abertura para buscar por meios de minimizar os atos de exclusão e segregação social dos grupos expostos.

REFERÊNCIAS

- CANDAU, V. M. F. **Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos.** *Educ. Soc.*, Campinas, V. 33, N. 118, P. 235-250, Jan.-Mar. 2012. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 30/06/2016.
- FERREIRA, A. de J., FERREIRA, S. A. **Raça/Etnia, Gênero E Suas Implicações Na Construção Das Identidades Sociais Em Sala De Aula De Línguas.** *Revista Virtual de Letras*, v. 03, nº 02, ago/dez. 2011.
- GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p.236. Brasília. 2005.
- HENRIQUES, R. **Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação.** UNESCO. 2002.
- LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas.** *Pró-Posições*, v. 19, n. 2 (56), maio/ago. 2008.
- MOITA LOPES, L. P. **Sexualidades e sala de aula: discurso, desejo e teoria *queer*.** In: MOREIRA, A. F., CANDAU, V. M. (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e pedagógicas.** MOITA LOPES. Ed. VOZES LTDA, Petrópolis – RJ. 2008.
- RATTS, A. JP. **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras.** XXVII Encontro Anual da ANPOCS.
- SILVA, J. M. **Gênero sexualidade na análise do espaço urbano.** *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117-134, jul/dez 2007.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional** 8(1): 31-45, Verão 2003.

SOUZA, F. C. de. **Desvendando Práticas Familiares E Escolares A Partir Das Relações De Gênero: Uma Reflexão Sobre A Educação De Meninos E Meninas**. Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Letras Câmpus de Araraquara. Araraquara-SP, Janeiro. 2007.

SOUZA, L. F.; RATTI, A. J. P. **Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação**. Instituto de Estudos Sócio-ambientais. Boletim Goiano de Geografia – UFG. v. 28, n. 1. jan/jun 2008.

VEIGA-NETO, A. **Incluir para excluir**. In: LARROSA, J. e SKLIAR, C. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. 2001. Autêntica. Belo Horizonte.

A DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO DO MST E DO MPA

Suelen Terre de Azevedo

Mestra em Geografia pela UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon/PR.

RESUMO: Este estudo pretende abordar algumas características de dois movimentos sociais do campo, que são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A análise de cunho bibliográfico, objetiva caracterizar as especificidades entre estas organizações e proceder a um breve levantamento sobre a história da luta dos camponeses no Brasil. É possível compreender, que através dos movimentos sociais os pequenos agricultores brasileiros se reconheceram enquanto classe social. O sujeito se reconhece como protagonista da luta promovendo a consciência política e uma atuação crítica.

1 | INTRODUÇÃO

A ampliação do debate sobre o papel dos movimentos sociais do campo é fundamental para o processo de democratização da terra no Brasil. O objetivo central desta pesquisa foi proceder a um levantamento das principais características de dois movimentos

sociais, sendo selecionado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Destacando as conquistas dos direitos dos trabalhadores rurais brasileiros, a partir da análise dos movimentos sociais como protagonistas na luta pela terra.

Para explanar sobre os movimentos sociais no campo e a função social da terra, foi realizado o levantamento bibliográfico sobre pesquisas que tratam de temas da geografia agrária, campesinato, e movimentos sociais. Sendo realizada a caracterização dos seguintes movimentos MST e o MPA, priorizando elencar os pontos distintos de suas lutas. Compreendendo os meios utilizados pelos agricultores para conquistarem a terra, trabalhar a questão da reforma agrária, e a própria sobrevivência no campo, para que consigam permanecer na terra de forma digna.

Conforme Martins (1981), o camponês sempre foi definido como aquele que está “lá longe” no campo. E por viver fora da cidade é caracterizado como atrasado, rústico, ingênuo, entre outros termos que o inferiorizam. Ou seja, o camponês não está, senão ocasionalmente, nas margens da sociedade, é um excluído, por não ter voz política. Nesta condição o camponês torna-se um produto histórico sendo fruto da

contradição, pois, é proprietário e trabalhador ao mesmo tempo, assinalando uma traição às leis do capitalismo.

A partir da resistência dos camponeses a luta para não serem expulsos de suas terras, passou a ocorrer em varias regiões do Brasil através do messianismo e do cangaço. Estes primeiros movimentos representam a luta de posseiros expropriados de suas terras. Os movimentos messiânicos indicavam um movimento marcado pela justiça contrapondo as classes dominantes. Como exemplos de conflitos, houve a Guerra de Canudos no Nordeste e a Guerra do Contestado no Sul. O cangaço também foi representativo na luta contra as hegemonias nordestinas, porém esse grupo fazia justiça através da vingança (MARTINS,1981).

A questão agrária está nas lutas camponesas contra as classes dominantes e o Estado, e sempre estiveram atreladas na busca pela liberdade e pela sobrevivência através da terra. A partir do momento em que a resistência dos camponeses ocorre de forma organizada, à expropriação de suas terras torna-se mais difícil e os movimentos sociais passam a ganhar mais força e visibilidade. Neste cenário, o camponês foi constituindo sua primeira libertação, à de manifestar vontade própria. A partir do crescimento das lutas camponesas e sua entrada no debate político nacional o camponês finalmente encontra-se na sociedade.

2 | AS LUTAS CAMPONESAS ORGANIZADAS ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

As primeiras grandes lutas camponesas no Brasil coincidiram com o fim do império e o começo da república. As modificações sociais atingiram principalmente os camponeses. Após a abolição da escravatura, a Lei de Terras torna as terras devolutas em monopólio do Estado, em contrapartida o Estado passa a ser controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros (latifundiários). A conquista da terra para os trabalhadores só se dá através do trabalho árduo. Tornando-se necessário, modificar o regime fundiário para a abertura de um novo caminho ao campesinato, diferenciando o posseiro do agregado. Deste modo, os pequenos proprietários dependentes do mercado, passam de homens livres para compradores de terras, ou seja, a terra é convertida em mercadoria (MARTINS,1981).

De acordo com Oliveira (2007), o território torna-se o produto da luta de classes, configurando o desenvolvimento de suas forças produtivas. A partir daí começa o conflito com o camponês, que luta contra a extração da renda a partir da terra. A propriedade capitalista é contraditória e desigual, e o latifundiário é um personagem inserido neste processo, pois ao especular e reter a terra como reserva de valor, ele se apropria da renda da terra.

O primeiro grupo a lutar pela reforma agrária no Brasil foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Que vê o camponês como um sujeito que pode transformar

a sociedade. Porém, o conceito de capitalista do campo muda, e o papel do PCB passa apenas a querer levar direitos trabalhistas para o campo, afastando-se das lutas camponesas. Concomitante, a igreja atua para que os camponeses fiquem no campo, evitando o seu êxodo para a cidade. Dessa forma, a igreja passa a pregar a sindicalização do campo. Os trabalhadores rurais se mobilizaram e se organizaram em nível nacional com relativa rapidez, principalmente com a organização dos sindicatos rurais em 1962. Porém, o CNBB - Conselho Nacional de Bispos do Brasil passa a defender que a expropriação é boa, desestimulando as lutas, e defendendo o latifúndio (MARTINS, 1981 e MARTINS, 1993).

Evidentemente, não há como fazer reforma agrária compactuando com os burgueses capitalistas. Neste período surgem as ligas camponesas, onde os problemas práticos são discutidos pelos próprios camponeses. Com a expansão da modernização agrícola e a concentração fundiária no Brasil, houve a expropriação e expulsão dos camponeses de suas terras. Então no final da década de 1970, foram constituídos os movimentos sociais rurais, tendo como principal meio de luta e modo de pressão sob o Estado, a ocupação de terras e acampamentos nos latifúndios, visando à realização da reforma agrária.

A partir de 1978 os colonos passaram a lutar contra a expropriação. E as ocupações serviram como experiências que marcaram uma nova fase da luta pela terra. Em 1983 foi criada uma coordenação regional nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, surgindo o MST. Neste momento, os movimentos camponeses se engajaram na luta pela terra e pela reforma agrária. O movimento promoveu uma mudança de paradigma, surgindo uma nova visão da igreja, que passa a seguir as orientações do Evangelho Jesus, e não mais as Leis do Antigo Testamento. A luta pela justiça social passa a questionar a estrutura fundiária (FERNANDES, 1994).

3 | O MST NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

No ano de 1984 no município de Cascavel no Paraná, os trabalhadores rurais de todo Brasil se organizam e fundam um movimento camponês nacional, denominado de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), objetivando: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no País (MST, 2010).

O MST surge como forma de organização social para contrapor o modelo agropecuário brasileiro, como consequência dos resultados das diversas experiências de lutas populares. É a partir das lutas populares que se criaram novos sindicalistas, surgindo a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). A Igreja passa a atuar em comunidades eclesiais de base, cedendo seu espaço para a socialização das experiências políticas. Criando-se a CPT- Comissão Pastoral da Terra, para lutar contra as injustiças sociais, baseando-se na Teologia da Libertação

invertendo o antigo papel da Igreja que beneficiava a burguesia (FERNANDES, 1994).

Através do engajamento político, religioso e social os movimentos dos expropriados (agricultores falidos, indenizados por barragens, pessoas abandonadas pelo sistema) passam a derrubar a cerca e “invadir” para fazer a reforma agrária. Este era o manifesto, contra o modelo de desenvolvimento que beneficiava o grande proprietário. O PT e a CUT nascem da luta de classes entre os trabalhadores e camponeses. As primeiras lutas do MST mudaram a questão da luta de classes, passando a ser um exemplo de luta pela terra, a partir da ocupação nas terras devolutas e irregulares do latifúndio.

Os movimentos sociais no campo demonstraram, que a luta pela terra pode ser possível e ter sucesso através da conquista de um movimento nacional, fazendo, com que o camponês tenha voz ativa, e tenha a possibilidade de lutar pela terra (ocupar) e lutar pela reforma agrária (governo). Em 1990 a Reforma Agrária é colocada como uma luta de todos, “Reforma por um Brasil sem latifúndio”. E os camponeses, que eram muito explorados, através de legislação específica, se tornam proletários e passam a chamar a sociedade para a discussão (FERNANDES, 1994).

Os sujeitos que formam as bases dos acampamentos do MST são famílias de camponeses, vivendo como trabalhadores rurais, arrendatários, boias-frias, meeiros, famílias pobres expropriadas do campo pelo êxodo rural. Esta população busca conquistar a própria terra para plantar, e assim melhorar sua condição de vida. Ao viver nos acampamentos, localizados em beiras de estrada ou áreas abandonadas, enfrentam diversas dificuldades e problemas partilhados, porém a organização coletiva proporciona a resistência, através da perspectiva de conseguir a terra (MPA, 2010).

De acordo com Turatti (2005), os acampamentos do MST são considerados um rito de passagem, pois, moldam o sujeito através das transformações do tempo, isto é, do passado para o futuro. Neste contexto, os acampamentos são uma configuração à materialização, sendo uma ação de rebeldia, o que os assentados fazem é ocupar a terra, que é o que mais desejam. Esta luta pela terra é um instrumento de transformação social, para compartilhar valores com a solidariedade de todos. O acampamento é a passagem, para que no futuro se formem grandes grupos do MST. Neste sentido, trabalhariam em coletividade construindo muitas expectativas para esta nova realidade. Os acampados são os que fazem uso da terra provisoriamente, às vezes se contentando em serem reconhecidos como parte de um grupo. Muitas vezes são vistos como “estranhos” tentando mostrar seus valores ou são reconhecidos como marginalizados, na busca em garantir sua sobrevivência e de sua família, através de uma redefinição de seu estatuto perante a sociedade.

Mesmo sem conseguir vivenciar a Reforma Agrária com tantos anos de luta, o MST promoveu algumas conquistas como: a organização do movimento em vinte e três Estados brasileiros e Distrito Federal, mais de 1,5 milhão de pessoas acampadas e assentadas, elevação da renda familiar nos assentamentos, manterem a Reforma Agrária em pauta nas discussões da sociedade e do Estado, a eliminação da mortalidade infantil e da fome nos acampamentos, a conquista à dignidade da cidadania através do

rompimento do coronelismo e da dominação política ligada ao latifúndio (MST, 2010). Estas conquistas foram fundamentais para garantir a continuidade da luta na defesa da democratização da terra, através de uma reorganização agrícola que atenda as necessidades da população, efetivando a eliminação das desigualdades sociais no Brasil.

4 | O MPA NA LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA

Foi durante a década de 1990 que surgiu outro movimento de trabalhadores rurais, visando à organização de pequenos agricultores que reivindicavam pela manutenção do pequeno agricultor na terra, caracterizando as lutas do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A organização de um grupo em movimentos sociais, é motivada por um período de crescentes insatisfações, das necessidades e dos interesses a elas negados. Assim, nascem as mobilizações, através da força, união e a vontade em provocar mudanças. Este movimento camponês de luta permanente possui como características ser nacional e popular, de massa e autônomo. Em sua base estão os grupos de famílias organizados. Seus objetivos são: a produção de alimentos saudáveis para a subsistência e consumo do país, através do resgate da identidade e da cultura camponesa. Os valores se baseiam em uma sociedade socialista, comprometida com a construção de uma nação soberana (MPA, 2005).

Conforme a página eletrônica do MPA (2013), a história desta organização camponesa surgiu a partir da crise do Movimento Sindical promovida pela burocracia Estatal. Principalmente, com a extinção do departamento rural da CUT, neste momento os sindicatos que atuavam no campo perderam sua força. Configurando no desmembramento do Departamento Rural da CUT, isto fez com que ex-lideranças e ex-membros buscassem a criação de um novo movimento. No final de 1995 e início de 1996 quando o Sul do Brasil sofreu com uma forte estiagem, alguns sindicatos combativos e os agricultores afetados se uniram em um acampamento da seca, reivindicando créditos de manutenção familiar. Estes protestos duraram três semanas, mobilizando trinta mil pessoas e cerca de 40 sindicatos. Durante o período de acampamento houve a formação de pequenos grupos, a fim que proporcionar o encaminhamento das decisões de modo coordenado. Com este tipo de organização houve sucesso no trabalho de nucleação das comunidades, proporcionando a personalidade do MPA (MPA, 2013 e FRANTZ e CADONÁ, 2004).

As principais lideranças do protesto, que fundaram o MPA, foram líderes ligados a Pastoral da Terra, de sindicatos e igrejas, outras entidades e representantes de pequenos agricultores. Para dar maior visibilidade ao movimento, foram utilizadas práticas do MST como o trancamento de rodovias, ocupação de prédios públicos, marchas, passeatas e acampamentos. Portanto, este movimento camponês foi desenvolvido no meio das lutas. Deste modo, ele não era sindicato, partido político, parte da igreja ou uma missão do MST. A luta visava defender o modo de vida do

pequeno agricultor de maneira autônoma na produção de alimentos, através de tarefas determinadas de resistência para ficar na terra, lutar por crédito subsidiado e defender a agricultura (FRANTZ e CADONÁ, 2004).

No ano de 1997 há o primeiro encontro nacional de lideranças, visando à constituição de um movimento nacional. Em 1998 com o segundo encontro, o movimento passa a ter um formato mais concreto e objetivo. Atualmente, o MPA está presente em 17 estados, e avança nas questões sobre o campesinato através do Plano Camponês, baseando-se em dois pilares: 1) condições para produzir e 2) condições para viver bem no campo. Este plano é contrário ao agronegócio, latifúndio, capital financeiro e as multinacionais. A mensagem que o MPA tem como afirmação política é “Produzir Alimentos Saudáveis, respeitando a Natureza, para alimentar o povo brasileiro e fortalecer o campesinato!” (MPA, 2013).

De acordo os estudos de Priscila A. Trés (2011), o MPA participou de lutas para a implantação das seguintes políticas públicas no campo brasileiro: PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar; ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural; PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar; Seguro Agrícola; Crédito Moradia, ou seja, Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR; Entre outros. Neste debate, Frantz e Cadoná (2004) analisam que, o MPA visa aprofundar a distinção e as diferenças entre a agricultura familiar e a agricultura camponesa. Com a visão de que existe um desafio que é “entrar no sistema” ou construir a agricultura camponesa de maneira independente. Pois, isto remete as implicações diretas na vida e no futuro dos camponeses. O avanço do capitalismo, através da concentração produtiva, territorial e a modernização do campo, desvalorizam as pequenas propriedades, acarretando a uma situação de subordinação através das relações de assalariamento.

Ou seja, a expropriação camponesa proporciona ao Agronegócio uma força de trabalho abundante e de reserva para a agricultura comercial, gerando a substituição da agricultura de subsistência. Neste entendimento, os movimentos sociais são resistências do campo, que observam como a dinâmica capitalista afeta os setores produtivos, e conseqüentemente forçam os pequenos agricultores a abandonarem suas raízes camponesas. A reprodução das unidades familiares camponesas não é motivada basicamente por razões econômicas, mas sua luta é pela construção de espaços de autonomia, a partir de concepções e ideologias próprias.

São os descontentamentos e as crises no meio rural que reproduzem o empobrecimento, o desanimo, acomodação e proletarização dos camponeses, associadas com a rápida modernização agrícola que não acompanhou as realidades sociais e históricas. Afetando diretamente a força e organização da classe dos pequenos agricultores. Porém, as deficiências promoveram novas discussões e ocasionaram o surgimento do MPA, visto que os interesses sociais dos pequenos agricultores não estavam sendo contemplado pelas políticas agrícolas neoliberais (FRANTZ e CADONÁ, 2004).

O MPA através da defesa de sua forma de viver e de produzir alimentos constituiu com sua luta, uma identidade política e econômica. As perspectivas do grupo tem em seu embasamento, o entendimento ideológico que contrapõe o próprio sentido do capitalismo e do agronegócio, desempenhando uma agricultura de base familiar, camponesa e agroecológica. Neste sentido, o papel do movimento com as práticas democráticas é caracterizado com sua identificação como classe camponesa que busca produzir alimentos de formas naturais ao mesmo tempo em que busca por políticas públicas para manter seu modo de vida.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos apontamentos, os dois movimentos sociais rurais possuem perspectivas, sujeitos e lutas diferentes, porém com o mesmo objetivo de resistir para ficar na terra, pode-se compreender que os protestos do campo surgem através das necessidades, em quadros de crises e desamparo. Neste contexto, os movimentos sociais rurais demonstram que a história de luta renova seu manifesto em protestar por ações concretas, que garantam seu modo de vida e sua continuidade no campo. Os movimentos demonstram como o agronegócio capitalista desenvolve estratégias para subordinar e eliminar o modo de vida e de produção camponesa.

Para o MST as causas da expropriação camponesa são problemas estruturais do Brasil, e estão relacionados principalmente com a não realização da Reforma Agrária e a carência de políticas agrícolas voltadas ao campesinato. Através dos assentamentos rurais, diminui-se a concentração de terras e a população rural aumenta, melhorando suas condições de vida. O surgimento do MPA advém da tradição das lutas que já haviam surgido no campo. Então, no momento de crise os pequenos agricultores reagiram, lutando pelo seu reconhecimento e importância para a sociedade. Desta maneira, o movimento adquire um contexto maior, visando a luta de classes, vida política e inserção social. A estratégia utilizada pelos Movimentos Sociais Rurais como os acampamentos refletem que são nestes momentos que ocorrem as verdadeiras mudanças. Sendo o período em que as classes se reconhecem e retomam sua consciência, ocorrendo a ruptura de sua condição de inferioridade para a luta por direitos legítimos.

As ações para manter o camponês na terra e diluir as desigualdades sociais no campo é uma luta cotidiana. O MST enfrenta o desafio de conquistar a terra através da Reforma Agrária, e o MPA lida com os obstáculos para que os pequenos agricultores não sejam expropriados e desterritorializados de suas propriedades. Ambos os movimentos lidam contra a sujeição da renda da terra ao capital, e enfrentam com resistência a sua permanência na terra. A conjuntura social brasileira no campo se configura pela luta dos movimentos sociais na democratização da terra, e é caracterizada pelo entendimento e esforço de que a função social da terra prevaleça.

Através das políticas públicas aplicadas para a população rural o trabalho rural pode ser valorizado, ampliando o combate da informalidade no campo, garantindo dignidade e promovendo novos debates sobre a reforma agrária. Este é o caminho para compreender, que através dos movimentos sociais os pequenos agricultores brasileiros se reconheceram enquanto classe social. O sujeito se reconhece como protagonista da luta promovendo a consciência política e uma atuação crítica.

REFÊRENCIAS

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espacialização e Territorialização da Luta Pela Terra; A Formação do MST no Estado de São Paulo. Dissertação/Mestrado/Geografia -

USP, 1994. www.propg.ufscar.br/publica/4jc/posgrad/resumos/0306-costa.htm

FRANTZ, Walter; CADONÁ, Célio Valdemar. Movimento dos pequenos agricultores - MPA o novo nasce nas estradas. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. 2004. Dissertação de Mestrado em Educação nas Ciências

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 1983.
_____. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.

MPA. MPA e a resistência camponesa: história, propostas, princípios e organização. Brasília - DF: Secretaria Nacional do MPA, 2005.

_____. MPA: uma alternativa de organização do campesinato brasileiro. Disponível em: <http://www.mpabrasil.org.br/mpa-uma-alternativa-de-organizacao-do-campesinatobrasileiro>. Acesso em 21/10/2013.

MST. MST: lutas e conquistas. 2 ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010.

OLIVEIRA, A. U. A geografia e os movimentos sociais. São Paulo: USP, 2007.

TRÉS, Priscila Albani. O Movimento dos Pequenos Agricultores e a Luta pela Moradia Camponesa. Faculdade Capixaba de Nova Venécia. Nova Venécia, 2011 (TCC).

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. Os Filhos da Lona Preta - Identidade e Cotidiano em Acampamentos do MST. São Paulo: Alameda Casa Editorial. 2005.

EXCURSÕES GEOGRÁFICAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB: TRAJETÓRIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ESPACIAL E POLÍTICA

Daniel Almeida Bezerra

Mestre em Geografia (UFPB), Graduado em Geografia (UEPB) e Filosofia (UEPB), Bacharelado em Direito (UEPB), professor de Geografia, da Educação Básica, da Rede Estadual da Ensino da Paraíba
Campina Grande – Paraíba.
bezerradanielalmeida@gmail.com

RESUMO: A construção do Brasil que queremos perpassa a construção de uma nova consciência espacial e política. Apresenta-se aqui uma reflexão introdutória acerca da pesquisa do Mestrado em Geografia desenvolvida na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) na linha Educação Geográfica em consonância com a atividade do Estágio Docência. A problemática é a seguinte: qual o potencial geográfico-educativo da cidade no tocante a construção de uma consciência espacial e política? Se a cidade é o espaço político por excelência podemos repensar esta nossa condição política sem revermos nossas práticas espaciais na cidade? Como as excursões geográficas podem contribuir na compreensão da cidade? Não podemos pensar na construção de um novo Brasil sem levarmos em consideração as práticas espaciais que se perfazem no lugar de ação dos sujeitos. Este lugar privilegiado entendemos ser a cidade em

sua dinâmica sócio-espacial que lhe dá vida. Propõe-se a excursão geográfica como prática espacial geográfico-educativa articuladora de um sentido político da cidade. Trajetos, imagens, diálogos e olhares, juntos, numa costura, formam o tecido que dá sentido político à cidade. Estas excursões foram realizadas no centro histórico (comercial) da cidade de Campina Grande na Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE: Excursão geográfica; cidade; Política.

ABSTRACT: The construction of Brazil that we want perpasses the construction of a new spatial and political consciousness. We present here an introductory reflection on the research of the Master's Degree in Geography developed at the Federal University of Paraíba (UFPB) in the Geographic Education line in line with the activity of the Teaching Internship. The problem is: what is the geographic-educational potential of the city in terms of building a spatial and political consciousness? If the city is the political space par excellence can we rethink our political condition without reviewing our space practices in the city? How can geographic excursions contribute to understanding the city? We can not think of the construction of a new Brazil without taking into account the space practices that take place in the place of action of the subjects. This privileged place we understand to be the

city in its socio-spatial dynamic that gives it life. Geographic excursion is proposed as geographic-educative space practice articulating a political sense of the city. Paths, images, dialogues and looks, together, in a seam, form the fabric that gives political meaning to the city. These excursions were carried out in the historic (commercial) center of the city of Campina Grande in Paraíba.

KEYWORDS: Geographical tour; City; Politics.

1 | INTRODUÇÃO

A cidade é um espaço político por excelência! Essa tese ganha visibilidade, espacialidade, quando seu(s) sentido(s) e significado(s) são construídos, pensados por sujeitos concretos, no caminho. Apresentamos neste breve relato algumas experiências vivenciadas no Estágio Docência (ED) no Ensino Superior. Este texto faz parte de nossa Dissertação de mestrado intitulada: *A arte de caminhar na cidade: educando o olhar geográfico em andanças no centro de Campina Grande* – apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG-UFPB), no ano de 2017 e foi publicado, originalmente, no XVIII Encontro Nacional dos Geógrafos realizado no mês de julho, de 2016, em São Luiz do Maranhão.

Nele buscamos apresentar uma proposta de investigação e pesquisa geográfica pautada na realização de excursões geográficas na cidade de Campina Grande, na Paraíba. Estas excursões são aqui pensadas: (i) como recurso/procedimento metodológico e didático para compreensão dos cenários que, juntos compõem a cidade e (ii) para a construção do conhecimento geográfico. Pretendemos aqui discutir as excursões geográficas em seu potencial heurístico no que tange ao descobrimento de trajetórias, roteiros, itinerários geográficos na cidade de Campina Grande-PB. Estas excursões tiveram o intuito de contribuir na construção de uma consciência espacial e política sobre o espaço urbano da cidade. Nesta direção, as excursões visaram promover uma experiência de iniciação dos alunos da graduação na pesquisa geográfica – possibilitando, assim, a construção de inferências no processo de produção da cidade, sobremaneira, através da associação entre a caminhada e a observação: nela a proposta de construção do olhar geográfico.

Nesta perspectiva, durante o primeiro semestre de 2016, no transcurso do terceiro semestre do mestrado em Geografia realizado sob orientação do Prof^o Dr^o Carlos Augusto de Amorim Cardoso na UFPB, na linha de pesquisa Educação Geográfica, realizamos o nosso E.D.. Esta experiência de ensino e aprendizagem em Geografia, no Ensino Superior, fora realizada sob o acompanhamento da professora Ms. Caline Mendes de Araújo no componente Métodos e Técnicas da Pesquisa em Geografia (MTPG) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Em paralelo ao E.D. foram realizadas três excursões geográficas construídas por outros dois professores da graduação em geografia da UEPB no Campus I, em Campina Grande-PB.

Na formulação das excursões no centro de Campina Grande-PB somaram aos

esforços da professora do componente MTPG os esforços dos professores Ms. Arthur Tavares Valverde e do Profº Dr. Antonio Albuquerque da Costa, ambos professores adjuntos, efetivos, do Curso de Geografia da UEPB. Agradecemos também aos discentes do Curso de Geografia da UEPB que delas participaram e contribuíram de forma ativa na sua realização.

Nesta experiência de construção do conhecimento geográfico na cidade o conceito de espaço geográfico é forjado, segundo Corrêa (1995) numa prática espacial, a caminhada. Essa caminhada, por sua vez, voltada à observação da dinâmica sócio-espacial. Portanto, sua compreensão não pode ser concebida de modo dissociado das práticas espaciais que forjam o próprio conceito em consórcio, segundo Gomes (2013), com uma certa educação do olhar e da observação. Também não pode dispensar o uso de determinadas técnicas de pesquisa – na experiência da excursão salientamos a importância do caderno de campo. Nesta direção trabalhamos a excursão geográfica na cidade de Campina Grande, na Paraíba, como recurso didático e de iniciação à pesquisa geográfica por parte de alunos da Licenciatura em Geografia.

A construção do Brasil que queremos perpassa a construção de uma nova consciência espacial e política. As excursões na cidade voltadas para a construção do olhar e da observação geográfica têm uma importante função na formação do discente da Licenciatura em Geografia, seja do ponto de vista epistemológico, por envolver uma experiência de construção de conhecimento, seja pela educação política que este exercício prático envolve. Nessa toada, a problemática que norteou a nossa pesquisa desenvolvida nesta experiência do Estágio Docência foi a seguinte: qual o potencial geográfico-educativo das excursões geográficas na cidade, no tocante a construção de uma consciência espacial e política? Se a cidade é o espaço político por excelência podemos repensar esta nossa condição política de vivermos juntos na cidade sem revermos nossas práticas espaciais nela desenvolvidas? Como as excursões geográficas podem contribuir na compreensão da cidade? Que trajetórias, na cidade, podem ser utilizadas na costura de uma composição espacial, narrativa, de sua historicidade? Estas são algumas inquietações que nos moveram juntamente com os discentes e docentes da Licenciatura em Geografia da UEPB nas excursões geográficas pelo centro da cidade de Campina Grande, na Paraíba.

Não podemos pensar na construção de um novo Brasil sem levarmos em consideração as práticas espaciais que se perfazem no lugar de ação dos sujeitos. Este lugar privilegiado entendemos ser a cidade em sua dinâmica sócio-espacial que lhe dá vida. Neste sentido propõe-se a excursão geográfica como prática espacial geográfico-educativa articuladora de um conjunto de direções, sentidos políticos da e, na cidade. Nesta proposta de construção do conhecimento geográfico na cidade de Campina Grande, na Paraíba, trajetos, imagens, diálogos e olhares, juntos, numa costura, formam o tecido que dá sentido político à cidade. Esses elementos se estruturam, analiticamente, nos conceitos de posição, composição e exposição, os quais, por sua vez, estruturam e compõem, segundo Gomes (2013) a visibilidade e a espacialidade

do(s) fenômeno(s) geográfico(s) construídos pelo olhar do pesquisador(a) na cidade.

Estas excursões foram realizadas no centro histórico (comercial) da cidade de Campina Grande, na Paraíba. Com elas objetivou-se vivenciar para compreender, observar para analisar – o potencial geográfico-educativo de alguns itinerários espaciais no centro da cidade de Campina Grande, na Paraíba. Nesta direção os nossos objetivos específicos podem ser assim elencados: (i) caminhar no centro da cidade de Campina Grande e identificar trajetórias espaciais capazes de serem apresentadas como proposta de uma reflexão acerca da história da cidade; (ii) inventariar a toponímia destes trajetos bem como identificar os prédios públicos, institucionais, no centro de Campina Grande, os quais podem ser visitados numa proposta de educação geográfica na cidade como museus, teatros, biblioteca, rodoviária – espaços que guardam parte da memória da cidade de Campina Grande. (iii) Apresentar a excursão geográfica como prática espacial geográfico-educativa capaz de construir e integrar um novo pensar e um novo agir no espaço geográfico da cidade de Campina Grande-PB. Aqui apresentaremos a excursão geográfica como uma proposta de uma educação político-geográfica – uma educação que leva em conta uma experiência geográfica na cidade.

1.1 A excursão geográfica: prática espacial formadora do espírito investigativo na Geografia

A excursão geográfica é, antes de tudo, uma prática espacial. Uma prática espacial que, entendida como experiência lúdica de descoberta do espaço geográfico da cidade se insere numa proposta de construção do conhecimento geográfico. Neste relato de experiência no Estágio Docência do mestrado a excursão é entendida como uma prática iniciática da pesquisa geográfica. Uma prática iniciática de um determinado modo de pensar – o geográfico. Nesta esfera, a excursão é um conceito procedimental da pesquisa que pode servir para a construção de atividades de ensino e aprendizagem geográfica na cidade. Estas atividades a entendemos dentro da construção de itinerários na cidade de Campina Grande-PB. Assim entendida, a excursão, portanto, se apresenta como estratégia viável para a construção do conhecimento geográfico. Posto que, segundo Gomes (2013), vincula um agir refletido no espaço, calcado em observações e na construção de um determinado olhar, o geográfico. Traduz essa observação geográfica – *o olhar refletido*.

A excursão geográfica trata-se de um conceito procedimental da pesquisa científica geográfica. Delgado de Carvalho (1941) propôs a excursão geográfica, originariamente no Brasil, no artigo: *A excursão geográfica* publicado em 1941. A excursão, neste momento, tinha o objetivo de oferecer-se como uma parte do programa de pesquisa e da formação do pesquisador, geógrafo, na Universidade. Cabe aqui a seguinte indagação: em que medida a cidade se apresenta como objeto da construção do conhecimento geográfico nesta época? “[...] para um fenômeno merecer o qualificativo de geográfico, é necessário que o fator *posição* ou *situação* o

venha diferenciar. [...] O critério me parece eminentemente aceitável,” (CARVALHO, 1941, p. 864). Nesta perspectiva, “[...] Podemos designar, descrever e explicar muitos fenômenos, nem por isso serão geográficos; só virão a sê-lo se o *fator posição* os venha diferenciar” (CARVALHO, 1941, p. 864).

Na perspectiva adotada no Estágio Docência o conceito de posição não deve ser entendido apenas na concepção de distância em que os objetos guardam entre si no espaço. Segundo Gomes (2013) a posição do sujeito que observa a cidade, seus pontos de vista, juntamente com os conceitos de composição e exposição estatuem os fundamentos da visibilidade do fenômeno geográfico a ser estudado, bem como de sua espacialidade. A posição é, no nosso entendimento, um fundamento para a educação da observação e, por conseguinte, da nossa educação do olhar geográfico.

Portanto, é esta inserção do sujeito numa experiência prática do espaço geográfico, colocando seus sentidos e percepções em movimento, que ele pode construir os significados das narrativas espaciais prospectadas através das excursões geográficas na cidade. A excursão geográfica na cidade, assim entendida:

[...] consiste em preparar o estudante a compreender a sua posição individual, relativa a um ambiente mais próximo, dando-lhe o sentido da direção, do quadro geográfico imediato visível e próximo invisível, além do horizonte. É o dom de se orientar e de pensar geograficamente. Tornar a viagem e a excursão cheias de significação e de ensinamentos, é uma das mais preciosas funções da educação. (CARVALHO, 1941, p. 865).

Isto que Carvalho (1941) define de “dom” interpretamos por “educação do olhar” e do pensar geográfico construído num agir refletido no espaço da cidade. A construção da visibilidade de determinados fenômenos é feita numa cadeia de elementos percebidos, registrados (no caderno de campo), e refletidos, inicialmente, ali, no campo de pesquisa, ou seja, no espaço geográfico da cidade. A excursão aqui pode ser entendida como sendo uma prática de observação de outras práticas espaciais desenvolvidas na cidade. O objetivo central de tal proposta é o de despertar o interesse do graduando em geografia na pesquisa. O prazer da descoberta tem como pressuposto uma inquietação, um estranhamento do olhar. A este estranhamento alia-se a problematização das nossas práticas cotidianas exercidas na cidade. Essa curiosidade inicial deve ser estimulada pelo professor de geografia nas excursões. Assim entendido, “[...] O *contacto com a realidade* determinaria, por si só, o início de todo um processo de aprendizagem.” (CARVALHO, 1941, p. 866). As excursões geográficas possuem, portanto, um potencial como estratégia geográfico-educativa: “[...] Uma boa excursão, bem executada, equivale, a meu ver, a muitas aulas.” (CARVALHO, 1941, p. 866). O potencial educativo da cidade pode ser prospectado em excursões. Nesta perspectiva: “Se cada unidade de trabalho, em Geografia, pudesse ser precedida de uma excursão, [...], e ser concluída com outra excursão de fixação e revisão, tenho certeza de que o curso de geografia seria um sucesso. [...]” (CARVALHO, 1941, p. 866). Esse sucesso seria a tradução do encontro do saber formal, escolar ou, universitário, com a cidade vivida, experimentada pelos alunos.

1.2 Centro da cidade de Campina Grande-PB: trajetórias espaciais possíveis para a construção do conhecimento geográfico na cidade

A cidade é um objeto privilegiado para a construção do conhecimento geográfico. A experiência de construção do olhar geográfico, conforme Gomes (2013) tem íntima relação com a formação do sujeito através da caminhada e da observação da e na cidade. Nessa direção, as excursões são propostas através de uma ação refletida no espaço da cidade. A cidade é tema e objeto da ciência geográfica.

Entre as ciências humanas e sociais, a geografia parece ter sido a primeira a se interessar pelo estudo das cidades; sua produção científica nesse campo é vasta e remonta ao século XIX. No Brasil, essa tradição também é antiga e data da terceira década do século XX. [...] (ABREU, 2002, p. 43).

As excursões na cidade envolvem, segundo Cardoso (2008), uma metodologia intuitiva – fundamentada na percepção e reflexão *in loco*. Trata-se de uma formação científica consciente de sua responsabilidade política. Segundo Gomes (2013) a posição, a composição e exposição são elementos constitutivos da compreensão geográfica dos fenômenos urbanos. Eles fundamentam, por sua vez os conceitos de visibilidade e espacialidade geográficas. Com base nestas premissas podemos visualizar a cidade estudada. A cidade de Campina Grande, na Paraíba, está situada na mesorregião do Agreste, no Planalto da Borborema há aproximadamente 550m de altitude. A cidade localiza-se a 120 km da Capital paraibana, João Pessoa. A Rainha da Borborema comemorou em 2018 seus 154 anos de emancipação política e conta com, aproximadamente, 400 mil habitantes, segundo Censo de 2010 do IBGE. Em Campina Grande-PB se realiza no mês de junho o Maior São João do Mundo e, no período de Carnaval, o encontro ecumênico Nova Consciência - voltado para a religiosidade e à filosofia.

No transcurso do Estágio Docência foram realizadas quatro excursões geográficas todas elas dentro do centro histórico da cidade de Campina Grande-PB. Em duas delas tomamos como ponto de partida e, de encontro inicial dos “observadores da cidade” o prédio dos Correios que fica ao lado da Praça da Bandeira. Partimos, nesta quarta excursão geográfica, de outro lugar do centro da cidade de Campina Grande. Nesta excursão não tínhamos um percurso como referência, mas sim, um prédio, um ponto de observação da dinâmica sócio-espacial do centro da cidade. No nosso entendimento este prédio possui um rico potencial geográfico-educativo no centro da cidade. Trata-se do prédio do Terminal Rodoviário de Passageiros Cristiano Lauratizen, popularmente conhecido como “Rodoviária Velha” de Campina Grande.

Precisamos fazer algumas observações. Nas excursões anteriores a esta quarta, frisamos que, os itinerários não foram pré-estabelecidos de forma hermética. A primeira excursão geográfica foi realizada com o Grupo de Estudos Escolaridade (PPGG-UFPB). Esta excursão geográfica foi a nossa caminhada na cidade mais circunscrita a um roteiro, diferentemente, das demais excursões. Assim, em se tratando de uma

caminhada orientada, pelas conversas, textos de teoria e metodologia da pesquisa geográfica, a denominamos de caminhadas destras, em oposição ao modo de caminhar errático, organizado, por sua vez, na caminhada à deriva – nossa quinta caminhada do mestrado em Geografia (PPGG-UFPB).

Outra observação preliminar é a de que a cidade de Campina Grande-PB possui uma Rodoviária (Nova) – localizada no bairro do Catolé e, o nosso primeiro contato visual, com o ambiente da Rodoviária Velha, nos remeteu ao contraste entre esses dois espaços geográficos. O Terminal de Passageiros, Argemiro de Figueiredo, Rodoviária Nova, inaugurado em 1985, talvez por se localizar próximo ao Shopping Partage, justifique o vazio urbano naquele espaço, em especial, no precário comércio que se desenvolve naquele lugar. Em João Pessoa, por exemplo, o espaço da Rodoviária expressa a vida comercial da cidade, ou seja, expressa diferentes formas de sociabilidade e da economia. Em Campina Grande-PB, o espaço da Rodoviária Nova parece marcar mesmo o aspecto de passagem e, não de permanências, como acontece no espaço da Rodoviária Velha, no centro da cidade. Observemos, no mapa abaixo, a localização deste espaço *sui generis* de Campina Grande:

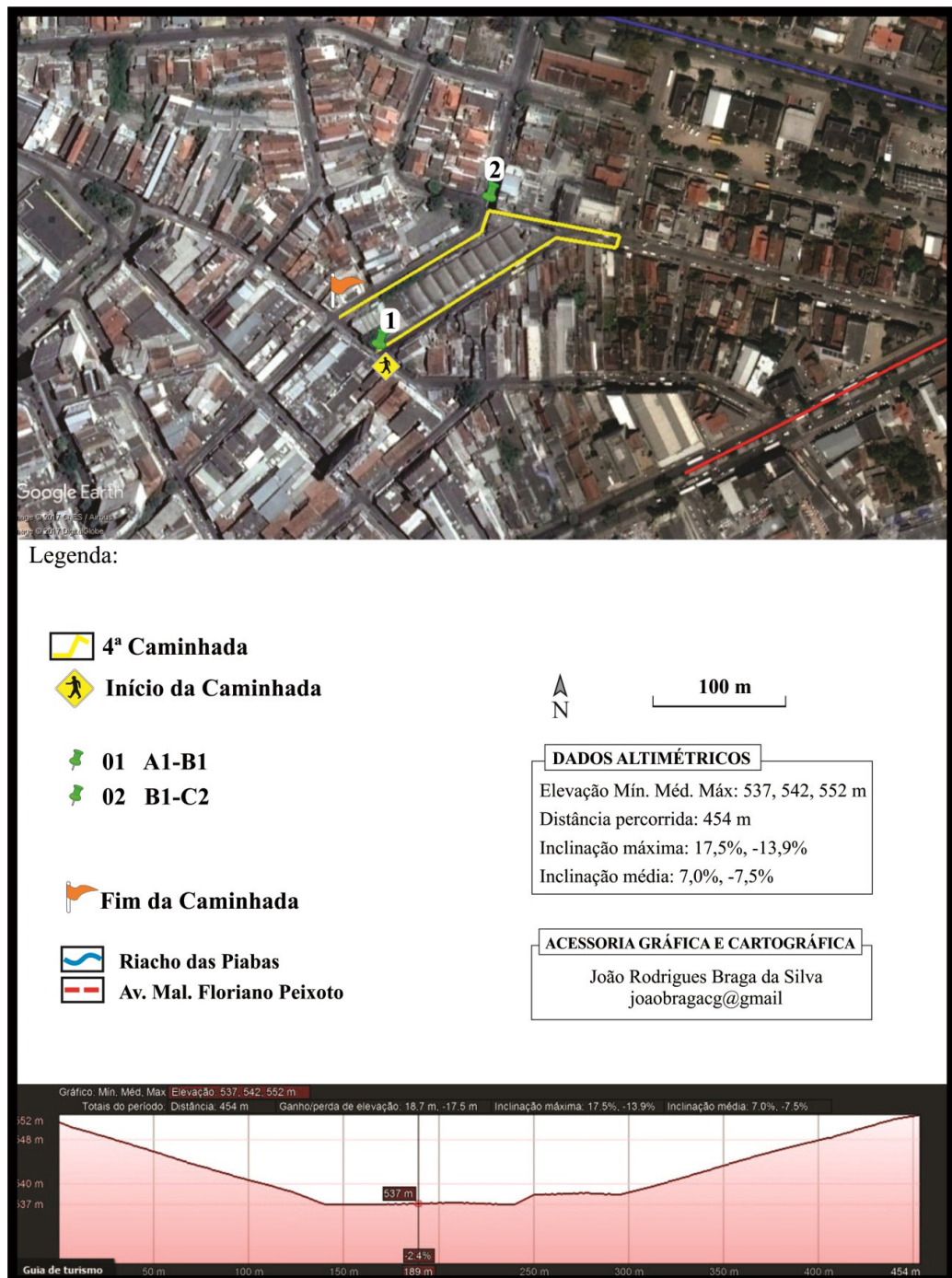


Fig. 1 Mapa da quarta excursão geográfica pelo centro de Campina Grande. Destaque para o prédio da Rodoviária Velha grifado na linha amarela.

Fonte: *Google Earth* – elaborado por Daniel Almeida Bezerra, 2017.

No mapa acima observamos, ao centro, o prédio da Rodoviária Velha. A linha de vermelho marca a Avenida Floriano Peixoto – principal artéria de tráfego de veículos do centro da cidade. E, de azul, temos parte do trajeto do Riacho das Piabas – que atualmente corta o centro e bairros da cidade por uma via canalizada. Através da observação do perfil altimétrico podemos observar que a nossa caminhada fora marcada por acentuadas ladeiras, formadas por aclives e declives.

Reunimo-nos, inicialmente, numa sorveteria que fica em frente à Rodoviária Velha, na Rua Barão do Abiaí. Enquanto esperávamos os demais membros chegar para iniciarmos nossa caminhada, alguns membros já saboreavam um sorvete

artesanal à base de frutas. Esse talvez seja o grande diferencial desta sorveteria, em relação às demais sorveterias do centro da cidade. Discutíamos os processos técnicos e a origem das matérias-primas para a fabricação de sorvetes artesanais. Olhávamos, a partir dela, a dinâmica sócio-espacial da Rodoviária Velha.

Ao lado da Rodoviária Velha, se encontra um prédio muito antigo da cidade denominado: *A Calçadeira* (A-1). Nela há uma loja especializada em calçados artesanais, os quais possuem o couro como matéria-prima. A primeira feira de Campina Grande era uma Feira de Gado. O espaço do Parque da Criança, próximo ao Açude Velho, cartão-postal da cidade, funcionava o Antigo Curtume São José, da Família Motta, o qual funcionou de 21 de agosto de 1924 a 31 de dezembro de 1983. Atualmente esse dinâmica couro-calçadista se encontra nos bairros de Bodocongó e José Pinheiro. Há várias lojas do comércio do centro da cidade de Campina Grande vendendo calçados, mas os calçados oriundos dessa região do centro da cidade possuem este diferencial. Nele você negociará o valor da peça, diretamente, com o artesão que as fabrica e as expõe. Nesta perspectiva, a própria exposição dos calçados artesanais, ela também evidencia uma criatividade distinta, das demais lojas do centro da cidade.

Da soverteria, avistávamos os ônibus todos vindos em nossa direção. Na visão inversa, nesta mesma Rua da Rodoviária Velha, nela, observamos a presença de hospedagens, bares e restaurantes populares. Quais seriam os elementos da culinária campinense utilizados na composição dos pratos ali servidos? Uma geografia dos temperos, dos sabores, poderia ser descortinada pela apreciação, itinerante, destes restaurantes populares. Além dos restaurantes, no período noturno funcionam alguns prostíbulos ao redor da Rodoviária. Essa perspectiva *soturna* da cidade também é evidenciada na Rua João Pessoa e, na Rua Índios Cariris no período da noite. Sobre este tema propomos um diálogo com o livro proposto por Cardoso (1996): *A cidade não revelada*. E, também Ramos e Souza (2006) no livro intitulado: *Territórios de confronto: Campina Grande-1920-1945*. A obra é organizada por Ramos e Souza (2006) em três capítulos. O primeiro intitula-se: *Cartografias do trabalho: homens e mulheres em ação*. O segundo, por sua vez, intitula-se: *Lugares de diversão e lazer: festas, bares e prostíbulos*. Por fim, o terceiro intitula-se: *Cidade, cidades*.

O espaço geográfico da cidade, assim entendido, como proposta de construção do conhecimento geográfico, leva em consideração o ensino e a aprendizagem geográfica na cidade dentro de uma perspectiva sócio-espacial – e, a partir desta ótica, guarda consigo um potencial para a educação política na cidade.

Para a compreensão das práticas espaciais cotidianas, a Geografia tem buscado aprofundar entendimentos sobre a cidade, o urbano, o cotidiano, a cultura, reafirmando o conteúdo material e simbólico na totalidade do espaço. [...] (CAVALCANTI, 2013, p. 75).

Essa totalidade a entendemos como complexa na medida em que é construída, dentro de sistemas sociais plurais: econômicos, culturais, políticos. O conceito de totalidade é nesta proposta de excursão geográfica relativizado quando optamos

metodologicamente por trabalhar com cenários, composições construídas pelos itinerários, recortes espaciais da cidade. Essa totalidade espacial da cidade também é relativizada quando efetuamos um recorte fenomênico neste objeto/cidade ao optarmos em trabalhar com o centro histórico e geográfico da cidade. Metodologicamente salientamos ainda a nossa opção em trabalhar com a proposta epistemológica voltada para a construção do conhecimento geográfico.

Da sorveteria onde nos encontramos, dizíamos, estava em evidência ao nosso olhar a marquise da Rodoviária Velha, considerada a segunda maior marquise de rodoviária do mundo – ficando atrás, apenas, da marquise da Rodoviária de Liverpool, conforme explicava-nos o Prof. Dr. Antonio Albuquerque da Costa e, o Prof. Ms. Artur Tavares Valverde. Este caso (causo) pode ser mais um nexos entre Campina Grande com a cidade inglesa, além da rivalidade no mercado têxtil. Mas não é, simplesmente, pela extensão de sua marquise que a Rodoviária Velha representa um rico potencial geográfico-educativo. É por conta de sua função articuladora de pessoas e serviços que ela, assim, se caracteriza. A força polarizadora da cidade, em relação às sociedades dos municípios vizinhos, se expressa, espacialmente, neste lugar da cidade de Campina Grande-PB.

Como há várias pessoas circulando envolta da Rodoviária Velha, uma sugestão para o professor de Geografia trabalhar juntamente com seus discentes a educação do olhar geográfico é estudarem como as pessoas destas cidades circunvizinhas enxergam Campina Grande-PB. Teríamos, então, uma compreensão acerca do “olhar estrangeiro” dirigido à cidade. Neste diapasão, a linguagem informal, utilizada pelas pessoas, no comércio do entorno da Rodoviária Velha, pode revelar-nos uma geografia dos léxicos, cotidianos, utilizados por elas, bem como também, os referenciais espaciais, utilizados por elas, para se localizarem no centro da cidade de Campina Grande-PB.

Caminhando sob a proteção da Marquise da Rodoviária Velha observamos um fluxo acelerado de pessoas. Abaixo dela forma-se um corredor para a passagem dos pedestres, entre as lojas do frontispício da Rodoviária Velha e, as bancas que divisam com a rua. São várias bancas do tipo que os “sciusciàs” utilizavam na venda nômade e que, na Rodoviária Velha de Campina Grande, se encontram instalada como permanência. Nestas bancas são expostos produtos eletrônicos, roupas, comidas, balas e doces.

O espaço geográfico é marcado além da aceleração dos passos, nesse corredor, por uma atmosfera auditiva confusa: pessoas conversam, oferecem produtos e serviços. Lembramos da ambiência da Feira Central. Mas era diferente, a paisagem observada na Rodoviária Velha. Talvez o fluxo de ônibus naquele espaço, fosse a primeira marca distintiva entre ambos os espaços. Mas não era a única diferença. Se na Feira Central o comércio gravitava entorno dos produtos do primeiro setor da economia, ou seja, da agricultura, na Rodoviária Velha encontramos muitas lojas de consertos de eletroeletrônicos que passam a diferenciar este lugar em relação

àquele. Ou seja, é marcadamente um espaço dedicado ao terceiro setor da economia – serviços.

Caminhamos dentro da Rodoviária Velha e percebemos uma grande variedade de produtos e serviços. Estes eram distintos daqueles ofertados no Shopping Popular Edson Diniz. Encontramos, por exemplo, alguns salões de beleza, lojas de consertos eletroeletrônicos, os mais variados. Chamou a nossa atenção os artífices-artesãos que consertavam calçados, bolsas, geralmente, as peças expostas eram de couro. No espaço interno da Rodoviária Velha os corredores são estreitos e há baixa luminosidade no ambiente. Indagávamos que telhas transparentes no teto poderiam sanar este problema sem, necessariamente, ampliar as despesas com a implantação de mais pontos de luz elétrica. A nossa caminhada no espaço interno da Rodoviária Velha é mais lenta que aquela desenvolvida na calçada deste prédio. Caminhamos nos corredores internos da Rodoviária Velha, em duplas, com dificuldade. Em alguns trechos caminhamos formando uma fila indiana.

Já considerando o entorno da Rodoviária Velha a educação do olhar geográfico pode ser desenvolvida a partir da observação do transporte alternativo utilizado pelas sociedades dos municípios circunvizinhos. Porém, salientamos que a rua principal da Rodoviária Velha é exclusiva para ônibus intermunicipais que ali realizam embarques e desembarques. Durante todo o dia há um intenso fluxo de pessoas e mercadorias no entorno da Rodoviária Velha. Este fluxo de pessoas de outras cidades e, comunidades rurais, ganha visibilidade nas ruas do centro da cidade de Campina Grande. De onde eles vêm?! Muitos deles, de cidades do Brejo e do Sertão.

A Rodoviária Velha é, em grande medida, responsável pela dinâmica sócio-espacial que se desenvolve no centro da cidade de Campina Grande-PB. Boa parte das pessoas que caminham na Rua Maciel Pinheiro – “rua-vitrine” do comércio campinense – são de municípios circunvizinhos que chegam a Campina Grande, através da Rodoviária Velha. Dentre o fluxo de mercadorias, que chegam pela Rodoviária Velha, há um destaque para o setor hortifrúti, o qual contribui no abastecimento da Feira Central. Originariamente, a atual Feira Central, localizava-se na Rua Maciel Pinheiro.

Os transportes intermunicipais participantes da dinâmica sócio-espacial, geográfica, do espaço da Rodoviária Velha, são ônibus, os transportes alternativos e as moto-táxis. Há a predominância de caminhonetes do tipo D-20 (A-2 e A-3), adaptadas, ao transporte de passageiros. Nesta perspectiva de análise dos transportes, o professor de Geografia pode trabalhar com seus alunos, a importância destes transportes alternativos para a construção da dinâmica sócio-espacial, geográfica, do centro da cidade de Campina Grande-PB. Eles transportam não apenas passageiros, mas também, mercadorias. Que mercadorias são e, de onde elas vêm?! Esta pode ser uma problematização inicial, nas pesquisas em torno da educação geográfica na cidade. No centro da cidade de Campina Grande-PB há um destaque para o uso de transporte “moto táxis”. A cidade de Campina Grande, na Mesorregião do Agreste da Paraíba, foi pioneira neste tipo de transporte, hoje legalizado no município.

Esta perspectiva do transporte público na cidade como elemento mediador para a construção de uma educação geográfica foi por nós trabalhada, juntamente com Alencar, Bezerra, Oliveira (2010), no artigo intitulado: *O transporte coletivo como elemento integrador de conteúdos e de estratégias metodológicas na geografia escolar*. Neste momento tentamos ampliar este objeto de pesquisa, para a construção de um ambiência geográfico-educativa na cidade.

Na perspectiva da construção de uma consciência política a partir da caminhada, ou seja, da experimentação do olhar como vivência corporal da cidade, desenvolvemos o texto: *Jornadas de junho de 2013: tema propositivo ao ensino e à apreensão política do conhecimento geográfico no ensino médio* em Bezerra (2014). Neste texto desenvolvemos os pressupostos teórico-metodológicos construídos na nossa Especialização em Ensino de Geografia na Universidade Estadual da Paraíba sob a orientação do Profº Dr. Rafael Albuquerque Xavier.

Caminhar e olhar a cidade, portanto, guarda consigo uma rico potencial geográfico educativo. Ou seja, podemos educar o nosso olhar geográfico a partir de nossa vivência do espaço geográfico da cidade. Mas, para tanto, precisamos aprender a educar o nosso olhar para aquilo que experienciamos no espaço geográfico da cidade.

Abaixo temos o mosaico da quarta excursão realizada pelo centro histórico da cidade de Campina Grande-PB.

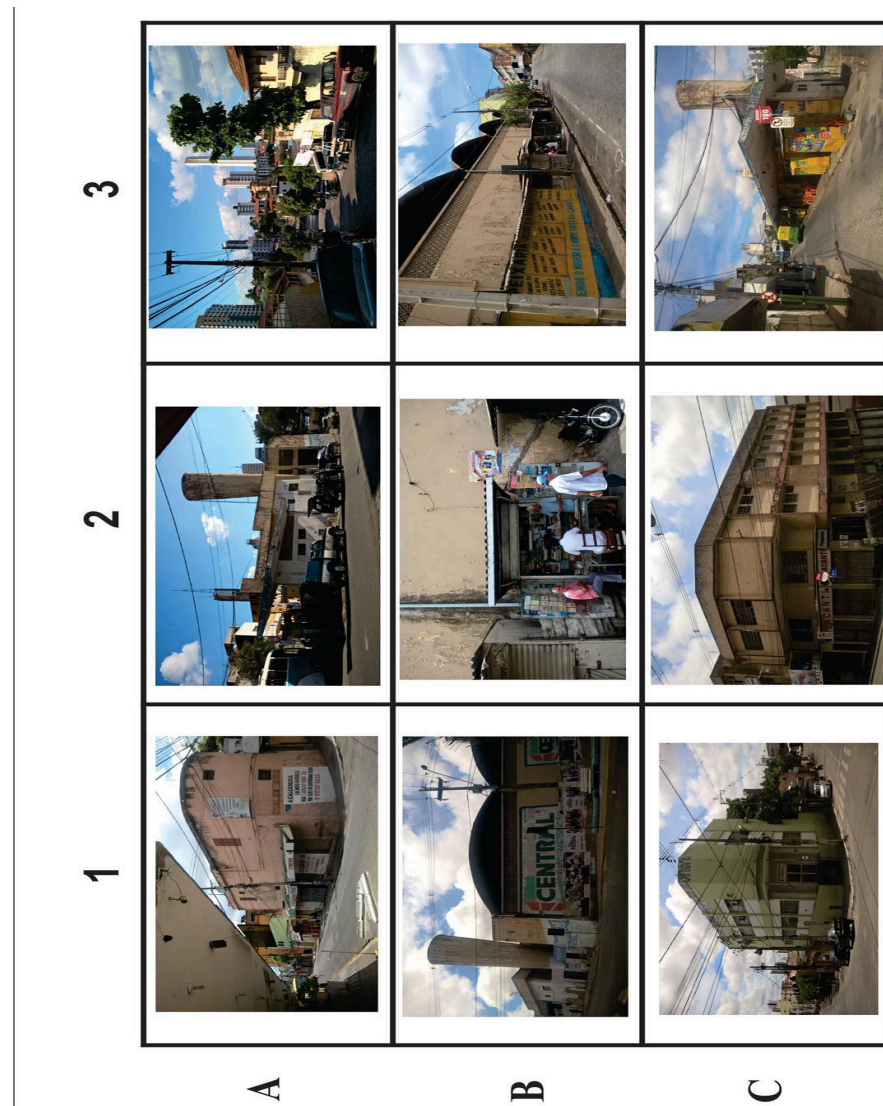


Fig. 2. Mosaico – IV – Quarta excursão pelo centro de Campina Grande.

Fonte: Elaborado por Daniel Almeida Bezerra, 2017.

Na Rodoviária Velha há, visivelmente, duas dinâmicas sócio-espaciais: uma endógena e, outra, exógena. Na calçada, além dos guichês das empresas de ônibus há: óticas, pastelarias, lanchonetes, fiteiros, balcões de mercadorias vindas de Santa Cruz e Caruaru, sobretudo, confecções, avistamos nestes pequenos espaços. Essa diversidade de produtos, cores, aromas, sons, salta aos nossos sentidos, na medida em que se encontram concentradas numa calçada que é, por sua vez, marcada pelo constante embarque e, desembarque, de passageiros. Internamente encontramos uma variedade de lojas prestando assistência técnica em eletrônica. Há vários artesãos que oferecem consertos de sapatos, bolsas, óculos. A estes serviços somam-se o setor alimentício, como açougues, lojas de laticínios que oferecem produtos do Sertão e do Brejo do Estado da Paraíba.

Em seguida caminhamos até a parte oposta ao setor de embarque e desembarque da Rodoviária Velha. Nela encontramos uma banca que oferece pescados de outras regiões do Estado da Paraíba. Seguindo pela calçada, avistamos, na parte detrás da Rodoviária Velha um comércio de aves abatidas, provavelmente, advindas do Brejo,

em especial, de Guarabira.

Nesta parte detrás da Rodoviária Velha há uma banca de jornais e revistas usadas (B-2). Neste aspecto ela se distingue em relação às bancas de revista da Praça da Bandeira. Nela, nos chamou a atenção a presença da Literatura de Cordel. Esta rua é mais arborizada e guarda um fluxo de caminhada e, de observação, mais lentos que na calçada principal da Rodoviária Velha. Nesta última, o ritmo da observação é ditado pelo andar apressado das pessoas que transitam por ali – não se pode parar! Quem para fica, geralmente, próximo ao meio-fio: limite entre a rua – espaço dos ônibus e veículos, com a calçada – espaço dos pedestres.

Esta quadra onde fica localizada a Rodoviária Velha, ela é composta pelo prédio da Rodoviária Velha e, pelo prédio da Procuradoria do Município de Campina Grande (C-1). Desta última, na direção do contorno do prédio da Rodoviária Velha, avistamos a nossa direita, a Rua Barão do Abiaí. Aqui destacamos o prédio da loja de equipamentos musicais Olacanti. A Rua Barão do Abiaí é uma rua na qual o professor de Geografia pode trabalhar o conceito de especialidade funcional dos espaços, já que muitas lojas de eletrônica se encontram nela. Os consertos de televisores, e equipamentos eletroeletrônicos são feitos nesta rua.

Nesta quadra, também o prédio da Procuradoria do Municipal de Campina Grande, apresenta um formato de “Ferro de Passar” estilo arquitetônico Beaux-Arts, certamente inspirado no prédio *Flatiron Building* de Nova York. Essa arquitetura peculiar, constatamos em nossa dissertação de mestrado como característica geográfica do centro da cidade de Campina Grande-PB. Completamos nosso contorno na quadra seguindo em direção a Feirinha de Frutas. Passamos pelo Edifício Prata e alcançamos a Rua Maciel Pinheiro. Estávamos em outra ambiência, certamente, mais luminosa, vitrines, propagandas. Atravessamos a Rua Maciel Pinheiro e caminhamos até a Rua Venâncio Neiva. De lá passamos pelo Posto de Saúde Francisco Pinto e, pelo Antigo Posto Futurama. Finalizamos a caminhada nos despedindo em frente ao Shopping Edson Diniz.

O espaço geográfico da cidade, assim entendido, como proposta de construção do conhecimento geográfico, leva em consideração o ensino e a aprendizagem geográfica na cidade dentro de uma perspectiva sócio-espacial, porquanto geográfica. E, nesta perspectiva, guarda consigo, um potencial para a educação política na cidade. A Rodoviária Velha é-nos um espaço geográfico dinamizador da entrada e, saída, de pessoas na cidade de Campina Grande-PB a partir do centro da cidade. O movimento pendular diário, as permanências e sociabilidades naquele espaço geográfico está diretamente às nossas necessidades, nossos desejos. O que vêm buscar estas pessoas no centro da cidade de Campina Grande? Essas pessoas constroem o ambiente geográfico, através de sua prática andante, convivendo e experimentando o espaço geográfico da cidade. Transformando-o, através das práticas espaciais das caminhadas, em ambiência educativa. Transformando-o, portanto, num lugar de aprendizagem geográfica na cidade.

Nós professores e alunos da Geografia precisamos juntos aprender a viver e a pensar a cidade. Aprender, juntos, que há uma educação geográfica a ser construída através da educação do olhar e da observação, bem como de nossas práticas espaciais na cidade. As excursões geográficas na cidade congregam estes objetivos. Nessa direção encontramos as teses de Alderoqui (2006) para quem esta perspectiva de aprendizagem geográfica privilegia o contexto espacial mais próximo do aluno e sugere que esta relação proximal (Vygotsky) se propõe como fundamento da construção do conhecimento. O professor(a) nesta situação é um mediador(a) no processo de construção do conhecimento e, não um detentor do conhecimento a ser transmitido. Atitude diametralmente oposta à proposta construtivista do conhecimento geográfico. Essa proposta é acolhida, atualmente, no Brasil, pelas ideias do professor Carlos Augusto de Amorim Cardoso, através de sua Didática Urbana, da professora Lana de Souza Cavalcanti e, juntamente com as noções de olhar e visibilidade geográfica proposta por Gomes (2013) dão os contornos deste relato de experiência no Estágio Docência.

Diante destas premissas propomos as excursões no centro da cidade de Campina Grande-PB como exercício de observação na esfera do cotidiano na cidade. Nesta perspectiva, conforme Alderoqui (2006), o programa das excursões se confundiria com uma escala de ação-investigação. Segundo Santos (1992) esta análise do espaço pode ser auferida a partir do estudo da estrutura, forma, função e processo dos elementos espaciais. A cidadania é aqui considerada como uma competência (Alderoqui, 2006) a ser formada levando-se em conta formação geográfica, porquanto dotada pela compreensão social e espacial que figura a dinâmica da cidade. Esta cidadania é constituída através do ato de pensar e de usar o espaço da cidade. Posto que “[...] es necesario tener conocimientos para poder pensar y usar la ciudad. [...]” (ALDEROQUI, 2006, p. 232).

Os espaços públicos estão imersos numa malha de interesses muitos deles privados e não coletivos. O centro da cidade como recorte espacial, fenomênico, para o estudo geográfico da cidade privilegia um olhar para esta tensão entre o público e o privado. As pessoas que vivem a cidade são as mesmas que constroem nela suas práticas espaciais e, portanto, a ela confere significado geográfico. Aquele que excursiona e exercita a leitura geográfica da cidade também nela inscreve, com suas pegadas – geografismos.

1.3 Para não concluir, caminhar e re-olhar a cidade

Observamos que a prática de excursões geográficas no centro da cidade de Campina Grande, na Paraíba, se apresentou para nós como modo profícuo da construção do conhecimento geográfico por professores e alunos da Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba. Nesta direção, contribuíram na composição de trajetórias para a construção de nossa consciência espacial e política

da cidade. As turmas que percorreram as trajetórias espaciais no centro da cidade tratavam-se de um grupo misto de alunos e alunas da Licenciatura em Geografia com o foco nos estudos urbanos e na compreensão da dinâmica sócio-espacial, geográfica, do centro da cidade de Campina Grande, na Paraíba. Estes alunos excursionaram o centro histórico da cidade buscando a construção de seus projetos de pesquisa em geografia. Em paralelo expandiram sua compreensão acerca da dinâmica sócio-espacial, geográfica, da cidade, portanto expandiram sua capacidade de produzir ciência com consciência – expandiram, portanto, sua politicidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ALDEROQUI, Silvia. Enseñar a pensar la ciudad. In: ALDEROQUI, Silvia. PENCHANSKY, Pompei. **Ciudad y ciudadanos: aportes para la enseñanza del mundo urbano**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____. Para que enseñar la ciudad? In: ALDEROQUI, Silvia. PENCHANSKY, Pompei. **Ciudad y ciudadanos: aportes para la enseñanza del mundo urbano**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

ALENCAR, Alisson Clauber Mendes; BEZERRA, Daniel Almeida.; OLIVEIRA, Marlene Macário. O transporte coletivo como elemento integrador de conteúdos e de estratégias metodológicas na geografia escolar. In: **COLÓQUIO BRASILEIRO EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**, 2, 2010, Campina Grande. Processos pedagógicos e produção do conhecimento. **Anais...** Campina Grande, PB: EDUFCG, 2010. p. 01-221. 1 CDROM.

BEZERRA, Daniel Almeida. **Jornadas de junho de 2013: tema propositivo ao ensino e à apreensão política do conhecimento geográfico no ensino médio**. 2014. 136f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB.

BEZERRA, Daniel Almeida. **A arte de caminhar na cidade: educando o olhar geográfico em andanças no centro de Campina Grande-PB**. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, 2017, 324 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9754>>

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. **A cidade não revelada**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1996.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. Um ponto de vista geográfico nos manuais didáticos brasileiros: os passeios e as excursões escolares. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral, v. 10. n. 1, 2008. p. 93-105.

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. A excursão geográfica, **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, Rio de Janeiro, v. 3, n.4, pp. 864-873, out/dez, 1941. Disponível em: <[HTTP://biblioteca.ibge.gov.br](http://biblioteca.ibge.gov.br)> Acesso em: 05/10/2015.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente-MG, n.35, Volume Especial, p. 74-86, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Sérgio da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O lugar do olhar:** elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

RAMOS, Fábio Gutemberg; SOUZA, Bezerra de. **Territórios de confronto:** Campina Grande-1920-1945. Campina Grande, PB: EDUFPG, 2006. 193 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1992.

CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PESCA NO DISTRITO DA FREGUESIA DO ANDIRÁ, MUNICÍPIO DE BARREIRINHA- AM

Edelson Gonçalves Marques

Graduando do curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP/UEA).
edelson_goncalves@hotmail.com

Luciano Soares Gonçalves

Graduando do curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP/UEA).
lucianogoncalves351@hotmail.com

Valdenice dos Santos Rodrigues

Graduando do curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP/UEA)

Charlene Maria da Silva Muniz

Professora do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP/UEA).

Mestre em Geografia e Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas/UFAM.
charlene.mds@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho abarca questões inerentes à realidade, como a agricultura e pesca frequente no modo de vida dos ribeirinhos do Distrito da Freguesia do Andirá município de Barreirinha-AM. A análise de pesquisa do trabalho tem como objetivo conhecer um pouco mais a realidade dos moradores, seu modo de vida, econômico,

social, cultural e principalmente abordar sobre a agricultura e a pesca da referida comunidade. Em nossa metodologia utilizamos elaboração de formulários e roteiros de entrevistas na localidade da Freguesia do Andirá, a pesquisa de campo descritiva e explicativa sobre a temática em estudo abordou as seguintes questões: Tipos de agricultura, formas de plantio, mão de obra familiar, formas de comercialização, produtos comercializados, criação de animais, pesca, extrativismo, incentivo agrícola. Tendo em vista o grande número de comunidades ribeirinhas distribuídas no espaço geográfico referente a Amazônia, seria impossível falarmos de todas, pois cada uma apresenta características que diferem das demais, por isso a necessidade de delimitarmos nossa área de estudo como também o tema a ser abordado, descrevemos neste trabalho as necessidades desta comunidade ribeirinha. Obtendo como resultado, a experiência vivenciada com os moradores que compartilharam seu vasto saber, dando-nos o subsídio para a compreensão da temática em estudo de acordo com os teóricos que deram embasamento ao nosso estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. Rural. Ribeirinho.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa na comunidade do Distrito da Freguesia do Andirá município de Barreirinha-AM, localizado na margem direita do Rio Andirá, região do Andirá de baixo, afluente do caudaloso Rio Amazonas, com uma distância em linha reta com 10.380 km, sendo que pelo Rio Andirá a distância chega a 10.660km da sede do município de Parintins. A análise do trabalho tem como objetivo conhecer a realidade dos moradores, seu modo de vida, econômico, social, cultural e principalmente abordar sobre a agricultura e a pesca na comunidade.

A importância de conhecer nossas comunidades ribeirinhas em sua formação geográfica naturais e humanas, é fundamental para o conhecimento dos saberes transmitidos a várias gerações dessas comunidades, vilas, agrovilas e sítios, que oferecem diversas inquietações em suas dimensões geográficas, como forma de perpetuar saberes ancestrais de seu povo, visto que as comunidades rurais tem em seus lugares potencialidades a ser trabalhada, mas abordaremos neste relatório somente dois aspectos relacionado a agricultura e pesca, do Distrito da Freguesia, fator este específico das comunidades da região amazônica.

Para dar embasamento ao trabalho de campo, citamos os teóricos (SILVA 2015), (DANTAS 2011), (OLIVEIRA 2007), (SANTOS 2006) e (FRAXE; PEREIRA;

WITKOSKI, 2007), que nos deram suporte para que nosso trabalho tivesse uma representatividade de acordo com as questões abordadas no Distrito de Freguesia do Andirá, e a partir de então pensar os conceitos trabalhados e fazer a relação com o modo de vida dos ribeirinhos.

Foi aplicado o questionário *in loco* com três famílias de agricultores abordando questões de sua vida cotidiana, seja na pesca ou na agricultura. As questões foram: De onde provem a principal renda familiar. No caso de atividades agrícolas, quais os principais produtos cultivados? No caso da pesca, como é realizada a pesca e quais as principais espécies que são capturadas? Qual a forma de comercialização? Qual o meio de transporte que mais utiliza? Quais as principais motivações/necessidades que o levam a cidade? Portanto essas questões foram relevantes para os levantamentos de alguns dados importante sobre a pesca e agricultura dos moradores da comunidade do Distrito de Freguesia do Andirá.

2 | REPRESENTAÇÕES DA AGRICULTURA DO CAMPO NO DISTRITO DA FREGUESIA DO ANDIRÁ NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA

Em nossa análise de campo conseguimos constatar em relatos de uma moradora do Distrito da Freguesia do Andirá interior de Barreirinha o modo de produção agrícola, como é feito o plantio, colheita e sua venda, baseada em uma economia familiar e de subsistência, que diretamente o ribeirinho tem o contato com a terra, como afirma Aldo Dantas:

“Um dos atores envolvidos é o camponês, que não deve ser entendido apenas como produtor de sua própria subsistência, mais aquele que possui relação direta com a terra. O camponês surge com a presença dos seres humanos no espaço geográfico, ou seja, com a fixação do ser humano que deixa de ser nômade e passa a fixar-se em determinados lugares, principalmente nas margens dos rios. (DANTAS, 2011)

Diante do exposto notamos que as residências dos moradores estão localizadas as margens do rio Andirá, e sua relação com o rio é imprescindível para sua sobrevivência, meio de transporte e sua alimentação, tornando-o ribeirinhos da região Amazônica com grande diversidade no modo de vida e trabalho em comunidade. Como é sabido, o caboclo ribeirinho tem vasto saber empírico da região amazônica, que segundo (FRAXE; PEREIRA; WITKOSKI, 2007). “Na Amazônia esse conhecer, o saber, o viver e o fazer foram processos predominantemente indígenas”. Logo entende-se o porquê do camponês amazônico manter essa forte relação cultural agrícola através do cultivo da mandioca.

O ribeirinho da região amazônica mantém um vínculo cultural agrícola bastante significativo, onde o produto mais cultivado na comunidade é a mandioca, pelas rugosidades que seriam as heranças espaciais nos diferentes períodos da história. Essas heranças ainda estão muito presentes no cultivo da mandioca (*Manihot esculenta*), sendo passada de pai para filho, que é produzido em pequenas escalas e onde são complementadas com a plantação do abacaxi (*Ananas comosus*), e do milho (*zea mays*), o extrativismo vegetal, a criação de suínos e aves como galinha, mais com uma fragilidade na agricultura, com ressalvas no que observamos segundo o questionário, poucas são as variedades de plantações e para complementar sua renda familiar as famílias recebem bolsa família, um benefício do Governo Federal.

A comunidade mantém um vínculo muito forte com a cidade de Barreirinha, apesar de uma escola, um posto de saúde, mercadinhos, ruas e outros elementos com características de cidade, é um Distrito que mantém seus aspectos rurais, com economia voltada para a agricultura, destacando sempre a relação dessas atividades como mantenedoras da cultura e identidade. No que afirma, Charlene da Silva:

A relação campo-cidade é algo dinâmico, que passa a incorporar e influenciar também na vida e na formação e configuração de uma comunidade rural. As mudanças, certos investimentos, equipamentos chegam às comunidades e acabam influenciando em seus aspectos de organização espacial, organização política e com o ambiente. (DA SILVA, 2015).

Apesar da relação campo cidade os comunitários camponeses do Distrito da Freguesia do Andirá ainda precisam se deslocar até o município de Barreirinha com frequência, ou seja, mensalmente para a venda de seus produtos, recebimento de benefícios, compra de remédios, assistência médica entre outros, mas um fator principal é a venda de seus produtos direto ao consumidor nas feiras e muitas vezes abaixo do preço de mercado para os atravessadores.

Com a venda de seus produtos o ribeirinho abona sua sobrevivência, de modo que agricultura é a principal renda de sua família, com o dinheiro do excedente de sua

produção fazem a compra de seus (ranchos), que seria o arroz, açúcar, café, feijão, etc., para suprir sua alimentação e também a compra de insumos para trabalhar em sua roça e alimentar seus animais. Nesse sentido Ariovaldo Umbelino Oliveira enfatiza que:

Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio. No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. (OLIVEIRA, 2007. p. 40).

Uma parte do excedente de seus produtos também são vendidos no próprio Distrito, suprindo a demanda de seus moradores, mesmo porque o Distrito da Freguesia tem uma população de acordo com o senso brasileiro de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população era de 4.162 habitantes, representando 15,2% da população do município de Barreirinha.

3 | A PESCA COMO FONTE DE RENDA E ALIMENTO DO RIBEIRINHO

A pesca no Distrito da Freguesia acontece em grupos para fins comerciais e sozinho em sua maioria para a alimentação de suas famílias. Apesar de ter traços rurais e urbanos, a presença do pescado ainda é muito presente nessa localidade tanto como fonte de alimentação e como fonte de renda para as famílias que ali residem, a pesca é uma das atividades mais antiga que serve como meio de subsistência para os ribeirinhos que até hoje ainda utilizam desse tipo de extrativismo para seu consumo e ajudar na renda de suas famílias.

O deslocamento dos moradores de sua comunidade é feito pelo rio Andirá, afluente do rio Amazonas localizado na margem direita, sendo que os rios são as principais vias fluviais na Amazônia. Durante nossa visita técnica podemos conversar com alguns moradores, que relataram essa atividade pesqueira e suas várias espécies de pescado na referida localidade, com utilização de rabetas e bajaranas que são o meio de transporte (canoas com motor de popa), assim como o apetrecho de pesca como malhadeira, caniço, arco e flecha, tarrafa e zagaia que os comunitários utilizam para capturar o pescado.

Podemos observar que a arte de pescar e suas técnicas são repassadas de pai para filho, assim como a utilização dos apetrechos de pesca e suas técnicas na captura do pescado, que é um dos principais meios de alimentação das famílias ribeirinhas. Nesse sentido Charlene da Silva afirma que:

O conhecimento social construído e aprendido com as gerações passadas é fundamental para o planejamento e desenvolvimento do trabalho para obtenção da renda familiar nas zonas rurais. Os pescadores e agricultores elaboram seus calendários de trabalho nas suas atividades, levando em consideração a composição familiar. Eles mesmos determinam a hora de saída para a unidade produtiva e chegada ao final da tarde. (DA SILVA, 2015)

Verificou-se que as espécies mais capturadas de pescado são: Tucunaré, pacu, jaraqui, Curimatá e acará. E o período melhor para a captura do pescado em suas pescarias é no período da vazante e da seca, pois na época da enchente e da cheia a prática da pesca fica mais escasso pois o rio inunda as áreas de igapó e os peixes entram para as cabeceiras do rio, sendo que essa pesca é feita por membros da família que sai de madrugada para capturar o pescado, visto que logo pela manhã já sai para sua atividade agrícola. Como a comunidade já tem energia, do luz para todos do Governo Federal, o processo de conservação é feito pelos comunitários em refrigerador (geladeira ou freezer) e por conseguinte ainda utiliza-se o processo de salga do pescado.

No Distrito da freguesia o pescado é a principal fonte de alimentação, seus comunitários retiram o pescado de rios e lagos mais próximos, para o consumo e para complemento de sua renda familiar. De acordo com Geraldo Santos:

A pesca na Amazônia tem um caráter artesanal e mesmo assim, o peixe representa a principal fonte de proteína para consumo humano, particularmente das populações que habitam as margens dos rios e lagos da região. O consumo per capita de pescado nas cidades de Manaus e Itacoatiara foi estimado entre 100 e 200 g/dia na década de 70 e mais recentemente outros autores indicam que as populações rurais ribeirinhas consomem cerca de 500 g/dia. (SANTOS, 2006).

Partindo do pressuposto os moradores relatam que antes a fartura do peixe era maior, não demorava para capturar o pescado, hoje já ficou mais difícil e são pescados nos lagos Grande, Buiuçú e lago do Serrão, mesmo assim é o alimento mais consumido e quando pegam grande quantidade é vendido na comunidade ou na cidade de Barreirinha, porém sua alimentação não é apenas peixes, mas também tem a caça como complemento, sendo que os mesmos vão até a cidade de Barreirinha para comprar alimentos enlatados como, frango, salsicha, calabresa entre outros gêneros alimentícios para suprir sua alimentação. Os elementos no que diz respeito a pesca no distrito da Freguesia do Andirá estão presentes nas informações na tabela abaixo.

Pescador Entrevistado	Espécie	Local Pesca		Tipo de embarcação	Apetrecho	Armazenamento		
		Seca	Cheia			Salga	Gelo	Freezer
1	Acará	Seca	Cheia	Rabeta Bajara Canoa	Malhadeira Flecha Zagaia			
	Jaraqui	Rio	Cheia		Caniço Tarrafa Currico			
	Tucuna ré	Rio	Cheia			x	x	x
	Pacu	Rio	Cheia					
	Curima tá	Rio	Cheia					

Quadro 1: Entrevista com o pescador.

Fonte: Gonçalves, L. Trabalho de campo 2015.

4 | OCUPAÇÕES/RENDAS DOS MORADORES DO DISTRITO DA FREGUESIA DO ANDIRÁ

Há vários elementos que compõe as diversas formas de ocupação e renda do ribeirinho, dentre elas o gráfico mostra as principais em destaque.

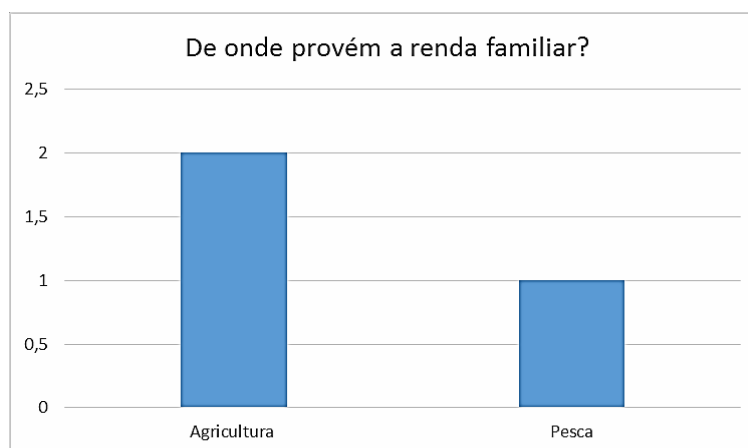


Gráfico 01: Principal renda familiar.

Fonte: Gonçalves, L. 2015.

Para garantir sua sobrevivência os comunitários precisam organizar suas atividades, se reúnem em família para fazer todo processo de produção, desta forma a força de trabalho é em benefício da família que é administrada pelo pai ou pela mãe. Assim os agricultores se organizam para fazer sua produção e produzir sua própria renda, sendo que a agricultura e a pesca são as principais fontes de renda do caboclo ribeirinho, comprovado pelo questionário aplicado naquela comunidade, onde os

mesmos ainda utilizam algumas das técnicas deixadas por seus ancestrais.

Dentre os diversos produtos cultivados na comunidade, pode-se perceber em destaque o plantio da mandioca. Os produtores ribeirinhos têm um papel relevante na produção de alimento na comunidade, com sua produção abastecem de certa forma o Distrito de Freguesia e seus produtos também são vendidos na cidade de Barreirinha, ressaltando a importância econômica cultural e política na localidade e na região. O cultivo da mandioca está muito relacionado à cultura dos povos amazônicos, e a mandioca é um dos mais cultivados, é também o produto com maior uso para a produção da farinha, alimento muito consumido pelos ribeirinhos.

4.1 Como é realizado a pesca na Freguesia do Andirá

A pesca no Distrito da Freguesia acontece em grupo e sozinho, somente para a alimentação ou com vários membros da família, se a pesca for para fins lucrativos. Assim a pesca é realizada em grupo, quando é para a comercialização e sozinho quando é apenas como fonte de subsistência. Nesse sentido (DA SILVA, 2015) afirma que, “a pescaria realizada em família e nos grupos formada pelos vizinhos próximos é de essencial importância para socialização dos conhecimentos tradicionais”.

Dessa forma as técnicas da pescaria são (re) passadas de pai para filho, onde os filhos aprendem os locais onde se localizam os cardumes, melhor estratégia de captura- los e os apetrechos que devem ser utilizados para cada tipo de pescaria, até mesmo os fenômenos da natureza que influenciam na captura do pescado, com isso os saberes empíricos garantem a aprendizagem da atividade pesqueira das futuras gerações da comunidade.

4.2 Principais espécies capturadas na comunidade

A pesca como meio de subsistência e fonte de renda para as famílias de Freguesia do Andirá é uma atividade muito comum nessa localidade onde são capturadas várias espécies de peixes. Essas pescarias realizam-se no rio Andirá, assim como, nos lagos afluente do rio Amazonas, que passa por um período sazonal, onde no período da enchente e cheia, o pescado fica mais escasso, pois a mata de igapó que é inundada abriga os cardumes dificultando a captura do pescado.

O período de fartura da pesca é na vazante e seca, onde os cardumes saem em piracema para desova, pois quando o rio e os lagos secam os peixes ficam desprotegidos, vulnerável para a captura, assim as espécies mais capturadas são: tucunaré (*Cichla spp*), pacu (*Piaractus mesopotamicus*), jaraqui (*Semaprochilodus Taeniurus*), Curimatá (*Prochilodus spp*), e acará (*Asrronof tus ocellatus*), esses pescados servem como fonte de alimentação e comercialização dentro da localidade e no Município de Barreirinha.

4.3 Principais formas de comercialização dos produtos

No Distrito de Freguesia do Andirá a forma de comercialização de seus produtos agrícolas e do pescado é realizada de duas maneiras, a primeira é feita direta ao consumidor de sua comunidade e a segunda é feita para os atravessadores que ali residem. Porém na maioria das vezes o atravessador compra o produto do trabalhador ribeirinho pelo custo inferior, vencendo o mesmo pelo cansaço, que sente-se obrigado a desfazer-se de seu produto, visto que o mesmo tem pressa em alimentar sua família, por isso na maioria das vezes vende seu produto por um valor muito abaixo do preço de mercado.

Pode-se perceber que ainda é pertinente o cultivo agrícola que seus pais realizavam a tempos pretéritos, os agricultores têm seus modos de vida ainda bastante rudimentar, mesmo com a chegada do urbano no interior, o caboclo ribeirinho tem em sua vivência os costumes e crenças presente nas diversas comunidades ribeirinhas da extensa área geográfica do interior da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES

Diante das análises observacionais sobre os modos de produção dos agricultores e seus familiares foi possível compreender a relação com o capital do Distrito da Freguesia do Andirá com o município de Barreirinha-AM, onde foram tabulados, analisados e apresentados os dados coletados sobre a agricultura, criação de animais e pesca, sem abrir mão dos teóricos da geografia que trabalham com o tema em questão, assim nos permitindo desenvolver conhecimentos adquiridos no decorrer da disciplina, e que ao relacionar com a pesquisa naquela área rural foram relevantes para a construção do estudo que nos ajudaram a perceber a influência do urbano naquela comunidade.

Um dos fatores urbanos visíveis na comunidade é a chegada da energia elétrica, adquirida através do **Luz para Todos** do programa do Governo Federal, que segundo a Sra. R.P.S de 68 anos foi muito bom, mas de acordo com seu depoimento, ao mesmo tempo que foi bom, “acabou com meu sossego”, referindo-se a moradora sobre os altos sons e festas que acontecem aos finais de semana no Distrito da Freguesia do Andirá. A partir dos questionamentos da moradora percebe-se que o urbano influencia no modo de vida do ribeirinho, que mesmo aceitando os benefícios trazidos pelo urbano, ainda conduzem suas atividades com o pouco tempo lento que ainda lhe resta, através da agricultura e da pesca.

Percebe-se que mesmo mantendo suas atividades de pesca e agricultura, o caboclo ribeirinho vem perdendo suas técnicas, principalmente voltadas a pesca, sendo que essa atividade já não é mais feita como seus antepassados faziam, visto que as “pescarias” termo este bastante usado pelos entrevistados, já não acontecem frequentemente na comunidade, que segundo a moradora essas atividades os mais

jovens não o fazem mais, em virtude do acesso livre de pescados as feiras e aos próprios barcos pesqueiros que ali aportam naquela localidade.

Sabe-se que o rural já não é mais o mesmo, em virtude da chegada do urbano, que mesmo trazendo benefícios como saúde, educação, alimentação, energia, etc. não mostram melhor qualidade de vida aos moradores daquele lugar. Por tanto desse modo apresentamos como resultado a experiência vivenciada com os moradores que compartilharam seu vasto saber, dando-nos o subsídio para a compreensão da temática em estudo de acordo com os teóricos que deram embasamento ao nosso estudo, para entendermos melhor o modo de vida do ribeirinho do Distrito da Freguesia do Andirá.

REFERÊNCIAS

DANTAS, Aldo. **Geografia Agrária**. 2 ed. Natal: EDUFRRN, 2011.

FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais** / organizadores. Manaus: Edua, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

SANTOS, Geraldo Mendes; FERREIRA, Efreim J. G.; ZUANON, Jansen A. S. **Peixes Comerciais de Manaus**. Manaus: Ibama/AM, ProVárzea, 2006.

SILVA, Charlene Maria Muniz da. **Territorialidades Rurais no Município de Parintins: Habitus, Circularidade da Cultura e Ethos Ambiental na Localidade do Zé Açú**. 2015. 296 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2015.

MINERAÇÃO DE ENERGIA NO MARANHÃO: PERSPECTIVAS PARA EXPLORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS NA BACIA SEDIMENTAR DE BARREIRINHAS

José Francisco Belfort Brito

Professor pesquisador da Universidade CEUMA. Bacharel em Ciências Contábeis e Mestre em Energia e Ambiente, ambos os cursos pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: belfortbrito@yahoo.com.br

Romeu Costa Araújo

Mestre em Energia e Ambiente pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pedagogo pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: romeuca@hotmail.com

Fernando Carvalho Silva

Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Maranhão. Doutor em Química pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: fernando.carvalho@ufma.br

Cilícia Dias dos Santos Belfort Brito

Professora do Instituto Federal do Maranhão (IFMA – Campus Grajaú). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); E-mail: cilicia.dias@ifma.edu.br

RESUMO: O presente artigo apresenta uma breve avaliação sobre os potenciais minerais do Estado do Maranhão e suas perspectivas. Demonstra-se como o estudo a respeito das disponibilidades destes recursos ainda é muito incipiente o que requer a necessidade de se aprofundar e conhecer melhor estas

potencialidades. O documento apresenta de forma mais aprofundada as análises sobre as regiões de exploração de combustíveis fósseis na bacia sedimentar de Barreirinhas - MA, os estudos revelam que é preciso conhecer melhor também as potencialidades das bacias sedimentares da região para promover a viabilização de exploração dos Plays que compõem esta bacia. Uma vez que já existem pesquisas demonstrando viabilidade geológica e econômica de produção de petróleo e gás no território em análise.

PALAVRAS-CHAVE: Mineração. Energia. Play. Petróleo. Gás.

ABSTRACT: This article presents a brief evaluation about the potential minerals of the State of Maranhão and its perspectives. It is demonstrated how the study regarding the availability of these resources is still very incipient which requires the need to deepen and better know these potentialities. The document presents a more detailed analysis of the regions of exploitation of fossil fuels in the sedimentary basin of Barreirinhas - MA, the studies reveal that it is necessary to know better the potential of the sedimentary basins of the region to promote the feasibility of exploring the Plays that make up this basin. Since there is already research demonstrating the geological and economic viability of oil and gas production in the territory

under analysis.

KEYWORDS: Mining. Energy. Play. Petroleum. Gas.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Estado do Maranhão que em extensão territorial ocupa 3,90% do território nacional e 21,36% do território da região nordestina brasileira, mesmo até recentemente não tendo histórico vultoso de produção mineral em seu passado, mas ainda assim, há registros da existência dessa atividade de no mínimo um século e meio, de acordo com MATHIS (1998).

Como em outras Unidades Federadas do Brasil, a mineração no Maranhão, despertou interesses de investidores tanto nacionais como não nacionais. Nos dias atuais o conhecimento do potencial mineralógico do Maranhão é ainda deveras incipiente. Segundo o IBGE (2013), a participação do Estado no valor da produção mineral da Região Nordeste não chega a 3,00% (três por cento), o que nos reporta claramente a necessidade de melhor conhecer a potencialidade das bacias sedimentares, seus plays efetivos, sua infraestrutura de abastecimento, definir sua atividade e intensidade exploratória entre outros aspectos tanto das metodologias geológicas quanto econômicas, proporcionando assim a abertura de novas minas e a expansão das atuais em operação.

De acordo com estudo realizado por CRUZ (2014), O valor da produção mineral do Maranhão nos últimos anos é de pouco mais de R\$ 389,2 milhões anuais, sendo que 49,00% correspondem à extração e beneficiamento de ouro seguido de 40,33% correspondente à extração e beneficiamento de rocha britada (25,56%), areia (5,73%) e calcário (9,04%).

É evidente que as atuais estatísticas da produção mineral não se coadunam com a real vocação do Estado, o que leva à conclusão que o aumento do conhecimento da geologia do território poderá efetivamente incrementar o desenvolvimento e ampliar a produção mineral, pois existem variados bens minerais potencialmente promissores no estado, a exemplo da água, do ouro, da argila, do calcário, da gipsita, da brita de basalto e granito, além da areia, cascalho e laterita, todos esses, objeto de estudos especialmente desenvolvidos por MARANHÃO (2014), editados no “Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Maranhão e Formulação de Plano de ações 2030 – Primeira Fase, resultante de convênio estabelecido entre o governo do Estado do Maranhão por meio de sua Secretaria de Estado de Minas e Energia e a União Federal, por sua vez, através do Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

Com relação ao setor da **Mineração de Energia** apesar do MME tratá-lo de forma diferenciada, no intuito de mensurar e dimensionar a disponibilidade dos recursos minero-energéticos existentes no território maranhense, em especial os hidrocarbonetos, neles incluídos o petróleo e gás natural, esforços tem sido iniciados

no sentido de subsidiar o planejamento estratégico tanto público quanto privado, para a adequada tomada de decisão sobre a demanda de energia. Entre eles, um estudo realizado pela EPE em convênio com o MME nos anos 2010, que apresenta o arcabouço metodológico que sustenta o ZNMT envolvendo duas perspectivas: a geológica e econômica de todas as bacias sedimentares do Brasil.

2 | METODOLOGIA

Inicialmente, foi utilizado como procedimento metodológico para o desenvolvimento da temática deste trabalho: O processo de revisão bibliográfica, pesquisa de dados geológicos, levantamentos da sísmica registrada recentes e do mapeamento da região.

Posteriormente, para a apresentação das bacias sedimentares brasileiras existentes em território maranhense, a demonstração em formas de mapas e argumentos e permitirá discorrer sua importância para o desenvolvimento econômico e social da região, principalmente vinculadas à exploração do Gás Natural e Petróleo, quando comparado à alocação de vultosas quantias e ações no planejamento energético nacional para as regiões norte e nordeste brasileira, estabelecendo sua importância no contexto nacional.

As análises geológicas e de E&P das bacias sedimentares encrostadas em território maranhense, constituem a base das informações aqui dispostas. Neste trabalho destacam-se as análises da bacia sedimentar de Barreirinhas, sob duas perspectivas que são: a geológica e a econômica.

3 | DESENVOLVIMENTO

Sob o ponto de vista geológico, segundo a EPE (2012), cada bacia sedimentar tem um Play exploratório que é sua parte considerada relativamente homogênea em termos dos controles geológicos para a formação de acumulações de petróleo e gás natural, o que embasa o suporte da perspectiva econômica da região. Sendo assim, a perspectiva geológica define o quanto a natureza foi benevolente com a área de determinada bacia sedimentar, enquanto que a perspectiva econômica define a avaliação dos riscos da exploração e suas expectativas.

A perspectiva geológica é definida por um tripé de conceitos básicos para a análise dos plays exploratórios, assim constituído: Play Efetivo; Bacia Efetiva e Expectativa de Fluido Predominante.

Play Efetivo

No play efetivo, uma parte da bacia cuja superposição das áreas favoráveis representa os controles geológicos é expressiva. Conforme EPE (2012), demonstradas

na Figura 1, as áreas referidas são a carga, o reservatório e a trapa. Nas quais respectivamente se consideram a quantidade e maturidade da matéria orgânica; A espessura e a permoporosidade favoráveis à formulação de acumulações; e finalmente, A existência de condições geológicas para a retenção do petróleo ou gás migrado. É a existência ou eficiência de rochas selantes ou capeadoras no entorno do reservatório, onde selante é a preservação do hidrocarboneto depois de acumulado até o tempo presente.

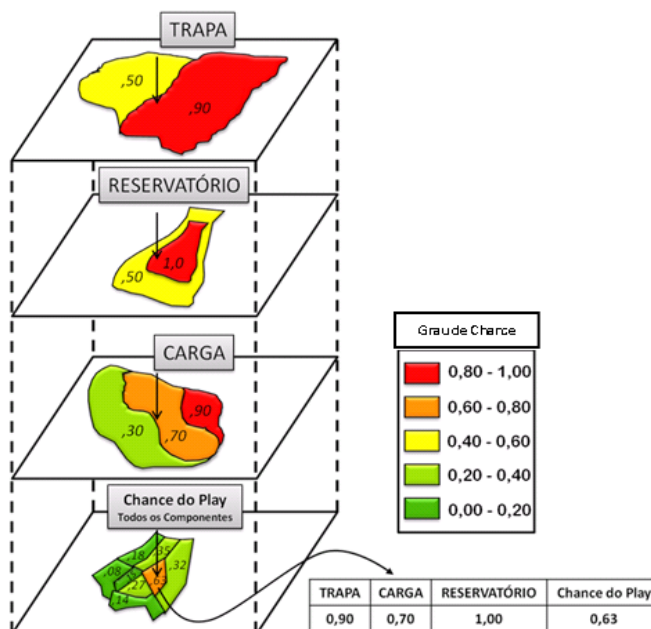


Figura 1 - Junção espacial dos mapas de cada componente do play efetivo

Fonte: EPE, 2012.

Bacia Efetiva

Já no que diz respeito à Bacia efetiva é a área de real possibilidade de existência de petróleo ou gás natural. Fora dela as possibilidades de existência são praticamente nulas.

Expectativas de Fluidos Predominantes

As expectativas de fluidos predominantes são segmentadas em polígonos de chances equivalentes para petróleo, gás não associado e, petróleo e gás não associado. A qualidade do petróleo é avaliada em termos probabilísticos como leve, mediano ou pesado, conforme apresentado na Tabela 1.

CHANCE DE GÁS NÃO ASSOCIADO	FLUIDO PREDOMINANTE ESPERADO
$< 1/3$	Petróleo
$1/3 < x < 2/3$	Petróleo e gás
$> 2/3$	Gás

Tabela 1 - Fluido predominante esperado nos subplays em função de chance de gás não associado

Contudo, de acordo com o argumento supracitado, é necessário perceber que somente a combinação das expectativas de fluidos esperados em cada subplay *levarão ao* mapeamento das expectativas de fluidos predominantes no âmbito da bacia efetiva.

Já no que diz respeito à **perspectiva econômica**, os diversos interesses no setor são expressos em seis argumentos diferentes, cada um tem mensuração e padronização própria com uma relação de dependência correlatas entre si, para que se possa definir o IPA da área, principalmente para as atividades de E & P (Exploração e Produção). No que diz respeito à mensuração, cada argumento possui um contexto e uma medida representativa e, no tocante à padronização, todos os argumentos possuem a mesma base de medida, de modo a permitir operações entre si.

Os seis argumentos de importância representados em mapa são: Intensidade Exploratória; Atividade Exploratória; Prospectividade; Evidência Direta de Hidrocarbonetos; Necessidade de Conhecimento; e, Infraestrutura de Abastecimento.

Intensidade Exploratória

O primeiro argumento denominado de Intensidade Exploratória define do ponto de vista espacial de um ponto “X” da bacia sedimentar a uma descoberta de petróleo ou gás natural, em avaliação ou comercial.

Tem maior importância às áreas mais próximas da descoberta e menor importância as mais distantes. Tudo isso tanto geologicamente quanto operacionalmente. Define ainda, do ponto de vista volumétrico, que quanto maior o volume descoberto, maior será sua importância.

Assim, para conjugar esses dois subargumentos espacial e volumétrico, foram estabelecidas as seguintes abordagens para as etapas de mensuração, padronização e ponderação.

Subargumentos espacial

Mensuração: Para todo o ponto (xy) de uma bacia sedimentar, mede-se a distância (km) ao lado do polígono da descoberta (área em avaliação ou campo) de petróleo ou gás natural mais próxima na bacia. Para obter-se uma medida relativa, divide-se esta distância atribuída ao ponto (xy) pela raiz quadrada da área da bacia. A medida de distância relativa utilizada neste e em outros argumentos visa facilitar a comparação das distâncias, de forma padronizada, em bacias de características dimensionais muito distintas. Uma mesma distância absoluta pode ser considerada tanto curta, para uma bacia de grandes dimensões, como longa, para bacias de tamanho reduzido.

Padronização: O conjunto de medidas de distâncias relativas de todas as bacias foi classificado em oito classes (1 a 8), ficando as menores distâncias nas classes dos maiores valores. Tal classificação foi aplicada para cada bacia, sendo a importância de valor 9 atribuída aos polígonos com descobertas (em avaliação ou campo).

Subargumentos volumétrico

Mensuração: Consideram-se os volumes de Recursos Descobertos (RD) em cada uma das bacias sedimentares, com base nas informações e definições utilizadas para elaboração de planos de energia do MME.

Padronização: Os volumes de RD agregados por bacia sedimentar foram tabulados, ordenados e classificados de 1 a 9.

Ponderação: Para a composição do mapa de IPA de *Intensidade Exploratória*, utilizou-se o peso de 0,50 (50%) para cada um dos dois subargumentos abordados anteriormente.

Atividade Exploratória

Atividade Exploratória é o argumento da importância das áreas contratadas pela União para atividades de E&P que ainda estão na fase exploratória, sendo representado pela distância de blocos exploratórios a todo e qualquer ponto de uma bacia. As áreas mais próximas de blocos exploratórios foram consideradas mais atrativas do que áreas mais distantes, tanto do ponto de vista operacional (movimentação de pessoas, materiais, equipamentos e instalações), quanto geológico.

Prospectividade

A *Prospectividade* refere-se ao potencial petrolífero das áreas de uma bacia sedimentar e é representado, pela componente de risco exploratório na perfuração de poços pioneiros. Assim, quanto maior o risco, *ceteris paribus*, menor a importância da área, ou dito de modo complementar, quanto maior a *chance de sucesso exploratório* de uma área, maior sua importância.

Mensuração: Como representante do argumento de *Prospectividade*, a chance de sucesso exploratório de uma área para perfuração de poços pioneiros visando descobertas comerciais pode ser avaliada pela seguinte fórmula, que combina as escalas regional (*play*) e local (prospecto) na avaliação de risco:

$$\text{Prospectividade} = \text{ChanceBEfetiva} \times \text{PCS}$$

A chance de bacia efetiva (BEfetiva), que responde pela escala regional, é avaliada para cada segmento obtido pela intersecção de plays. A chance na escala local é avaliada sob a hipótese de que, em escala regional, todas as condições geológicas são satisfeitas por meio de uma Probabilidade Condicional de Sucesso (PCS). Nas bacias produtoras, um índice de sucesso exploratório obtido de histórico recente, é utilizado para estimar essa probabilidade. Para as bacias não produtoras, PCS é estimada por analogia geológica com as bacias produtoras, transferindo-se delas os índices de sucesso mais conservadores, para minimizar a possibilidade de inconsistências entre bacias nos mapas de Prospectividade.

Padronização: O intervalo de valores encontrados para a *Prospectividade*, calculada conforme descrito acima, foi classificado de 1 a 9, sendo os maiores valores de *Prospectividade* atribuídos às classes mais altas.

Evidência Direta de Hidrocarboneto (HC)

Quando se argumenta que há *Evidência Direta de Hidrocarboneto*, de acordo com a EPE (2012), afirma-se que áreas fora de campos de petróleo ou gás natural, próximas à ocorrência de indícios ou confirmações da presença de hidrocarbonetos, são mais importantes que as áreas mais distantes, na razão direta dessa proximidade. Isso confirma que maior será a importância, desde que seja mais próximo da área.

Para tanto, foi criado dois grupos de classificação dessas evidências diretas da presença de hidrocarbonetos, quais sejam: evidências em poços perfurados e evidências de exsudações (*seeps*) também chamados de resultados positivos de análise geoquímica de superfície, indicando presença de Hidrocarbonetos de origem termogênica. Vale ressaltar, no entanto, que um poço seco sem indícios não necessariamente condena toda a coluna estratigráfica ou sua vizinhança.

Na Bacia sedimentar de Barreirinhas, existem 34 (trinta e quatro) poços com ocorrências de hidrocarbonetos, sendo 20 (vinte) poços com ocorrências de Gás, 09 (nove) poços com ocorrências de petróleo e 06 (seis) poços com ocorrência de petróleo e gás, alcançando em termos percentuais 57% de ocorrências para gás, 26% de ocorrências para petróleo e 17% para petróleo e gás.

Verificou-se também que 03 (três) poços são descobridores de campo gás natural, 04 (quatro) poços, são produtores subcomerciais de gás natural, 01 (um) poço é portador de gás natural e 12 (doze) poços, estão secos, porém com indícios de gás natural. Não obstante, verificou-se que 01 (um) poço é descobridor de campo com petróleo, 01 (um) poço é descobridor de nova jazida de petróleo, 02 (dois) poços, são produtores subcomerciais de petróleo e 05 (cinco) poços, estão secos, porém com indícios de petróleo. E verificou-se ainda, que 02 (dois) poços são produtores subcomerciais de petróleo e gás natural, bem como, finalmente 04 (quatro) poços, estão secos, contudo, apresentam indícios de petróleo e gás natural.

Neste sentido, conforme ANP 2013, a rocha geradora encontrada na Bacia sedimentar de Barreirinhas, atingiu um alto grau de evolução termal, o que possibilita a existência de Óleo Leve e Gás.

Infraestrutura de Abastecimento

O argumento da *Infraestrutura de Abastecimento* representa a importância operacional e econômica atribuída às áreas mais próximas de dutos ou instalações do segmento de *downstream*, em comparação com aquelas mais longínquas, considerando-se inclusive os planejados e em construção. Do ponto de vista econômico, esse argumento de importância está atrelado à tendência de melhor aproveitamento econômico de um campo de petróleo ou gás natural, descoberto ou não, que esteja

mais próximo de infraestrutura do que aquele mais distante.

Na elaboração do mapa de importância desse argumento, as instalações de infraestrutura em tese, são divididas em dois grupos: dutos e unidades de processamento. Ambos são classificados em existente/construção ou planejados. Assim, são considerados subgrupos que diferem na abordagem de *Mensuração e Padronização* descrita a seguir.

Para entender a Mensuração, verifica-se que a partir do centro de cada instalação de infraestrutura é definida uma faixa, *buffer*, de influência principal, cujo raio depende do *status* da instalação: 2,5 km para infraestrutura existente/construção e 10 km para planejada.

Essa faixa de influência principal é considerada tanto dentro como fora da área das bacias sedimentares. Adicionalmente, para cada ponto (xy) de uma bacia sedimentar, mede-se a distância em km à faixa de influência principal da instalação de infraestrutura de abastecimento mais próxima, mesmo que esta esteja fora da bacia. Nesse caso, é conveniente manter a distância absoluta como medida do argumento, uma vez que ela preserva melhor os aspectos econômicos de projetos de E&P, especialmente aqueles localizados em terra. Entretanto, tal medida é limitada a valores que variam conforme o subgrupo da instalação, por ser considerado que além dessas distâncias, já não valem o argumento de importância de infraestrutura.

Já na definição de padronização, verifica-se que o intervalo de distâncias absolutas dentro das bacias sedimentares para cada subgrupo é estabelecido como sendo: dutos existentes/construção, 250 km; dutos planejados, 100 km; unidades de processamento existentes/ construção, 50 km; e unidades de processamento planejadas, 20 km. Estes intervalos são classificados de 1 a 8, ficando as menores distâncias nas classes dos maiores valores. A importância de valor 9 é atribuída à faixa de influência principal (*buffer* de 2,5 km para instalações existentes/construção e de 10 km para aquelas planejadas). Fora de bacia sedimentar, somente a classe de valor 9 é atribuída à faixa de influência principal.

A composição final do IPA desse argumento considera, após a padronização, o valor máximo atribuído a cada ponto (xy) dentro das bacias sedimentares, dentre os valores possíveis.

IPA Total

Dos seis argumentos combinados resulta naquilo que se denomina Mapa de Importância Petrolífera de Área Total ou IPA Total, que sintetiza todos os argumentos num único mapa. Para isso baseada nas preferências e discussões atribuem-se os pesos apresentados na Tabela 2 para cada um dos argumentos.

Intensidade Exploratória	0,35
Atividade Exploratória	0,20
Prospectividade	0,20
Evidência Direta de HC	0,15
Necessidade de Conhecimento	0,05
Infraestrutura de Abastecimento	0,05

Tabela 2 – Distribuição de pesos dos argumentos para IPA Total

Fonte: EPE, 2012.

Considerando que diferentemente do que se expõe na literatura nacional, na bacia de Barreirinhas, propriamente dita, existe mesmo que modesta, uma pequena infraestrutura de abastecimento, pois quanto aos aspectos de escoamento da produção e de infraestrutura de apoio, há ainda remanescentes na região um antigo porto denominado Base de Caeté, alocado sobre o rio Alegre e uma pista de pouso para aeronaves de médio porte há cerca de 107 km de Santo Amaro denominado Aeroporto das Palmeiras de Caeté, bem como, há o aeroporto da cidade de Barreirinhas.

Contudo há proximidade da bacia de São Luís – Bragança -Viseu, contendo esta a possibilidade de implantação de uma Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN e dutos do Pará e Meio-Norte, nela há também o complexo portuário do Itaqui contendo um Porto (Itaqui) e quatro Terminais (VALE, ALUMAR, PONTA DA ESPERA e CUJUPE), o Aeroporto Internacional Hugo da Cunha Machado, todos na Cidade de São Luís. Há também Rodovias Federais e Estaduais, a Ferrovia Norte Sul e Ferrovia da Companhia Ferroviária Nacional – CFN e as obras de instalação da Refinaria Premium I da Petrobras, ainda em litígio político. Além de que, há instalações na Bacia sedimentar do Parnaíba existentes em operação, sem contar de outras planejadas para expansão, que sem sombra de dúvidas exercerão diretamente grande influência nas atividades de E&P na bacia de Barreirinhas, devido à suas proximidades uma da outra, além da logística ofertada pelos centros urbanos próximos. Essa afirmativa leva à compreensão de que a Distribuição de pesos dos argumentos para IPA Total da bacia sedimentar de Barreirinhas, somando-se os componentes: Atividade Exploratória (0,20) + Prospectividade (0,20) + evidência direta de HC (0,15) + necessidade de conhecimento (0,05) + Infraestrutura de abastecimento (0,05), terá um peso de 0,65.

Síntese das Bacias Sedimentares e Detalhamento dos Plays

Ao total são 04 (quatro) bacias sedimentares presentes em território maranhense, qualificadas geograficamente em terrestres e marítimas de acordo com sua localização, bem como quantificamos sua área efetiva (área da bacia que apresenta interesse para a exploração e produção de hidrocarbonetos). Estas áreas são sedimentares e de maturidade exploratória sendo apresentados na Tabela 3. A maior parte das bacias sedimentares com interesse para E&P foram estudadas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), segundo uma abordagem de *plays* efetivos, por meio da qual são

caracterizadas de “áreas geologicamente análogas para a formação e preservação de acumulações”.

Apresenta-se a seguir na Tabela 3, uma síntese de cada bacia sedimentar existente em território maranhense, conforme apresentado pela EPE (2012), ou seja, em ordem alfabética. Logo em seguida, inicia-se uma análise detalhada da bacia de Barreirinhas segundo seus reservatórios - plays exploratórios, identificados cada play efetivo.

Situação Geográfica	Nome da Bacia	Área Sedimentar (km ²)	Área efetiva (km ²)	Maturidade Exploratória
Mar	Barreirinhas	91.561	49.942	Nova Fronteira
Terra	Barreirinhas	10.248	7.456	Nova Fronteira
Mar	Pará - Maranhão	158.461	59.419	Nova Fronteira
Terra	Parnaíba	674.329	458.877	Nova Fronteira
Terra	São Luís/ Bragança-Viseu	30.428	17.916	Nova Fronteira

Tabela 3 - Bacias Sedimentares em território maranhense

Fonte: EPE, 2012.

A Bacia de Barreirinhas

Com relação à Bacia sedimentar de Barreirinhas, sua representação geográfica, bem como todos os demais componentes necessários a informação geológica relevante para a avaliação, dados da carta estratigráfica, definindo os plays, informações dos poços, suas profundidades, índices para seu sucesso geológico, além de mapas de infraestrutura local e do entorno, são exploradas para subsidiar conclusões a respeito da viabilidade econômica da produção em curto ou longo prazo.

A bacia sedimentar de Barreirinhas de acordo com FERREIRA (2013) é uma bacia de era mesozoica, período cretáceo, épocas EO e NEO, de idade aptiano (formação Codó) no continente e albiano na plataforma, o que remete há aproximadamente 200 (duzentos) a 65 (sessenta e cinco) milhões de anos de formação e maturação das rochas, com aproximadamente 10 km de espessura da seção drifte em água profundas e ultraprofundas.

Seus limites são a Noroeste - Bacia de Pará-Maranhão; a Oeste – Bacia de São Luís; a Leste – Bacia de Ceará (Alto de Tutóia); ao Sul - Bacia de Parnaíba. De acordo com o exposto na Tabela 4, apresentam-se as principais características geológicas da bacia de Barreirinhas. Nota-se que na região mais externa, offshore, ainda não foi identificado play exploratório.

Situação Geográfica	Terra	Mar
Área Sedimentar (km ²)	10.248	91.560
Área da Bacia efetiva (km ²)	7.455	49.942
Maturidade Exploratória	Nova Fronteira	Nova Fronteira
Sistema Petrolífero Principal	Codó-Canárias	?

Tabela 4 - Mapa de localização da bacia sedimentar

Fonte: EPE, 2012.

Nele existem 26 (vinte e seis) blocos ofertados pela ANP para exploração de petróleo e gás, sendo 12 (doze) em águas rasas e 14 (quatorze) em águas profundas, resultantes de 05 (cinco) rodadas diferentes de leilão, quais sejam, as rodadas R3, R4, R5, R6 e R11. Os principais reservatórios são 07 (sete), e o principal gerador de cada *play* exploratório nesta bacia estão indicados na Tabela 5.

Reservatório	Nome do <i>Play</i>	Principal
1	Travosas Terciário	Formação Travosas
2	Ilha de Santana	Formação Ilha de Santana
3	Travosas Escorregamento Gravitacional	Formação Travosas
4	Travosas Cretáceo Superior	Formação Travosas
5	Canárias Superior	Formação Barro Duro
6	Canárias Popups	Grupo Canárias
7	Canárias	Grupo Canárias

Tabela 5 - *Plays* Exploratórios

Fonte: EPE, 2012.

Demonstrado na Figura 2, apresenta-se a localização da bacia sedimentar de Barreirinhas e a cobertura dos levantamentos sísmicos e os blocos exploratórios sob concessão. Além da área em avaliação, há também a última descoberta comercial, tornada oficial e os poços pioneiros registrados.

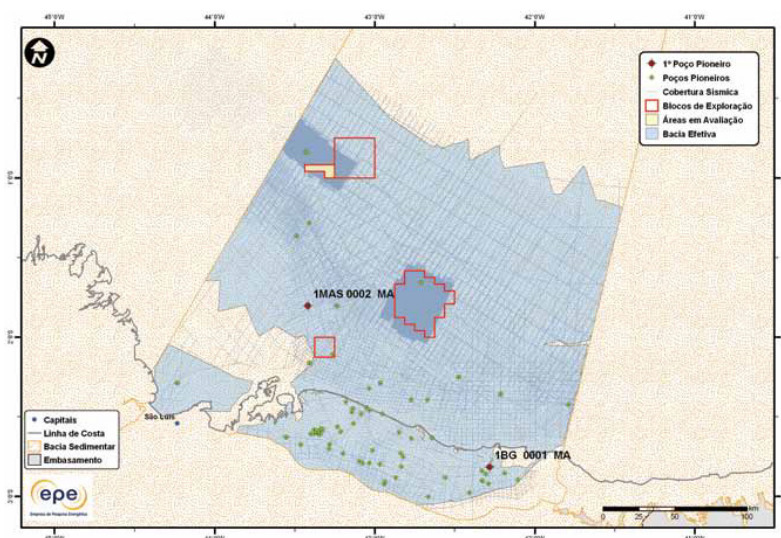


Figura 2 - Atividade de E&P na Bacia de Barreirinhas

Fonte: EPE, 2012

Uma peculiaridade desta bacia é que os poços pioneiros são, em sua maioria, muito antigos, além de escassos na parte offshore.

A Tabela 6 apresenta, resumidamente, informações sobre os 109 (cento e nove) poços exploratórios, além de 14 (quatorze) poços em desenvolvimento dos quais 12 (doze) são especiais e 02 (dois) são exploratórios e ainda, sobre as descobertas antigas, além dos volumes da produção acumulada advinda de antigos campos terrestres (acumulações marginais). Atualmente, não há produção de hidrocarbonetos

na bacia.

Situação Geográfica	Mar	Terra
Poços Exploratórios Perfurados	26	83
Poços em Desenvolvimento	0	14
1º Poço Pioneiro (ano)	1MAS0002MA (1971)	1BG0001MA (1963)
Último Poço Pioneiro (ano)	1BRSA729MAS (2009)	1PDM0001MA (1987)
Profundidade Máxima Perfurada (m)	6.275	4.250
Maior Lâmina D'água (m)	2.336	0
Índice de Sucesso Geológico de Poços Pioneiros (%)	0	6
Campos Petróleo	0	0
Gás Não Associado	0	0
Petróleo e Gás	0	0
Descobertas Em Avaliação	1	0
1ª Descoberta Comercial (ano)	-	São João (1965)
Última Descoberta Comercial (ano)	-	São João (1965)
Produção Ano de Início	-	1984
Acumulada Petróleo (MM bbl)	0	0,075
Gás Associado (MM m³)	0	0
Gás Não Associado (MM m³)	0	0,894

Tabela 6 - Poços exploratórios de Atividades de E&P – Bacia de Barreirinhas

Fonte: EPE, 2012 (adaptado).

Necessidade de Conhecimento das Bacias Sedimentares

Considerando que o grau de incerteza na avaliação dos fatores geológicos regionais, que controlam a formação de recursos de petróleo ou gás natural em uma bacia sedimentar, é um argumento de importância chamado de *Necessidade de Conhecimento*, no sentido de indicar a necessidade de aquisição, processamento e interpretação adicional de dados.

Neste caso, também foram considerados dois subargumentos importantíssimos para obtenção do mapa de importância petrolífera da área - IPA, combinados por meio da metodologia da FIMA: Estágio exploratório dos *plays* analisados na bacia e Disponibilidade de dados sobre a bacia.

Conforme o subargumento do *status exploratório* atual dos *plays* (fronteira, imaturo ou estabelecido) que compõem a bacia efetiva, quanto maior a incerteza geológica, maior a necessidade de aquisição, processamento e interpretação exploratória em nível regional de bacia, de sistema petrolífero, de *play* ou *subplay*, para eliminação das dúvidas geológicas.

Conforme o subargumento da *disponibilidade de dados*, quanto menor o acervo de dados geológicos e geofísicos já levantados numa bacia sedimentar, maior a necessidade de conhecimento.

Os dados considerados são a área dos levantamentos gravimétricos, magnetométricos e eletromagnéticos, a quilometragem de linhas sísmicas 2D, a área de levantamentos sísmicos 3D, além do número de poços exploratórios. Nesse interim, o argumento de *Necessidade de Conhecimento* é resultado da integração dos dois

subargumentos citados.

Para a mensuração e padronização do primeiro subargumento, o status exploratório dos *plays*, atribuiu-se valores de 1 a 9, segundo a chance e o estágio do *play*, em cada segmento de bacia efetiva e para cada *play* efetivo interceptado. O valor final para o segmento é a média dos valores atribuídos aos *plays*.

Para a mensuração e padronização do segundo subargumento, da *disponibilidade de dados*, utilizam-se os tipos e quantidades de dados disponíveis no Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP), o banco de dados das bacias sedimentares, administrado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Para cada tipo de informação é feito um levantamento de densidade em cada uma das bacias. As densidades são divididas pela maior densidade encontrada.

Sendo assim, os valores encontrados variam de 0 a 1, sendo que a bacia com maior densidade de dados recebe a nota 1 e a bacia sem dados levantados recebe a nota 0. São atribuídos pesos diferenciados para cada tipo de dado com os quais é obtida uma classificação das bacias, de acordo com diferentes níveis de densidade de dados distribuídos na escala de 1 a 9, conforme a padronização dos demais argumentos de IPA.

Na composição final do argumento *Necessidade de Conhecimento* nas áreas externas às bacias efetivas é considerado apenas o subargumento da *disponibilidade de dados*. Nas áreas de bacia efetiva aplica-se a metodologia da FIMA, com o peso de 0,5 (50%) para cada um dos dois subargumentos considerados.

Análise da Bacia em *Plays* Exploratórios

A Figura 3 apresenta o mapa da bacia efetiva de Barreirinhas, segundo a abordagem probabilística, com indicação das chances de descobertas de hidrocarbonetos. Percebe-se que a área terrestre apresenta maior chance de descoberta, em relação ao restante da bacia.

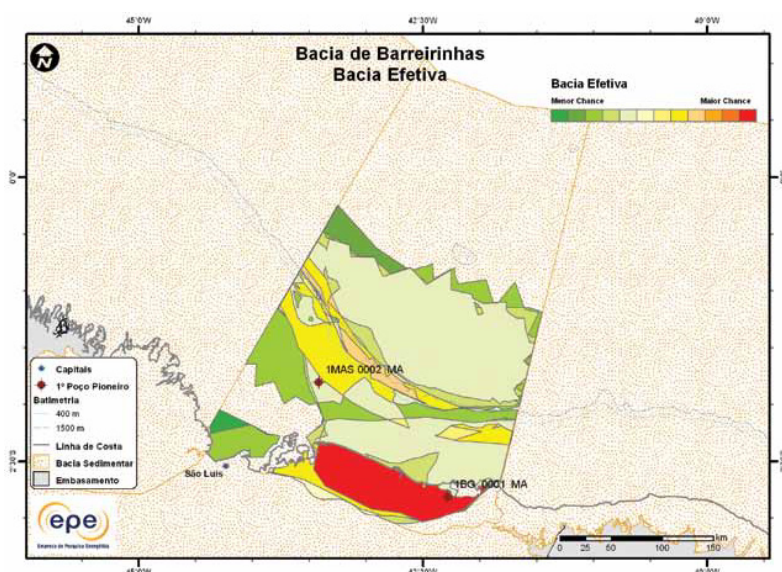


Figura 3 - Mapa da bacia efetiva de Barreirinhas com indicação das chances de descobertas.
FONTE: EPE, 2012.

Play Travosas Terciário

As chances de descobertas de hidrocarboneto são relativamente baixas, com a área central do *play* como a de maior chance a uma profundidade de 2.500 metros. De acordo com a ANP 2007, a maior expectativa de fluido para o *play* Travosas Terciário é de petróleo, caso ocorra descoberta de hidrocarboneto. Sendo petróleo, espera-se a ocorrência de **petróleo pesado** na região mais distal e **leve** na região mais proximal.

Play Ilha de Santana

O play efetivo Ilha de Santana, com chance de descoberta de hidrocarboneto relatado por ANP 2007, afirma que toda a área deste play apresenta baixa chance de descoberta. Neste play, a maior expectativa é de petróleo e gás natural, caso ocorra descoberta de hidrocarboneto. Sendo petróleo, espera-se a ocorrência de **petróleo leve** a uma profundidade a partir de 2.500 metros.

Play Travosas Escorregamento Gravitacional

O *play* efetivo Travosas Escorregamento Gravitacional, observa-se que a ocorrência deste *play* é bastante restrita, apresentando baixa chance de descoberta. O *play* Travosas Escorregamento Gravitacional difere do *play* Travosas apenas pelo tipo de trapecamento. Os reservatórios foram depositados em células de escorregamento gravitacional durante períodos de mar baixo, com possível contribuição lítica da erosão da plataforma carbonática adjacente. As expectativas de petróleo e gás natural são grandes, caso ocorra descoberta de hidrocarboneto. Sendo petróleo, espera-se a ocorrência de **petróleo leve** a uma profundidade a partir de 2.450 metros.

Play Travosas Cretáceo Superior

O play efetivo Travosas Cretáceo Superior, com as chances de descobertas de hidrocarbonetos relativamente baixas a partir de 2.500 metros de profundidade. A maior expectativa é de petróleo e gás natural na parte central da bacia e de petróleo nas demais regiões, caso ocorra descoberta de hidrocarboneto. Sendo petróleo, espera-se a ocorrência de **petróleo leve** na sua parte mais proximal e **petróleo pesado** na parte mais distal.

Play Canárias Superior

O play efetivo Canárias Superior, com chances de descobertas de hidrocarbonetos a partir de 2.000 metros de profundidade, tanto em terra como em mar. Observa-se que este play é restrito à parte terrestre e costeira da bacia, apresentando baixa chance de descoberta. A maior expectativa de fluido apresentada para o play Canárias Superior é de petróleo, caso ocorra descoberta de hidrocarboneto. Sendo petróleo, espera-se a ocorrência de **petróleo leve**.

Play Canárias Popups

O play efetivo Canárias Popups, tem as chances de descobertas de hidrocarboneto com ocorrência bastante restrita à parte sudeste da bacia com baixa chance de descoberta a uma profundidade de 650 metros tanto em terra como em mar. Para este play, considera-se a possível carga dos folhelhos do Grupo Canárias e da Formação Pimenteiras que ocorre na área e é gerador comprovado na costa africana, sendo que se apresenta a expectativa de fluido para o play Canárias Popups. A maior expectativa é de petróleo e gás natural, caso ocorra descoberta de hidrocarboneto. Sendo petróleo, espera-se a ocorrência de **petróleo mediano**.

Play Canárias

Aqui se apresenta a expectativa de fluido para o *play* Canárias. A maior expectativa de petróleo é na parte mais proximal e de gás natural na parte mais distal, caso ocorra descoberta de hidrocarboneto. Sendo petróleo, espera-se a ocorrência de **petróleo leve**. A Figura 4 apresenta o mapa do *play* efetivo Canárias, com as chances de descobertas de hidrocarbonetos. Este *play* é o que apresenta maiores chances em toda a bacia, principalmente na parte terrestre.

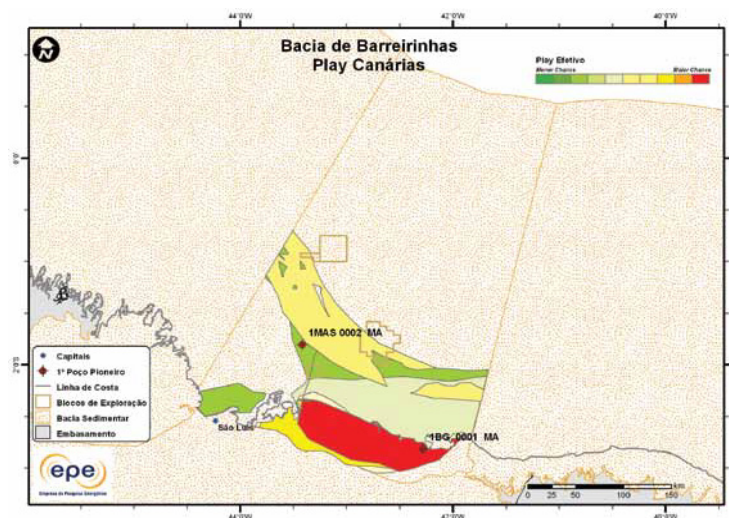


Figura 4 - *Play* efetivo Canárias da Bacia de Barreirinhas.

Fonte: EPE, 2012.

Observa-se na Figura 05 na área em destaque em preto a área estimada com o fluido petróleo para o *play* Canárias.

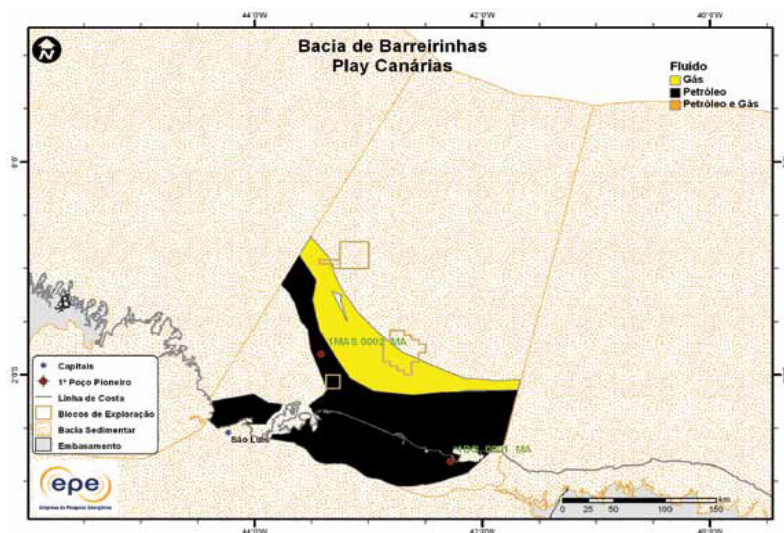


Figura 5 - Tipo de fluido com maior expectativa no *play* efetivo Canárias da Bacia de Barreirinhas.

Fonte: EPE, 2012.

Play	Canárias
Situação Geográfica	Terra e mar
Carga Unidade Litoestratigráfica	Formações Arpoador, Codó e Tutóia
Unidade Cronoestratigráfica	Cretáceo Inferior (Aptiano-Albiano)
Migração	Falhas normais
Reservatório Unidade Litoestratigráfica	Formações Bom Gosto e Barro Duro
Unidade Cronoestratigráfica	Cretáceo Inferior (Albiano)
Profundidade Média (m)	1.000 (terra) e 1.500 (mar)
Litologia / Contexto Depositional	Arenito
Trapa Unidade Litoestratigráfica Selante	Grupo Canárias
Unidade Cronoestratigráfica Selante	Cretáceo Inferior (Albiano)
Tipo de Trapa	Estrutural
Litologia Selante	Terra e mar

Tabela 7 - Atributos referentes ao *play* Canárias

Fonte: EPE, 2012.

Os atributos referentes a esse *play* estão sumarizados na Tabela 7, destaca-se que as rochas compositoras são da era cretácea inferior (período aptiano-albiano), sendo que isto nos remete a uma idade estimada de 65 a 200 milhões de anos de maturação.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste histórico aqui relatado, vislumbram-se promissores horizontes para o crescimento da produção mineral de energia no Estado do Maranhão nos próximos anos em especial exploração de petróleo e a exploração e produção de Gás Natural que pode atender a uma demanda industrial e comercial crescente provocada principalmente pelo desenvolvimento dos centros urbanos, da produção agrícola,

incluindo aí cana, eucalipto, das indústrias siderúrgicas, da mineração propriamente e da construção civil, que exerce uma forte demanda por areia e seus derivados, argila e seus derivados e ainda da brita, tudo isso nas proximidades dos plays exploratórios das bacias sedimentares em tela.

Quanto ao petróleo, dos sete reservatórios – plays exploratórios – estudados da bacia de Barreirinhas, há 107 (cento e sete) poços perfurados, sendo 26 (vinte e seis) em mar com profundidade de até 6.275 metros, além de mais de 2.600 metros de lâmina de água em determinados pontos e, 83 (oitenta e três) em terra com profundidade de até 4.250 metros.

Há nesta bacia, descoberta comercial datada dos anos de 1960 e o petróleo qualificado na maioria dos plays (1-Travosas Terciário, 2-Ilha de Santana, 3-Travosas Escorregamento Gravitacional, 4-Travosas Cretáceo Superior, 5-Canárias Superior e 7-Canárias) é **petróleo leve**, enquanto que no play 6-Canárias Popups é **petróleo mediano** e nos plays 1-Travosas Terciário e 4-Travosas Cretáceo Superior **petróleo pesado** na parte mais distal. O petróleo leve tem densidade menor, com API superior a 31°, rende mais nafta, GLP e óleo diesel. O petróleo mediano tem densidade média, com API entre 22° e 31°, produzindo maior quantidade de gasolina, nafta petroquímica, lubrificantes e querosene de aviação. Finalmente o petróleo pesado tem densidade maior, pois é inferior a 22° API e gera principalmente o óleo combustível e asfalto.

Considerando que o Mapa de Importância Petrolífera de Área Total ou IPA Total da bacia efetiva de Barreirinhas, que sintetiza todos os argumentos aqui apresentados é igual a 0,65 onde o máximo alcançado é 1,00, conclui-se que falta a decisão política/econômica de iniciar as atividades de exploração e intensidade de exploração para o pleno alcance.

É de conhecimento público que os recursos minerais, inclusive os do Subsolo no Brasil são considerados propriedade da União conforme estabelecido na Carta Magna, em seu Art. 20, inciso IX, promulgada em 1988. Nesse sentido, sua outorga ou concessão para pesquisa e/ou lavra de jazidas e minas, somente poderá ser emitido pelo Governo Federal. É ainda de competência da União, Estados e Distrito Federal Legislar concorrentemente sobre esses recursos naturais, de acordo com o Art. 24 da mesma Constituição de 1988.

Sendo assim, através da estrutura definida pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a responsabilidade da formulação e coordenação da política mineral no Brasil, ressaltando-se que o regime de exploração e aproveitamento dos bens minerais está definido e normatizado no Código de Mineração – Decreto Lei nº. 227, de 28/02/1967.

Quanto às políticas públicas de estado no Maranhão, à edição do “Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Maranhão e Formulação do Plano de Ações 2030 – primeira fase”, proveu o governo maranhense de informações geológicas, minerais, logísticas, de recursos humanos, sobre o arcabouço institucional e resíduos sólidos produzidos pela mineração e, serviram de base para a inserção de Planos de Ações que possam promover o desenvolvimento deste o setor.

De uma maneira geral, pode-se dizer que o conhecimento geológico e o potencial mineral de um determinado território são diretamente proporcionais ao número de cartas ou mapas geológicos existentes em sua espacialidade e, de suas respectivas escalas.

Em princípio, quanto maior a escala dos mapas, mais detalhado e preciso será o conhecimento. Logo, o resultado do trabalho proposto, se discutido através de relatórios específicos, possibilitará levantar, avaliar, diagnosticar, quantificar, enfim, mensurar os principais recursos minerais energéticos da região, não só da bacia sedimentar de Barreirinhas, mas de todas as bacias sedimentares em território estadual, no sentido de subsidiar o planejamento de ações de desenvolvimento socioeconômicos entre outras de geração de energia para impulsionar as atividades econômicas existentes em território maranhense; Para implementar uma política energética de desenvolvimento, de maneira que desverticalize os setores produtivos mantendo a competitividade industrial local e ao mesmo tempo abrindo o mercado de gás natural no Maranhão para as indústrias ceramistas, siderúrgicas, de construção civil, entre outras possibilidades. Afinal, a abertura de novos mercados amplia a competição dos concorrentes, que por sua vez, tendência à redução de preços, que como consequência, acelera o aumento gradativo do consumo pela lógica de mercado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. **Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás. Atualização 2011**. Brasília: MME/EPE, 2012.

MARANHÃO. **Constituição Estadual**, 1989.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Decreto nº. 1 de 11 de jan/1991**. Regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela lei 7.990 de 28 de dezembro de 1989 e dá outras providências 1991.

BRASIL. **Lei Federal nº. 9.433/97**. Dispõe sobre a Política Nacional de recursos Hídricos, 1997a.

BRASIL. **Lei Federal nº. 7.990/89**. Dispõe sobre a Política Nacional de recursos Hídricos, 1997b.

CRUZ, Claudinei Oliveira. Cenário Atual da Mineração no Estado do Maranhão e Suas Perspectivas. DNPM – Superintendência do Maranhão, 2014. Disponível em: www.cbmina.org.br/media/trab/arq_30. Acesso em 11/07/2014.

FERREIRA, Marina Abelha. Brasil – 11ª Rodada de Licitações de Petróleo e Gás: Bacia de Barreirinhas – ANP, 2013. Disponível em: http://www.brasil-rounds.gov.br/arquivos/Seminarios_r11/tec_ambiental/Bacia_de_barreirinhas.pdf Acesso em 21/04/2016

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Maranhão – Total da população urbana**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/compparamun/compara.php?codmu>. Acesso em 22/12/2014.

MARANHÃO. **Lei Estadual nº. 5.405 de 04 de abril de 1992.** Dispõe sobre o Código de proteção ao Meio Ambiente do Estado do Maranhão, Maranhão. 1993.

MARANHÃO. **Lei Estadual nº. 13.494 de 12 de novembro de 1993.** Regulamenta o Código de Proteção ao Meio Ambiente do Estado do Maranhão (Lei 5.405/92). Maranhão, 1993.

MARANHÃO. **Lei Estadual nº. 6.727 de 06 de fevereiro de 1995.** Altera a Lei Estadual nº 5.405 de 04 de abril de 1992. Maranhão, 1995.

MARANHÃO. **Secretaria de Estado de Minas e Energia. Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Maranhão e Formulação de Plano de ações 2030 – Primeira Fase.** São Luís: Gráfica Arco Íris, 2014.

MATHIS, Armim. Garimpagem do Ouro e valorização da Amazônia: a formação de relações de trabalho sob o quadrângulo mercado internacional, Estado nacional, região e natureza. **Paper do NAEA** – Núcleo de Altos estudos Amazônicos, nº 101, Agosto de 1998.

MESQUITA, Benjamim Alvino de. Desenvolvimento Econômico Recente do Maranhão: uma análise do crescimento do PIB e perspectiva. **Cadernos IMESC 7**, São Luís, v. 7, 70 p., 2008.

UMA NOVA DIREÇÃO PARA O “USO RACIONAL” DO PARQUE ESTADUAL SERRA RICARDO FRANCO EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT A PARTIR DA “IMINENTE” CRIAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)

Paulo Daniel Curti de Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Mato Grosso
Pontes e Lacerda – Mato Grosso

RESUMO: O papel central das áreas protegidas é preservar espaços com atributos ecológicos importantes. Destarte, os objetivos contemplados no artigo foram: discutir a importância da criação do plano de manejo do Parque Estadual Serra Ricardo Franco, apontar os entraves para elaboração (ou não) do documento e relacionar as atividades desenvolvidas dentro da UC como causadoras de impactos à sustentabilidade da mesma. Como metodologia empregada para atingir tais propósitos, enumeram-se algumas ferramentas de pesquisa que foram utilizadas, como o levantamento de dados secundários em fontes diversas, entrevista com representante do poder público estadual da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA-MT), registro fotográfico e pesquisa *in locu*. Através do caminho percorrido, observou-se como um dos resultados mais importantes a existência de algumas problemáticas inerentes ao uso racional da UC, principalmente àquelas relacionadas a regularização fundiária, pois na época de sua criação já haviam posseiros residindo o local. Dessa forma, considera-se

que a situação descrita passa pela elaboração do Plano de Manejo que possivelmente fomentará a utilização racional dos recursos naturais da UC. Considera-se ainda que, levando em consideração as abordagens em torno de plano de manejo e principalmente sobre os seus objetivos é possível configurar uma relação entre ele com a UC, de modo que se visualize a importância do documento para o desenvolvimento de atividades sustentáveis a partir da formulação de diretrizes para criar, implantar e gerir unidades de conservação.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente - Áreas Protegidas – Plano de Manejo – Preservação Ambiental - Parque Estadual Serra Ricardo Franco.

ABSTRACT: The central role of protected areas is to preserve spaces with important ecological attributes. The objectives of this article were: a) to discuss the importance of creating a management plan for the Serra Ricardo Franco State Park, b) to point out the obstacles to elaborate (or not) the document, and c) to relate the activities developed within the PA as impact of its sustainability. As a methodology used to achieve these purposes, we list some research tools that have been used, such as the collection of secondary data in various sources, interview with a representative of the state public authority in the State Secretary of Environment

of the State of Mato Grosso (SEMA- MT), registered photography and in locu research. Through these ways, it was observed as one of the most important results the existence of some problems inherent to the rational use of UC, especially those related to the land regularization, because at the time of its creation there were already squatters residing at this place. Thus, it is considered that the described situation is based on the elaboration of the Management Plan that possibly will promote the rational use of the natural resources of the CU. It is also considered that, the approaches around the management plan and mainly about its objectives, it is possible to establish a relationship between it and the CU, so as the importance of the document was considered for the development of sustainable activities from the formulation of guidelines to create, to deploy and to manage conservation units.

KEYWORDS: Environment - Protected Areas - Management Plan - Environmental Preservation - Serra Ricardo Franco State Park.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente constata-se que os atuais processos produtivos aliados ao crescimento populacional são incompatíveis com a capacidade de suporte dos ecossistemas terrestres. São vários os aspectos que compõe a “crise ambiental” instaurada em escala global, como a escassez de recursos naturais, poluição ambiental e problemas sociais, como miséria e desigualdade.

Mais que componentes estes problemas são interdependentes e derivam de um modelo de desenvolvimento arraigado por uma compreensão fragmentada e obsoleta da realidade, cuja transcendência necessariamente requer mudanças na percepção, no pensamento e nos valores da humanidade. Nesse contexto, a humanidade está sendo despertada para a verdade básica de que a natureza é finita e que o uso equivocado da biosfera ameaça, em última análise, a própria existência humana (McCORMICK, 1992).

Sendo assim, a forma como a sociedade se relaciona com o ambiente tem sido foco de análise e a instituição de regras para a utilização econômica dos recursos naturais é um ponto comum, embora a maneira de como proceder seja controversa, conforme as diferentes perspectivas. A conservação da natureza tem o propósito de abordar estas relações e é entendida pela legislação vigente como: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000).

O estabelecimento de áreas naturais protegidas – um dos eixos de sustentação conservacionista – vem sendo utilizado como ferramenta para salvaguardar o patrimônio natural desde 1872, com a criação do primeiro parque nacional, o “Yellowstone

National Park” nos Estados Unidos, sendo posteriormente adotado por outros países (DIEGUES, 1998). Segundo este autor, no Brasil, a primeira iniciativa neste sentido ocorreu em 1937, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia. Hoje, o sistema federal de unidades conservação abrange 6,3% do território nacional, dos quais 44% estão protegidos integralmente e 56% constituem unidades de conservação (UC) de uso sustentável.

O conceito e manejo destas áreas evoluíram consideravelmente, cujas finalidades perpassam pela preservação da diversidade biológica, sustentação dos processos ecológicos fundamentais aliados à pesquisa científica, à educação ambiental, à recreação em contato com a natureza, ao turismo ecológico e ao desenvolvimento regional/ambiental ordenado.

Assim, atualmente passa a ser almejada a congregação de diferentes objetivos que se proponham, não só à conservação ambiental, mas também à construção de uma nova relação humana com o meio natural. No entanto, compatibilizar a presença de pessoas com a proteção ambiental não tem sido uma tarefa fácil, embora a dimensão social de áreas naturais protegidas constitua peça chave na sua consolidação.

Os parques nacionais são concebidos como unidades de conservação de proteção integral cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais incluindo pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, desenvolvidas de acordo com as normas estabelecidas no seu plano de manejo (BRASIL, 2000).

Segundo Quintão apud Diegues (*op.cit.*), o código florestal brasileiro de 1965 definiu como parques nacionais as áreas criadas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos.

Nessa perspectiva, Diegues (*op.cit.*) destaca que o objetivo geral das áreas protegidas é preservar espaços com atributos ecológicos importantes. Algumas delas, como parques, são estabelecidas para que sua riqueza natural e estética seja apreciada pelos visitantes, não se permitindo, ao mesmo tempo, a moradia de pessoas em seu interior.

2 | OBJETIVOS/METODOLOGIA

Os objetivos propostos no artigo foram: discutir a importância da criação do plano de manejo do Parque Estadual Serra Ricardo Franco, apontar os entraves para elaboração (ou não) do documento e relacionar as atividades desenvolvidas dentro da UC como causadoras de impactos à sustentabilidade da mesma.

Como metodologia para atingir tais propósitos, enumeram-se algumas ferramentas de pesquisa que foram utilizadas, como o levantamento de dados secundários em fontes diversas, entrevista com representante do poder público estadual da Secretaria

Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA-MT), registro fotográfico e pesquisa *in locu*.

3 | CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O parque estadual Serra Ricardo Franco localiza-se no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, na porção oeste do Estado de Mato Grosso, na microrregião Alto Guaporé (figura 1). Conforme Mato Grosso (1998) a Serra Ricardo Franco está compreendida entre os paralelos 14° e 15° de latitude Sul e os meridianos 60° e 60° 30' de longitude Oeste de Greenwich.

A seguir, destacam-se algumas peculiaridades fisiográficas do parque estadual Serra Ricardo Franco. As informações que se seguem foram extraídas de Mato Grosso (*op. cit.*).

O clima da UC inclui-se na categoria Úmido de Altitude das Serras e Maciços Residuais com uma estação chuvosa e outra seca (de cerca de 4 meses), com temperatura média anual de 24,4 °C, máxima de 31,7 °C e mínima de 19,9 °C. A precipitação média anual varia entre 1600 e 1900 mm de chuvas.

No que diz respeito a Geologia, a UC localiza-se em área da região cratônica do Guaporé, na porção meridional da plataforma Amazônica. Compreende o complexo Xingu e o grupo Aguapeí que apresenta 3 subunidades: Fortuna, Vale da Promissão e Morro Cristalino. Compreende também formações geológicas quaternárias denominadas de Formação Guaporé.

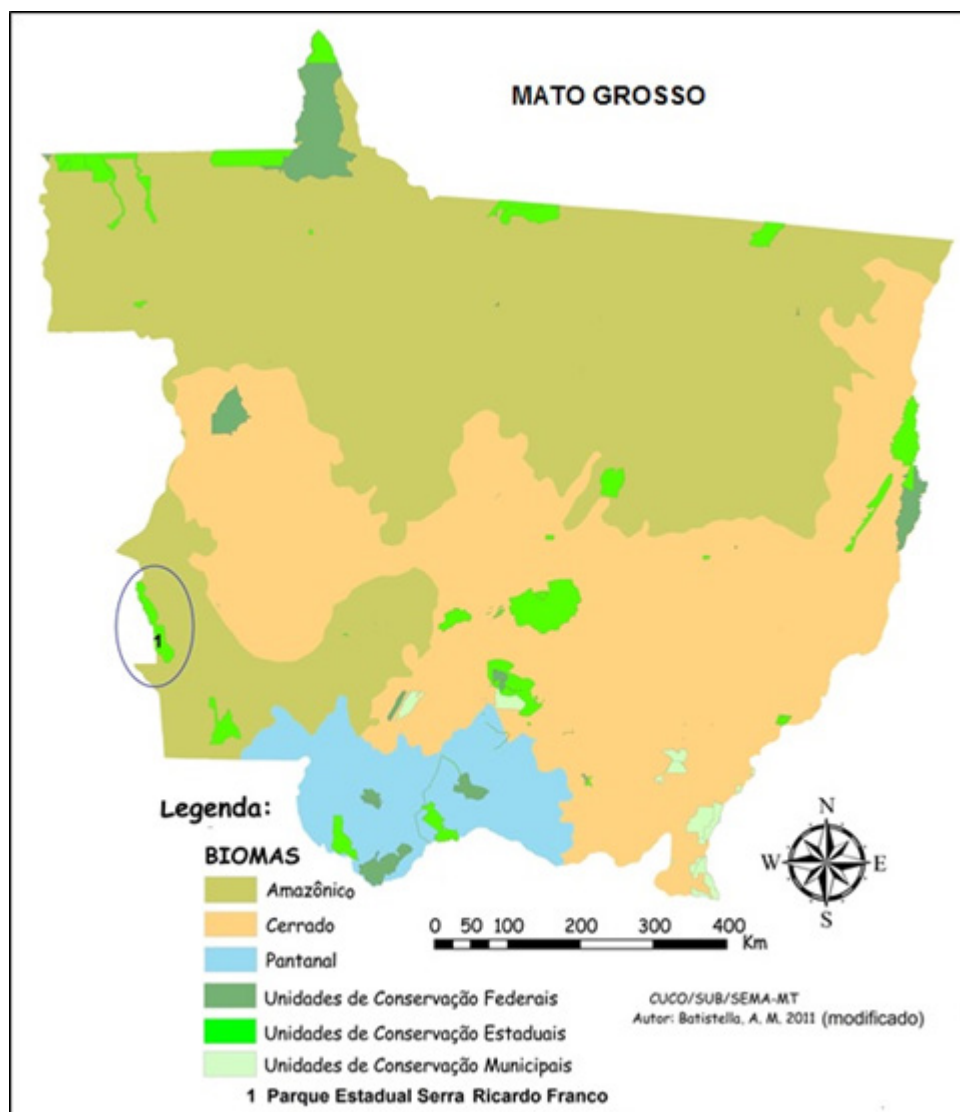


Figura 1: Localização da UC.

Fonte: SEMA, 2011 (modificado).

A área da UC abrange a unidade geomorfológica depressão do Rio Guaporé. A compartimentação e identificação das unidades que compõem a Serra Ricardo Franco compreende os seguintes conjuntos geomorfológicos: Conjunto das Terras Baixas: “planícies e pantanais do Alto Guaporé”; conjunto das terras elevadas: serras ou “planaltos residuais”; conjunto das terras intermediárias: “Depressão do Guaporé” e unidades de transição. A altitude varia de 300 a 900 metros.

Sobre a pedologia da área de estudo, observa-se que ela compreende considerável heterogeneidade: latossolo amarelo, podzólico vermelho-amarelo, plintossolo, gley pouco úmido, areias quartzosas, solos litólicos e afloramentos rochosos. Destaca-se que os solos citados geralmente apresentam forte acidez e baixa fertilidade natural.

Os rios que cortam a área estudada fazem parte da bacia hidrográfica Amazônica. Sobre a hidrografia da área estudada, destaca-se que ela está grandemente relacionada ao curso superior do rio Guaporé, cuja bacia hidrográfica é formada por tributários de relevante importância a nível regional. O curso principal do rio citado, seus lagos, meandros, florestas e campos inundáveis constituem o elemento primordial da

dinâmica ambiental, no contexto da hidrografia regional. Os tributários do rio Guaporé são: Alegre, Barbado, Piolho, Galera, Rio Verde e Capivari.

Sobre a vegetação da área de estudo (figura 1), observa-se que predomina o bioma amazônico. Entretanto, verifica-se em abordagens secundárias mais pormenorizadas a ocorrência de outras formações vegetais, principalmente as savânicas. Sendo assim, descreve-se as seguintes formações: formações florestais (floresta estacional); formações savânicas: formação savânica associada a vertentes, savana arborizada (cerrado), savana florestada (cerradão) e savana parque; formações de contatos ou transição: (contato floresta estacional/savana) e formações secundárias: formação secundária e floresta remanescente.

4 | ABORDAGENS SOBRE PLANO DE MANEJO DE UCS

O plano de manejo é uma das principais ferramentas utilizadas em UC a fim de protegê-las das ações provocadas principalmente pela atividade turística, como descreve o Decreto Lei nº 84.017, de 21 de setembro de 1979.

Artigo 5º - A fim de compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos, com a utilização dos benefícios deles advindos, serão elaborados estudos das diretrizes visando um manejo ecológico adequado e que constituirão o Plano de Manejo.

Artigo 6º - Entende-se por Plano de Manejo o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades (BRASIL, 1979).

É através do plano de manejo que se determinam as possibilidades de uso e criação de normas para a utilização na unidade, inclusive no que se refere ao uso para fins turísticos. O plano de manejo trata-se, portanto, do documento que visa disciplinar dentre alguns, o uso turístico das unidades de conservação de forma a garantir a sustentabilidade da mesma. Em Brasil (2000), art. 2º, par. 7º é destacado que o plano de manejo é

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Em Mato Grosso (1997, p. 1) é observado que o plano de manejo é um “documento técnico que, com base nos objetivos de uma unidade de conservação, define o seu zoneamento, orienta e controla o manejo dos seus recursos, o uso da área, o desenvolvimento e a implementação das estruturas físicas necessárias a gestão da unidade”.

No que se a refere a UC em foco, observa-se que no momento da sua criação em 1997, através de lei específica, não observou-se o estabelecimento de uma data de elaborado do seu plano de manejo, o que talvez corroborou para que quase vinte anos

depois o mesmo ainda não se realizou. Acrescenta-se que no tocante a legislação do estado de Mato Grosso que trata sobre UCs, não encontrou-se detalhamento de data da elaboração de plano de manejo a partir de sua criação, especificamente naquela que em 1997 criou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Já na legislação federal, no art. 27, inc. 3º tem-se que “o Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação” (BRASIL, 2000, s. p.).

Tocantins; Almeida (2000), ao analisarem as cinco unidades de conservação federais do Estado de Mato Grosso, concluíram que elas protegiam apenas 0,46% da área do estado e possuíam apenas 14 funcionários, equivalendo a um funcionário para cada 30.000ha protegidos. Destacam também que naquele ano em nenhuma das unidades, segundo o estudo, possuía plano de manejo (atualmente tal cenário já evoluiu).

Sobre os planos de manejo dos parques estaduais, conforme informações disponíveis no site na SEMA-MT, das 17 UCs criadas até o momento, 10 já possuem o documento, enquanto o restante ainda não foi contemplado. Conforme relatado anteriormente, uma dessas UCs é aquela que está sendo estudada aqui. Ressalta-se que nos anos de 2010 e 2011 a SEMA-MT em conjunto com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Turismo (SEDTUR-MT) publicou no diário oficial do estado de Mato Grosso respectivamente os termos de cooperação 019/2010 e 023/2011 visando a elaboração do plano de manejo da UC. Não foi verificado como se deram os andamentos dos termos de cooperação e dos seus insucessos. Acrescenta-se que não deve ser um motivo de comemoração, mas conforme exposto em Mato Grosso (2016), o estado possui 56% dos seus parques estaduais com plano de manejo, enquanto a média nacional é de 13%.

Nesse ínterim, no ano em curso veio à baila a iminente possibilidade da elaboração do plano de manejo da UC. Segundo a referência anterior, a SEMA-MT já tem na sua programação lançar o edital para contratação de uma empresa que faça o plano de manejo do parque até setembro deste ano. (...). O termo de referência está sendo analisado pelo setor administrativo e jurídico do órgão ambiental agregando um pacote de planos de manejo para 11 unidades estaduais do grupo de proteção integral, fazendo com que através da iniciativa, 100% deles terão meios de implementar ações para concretizar o uso público/racional dos seus espaços.

5 | RESULTADOS

O parque estadual Serra Ricardo Franco se enquadra dentro da característica de UC de Proteção Integral (PI) e sua guarda está a cargo da SEMA-MT. Foi criado em 04 de novembro de 1997 através do Decreto Lei número 1.796 e possui área de 158.620,85 ha. Conforme Mato Grosso (1997, p. 2) “os Parques Estaduais (...)

destinam-se à proteção integral de áreas naturais inalteradas ou pouco alteradas pela ação do homem, que oferecem relevante interesse do ponto de vista científico, cultural, cênico, educativo e recreativo”.

Conforme informações veiculadas pelo governo mato-grossense, a SEMA-MT lançará edital para contratação de empresa para fazer o plano de manejo da unidade de conservação e a partir daí terá como proposta abri-la para uso público na área de ecoturismo. Conforme Mato Grosso (2016) na área ocupada pela UC podem ser relacionados inúmeros atrativos: cachoeiras, piscinas naturais, vales e vegetação que reúne floresta Amazônica, Cerrado e Pantanal, com espécies únicas de fauna e flora, algumas possivelmente desconhecidas da ciência. Também localiza-se nela a cachoeira do Jatobá, considerada a maior do estado de Mato Grosso, com 250 metros de queda.

Entretanto, existem algumas problemáticas inerentes ao uso racional da UC, principalmente àquelas relacionadas a regularização fundiária, pois na época de sua criação já haviam posseiros residindo o local e provavelmente ao longo de quase duas décadas diversos atores sociais promoveram “grilagem” de terras. Acrescenta-se também que as infraestruturas já instaladas dentro sua área vem sofrendo com a falta de manutenção e em grande parte não vem exercendo suas funções (figuras 2 e 3).



Figura 2: Sede (entrada) da UC (1); recomendações sobre o uso da UC (2); coletores para a seleção de resíduos recicláveis (3) e churrasqueira improvisada (4).

Fonte: Autor, (2016)



Figura 3: Placas de identificação da UC inutilizadas.

Fonte: Autor, (2016).

Com base na entrevista realizada com o gerente regional da UC, identificado como “L.M.”, foi possível relacionar algumas problemáticas existentes e que tem impactado principalmente a gestão do parque. São eles: a atividade de garimpagem de ouro, o desmatamento, o pequeno número de servidores disponíveis para gerir a UC (apenas dois – gerente e assistente técnico), a baixa identificação da população local com a real função da UC, o uso incorreto nas atividades de lazer (ingresso de veículo, som alto, disposição de resíduos gerados etc.). Acrescentou-se também um certo “entrave” relacionado ao limite oeste da UC fazer fronteira com a Bolívia. Do lado boliviano existe o parque nacional denominado “Noel Kempff” e no período de estiagem a propagação de incêndio na região é constante e as ações insuficiente por parte dos responsáveis pelo parque boliviano coloca em risco o meio biótico do parque estadual Serra Ricardo Franco. Mas segundo o entrevistado o ponto mais preocupante é a questão fundiária da UC, visto que cerca de 80% de sua área é ocupada por propriedades privadas.

Para o gerente do parque, tal situação só deverá se amenizar com a criação do plano de manejo e adoção do mecanismo de compensação ambiental (os reais proprietários que estão na área receberão indenização em decorrência de atividades impactantes ao meio ambiente). Sendo assim, considera-se que a elaboração e a implementação do plano de manejo da UC poderá trazer a sustentação legal para a mesma e ademais, mitigar e/ou excluir os conflitos existentes e vindouros, principalmente agrários e tornando assim reais e válidos os objetivos que se esperam

para a UC.

Enfim, as atividades de visitação praticadas em contato com atributos naturais e culturais de áreas protegidas buscam despertar o respeito e a importância destes recursos e o envolvimento da população humana com as UCs. Porém a falta de planejamento, normatização e fiscalização podem resultar em prejuízos tanto à experiência do visitante quanto à conservação da área. A elaboração do Plano de Manejo virá fomentar a utilização racional dos recursos naturais da UC.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração as abordagens em torno de plano de manejo e principalmente sobre os seus objetivos é possível configurar uma relação entre ele com a UC, de modo que se visualize a importância do documento para o desenvolvimento de atividades sustentáveis a partir da formulação de diretrizes para criar, implantar e gerir unidades de conservação.

Conclui-se que sem o plano de manejo provavelmente uma UC não realiza minimamente a sua real função. Daí ressalta-se que para Terborgh e Schaik apud Lima *et al.* (2005) uma grande fração das unidades de conservação no mundo representa os chamados “parques de papel” referindo-se às unidades de conservação que não foram realmente implantadas e tem apenas uma existência virtual, como linhas desenhadas em mapas oficiais.

Mas acrescenta-se que é perceptível que a criação do plano de manejo em unidades de conservação vem se contrapondo às tendências de ocupação crescente do espaço natural, principalmente no tocante a atividade turística, que têm aberto frentes para a exploração em larga escala dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Federal n.º 84.017 de 21 de setembro de 1979.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm>. Acesso em: 06. nov. 2009.

BRASIL. **Lei Federal N° 9.985 de 18 de julho de 2000 (SNUC).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 27. jun. 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. **O mito da natureza intocada.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

LIMA, Gumerindo Souza et al. **Avaliação da efetividade de manejo das unidades de conservação de proteção integral em Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rarv/v29n4/a17v29n4.pdf>>. Acesso em: 27. jun. 2016.

MATO GROSSO. **Diário oficial do estado de Mato Grosso, de 04 de novembro de 1997.** Disponível em: <<https://www.iomat.mt.gov.br/>>. Acesso em: 27. jun. 2016.

MATO GROSSO. **Elaboração de estudo ecológico rápido para a criação e a implantação da**

unidade de conservação da Serra Ricardo Franco. Cuiabá: FEMA/SPVS, 1998.

MATO GROSSO. **Parque Serra de Ricardo Franco tem o maior potencial turístico do Estado.** Disponível em:< <http://www.mt.gov.br/-/3687737-parque-serra-de-ricardo-franco-tem-o-maior-potencial-turistico-do-estado> >. Acesso em: 27. jun. 2016.

McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso:** a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

TOCANTINS, Nely; ALMEIDA, Álvaro Fernando de. As unidades de conservação federais: uma análise da realidade matogrossense. In: **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.** Trabalhos Técnicos, Campo Grande: 2000. v. 2. p. 638-644.

INCLUSÃO OU EXCLUSÃO? ANÁLISE DOS *CAMPI* ALVORADA E RESTINGA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO DE TERRITÓRIOS DE PERIFERIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Geovana Prante Gasparotto

Assistente Social do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Restinga, Porto Alegre, RS.

Jennifer Sitária Petzold Mendes

Estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi bolsista do projeto de pesquisa Inclusão ou Exclusão?, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Alvorada.

Josiane Cristina Leal Pontes

Estudante do curso de Serviço Social da Uniasselvi. Foi bolsista do projeto de pesquisa Inclusão ou Exclusão?, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Alvorada.

Neudy Alexandro Demichei

Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, RS.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar resultados parciais de projeto de pesquisa do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, o qual contou com apoio financeiro da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFRS, através do projeto submetido pelo Campus Alvorada. A principal proposta da pesquisa constitui analisar em que medida os Institutos Federais atingem os objetivos de inserção dos grupos sociais presentes no território, a partir da constituição de um mapa comparativo entre: o perfil socioeconômico

e racial da população do território onde os *campi* estão inseridos, o perfil dos sujeitos que procuram o instituto, e por fim o perfil dos ingressantes no Instituto Federal. A pesquisa é fundamentada no método dialético-crítico, se configurando como uma pesquisa social de nível explicativo, com enfoque misto. A pesquisa abrangeu os *Campi* Alvorada e Restinga do IFRS. Foi possível observar que a população que busca o acesso aos cursos ofertados em ambos os *campi* em geral possui renda familiar mensal média de até um salário mínimo nacional, o que indica a vivência de situações de vulnerabilidade socioeconômica por este público. No decorrer da realização da pesquisa, a proposta é analisar o perfil dos candidatos que efetivamente acessaram o ingresso nos cursos, a partir dos estudantes que concluirão o curso, comparando com o perfil dos candidatos ao ingresso, apresentados e discutidos parcialmente neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Exclusão; Institutos Federais.

1 | INTRODUÇÃO

O governo federal por meio do Ministério da Educação, iniciou a partir do início do século XXI um projeto de expansão da Rede Federal de Ensino Básico, Técnico, Tecnológico e

Superior até então não existente. Até os dias atuais, foram criadas centenas de Escolas Técnicas Federais, além da expansão das Universidades e federalização de algumas escolas técnicas municipais e estaduais. Embora seja questionável a qualidade desta expansão, o escopo da intenção merece destaque já que, parte das novas instituições, foram instaladas em regiões com baixo desenvolvimento humano (no tocante a educação, trabalho e renda). De norte à nordeste, do centro ao sul, foram diversas Universidades e Institutos Federais criados com o objetivo de alavancar e otimizar os arranjos produtivos locais.

E é neste contexto que se insere os *campi* Alvorada e Restinga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Ambos criados com o objetivo de atender as demandas locais de uma população historicamente marginalizada e que teve o acesso a serviços e infraestruturas públicas de maneira geral negados.

Nesse sentido, cabe mencionar que o município de Alvorada está localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), com uma população majoritariamente pobre. Para compreender a constituição do município de Alvorada é importante destacar o projeto de modernização em andamento na época (década de 1970), no qual as localidades próximas a região central do município de Porto Alegre, capital do estado, não mais poderiam sediar a residência da população com menor poder econômico. Desta forma, os projetos de urbanização da época começam a planejar a ocupação dos espaços periféricos, onde se insere Alvorada. Entretanto, a rápida urbanização enfrentada nos anos de 1970 não acompanhou o investimento nas moradias e infraestrutura, constituindo em Alvorada, um ‘depósito’ da população mais vulnerável, desprovida de infraestrutura e investimentos públicos, além da não existência de um sistema produtivo que pudesse atender as demandas de trabalho da população. Nasce aí mais uma das chamadas cidades-dormitório da região metropolitana.

Esse rápido e desordenado processo de urbanização resulta em diversas problemáticas sociais, econômicas e ambientais. O não acompanhamento de políticas públicas no investimento de infraestrutura, planejamento urbano e instituições públicas de saúde, educação, lazer entre outras acabam por promover a degradação da qualidade de vida da população residente nesse território.

Para termos uma base, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Alvorada é estimada em 205.683 habitantes, estando entre os municípios mais populosos do Rio Grande do Sul, além de concentrar também as menores classes de rendimento. Segundo dados disponíveis no IBGE, há a predominância do setor de serviços sobre os setores de produção industrial e agropecuária e o Produto Interno Bruto *per capita* apurado para o município no ano de 2013 é de R\$ 9.730,61. Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, apurado no ano de 2010 é de 0,699, o que representa um índice baixo quando comparado a outros municípios da RMPA.

Não diferente da realidade em tela que atinge o município de Alvorada, o

bairro Restinga, localizado no extremo sul do município de Porto Alegre apresenta atualmente, segundo o IBGE (2010) uma população de 51.569 habitantes a Restinga (segundo bairro mais populoso da capital), além de concentrar também as menores classes de rendimento (R\$ 361,904). No bairro reside o maior percentual de população autodeclarada ‘negra’ – 20%.

Com uma população pobre, o bairro foi criado em 1962 como resposta emergencial a problemática habitacional em Porto Alegre. Com um importante projeto de modernização em andamento, as localidades próximas a região central não mais poderiam sediar a residência dos menos abastados. Desta forma, em parceria com o governo federal, o Departamento de Habitação de Porto Alegre projetou a Restinga como um dos primeiros conjuntos habitacionais do país. Entretanto, a rápida urbanização enfrentada nos anos 1970 não acompanhou o investimento nas moradias e infraestrutura, constituindo a Restinga, assim, como ‘deposito’ da população mais vulnerável.

O contexto percorrido atribui aos *campi* Alvorada e Restinga um importante papel de inserção dessa população historicamente excluída, mas também o coloca como importante ator político de transformação do espaço local. Para tanto, umas das ações que a Instituição necessita promover é o conhecimento da realidade do território e a constituição de cursos que visem a formação da população local para além das necessidades do mercado de trabalho, e que busquem a qualificação da população e a melhoria das condições de vida.

A partir da realidade local e dos princípios e diretrizes dos Institutos Federais, como fortalecer sua inserção no ensino, pesquisa e extensão, estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, o acesso a cultura e ao lazer, entendemos necessária uma análise e reflexão sobre o papel da instituição nesse território e a efetividade de promover a inclusão da população mais vulnerável atingindo os propósitos de sua criação.

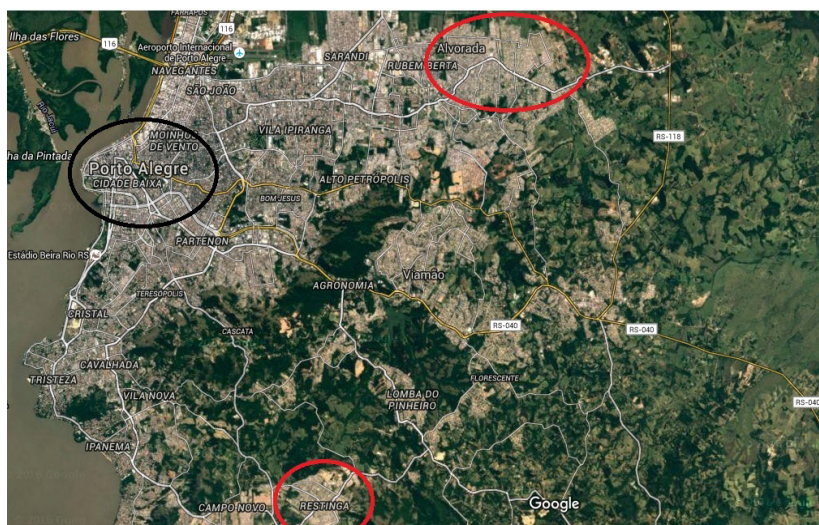


Imagem – Localização do Bairro Restinga, da Cidade de Alvorada e da área central de Porto Alegre.

Fonte: Elaborada pelos autores.

2 | A POLÍTICA DE EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

A decisão de ampliar o número de escolas federais de educação profissional e tecnológica no início do século XXI está articulada a uma proposta de relação entre desenvolvimento territorial e educação, orientado para a formação integral e emancipatória dos sujeitos.

Assim,

ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-polo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional (Brasil, 2010, p. 14).

Segundo Pacheco (2011), aponta as intencionalidades dos Institutos Federais, que é de atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania. Para tanto, aponta a necessidade da existência de um diálogo permanente das instituições com a realidade local e regional.

Para que a transformação social aconteça é necessário oportunizar aos grupos sociais presentes nos territórios a possibilidade de participação e inserção nos diversos espaços que o constituem. Nesse sentido, entendemos que a inclusão educacional funciona como uma ferramenta de construção de saberes, capaz de proporcionar aos sujeitos condições para o desenvolvimento e domínio de conhecimentos importantes para a transformação social.

Em síntese, esse novo desenho constituído traz como principal função a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional. O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem incorporar setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil. Tal desafio legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção da cidadania e da transformação social (PACHECO, 2011, p. 20).

Contudo, dada a determinadas organizações institucionais, a efetivação da proposta de desenvolvimento local e regional e a democratização do conhecimento acaba não incluindo os grupos sociais mais excluídos dos sistemas educacionais e produtivos presentes no território.

Segundo Harvey (2012) a saga do capitalismo é cheia de paradoxos.

Do lado negativo temos não só as crises econômicas periódicas e muitas vezes localizadas que tem pontuado a evolução do capitalismo [mas também] a espiral da pobreza entre as populações em crescimento, o neocolonialismo, as graves crises na saúde pública, a abundância de alienações e exclusões sociais [...]. No lado positivo, alguns de nós vivemos em um mundo onde os padrões de vida material e o bem-estar nunca foram maiores, onde as viagens e as comunicações foram revolucionadas [...]. (HARVEY, 2012, p. 102).

Isso, pois o mundo em que vivemos é contraditório, ao passo que cresce economicamente em ritmo acelerado também promove a concentração de renda e riqueza e a ampliação dos processos de desigualdade social.

3 | OBJETIVOS E METODOLOGIA

A presente pesquisa propõe analisar até que ponto os Institutos Federais atingem os objetivos de inserção dos grupos sociais presentes no território a partir da constituição de um mapa comparativo entre o perfil socioeconômico e racial da população do território onde os *campi* estão inseridos, o perfil dos sujeitos que procuram o instituto e por fim o perfil dos ingressantes no Instituto Federal.

Esse cenário de contradições no qual se configura a sociedade capitalista e onde se inserem os Institutos Federais, exige ouvir e articular as demandas dos territórios nos quais essas instituições estão inseridas, com suas possibilidades científicas e tecnológicas, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e a construção da cidadania (VIDOR et al 2011, p. 78-79).

Assim, o presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa social com enfoque misto. Pesquisa social é entendida como “o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, 2010, p. 26).

No que se refere ao enfoque misto no campo da pesquisa social, Bauer, Gaskell e Allum (2002) mencionam que muitos foram os esforços na tentativa de sobrepor enfoque quantitativo e qualitativo como paradigmas competitivos. Os autores referem a existência de grande polêmica acerca da superioridade de um sobre outro, criando-se um campo competitivo a ponto de ser estruturado um mercado com a elaboração de coleções de livros e revistas, na finalidade de perpetuar tal discussão. No entanto, os autores destacam que tem havido vários esforços, tanto na prática da pesquisa quanto do ensino da pesquisa social, no sentido de superar esta polêmica dicotomia criada e ainda presente na área da investigação social.

Trata-se de uma pesquisa de nível explicativo, pois, “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2010, p. 28), buscando aprofundar o conhecimento da realidade.

Este é um estudo orientado pelo método dialético-crítico, que, como afirma Richardson (1999) tem uma visão de mundo enquanto matéria em movimento, união dos contrários; uma visão de sociedade enquanto classes antagônicas; uma visão de ser humano como sujeito histórico e social; procurando compreender a essência dos fenômenos sociais.

No que se refere a técnicas e instrumentos utilizados na pesquisa, aplicamos um questionário no dia do Processo Seletivo para os candidatos que estavam buscando ingressar no Campus Alvorada e no Campus Restinga, com a finalidade de conhecer quem são os sujeitos que estão procurando a instituição para posteriormente

identificarmos quem são os que efetivamente ingressam e quem são os que efetivamente concluem sua trajetória escolar.

Dessa forma, o questionário foi aplicado para os candidatos que realizaram o Processo Seletivo 2016/02 que ofertou vagas para os seguintes cursos:

Campus	Curso	Turno	Número de Inscritos
Alvorada	Subsequente em Processos Fotográficos	Tarde	31
	Subsequente em Tradução e Interpretação de Libras	Noite	52
Restinga	Subsequente em Guia de Turismo	Noite	40
	Superior em Análise e Desenvolvimento e Sistemas	Noite	106
	Superior em Gestão Desportiva e do Lazer	Manhã	36

Tabela: Número de vagas ofertadas por cursos nos Campi Alvorada e Restinga do Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Fonte: Sistematizado pelos autores, com base em informações do Departamento de Concursos do IFRS, disponível em: <<http://ingresso.ifrs.edu.br/2016-2/wp-content/uploads/sites/6/2016/06/Candidato-vaga-PROVA.pdf>>.

4 | OS CONCEITOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO E OS INSTITUTOS FEDERAIS

Segundo Fonseca, é a partir de início do século XXI que as políticas sociais passam a fazer parte do projeto de políticas públicas, onde segundo esta

As estratégias de inclusão social passam a fazer parte estruturante do corpo das políticas públicas implementadas nas áreas sociais e em áreas consideradas estritamente técnicas como, por exemplo, a ciência e tecnologia, conformam o apêndice social das políticas, enunciando um desenvolvimento social conjugado ao desenvolvimento econômico (FONSECA, 2014, p. 232).

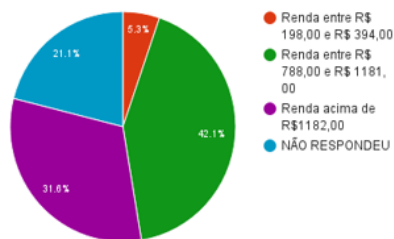
Aqui podemos inserir a constituição dos Institutos Federais, política estabelecida em 2008, que entre as suas diretrizes busca a inserção de instituições públicas de educação em territórios até então marginalizados pelo Estado, como as periferias das Regiões Metropolitanas e o “interior” dos estados. É dentro desse contexto que se constituem e se concebem os *Campi* Alvorada e Restinga.

No entanto, como já mencionado, há a preocupação de saber se efetivamente as políticas sociais concebidas estabelecem a inclusão da população historicamente marginalizada, ou se, ao se inserir nesses territórios, não reforçam a segregação social e a exclusão dos grupos sociais mais vulneráveis.

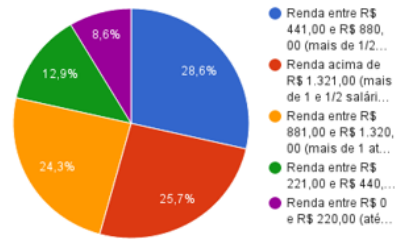
Assim, conforme indicado, procuramos nesse primeiro momento levantar algumas informações acerca de quem são os sujeitos que estão buscando estudar no Instituto Federal, especificamente nos *Campi* Alvorada e Restinga, os quais estão inseridos em territórios periféricos da Região Metropolitana de Porto Alegre.

A partir da aplicação do questionário junto aos candidatos ao ingresso nos dois *campi* e a tabulação dos dados coletados, descrevemos algumas informações para o presente momento:

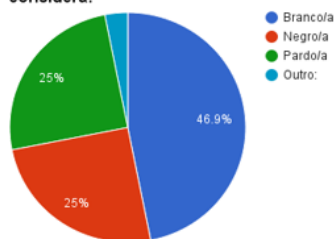
Campus Alvorada: Renda Média Mensal Familiar



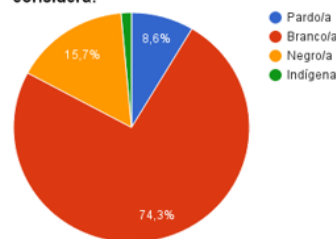
Campus Restinga: Renda Média Mensal Familiar



Campus Alvorada: De acordo com a categoria usada pelo IBGE quanto à cor da pele, você se considera:



Campus Restinga: De acordo com a categoria usada pelo IBGE quanto à cor da pele, você se considera:



Gráficos – Renda Média Mensal Familiar e de Raça/Etnia dos *Campi* Alvorada e Restinga

Fonte: Sistematizado pelos autores, com base nas informações coletadas nos questionários aplicados nos candidatos.

Analisando os gráficos, percebemos algumas similaridades entre os candidatos que procuram estudar nos *campi* Alvorada e Restinga no que tange a questão econômica. A maior parte dos candidatos possuem renda familiar média mensal de até um salário mínimo e meio, que, no momento da aplicação do questionário, correspondia a R\$ 1.320,00 (um mil, trezentos e vinte reais). Referente à questão da renda familiar, salientamos que esta informação é relativa a renda média familiar, e não à renda familiar per capita.

Quanto a questão étnico-racial, é possível observar que no Campus Alvorada há uma procura maior por candidatos que se autodeclaram negros ou pardos, enquanto no Campus Restinga predominantemente há a procura de candidatos que se autodeclaram brancos.

Outra questão percebida a partir da aplicação do questionário é que tanto no Campus Alvorada quanto no Campus Restinga, a população que procura os cursos ofertados pelos mesmos, reside próxima do Campus, ou seja, no município de Alvorada e no bairro Restinga. Especificamente sobre o Campus Restinga, chama a atenção o fato de que um pouco mais de 50% reside no bairro Restinga, sendo os demais moradores de outros bairros de Porto Alegre, como podemos visualizar no gráfico a

seguir.

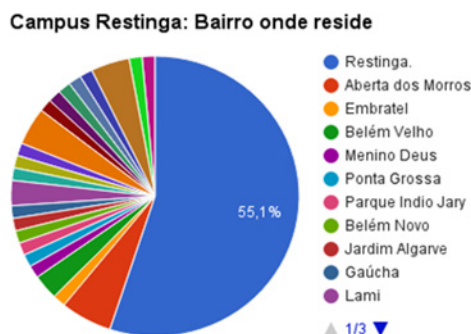


Gráfico – Bairro de residência dos candidatos do Campus Restinga

Fonte: Sistematizado pelos autores, com base nas informações coletadas nos questionários aplicados nos candidatos

Não foram realizadas análises mais detalhadas para identificar quais são os principais cursos procurados por candidatos que não residem no bairro Restinga. Temos algumas hipóteses, que serão trabalhadas no decorrer da pesquisa, como a questão de o Campus Restinga existir há mais de 6 anos, possuindo uma área de abrangência que extrapola o território do bairro; além da oferta de cursos superiores, que por promoverem a elevação de escolaridade atraem pessoas mais distantes para cursá-los.

5 | CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Como se trata de uma pesquisa recente, onde a coleta e a análise dos dados estão ocorrendo, não há a possibilidade de estabelecermos no presente momento análises mais profundas acerca das características socioeconômicas dos candidatos que estão buscando a instituição, em relação às características dos sujeitos que estão acessando efetivamente a instituição e o perfil daqueles que conseguem realizar a conclusão de curso.

Com o aprofundamento da pesquisa, poderemos então analisar as características dos estudantes e relacioná-las com as características do território, possibilitando assim uma reflexão sobre a efetividade ou não dos institutos federais enquanto política pública, assim como o alcance dos seus objetivos, que entre estes se destaca a busca não apenas da inclusão na sociedade desigual que vivemos, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social.

No momento, o que se torna evidente, é a necessidade da construção de políticas públicas realmente vinculadas ao contexto local e inseridas no território, sendo assim, reconhecidas e apropriadas pela população.

Nesse sentido, conhecermos as características de quem procura a instituição, de

quem ingressa e de quem consegue concluir sua trajetória escolar é fundamental para termos cada vez mais políticas assertivas de inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**. Concepções e diretrizes. Ministério da Educação, Brasília, 2010.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FONSECA, Zilma. Exclusão-Inclusão: Circulidade perversa no Brasil contemporâneo. *In*: **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 12 n. 2, p. 231-252, maio/ago. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. 3ª Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Editora Boitempo, São Paulo. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>.

PACHECO, Eliezer. (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Fundação Santillana. Editora Moderna. Rio de Janeiro. 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry; e colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIDOR, Alexandre; et al. Institutos federais: Lei n o 11.892 de 29/12/2008 – Comentários e reflexões. *In*: PACHECO, Eliezer. (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Fundação Santillana. Editora Moderna. Rio de Janeiro. 2011.

EVIDÊNCIAS DE UMA “NOVA COGNIÇÃO DO SISTEMA MUNDO” NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO NAS PESQUISAS GEOGRÁFICAS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL

Jacy Bandeira Almeida Nunes

Doutoranda em Geografia/UNICAMP

Professora da UNEB/ CAMPUS IV – JACOBINA-BA

jacy_bandeira@yahoo.com.br

RESUMO: Este estudo teve como objetivo desvelar as evidências de um nova cognição do sistema mundo, as tendências e desafios para o pensamento geográfico contemporâneo, através da análise das produções científicas (Teses e Dissertações) dos cursos de pós-graduação em geografia, sobre Patrimônio Cultural, numa abordagem geográfica. A escolha pelo tema Patrimônio Cultural se justifica pela natureza do fenômeno, pois um bem material tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reflete e articula processos culturais, sociais, ambientais, econômicos e políticos que se consubstanciam num recorte espacial e na espacialidade do fenômeno, potencializando a interlocução da geografia com outras áreas de conhecimentos. Os procedimentos metodológicos contemplaram: levantamento das teses e dissertações disponíveis no banco de teses e dissertações da CAPES, oriundos dos programas de pós-graduação em geografia e que apontam nas palavras-chave Patrimônio Cultural; leitura seletiva dos resumos, introduções e

conclusões; em seguida, os dados foram sistematizados e apresentados em tabelas e gráficos, que potencializarão a reflexão teórica e a elucidação do fenômeno. Nas produções científicas (teses e dissertações) investigadas, em relação a natureza do objeto de estudo, foi possível constatar alterações significativas nas concepções e conceitos que balizavam, os fundamentos epistemológicos e metodológicos da Ciência Moderna, tais como: causalidade, objetividade, reducionismos; e, aparecimento de outros: multiescalar, multidimensionalidade e complexidade. Apontando indícios de uma potencial superação das fragilidades epistemológicas na ciência geográfica e desvelando tendências e desafios para o pensamento contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa Geográfica; Patrimônio Cultural; pensamento geográfico; Nova cognição do sistema mundo.

ABSTRACT: This study aimed to unveil the evidence of a new world system cognition, the trends and challenges for contemporary geographic thought, through the analysis of the scientific productions (Theses and Dissertations) of the postgraduate courses in geography, Cultural Patrimony, geographical approach. The choice of the theme Cultural Heritage is justified by the nature of the phenomenon, since a material asset listed by the National

Historical and Artistic Patrimony Institute (IPHAN) reflects and articulates cultural, social, environmental, economic and political processes that consubstantiate a spatial spatiality of the phenomenon, enhancing the interlocution of geography with other areas of knowledge. The methodological procedures included: survey of the theses and dissertations available at the thesis and dissertations bank of CAPES, from the graduate programs in geography and which point out the keywords Cultural Heritage; selective reading of abstracts, introductions and conclusions; then the data were systematized and presented in tables and graphs, which will potentiate the theoretical reflection and the elucidation of the phenomenon. In the scientific productions (theses and dissertations) investigated, in relation to the nature of the object of study, it was possible to verify significant alterations in the conceptions and concepts that marked out, the epistemological and methodological foundations of Modern Science, such as: causality, objectivity, reductionism; and, appearance of others: multi-scalar, multidimensionality and complexity. Pointing out indications of a potential overcoming of epistemological fragilities in geographic science and revealing tendencies and challenges for contemporary thinking.

KEYWORDS: Geographic Research; Cultural heritage; geographic thought; New cognition of the world system.

1 | INTRODUÇÃO

A revolução científica e tecnológica sem precedentes provocou mudanças sociais, cognitivas, afetivas, econômicas e estéticas, entre outras, afetando nossa forma de ver, conceber, agir, refletir e conseqüentemente de produzir conhecimentos. Para Vitte(2011, p. 9), as transformações temporais e espaciais, nas concepções destas duas grande categorias, tiraram “o tempo do lugar de categoria essencial”, colocaram o espaço no centro das indagações científicas, e este passou a ser concebido com “produto de um complexo entrecruzamento de variados e múltiplos vetores, é praticado e apropriado no lugar por práticas tradicionais, clássicas; pela refuncionalização de práticas, ou simplesmente pelo habitar ou pelo transitar no espaço.”

Concebemos que para o autor as transformações dos “elementos essenciais para se pensar a modernidade e o mundo”, isto é, os recursos intelectuais que nos fazem compreender e apreender o mundo, tais como: “as concepções, posturas, esquemas e estruturas cognitivos e interpretativos” provocaram uma ressignificação nas concepções de mundo, ciência e ser humano. A ideia é que se já não pensamos como antes, então passamos a ver a realidade, a geografia, o homem e a mulher de forma diferente, o que traz implicações diretas ao pensamento geográfico contemporâneo. Mas, como identificar as evidências do que mudou efetivamente neste? Conforme nos alerta Vitte:

No caso específico da Geografia, a questão que enfrentamos atualmente e que muitas vezes passa a largos passos e despercebida pela maioria da comunidade de geógrafos é a que uma nova sociologia da ciência, vem questionando o novo

aprender e uma nova instrumentalização quando trabalhamos com conceitos geográficos, (...) Mas especificamente falamos do conceito de espaço e de categorias como território e lugar. (2011, p. 9)

Portanto, para compreendermos o pensamento geográfico contemporâneo, e, conseqüentemente o que mudou, precisamos analisar o que a comunidade de geógrafos vem produzindo, a forma como vem produzindo (metodologia), os objetos de estudo selecionados, e conseqüentemente conforme o autor apontou, as categorias conceituais e analíticas utilizadas, pois, refletem os padrões de referências (teóricos e empíricos) da comunidade científica em questão, que a luz do contexto histórico, constitui assim, uma teoria geográfica (ESCOLAR, 1996). O nexu, é que a teoria geográfica, além de ser a produção-científica-geográfica-do-espaço, é simultaneamente, um produto histórico, social e político, que reflete o pensamento e as práticas científicas do seu tempo e espaço.

No caso da Geografia, Moreira (2008) nos revela que a história do pensamento geográfico, e conseqüentemente de muitas de suas produções científicas foram permeadas de fragilidades epistemológicas. As quais, o autor caracteriza como o “simplicismo e a superficialidade dos esquemas teóricos e metodológicos” (MOREIRA, 2008, p. 10). Mas, em função da reconfiguração nos fundamentos teóricos e metodológicos tradicionais da ciência fazem surgir o que passamos a denominar neste estudo de uma “nova cognição do sistema mundo”.

A escolha pelo tema Patrimônio Cultural se justifica pela natureza do fenômeno, pois um bem material tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reflete e articula processos culturais, sociais, ambientais, econômicos e políticos que se consubstanciam num recorte espacial e na espacialidade do fenômeno.

2 | NOSSOS OBJETIVOS

A premissa principal e que motivou a realização deste estudo, é a compreensão de que refletir teoricamente sobre as produções científicas nos auxilia discernir as referências epistemológicas que fundamentam as estruturas cognitivas e interpretativas dos pesquisadores sobre a ciência, a realidade e o homem. Nessa perspectiva, nosso objetivo primário foi a possibilidade de desvelar as evidências de “uma nova cognição do sistema mundo”, as tendências e desafios para o pensamento geográfico contemporâneo, através da análise das produções científicas (Teses e Dissertações) dos cursos de pós-graduação em geografia, sobre Patrimônio Cultural, numa abordagem geográfica. O objetivo específico foi: identificar e analisar os fundamentos epistemológicos que nortearam a abordagem geográficas sobre o Patrimônio Cultural, as tendências e os desafios para as pesquisas geográficas.

3 | OS CAMINHOS QUE PERCORREMOS

O percurso metodológico contemplou as seguintes atividades: 1º levantamento das teses e dissertações disponíveis no banco de teses e dissertações da CAPES, oriundos dos programas de pós-graduação em geografia, utilizando como descritor a palavra-chave Patrimônio Cultural. Em seguida, com o intuito de validar as informações obtidas, realizamos o mesmo procedimento no site da Biblioteca Digital de duas Instituições e constatamos a veracidade das informações. 2º após a constatação de que as descrições no campo “detalhes” no sítio possibilitavam a elucidação do fenômeno (não tinham nenhuma produção com texto integral disponível para análise), com os dados de cada uma das teses e dissertações identificadas no banco de dados da Capes, partimos para o site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e utilizando como descritor para a busca o título das produções, baixamos 68 produções indicadas no site da CAPES e montamos nosso banco de produções. 3º utilizando como procedimento a leitura seletiva, com maior destaque para os resumos, as introduções e as conclusões, para identificar: a definição de Patrimônio Cultural; as categorias geográficas utilizadas; a metodologia (abordagem, método, instrumentos e técnicas de coleta e análise dos dados) e lacunas e/ou indicações para estudos futuros. 4º de posse dos dados tabulados passamos a sistematizá-los em quadros, tabelas e gráficos o que facilitou o processo de análise e interpretação a partir da interlocução com os autores. É relevante destacar que em função da necessidade de delimitação, neste texto só vamos abordar os resultados e inferências relacionados a natureza dos objetos de investigação. Os dados construídos sobre os demais elementos coletados serão contemplados em futuras produções.

4 | OS RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

No levantamento inicial no site da CAPES, utilizando como descritor “Patrimônio Cultural”, o resultado da busca apontou a existência de 1161 registros encontrados, sendo estas estavam distribuídas entre 87 área de conhecimentos, demonstrando a fertilidade teórica da temática. As maiores concentrações estavam com as seguintes áreas: Sociais e Humanidades (201), Arquitetura e Urbanismo (114), Direito (97), História (76), Geografia(74), e em menor quantidade várias outras áreas. Inclusive, envolvendo também as ciências naturais, evidenciado o que Moraes (2008, p 20) denomina de “existência de conhecimentos plurais”, e que, estes exigem que “ultrapasse as fronteiras” disciplinares e “reducionista de explicação da realidade e do conhecimento”, estabelecidos pela modernidade tardia para o modelo de ciência.

Para a Moraes (2008) é “ preciso um conjunto de princípios teóricos e epistemológicos que levem em conta a dinâmica operacional dos sistemas complexos”, consubstanciando-se numa nova concepção de ciência para que possamos elucidá-los. Ideia que converge com o que nos aponta Vitte (2011, p. 60) de que:

Atualmente, esse problema se apresenta com muito mais força, estando envolto e ao mesmo tempo, sendo o produto de uma dialética complexa que exige novos padrões explicativos e argumentativos, nos quais a Ciência Moderna e as suas especialidades já não respondem a essa nova demanda.

O autor se refere principalmente a celeuma sobre o descrédito atribuído a ciência moderna para compreender a problemática da “relação Homem-Natureza”. Em relação aos programas de pós-graduação o site indicou 232 opções de programas nas diversas áreas. As produções de Geografia foram realizadas em 25 Instituições nacionais, sendo 57 dissertações e 17 teses e recorte temporal de dezembro de 2011 a dezembro de 2012 (referente a data da defesa). Com a relação das produções identificadas partimos para localiza-las no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e conseguimos baixar 68 produções, sendo 43 dissertações e 15 teses, universo que foi utilizado neste trabalho. Da leitura seletiva dos resumos, introduções e conclusões de cada uma das produções constatamos as evidências que passamos a relatar.

4.1 Os objetos de investigação das produções

Partimos do pressuposto de que é a natureza do objeto de investigação informa os fundamentos teóricos e metodológicos utilizados na pesquisa científica, pois direcionam a seleção dos métodos, técnicas e das categorias analíticas e teóricas que estão diretamente vinculadas a natureza do objeto de estudo, seja ela objetiva e/ou subjetiva. No entanto, a apreensão desta natureza, no sentido de essência do fato ou fenômeno é influenciada pelas nossas concepções de realidade, homem e ciência. E, admitindo que é possível constatar a coexistência de diferentes concepções que podem ser convergentes, divergentes ou complementares surgem diferentes pontos de vista sobre um mesmo objeto, ou sobre a forma de apreendê-lo. Daí, por que um mesmo fato ou fenômeno pode desvelar natureza diferente a depender do olhar do pesquisador. Mas, o que nos revelaram as produções científicas sobre patrimônio na geografia?

As evidências de que essa “nova cognição do sistema mundo” vem sendo apropriada nas pesquisas geográficas atrelamos as ressignificações nas concepções de ciência, realidade e homem, que conseqüentemente alteram as concepções de espaço e as formas apreendê-lo. É nessa perspectiva, que vamos discorrer sobre a natureza dos objetos de investigação identificado nas pesquisas geográficas analisadas a partir de suas características intrínsecas contempladas nas definições de Patrimônio Cultural das produções.

Em relação a definição de Patrimônio Cultural, constatamos que 63% das produções investigadas utilizaram o artigo 216 da Constituição Federal de 1988 para definir Patrimônio, as outras 47% das definições apresentavam características semelhantes, dentre elas destacamos as que tiveram maior ocorrência nas teses e dissertações:

1. Consta em 100% dos trabalhos analisados: *pode ser um bem material ou imaterial*. Essa característica aparece tanto nos trabalhos que investigaram bens materiais (91%) como nas pesquisas sobre os imateriais (9%). Os bens materiais mais elencados são: as edificações (forma genérica atribuída aos bens imóveis, citada em 13% das produções, e outras como *ferrovias* 1%) espaços de manifestações culturais (igrejas 19% e museus 2%), conjuntos urbanos (cidades 25% , centros históricos 20% e bairros com 2%), sítios de valor histórico, paisagístico e ecológicos (17%) e territórios quilombolas com 1%, entre outros.
2. *Apresenta referenciais identitários, culturais e históricos* aparece em 96% dos trabalhos, com uma ou outra variação (*tais como significações e memória social e cultural*), mas com os mesmos significados.

Concebem o Patrimônio Cultural como um bem material ou imaterial, e Meneses (2010), reforça nosso argumento, destacando que o cenário da materialidade (“a catedral”; “o porte material do lugar”) e simultaneamente, a imaterialidade são premissas intrínsecas do Patrimônio Cultural. Para o autor, as “significações múltiplas”, exemplificam a imaterialidade, atribuída aos bens materiais pelos diferentes atores sociais (guia turístico, os turistas, a comunidade local, o poder público – local, nacional e estadual) com motivações diversas (a espiritualidade, a econômica, o lazer, a curiosidade, a gestão política-administrativa, entre outros), que podem ou não serem “enriquecida, potencializada, qualificada pela mediação de lugares específicos”, desvelando o papel do espaço (que no caso é o lugar, mas que pode ser o território, a paisagem) com suporte e vetor material do Patrimônio Cultural.

Que evidências de transformações podem ser inferidas das proposições apontadas por Meneses (2010)? Reforça a ideia de que a realidade passou a ser concebida com a articulação simultânea de elementos objetivos e subjetivos, que podem ou não serem complementares e/ou divergentes, numa relação contínua, não-linear, ou previsível e não obedecem a lei de causa ou efeito, mas que fazem parte desta e contribuí para torná-la imprevisível, caótica, dinâmica e complexa. Essa concepção desvela indícios de superação dos pressupostos clássicos, como de objetividade, da causalidade linear e da racionalidade. Fundamentos que justificavam a utilização no método científico, como única possibilidade de apreender a realidade mecânica de “forma fiel”, como num “retrato”. Concepção de realidade que implicou diretamente na forma de ver e refletir sobre o espaço conforme podemos observar na seguinte fala:

A partir dessa maneira de se pensar a realidade, o espaço foi construído dentro do imaginário social, ligado à ideia que o atrelou própria ideologia capitalista, garantindo a manutenção tanto da exploração dos recursos como da visão da natureza, sendo constituída por elementos inertes, impassíveis e impessoais. (CAMARGO, 2005, 87)

O ponto de vista do autor converge com Vitte (2011), advogando que as mudanças na forma de conceber a natureza e o espaço como principais elementos indicadores de uma “nova cognição do sistema mundo”. Ainda, considerando as inferências apontadas por Meneses (2010) é relevante destacar que a concepção de homem

também foi significativamente alterada, pois, este passou de agente passível, capaz da neutralidade absoluta no processo de investigação, para o sujeito que se relaciona diretamente com o objeto do conhecimento. Indicando, a ideia de que ambos existem “relacionalmente”, o que implica em considerá-los num determinado contexto, em interação contínua, perspectiva que a fala de Moraes(2008) elucida:

Ora, se os objetos somente existem a partir de suas relações e conexões, assim o nosso foco não deveria estar somente no objeto e nem no sujeito, mas na dinâmica das relações que acontece entre ambos. Isso também significa que tanto um quanto o outro não desaparece, mas ambos precisam estar relacionados para serem compreendidos. Portanto, ambos devem ser sempre contextualizados. (2008, p. 34)

Para a autora, as descobertas científicas contemporâneas revelaram a constituição de novos princípios, tais como o Princípio da Incerteza e o Princípio da Complementaridade, entre outros. Alegando que, estes princípios são os “operadores cognitivos” do pensamento complexo sobre a realidade que trazem a necessidade da “construção de novos caminhos” para a investigação científica. Daí porque, não podemos compreender o espaço, o tempo, a natureza, o homem, nem suas produções ou interações no espaço, sem considerar que estes são constituídos e estabelecidos em condições complexas, que são objetivas e subjetivas, simultaneamente.

Investigar o espaço geográfico hoje requer abordagem multidimensional e multiescalar uma vez que, ter os processos sócios espaciais contemporâneos, como fenômenos de estudo da Geografia, implica em compreender que a mera descrição das formas, não contempla as significações sociais, históricas, políticas, ambiental, econômicas e culturais, ou mesmo as diversas intencionalidades que permeiam e materializa-se no espaço, o que pode ser exemplificado nos estudos sobre Patrimônio Cultural, pois:

A patrimonialização (...) de bens culturais, embora nos remeta ao passado e à preservação de sua memória, nos coloca questões importantes sobre a nossa sociedade no presente, pois, é esta atribuição de valor às coisas, às paisagens e as heranças históricas, substanciadas no espaço, que revela as nossas escolhas (...); as nossas estratégias políticas de ação (...); o nosso modo de categorizar o mundo pela seleção, hierarquização e valorização das coisas; as representações e os universos simbólicos que nos identificam e nos enraizam ao meio; a relevância das formas e de suas funções – nossas intencionalidades nem sempre explícitas; as determinações de estruturas políticas, econômicas e culturais no desenrolar do processo histórico. (PAES, 2010, p. 13)

A autora cita que o processo de patrimonialização e a gestão do Patrimônio cultural fomentam diversos conflitos e processos sócios espaciais, que articulam, divergem e comportam diferentes dimensões; é um fenômeno que perpassam por diferentes escalas espaciais (local, estadual, nacional e global); cuja, materialidade se dá num recorte espacial (espaço urbano, espaço rural, cidade, bairro, centro histórico, lugar, paisagem, território, entre outros).

Nessa ótica, podemos cotejar como perspectiva e tendências a superação de mínimo quatro fragilidades epistemológicas que permearam historicamente o

pensamento geográfico, vejamos: 1) a simplificação e fragmentação cartesiana, pois, para Camargo (2005, p. 91) “o sentido da fragmentação cartesiana, que é usual até os nossos dias e que dá a geografia um sentido de pouca ou nenhuma praticidade. (...) associa-se à ideia (...) de espaço absoluto” pois, o objeto passa a ser visto a partir da articulação das diferentes e complementares dimensões; 2) compreender a realidade como dinâmica e multiescalar amplia o olhar sobre o fenômeno, pois conforme aponta Castro (1997, p.60) “colocam em evidência relações, fenômenos, fatos, como um modo de aproximação do real”, superando o reducionismo das análises por partes para a compreensão do todo; 3) ao reforçar (PAES, 2010; MENESES, 2010) a ideia de que o espaço é o aporte de mediação entre o bem (material e imaterial) e os valores culturais, históricos, sociais e econômicos, este deixa de ser amorfo, fixo, imutável reduzido “a palco dos eventos (...) como ensinara Newton, ou seja, era dado a priori, isto é, preexistia aos fenômenos” (CAMARGO, 2005, p. 90); e, 4) quando concebe a imaterialidade a um bem, revelando que, esta pode ser representada pelas múltiplas significações estabelecidas por diferentes atores sociais e com intencionalidades diversas, explicita a ideia de superação da concepção de homem passivo diante de uma natureza mecânica e determinante e coloca o homem como ator social, frente a uma realidade dinâmica, complexa e imprevisível.

O nosso argumento principal é que considerar estes novos fundamentos epistemológicos provoca alterações na forma de apreender o fenômeno geográfico, veja como exemplo as inferências apontadas Cefelli (2010) sobre as implicações do processo de “refuncionalização turística do patrimônio cultural”, em relação a concepção de realidade e articulação entre as dimensões política, econômica, social e cognitiva:

O eixo de compreensão desta realidade mutável e muitas vezes contraditória envolve a análise do grau de adaptação, subordinação e resistência destas porções do território e da sociedade frente às finalidades e intencionalidades de ordem política e econômica que balizam as estratégias de uso e apropriação do patrimônio cultural sob uma ótica mercantil. Os conflitos de interesses advindos de tais estratégias e a carga de identificação simbólica do patrimônio e do território, levam a uma coexistência, sobreposição ou conflitos entre novas e velhas práticas sociais. (CEFELLI, 2010, p. 114)

O que demonstra como a concepção de realidade vem sendo res-significada nas produções científicas sobre patrimônio, numa abordagem geográfica, assim com confirma, a impossibilidade de representá-lo como um “retrato fiel” do real. Outra fala que aponta evidências em relação a ressignificação da concepção de natureza, é de Scifoni (2010, p. 207), que defende a “relevância do tema para Geografia e, em particular, para a Geografia Política”, os estudos sobre Patrimônio Natural, alegando que coloca “a natureza no enfoque, possibilitando compreendê-la como parte da vida humana.” O ponto de vista da autora é que “a natureza é tornada social”, explicitando o diferencial em relação a abordagem geográfica moderna, cuja visão de mundo mecanicista, concebia a natureza separada do universo humano, para ser domada e

submetida as leis de causas e efeitos.

Meneses(2010) esclarece que as atividades no campo do Patrimônio Cultural são permeadas por “premissas que orientam” suas as práticas, desconsiderá-las pode trazer implicações, tais como: “desgaste”, “banalização” e “desvios”. Essas “premissas”, são semelhantes ao que denominamos neste trabalho de características essenciais da natureza do Patrimônio Cultural, enquanto objeto de estudo, e que direcionam e revelam os fundamentos epistemológicos e metodológicos da produção científica. E estes, indicam que “a atividade no campo do patrimônio cultural é complexa, delicada e trabalhosa. Exige postura crítica rigorosa. Exige capacidade de ir além das preferências pessoais. (...) os significados, os valores, a consciência (...) e desejos – que fazem de nós, (...) seres humanos” (MENESES, 2010, p. 39).

É relevante considerar ainda, a tese de Escolar (1996) de que um objeto de estudo, com tais características, é produtor de sentidos e de configurações geográficas. O que demonstra a importância das temáticas que envolvem o Patrimônio Cultural, numa abordagem geográfica, na elucidação da realidade sócio espacial contemporânea. Desde que, a ação empreendida pelo pesquisador não se limite a apenas descrevê-la, ou tentar apenas retratá-la, mas elucida-la a luz da contínua e concomitante reflexão teoria/prática ou vice-versa. Utilizando para tanto, o corpo teórico, os conceitos, “as noções adquiridas ao longo do tempo pela comunidade geográfica” (ESCOLAR, 1996, p. 13), e a mera descrição dos fenômenos, enquanto método, que “atravessou a história do pensamento geográfico” (CAMARGO, 2005, p. 90). Por isso, nossa defesa final de que, as pesquisas geográficas sobre Patrimônio Cultural revelam evidências de novas tendências e desafios para o pensamento geográfico contemporâneo.

AINDA POR CONCLUIR...

Os resultados parciais construídos com a investigação das evidências teóricas e empíricas nas pesquisas geográficas que abordam o Patrimônio Cultural como objeto de estudo, comprovaram a existência de evidências contundentes de que novas concepções de ciência, realidade e homem, se constituíram na contemporaneidade e refletem nas ferramentas intelectuais, gestadas e validadas na modernidade para compreender o mundo, vem se res-significando, fazendo emergir uma “nova cognição do sistema mundo”.

Nas produções científicas (teses e dissertações) investigadas, em relação a natureza do objeto de estudo, comprovamos alterações significativas nas concepções e conceitos que balizavam, os fundamentos epistemológicos e metodológicos da Ciência Moderna, tais como: causalidade, objetividade, reducionismos; e, aparecimento de outros: multiescalar, multidimensionalidade, complexidade, entre outros. Apontando indícios de uma potencial superação das fragilidades epistemológicas na ciência geográfica e desvelando tendências e desafios para o pensamento contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- CAMARGO, L. H. R. de. **A ruptura do meio ambiente**: Conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, I. E. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M. A. de S.; et. al. (Org.) **O novo mapa do mundo**: uma leitura geográfica. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1997
- CIFELLI, G. A refuncionalização turística do Patrimônio Cultural: os novos usos do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto – MG. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA. M. R. da S. (Org.) **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: AnnaBlume, 2010. p. 113 - 139
- ESCOLAR, M. **Crítica do Discurso Geográfico**. Trad. Shirley M. Gonçalves. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MENESES, U. T.B de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: *Conferência Magna – I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural*. v.01, Ouro Preto: IPHAN, 2010
- MORAES, M. C. **Ecologia dos Saberes**: Complexidade, Transdisciplinaridade e Educação: Novos fundamentos para iluminar novas práticas educacionais. São Paulo: Antakarana/WHH; Willis HarmanHouse, 2008.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008
- PAES, M. T. D. Apresentação. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA. M. R. da S. (Org.) **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: AnnaBlume, 2010. p.13 – 32
- SCIFONI, S. Por uma Geografia Política dos Patrimônios Naturais. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA. M. R. da S. (Org.) **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: AnnaBlume, 2010. p. 2007 – 226.
- VITTE, A. C. **Por uma Geografia Híbrida**: Ensaios sobre os mundos, as naturezas e as culturas. Curitiba, PR: CRV, 2011

ESTUDOS SOBRE AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS NO PERÍMETRO IRRIGADO: ICÓ – MANDANTES – PETROLÂNDIA PE

Marina Loureiro Medeiros

Mestranda pela Pós Graduação em Geografia
(PPGEO) UFPE
Recife- Pernambuco

Guilherme José Ferreira de Araújo

Prof. do Colégio de Aplicação Recife
Recife- Pernambuco

Edvânia Torres Aguiar Gomes

Docente/Pesquisador do Departamento de
Ciências Geográficas UFPE
Recife- Pernambuco

RESUMO : O capítulo em questão é dedicado a analisar Dinâmicas Socioespaciais ocorridas no micro espaço do perímetro irrigado de Icó-Mandantes durante 20 anos, localizado na cidade de Petrolândia no sertão de Pernambuco. Metodologicamente foi aplicado a *Constellation Analyses*, método Alemão, usado para gestão ambiental e entendido como Excelente para outros espaço com conflito hidroterritórias no Brasil e na Região Nordeste, como foi o caso analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Icó-Mandantes, *constellation analyses*, dinâmicas socioespaciais.

ABSTRACT : The chapter is dedicated to understand Dynamics Socioespaciais that occurred in the micro space of the irrigated

perimeter in Icó-Mandantes between 20 years, located in the city of Petrolândia in the backwoods of Pernambuco. Methodologic applied was the Constellation Analyses, German method, used for management environmental and understood others space with hidroterritorials conflicts in Brazil and in the Northeast Region, as it was the analysed case.

KEYWORDS : Icó-Mandantes, *constellation analyses*, dynamics socioespaciais

INTRODUÇÃO

O Município de Petrolândia, localizado na região de desenvolvimento (RD) do Sertão de Itaparica, trata-se de uma das unidades político-administrativas mais afetadas pela construção da Barragem de Itaparica realizada pela CHESF em 1986.

No assentamento de Icó-Mandantes, situado no município de Petrolândia, no Estado de Pernambuco, são identificados sistemas complexos de vulnerabilidades de sua população – em virtude dos processos históricos e atuais, nas condições sociais e na reinserção produtiva de sua comunidade, afetada pela construção do reservatório de Itaparica – ainda fortemente dependente, completando-se quase meio século de assiduidade de relações e gestões vinculadas à Companhia Hidroelétrica

do São Francisco (Chesf) .

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo analisar as dinâmicas de produção do espaço demográfico do reassentamento de Icó-Mandantes situado no município de Petrolândia em uma perspectiva socioeconômica, considerando os processos desencadeados a partir da construção do reservatório de Itaparica, no submédio do Rio São Francisco.

Para isso foi utilizado como base de investigação a combinação da análise do território com todo o conjunto de complexidade físico-natural e institucional, o método de abordagem sistêmica (Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro) e o método materialista histórico a partir das leituras de geógrafos críticos como Antunes e Amélia Damiani. Para uma análise demográfica mais foram acrescentados também os dados comparativos tanto dos os dados agregados do assentamento de análise.

Desse modo, considerando que este trabalho se insere no projeto INNOVATE, particularmente no caso de Icó-Mandantes, área objeto desta investigação utiliza-se como procedimento metodológico para fundamentar as articulações que subsidiem o quadro na escala do assentamento frente ao município e desse para com a região sob impacto da barragem Itaparica, a metodologia da Análise de Constelação (Konstellationsanalyse) que foi desenvolvida no Centro de Tecnologia e Sociedade da Universidade Técnica de Berlim (TU Berlin). Esta metodologia se pauta no esforço de análise interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional enquanto meio instrumental para a gestão de estudos de tecnologia, sustentabilidade e inovação.

Contelallation Analyses : Metodologia Inovadora

Desenvolvida no Centro de Tecnologia da Universidade Técnica de Berlim (TU Berlin) a Análise de Constelação (Konstellationsanalyse) (Konstellationsanalyse) é uma metodologia de análise interdisciplinar ponte, projetada para estudos de tecnologia, sustentabilidade e inovação.

Análise constelação tem como intuito servir para vários fins visem unir pesquisas acadêmicas interdisciplinares com seus parceiros de cooperação não acadêmicas de forma a criar um conhecimento construtivo.

Para a realização da análise serão considerados os quatros tipos de elementos, que estão inter-relacionados, que fazem parte de constelação e estes são: nesse estudo considerando: os atores sociais (pessoas ou grupos), os elementos naturais, os elementos técnicos (por exemplo, centrais elétricas, hardware, objetos técnicos) e os símbolos (normas, leis, conceitos e ações políticas e sociais), conforme a **Figura 1** abaixo:



Figura 1: Símbolos da Análise de Constelação.

Fonte: <http://www.konstellationsanalyse.de/english/>, 2014.

Uma análise de Constelação é dividida em 3 fases ao longo de um trabalho, essas são:

1. Identificação dos Elementos

Na primeira fase é preciso além de identificar os elementos mais importantes e organizá-los de uma maneira que corresponde à forma como eles são correlacionados, montar uma pergunta-base para sua constelação, como por exemplo: Como está a gestão da água no assentamento de Icó-Mandantes. Sendo, a partir daí, que se começa a pensar em uma constelação.

O mapeamento é feito usando cartões de índice de cor, geralmente em um quadro branco, quadro, pino ou mesa, sendo de importância entender que cada elemento é considerado como tendo igual importância na análise da constelação, conforme a **Figura 2**.

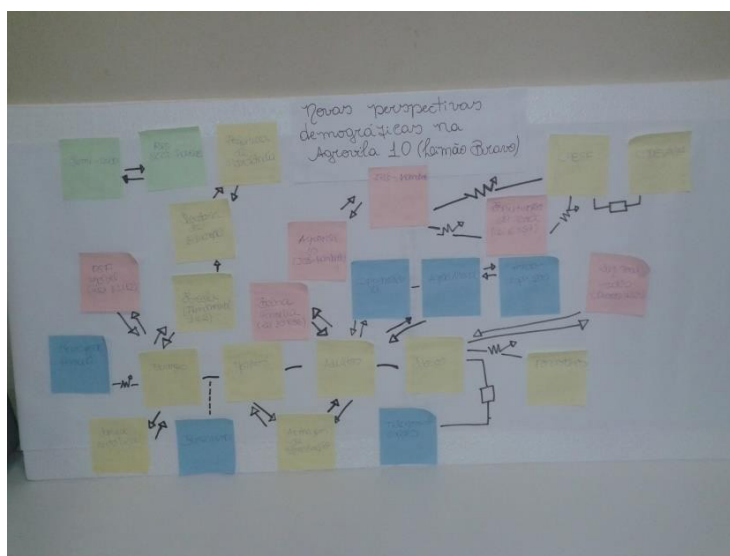


Figura 2: Constelação Pronta. Fonte: Milena Gomes, 2014.

2. Apreensão das relações

Nessa fase, os princípios funcionais e as características da constelação são analisados e interpretados, dispendo os elementos de forma que eles se inter-relacionam.

3. Montagem das constelações

Tipo de relação	Representação gráfica
Relação simples: Os elementos estão inter-relacionados	_____
Relação direcionada/ alvo: um elemento atua sobre um ou outros elementos	_____→
Relação indeterminada/ falta: a relação entre os elementos é indeterminada ou inexistente	_____?

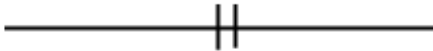


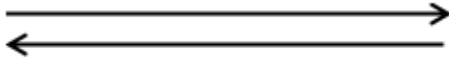

Relação incompatível: dois ou mais elementos estão incompatíveis	
Relação conflituosa: um elemento se opõe explícito contra um ou mais elementos	
Relação com resistência (passiva): um elemento se opõe passivo, não explícito contra as expectativas de outros elementos	
Relação reacional: dois elementos estão em correlação, ocasionando uma intensificação relacional	
Relação tênue: dos elementos que, em teoria, deveriam ter uma relação, não apresentam aquela na prática	

Tabela 1: Relações de Análise de Constelação. Fonte: Verena Rodorff, 2013.

Finalmente, na terceira fase, as dinâmicas que afetam a constelação são examinadas, postando as relações existentes entre os elementos que já estão dispostos, correlacionando-os, como mostra a **Tabela 2**.

É importante salientar que o método não fica completo sem um texto explicativo que aprofunde mais as relações estabelecidas na análise, entendendo que a constelação se apresenta mais como uma ferramenta de síntese para a cooperação interdisciplinar no que se refere à compreensão do território analisado.

RESULTADOS PRELIMINARES

A Agrovila 10, que faz parte do conjunto de Agrovilas do Bloco 3 de Icó- Mandantes (Limão Bravo), é considerada uma das agrovilas mais prósperas desse assentamento devido ao baixo número de homicídios, consta-se apenas 1 homicídio nessa passagem de quase 20 anos, devido ao desenvolvimento do próprio espaço contando hoje com; 2 armazéns de construção; uma escola Fundamental I e II; capela e posto de saúde móvel.

Demograficamente, a Agrovila 10, com 235 residentes possui uma estrutura populacional, de acordo com Sinopose, por Setor –IBGE (2010), formada principalmente por adultos de (25 -29) e jovens (15-19) constituindo assim um número de 7 % de População economicamente ativa da agrovila . Contudo, o gênero masculino ainda se faz predominante nesse pequeno espaço, sendo composto por 53,6 % contra 46,3% de mulheres viventes, estas, sendo a maioria, da faixa etária jovem (20 -24) representadas pela porcentagem de 5 %.(**Gráfico 1**)

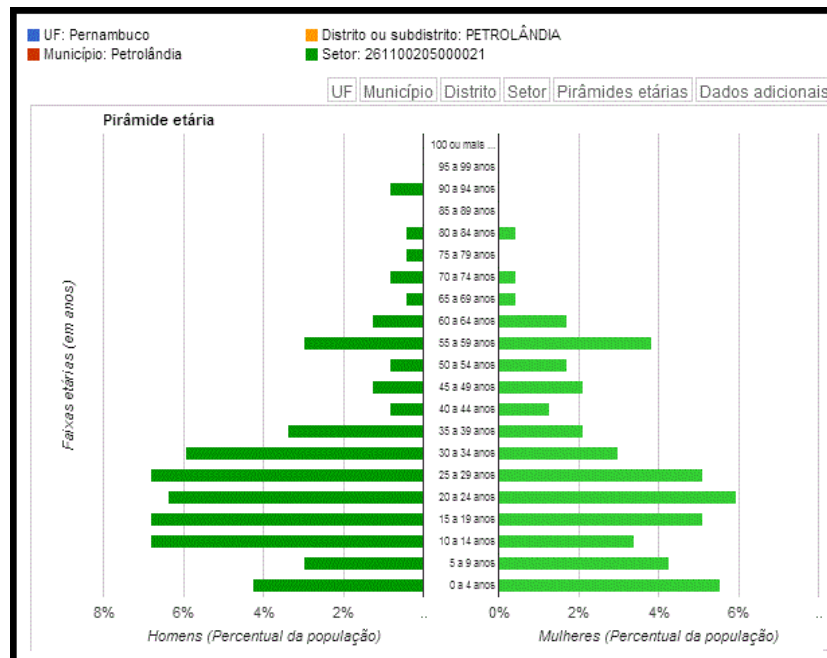


Gráfico 1: Pirâmide etária.

Fonte: Sinopse do Setor 021 – IBGE, 2010.

A população total do micro espaço analisado, apesar de representar uma fração de 0,7 % da composição total da população de Petrolândia, especialmente, em termos de

área, ela representa um volume significativo para o espaço delimitado, se adensando em 1600 hab. /km² em comparativo com a população de Petrolândia, mais espalhada, que se adensa apenas em 30,75 hab. /km², refletindo assim no aumento que houve no número de famílias, antes 50, hoje, quase 70 no espaço delimitado. (Gráfico 2)

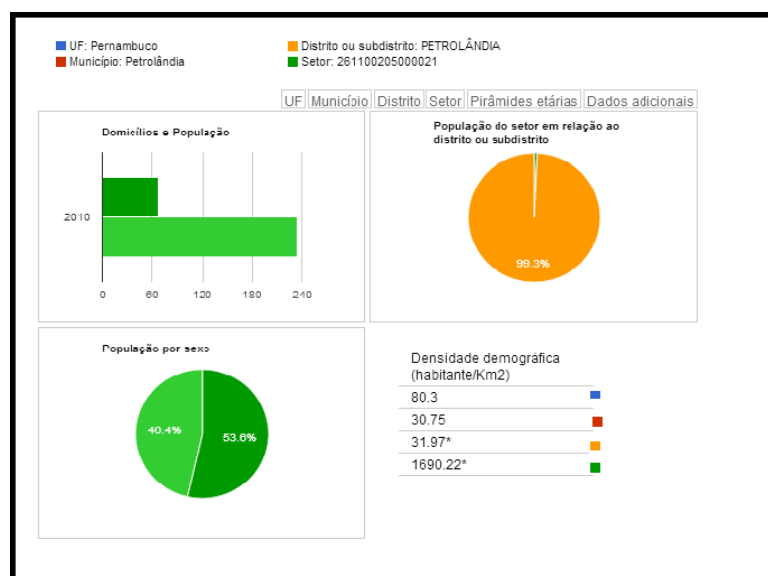


Gráfico 2: Dados populacionais. Adaptado do Sinopse do Setor 021 – IBGE 2010.

Fonte: próprio autor, 2014.

Desse modo, comparativamente, observa-se que há relação demográfica semelhante entre Petrolândia e a Agrovila 10 em Icó-Mandantes, sendo essa Agrovila uma das mais prósperas. Há um padrão, contínuo de mudança populacional de acordo com padrão mundial, tendo futuramente mais idosos e adultos e menos crianças e jovens nesse subespaço. É interessante ressaltar, contudo, que, o aumento de quase 20 famílias a mais dentro do pequeno espaço, já se faz um adensamento superior ao esperado, devido ao aumento de forasteiros e ao retorno dos adultos, bem como a constituição de novas famílias, podendo, em quadro futuro e/ou próximo, afetar a relação interna desse local, que passará a modificar o espaço negativamente através de aumento de lixo, esgotamento do solo e, até mesmo, conflitos sociais, esses hoje diminuídos, através do investimento em infraestrutura para atender outros perfis de trabalhadores e moradores em diferentes contextos e agravados pelo quadro de crise proporcionado pela questão econômica (ANTUNES, 1999), questão essa, que ainda é marcada por problemas estruturais advindos da construção da barragem.

CONCLUSÃO

Ao mapear o crescimento demográfico do assentamento de Icó-Mandantes, especificamente a Agrovila 10, se tentou elucidar as “novas perspectivas demográficas dessa agrovila”, entendendo assim que a história da dinâmica espacial da mesma está intimamente relacionada com o quadro interacional apresentado na constelação representada na **Figura 3**.

Novas perspectivas demográficas na Agrovila 10 (Limão Bravo)

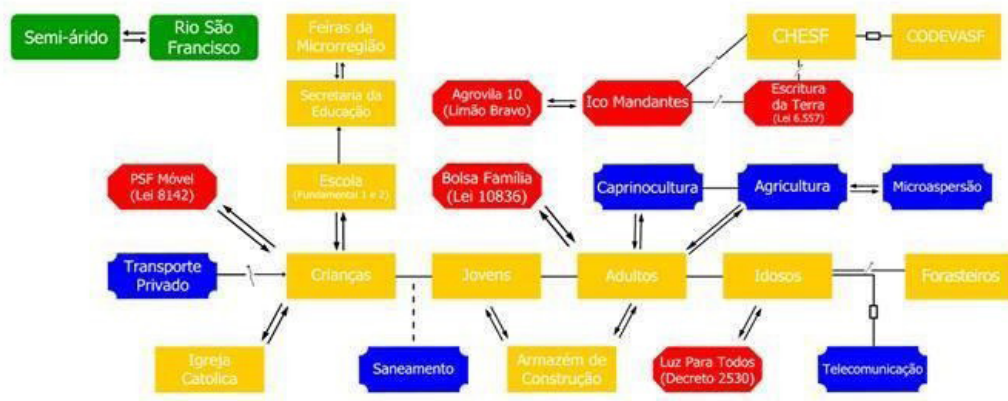


Figura 3: Constelação da Agrovila 10. Fonte: próprio autor, 2014.

Os elementos centrais que estão situados à margem esquerda em baixo da constelação são representados pelas faixas etárias dos agricultores, relacionando-se entre si através de relação simples e direta, sendo, que a partir desses quatro agentes, é que as relações da constelação se perfazem. De acordo com dados adquiridos no campo, dos 235 residentes da Agrovila 10, a maioria se sente prejudica com o transporte local, tendo muita dificuldade para se locomover para distâncias maiores, chegando a pagar R\$ 14,00 (quatorze reais) para se deslocar para Petrolândia. Durante o percurso, a relação tênue entre a população e o saneamento básico, inexistente nesse assentamento, a relação passiva entre os moradores e as telecomunicações que funcionam de maneira defeituosa em toda área do assentamento e por fim a relação conflituosa com os forasteiros, torna-se evidente, forasteiros esses que, ao longo da história da agrovila, constituíram uma forte base demográfica para o aumento e permanência da população.

Com relação as relações específicas vê-se três aspectos fortemente relacionais entre grupos diferentes. A igreja e Escola de ensino fundamental como objeto espacial de forte relação com as crianças ; o grupo de adultos e jovens, que por sua vez constituem 7 % dos a residentes dessa agrovila, segundo, Sinopse Por Setores do IBGE (2010), representando a maioria dos residentes desse local , com relações fortes com os objetos espaciais que os empregam atualmente, como o Armazém de Construção e suas fontes de rendas principais, como o Bolsa Família e a Caprinocultura e Agricultura, agricultura essa melhorada através da implantação nos últimos 2 anos, do sistema de micro aspersão.

As relações fortes evidenciam melhorias ao longo de 20 anos desses assentamentos, que unidos aos programas dos últimos dez anos como o Luz Para Todos (Decreto nº 7.520) e PSF Móvel (Lei 8142), fizeram com que as 50 residências iniciais tornassem quase 70 residências e, no que tange a população, soma-se em mais de 70 pessoas nesse tempo, evidenciando não só uma migração de retorno mais uma permanência dos jovens nas agrovilas que não se veem mais na necessidade de fazer migrações de cunho sazonal ou até mesmo permanentes para regiões do Sudeste do país, só realizando de acordo com dados do campo migrações pendulares para realização de trabalho em Petrolândia.

Contudo, ainda é possível verificar-se a presença de problemas que permeiam esses 20 anos como é caso das relações conflituosas com a CHESF e com o assentamento que permite, desse modo, a totalidade de 100% das 68 residências não terem a escritura das suas terras, entende-se que, se esse conflito não for resolvido, o mesmo implicará em uma nova configuração na dinâmica espacial, não só dessa agrovila mais de todos os assentamentos que possuem situação semelhante.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

CONDEPE – FIDEM (Agência estadual de planejamento e pesquisa de Pernambuco). Disponível em: < http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/conteudo_site2.aspx >. Acessado em: 4 de Julho de 2013.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: < http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo/Agregado_por_Setores_Censitarios >. Acessado em: 9 de Julho de 2014.

SCHÖN, Susanne; KRUSE, Sylvia; MEISTER, Martin; NÖLTING, Benjamin; OHLHORST, Dörte. **HandbuchKonstellationsanalyse**. EininterdisziplinäresBrückenkonzeptfür die Nachhaltigkeits-, Technik- und Innovationsforschung. München: Oekom Verlag, 2007.

ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO: PRÁTICAS PRODUTIVAS E O DESENVOLVER SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS-PI

Andreza de Oliveira Lima

Universidade Estadual do Piauí

Teresina – Piauí

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, práticas produtivas.

RESUMO: A agricultura familiar é uma forma de produção no campo que possibilita maiores relações com a terra, integra homem e meio e é responsável pela produção da maior parte do que é consumido pelo brasileiro, por integrar produção e consumo. Segundo o censo agropecuário (2006), este setor é responsável por gerar cerca de 80% dos empregos no campo brasileiro, embora apenas 20% das terras serem pertencentes às famílias que se dedicam a tal tipo de produção, o que revela contradições na estrutura fundiária brasileira. A agricultura familiar é uma atividade dependente da natureza, e a qualidade de vida está atrelada à forma como o trabalho é realizado e como se relaciona com a natureza. O artigo se norteia a partir da análise do papel da agricultura familiar, das práticas produtivas e da relação entre a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável, observando as famílias do Assentamento São Francisco, em José de Freitas (PI), esta relacionada à produção sustentável e à introdução de novos conhecimentos no campo a fim de resultar em melhorias na condição da vida dos agricultores e na qualidade dos alimentos.

ABSTRACT: Family farming is countryside way of production that improves the relationship between the man and the land. It also integrates man and environment and is responsible for the production of most of what is consumed by the Brazilian, for integrating production and consumption. According to the agricultural census (2006), this sector is responsible for generating about 80% of jobs in the Brazilian countryside, although only 20% of the land is owned by families engaged in this type of production, which reveals contradictions in the land structure. Brazilian Family farming is a nature-dependent activity, and quality of life is tied to how work is done and how it relates to nature. The article is based on the analysis of the role of family agriculture, productive practices and the relationship between family farming and sustainable development, observing the families of the São Francisco settlement in José de Freitas (PI), this is related to sustainable production and the introduction of new knowledge in the field in order to result in improvements in the condition of farmers' lives and in the quality of food.

KEYWORDS: family farming, sustainable development, productive practices.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável são temas de suma importância à política econômica de um país, em especial do Brasil, e deles emanam questionamentos sobre o papel dessas práticas no cenário atual. A agricultura familiar é uma forma de produção a qual, desde a sua difusão, vem passando por transformações que refletem tanto no ambiente rural como no urbano.

Dentre os reflexos suscitados, é de destaque que a agricultura familiar pode contribuir para a redução do êxodo rural, pois possibilita a permanência do homem no campo, local que conseqüentemente torna-se mais atrativo para os jovens, resultando numa forte contribuinte para o crescimento populacional rural. Outro fato destacado é que a produção de alimentos em pequena escala e isentos de aplicação de agrotóxicos em larga escala proporciona melhor qualidade de vida, traduzida em alimentos saudáveis para a população da região.

Na produção do homem do campo, é bastante comum a inclusão de familiares no trabalho coletivo, fator preponderante no gerenciamento dos horários de trabalho e das formas de plantio e de cultivo.

A produção no campo também pode viabilizar renda para as famílias carentes, divulgar as práticas de determinada região. Além disso, tal prática possui grande capacidade de gerar emprego e economia para o país de forma sustentável, pois o manejo adequado viabiliza a utilização de energias renováveis, colabora para o ciclo natural do solo ao promover menor remoção de nutrientes e contribui para a preservação da biodiversidade.

Este trabalho contém a análise das práticas desenvolvidas no assentamento São Francisco do município de José de Freitas (Piauí), visando à compreensão das melhorias na condição de vida dos agricultores da localidade.

1 | QUESTÕES AGRÁRIAS E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS

A questão agrária pode ser analisada por diferentes vertentes. Aqui, entretanto, é feita uma análise levando em consideração o acesso e a distribuição de terras, as dinâmicas das populações no meio rural e os impactos no meio ambiente.

Segundo Ariovaldo Umbelino (2007), a luta pelo acesso à terra tem se intensificado cada vez mais: o homem que não tem o acesso procura meios para seu sustento inserindo-se em movimentos sociais e isso tem reflexo nos milhares assentamentos rurais espalhados por todo o Brasil.

A realidade é que o campo brasileiro é dominado por grandes produtores, marcado pelos avanços tecnológicos, propagando a expansão do agronegócio e exportações agrícolas. De maneira bastante contraditória, estes avanços muitas vezes privilegiam somente uma pequena parcela dos produtores rurais, os latifundiários, e chegam a

retardar, ou até mesmo fazer cessar, o crescimento do pequeno produtor.

Segundo Guilhoto (2006, p. 02)

a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país.

A agricultura familiar é fonte de riquezas e possibilita crescimento econômico para o país. Com as práticas sustentáveis no processo de produção, os impactos ambientais podem ser potencialmente reduzidos.

Além de viabilizar crescimento econômico a agricultura familiar proporciona mão-de-obra significativa para o país gerando em torno de 80% da força de trabalho brasileira, possibilitando também a diminuição do êxodo rural já que apresenta a permanência do agricultor no campo. (STELLA, 2015).

É possível perceber que a agricultura familiar emprega mais que a agricultura não familiar, apesar da pequena parcela territorial que ela ocupa, conforme aponta o censo agropecuário (2006). (Gráfico 1)

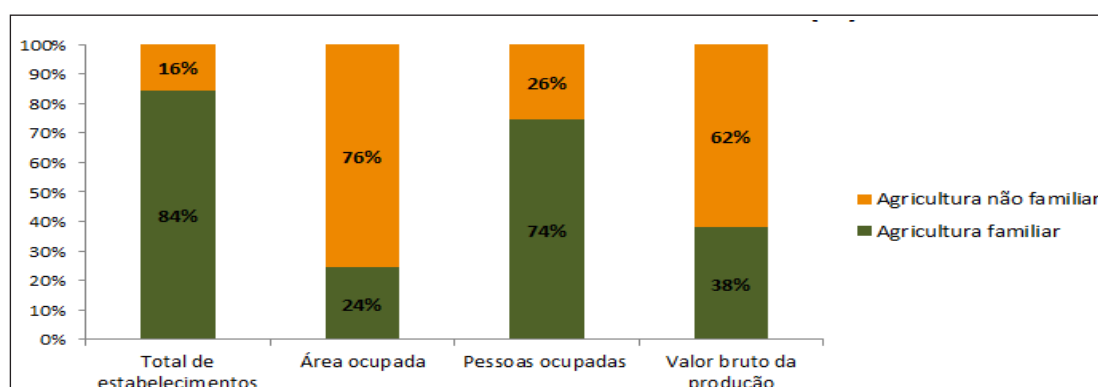


Gráfico 1- Estabelecimentos Rurais no Brasil (%)

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Ocupando pouco mais de 20% de área do país a agricultura familiar possui produção que gera cerca de mais de 54 bilhões de reais para o país. (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Apesar de todo o potencial associado à prática em destaque, o agricultor se depara com diferentes fatores que prejudicam e/ou tornam inviável a produção no campo, como, por exemplo, o acesso à terra e às condições necessárias para o cultivo e escoamento da produção. Esse cenário constitui a força motriz para reforma agrária, a qual surgiu objetivando garantir o acesso à terra.

Com a reforma, vários projetos foram criados com o intuito de minimizar ou até apaziguar a situação do acesso à terra, mas ainda há muita terra concentrada nas mãos de poucos, inviabilizando a produção e o acesso do pequeno agricultor.

Dentre os motivos que levam a afirmar que a reforma agrária não acontece de forma efetiva, está a posse através de documentos legais das terras. O assentado

possui, na realidade, uma regularização de ocupação, o que é bastante comum nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde as práticas de agricultura são mais intensas. Dessa forma, ainda existem famílias que não possuem a posse do terreno nem a disposição da terra para a agricultura.

O I censo da reforma agrária realizado no ano de 1996 destaca um dos mediadores o Instituto Nacional de Colonização Agrária, INCRA. Este se responsabiliza por fiscalizar, implantar técnicas de cultivo, dentre outros.

De acordo com Bergamasco (1997, p.39):

O censo apurou um total de 161.556 famílias beneficiárias em 1.460 projetos de assentamentos distribuídos por 26 estados da Federação. Os Estados do Maranhão e do Pará são os que apresentaram maior contingente de famílias assentadas.

Apesar da abertura para uma reorganização social das novas ocupações territoriais quanto à produção e ao consumo, ainda faltam condições de infraestrutura voltadas para saúde e educação no campo.

No Piauí como também em várias das demais regiões brasileiras, o processo de ocupação iniciado as margens do rio Piauí, Canindé, Paranaim e Gurgueia, resultando na descoberta dos sertões e viabilizando a entrada de estratégias para a sobrevivência do homem.

As questões agrárias no Piauí, resultado do modelo sesmarial que configurou toda a estrutura fundiária brasileira no período colonial, surgiu a partir de meados do século XVII. Conforme Alves (2003, p. 58), “a ocupação de terras do Piauí, as quais correspondiam a uma parte da área do “Sertão de Dentro” (Abreu, 1969), ocorreu na segunda metade do século XVII e se iniciou pela costa leste e sul [...]”.

O processo de ocupação foi iniciado tardiamente, porém houve progresso relevante ao decorrer do tempo. A ocupação ocorreu através da pecuária bovina, utilizando o boi para tração, consumo e venda da carne e do couro.

O crescimento de fazendas no Piauí, cuja principal atividade era a pecuária, resultou na expansão de mais fazendas, mais expansão de lotes e mais desbravadores. Assim, “à medida que crescia o número de fazendas de gado no Piauí, expandiam-se também os mercados para onde se destinavam os seus rebanhos”. (ALVES, 2003. p. 68)

Além do desbravamento das terras, o crescimento das fazendas proporcionou expansão da pecuária por possuir terras em abundância, cursos d’água, e facilidade de instalação de novas fazendas.

Até hoje, segundo Alves (2003), a pecuária é uma atividade econômica que se configura no Piauí com uma dinâmica na qual o patrão geralmente não reside na fazenda, a qual tem por responsável o vaqueiro, que toma partido das demais funções e dos trabalhadores.

Contudo, o que o trabalhador busca é o gozo de viver e colocar em prática a sua forma de trabalho, valorizando sua cultura e recebendo do meio a satisfação e o prazer em manter viva essa relação.

2 | DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COM AUTILIZAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Embora não exista um conceito fechado para desenvolvimento sustentável, é consenso de que o seu objetivo primordial consiste em desenvolver o crescimento econômico preservando o meio ambiente e garantindo assim o desenvolvimento social para as gerações futuras.

Os problemas e debates sobre a terra e as práticas desenvolvidas nela têm sido bastante discutidos. A questão ambiental é um tema complexo por relacionar aspectos políticos, sociais e culturais.

As políticas públicas adotadas pelo Estado visam atingir objetivos que proporcionem melhorias para o desenvolver sustentável, porém, de acordo com Neli Aparecida (2010), na contemporaneidade brasileira o Estado perdeu seu papel e tem abdicado de suas funções, isso devido ao fato de viver em uma crise na elaboração de novas políticas públicas para ganhar uma nova face. A estrutura do Estado brasileiro promoveu a abdicação de seu papel de defensor de todos os segmentos sociais, concentrando-se no atendimento aos grupos mais organizados e de maior poder.

Essa crise impôs a necessidade de redefinir as funções do Estado, provê-lo de mais governabilidade e governança, tornando-o mais eficiente em atender as demandas do cidadão e mais capaz de “complementar o mercado na tarefa de coordenar a economia e promover uma distribuição de renda mais justa”. Seu novo papel, assim, é o de “garantir os direitos de cidadania e promover o desenvolvimento econômico com um mínimo de eqüidade. (MELLO, 2010, p. 69)

Nesse novo contexto das funções do Estado, a sustentabilidade também ganhou nova roupagem, com destaque para a Agenda 21 introduzindo novos discursos sobre desenvolvimento sustentável e a conservação do meio ambiente. Assim, será analisado se as novas funções estão sendo desenvolvidas na prática.

Apesar da maioria dos pequenos agricultores não possuírem terra para o plantio, a falta de oportunidades para muitos não os desanimam. Segundo Silva (2001, p. 88), “o direito à propriedade passa a existir com a mediação do trabalho, bem ao contrário do que defende o capital de base latifundialista, que busca assegurá-lo independentemente da sua realidade produtiva”.

Em contraste com o cenário de degradação de algumas zonas rurais, há diversos produtores que cuidam do meio natural, zelando pela sustentabilidade. Todo trabalhador necessita de terra para produzir, e a reforma agrária surgiu com o objetivo de distribuição desta. Porém, não pode se afirmar que existe esta distribuição de modo igualitário e que atinge a todos.

A relação entre agricultura familiar e desenvolvimento sustentável vai muito além do que confrontos de conceitos e debates de organizações. Esta se propaga no desenvolvimento da qualidade de vida tendo a terra seu aliado, e símbolos do movimento seu representante.

A realidade é que ainda falta muito para construir um campo sustentável, porém

não é impossível atingir tal objetivo. As práticas produtivas realizadas por assentados do Piauí serão analisadas neste trabalho, tendo como foco o Assentamento São Francisco localizado no município de José de Freitas, analisando se a sustentabilidade está sendo efetivada no campo.

3 | ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO, PRÁTICAS PRODUTIVAS E A RELAÇÃO COM A SUSTENTABILIDADE

Segundo o IBGE, as primeiras ocupações territoriais do município foram realizadas pelos portugueses com o comando de Manoel Carvalho de Almeida. Neste mesmo período foi construída uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Livramento e, logo em seguida às povoações no entorno da fazenda, surge à fazenda Boa Esperança com criação de gado, a qual recebeu o nome de Vila do Livramento no dia 23 de março de 1877 através da Lei Provincial nº 945, nascendo, assim, o município de José de Freitas.

O Assentamento São Francisco localizado no município de José de Freitas surgiu através de ocupações de famílias que não possuíam acesso a terra. Diferentes famílias à procura de terra visualizaram, no entorno da antiga fazenda, lotes desocupados e improdutivos suficientes para abrigá-los, porém o fazendeiro da época não permitiu tal ocupação. Após a descoberta em que o fazendeiro não possuía os documentos que comprovassem a regularidade de sua posse, as famílias uniram forças junto aos representantes do sindicato do município e, depois de dias de confronto, o INCRA comprou as terras e fez a vistoria por intermédio do Governo, abrigando mais de 20 famílias. Dias depois a posse foi regularizada no dia 7 de setembro do ano de 1997.

O assentamento atualmente ocupado por cerca de 55 famílias, sendo estas dispostas em dois núcleos. As famílias que participam da produção nos campos irrigados, construídos pelo INCRA, possuem meio hectare cada. O gráfico a seguir apresenta quais produtos são cultivados no assentamento.

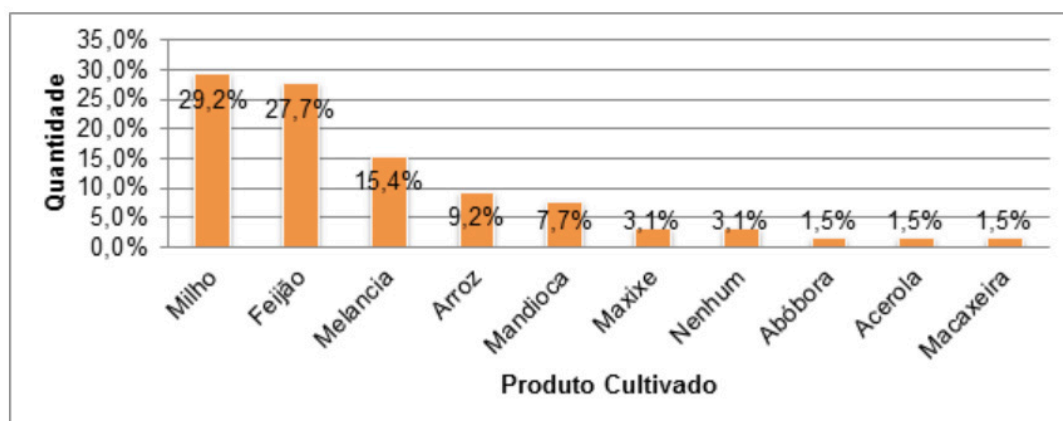


Gráfico 2 - Produtos cultivados

Fonte: LIMA, 2015.

O milho é o carro-chefe do cultivo, com 29,2%, e em sequência vem o feijão 27,7% e a melancia 15,4%. É importante frisar que alguns agricultores cultivam mais de um produto. Esses produtos são predominantes em todo o município por fazer parte da alimentação diária. O ciclo de produção acontece junto ao período chuvoso, objetivando menos custo com a irrigação.

As famílias não produzem coletivamente nos campos: cada um recria seu território dentro do mesmo espaço. Já que a maioria das famílias não trabalha coletivamente, na produção individual o tempo de preparo do solo se torna maior. O que é plantado às vezes é insuficiente para vender e os riscos com perda são maiores. O trabalho coletivo é muito importante, pois, além de proporcionar relações interpessoais, viabiliza suporte na produção.

A renda proveniente da venda dos produtos cultivados no campo não é suficiente para suprir as necessidades das famílias, fazendo com que busquem outros meios para seu sustento. O gráfico aponta quais atividades extras as famílias assentadas realizam.

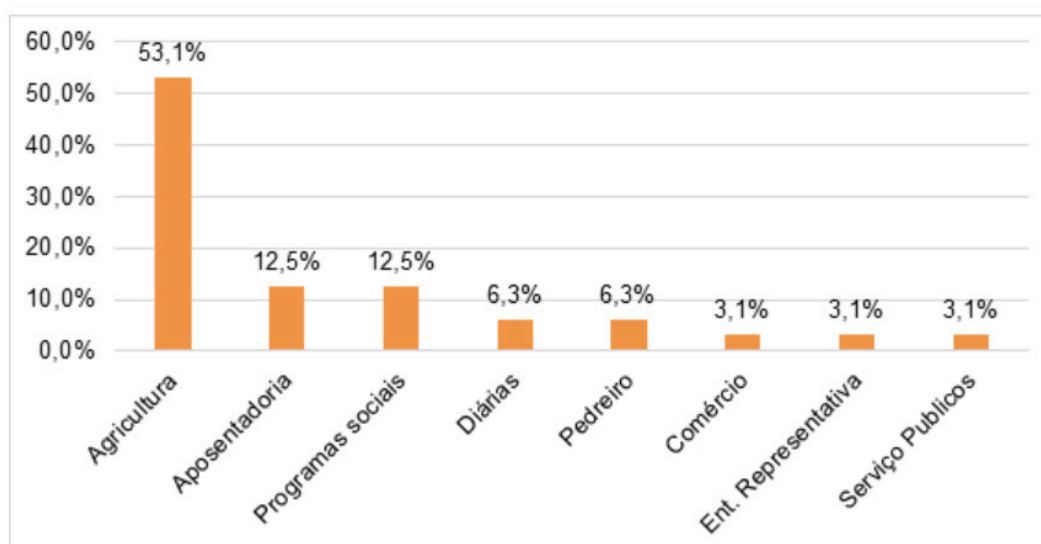


Gráfico 3 - Fonte de renda das famílias assentadas

Fonte: LIMA, 2015.

A renda das famílias provém de diferentes setores, sendo que a agricultura com 53,1% é a maior atividade produtiva, porém, insuficiente por não viabilizar produtos cujo destino seja para consumo e venda na mesma safra. Assim, as famílias procuram complementar sua renda com a prestação de serviços de pedreiro (6,3%), como comerciante (3,1%) etc.

As atividades econômicas realizadas no assentamento são de lavoura temporária, pecuária, artesanato e outros, com o objetivo do sustento da família. Algumas famílias que não obtêm boa produção na agricultura buscam novas saídas, como é o caso de agricultores que fazem diárias (6,3%) em fazendas e outros assentamentos.

Uma das saídas para as famílias seria a construção de tanques para a

comercialização de peixes, cuja renda ajudaria na compra de insumos para a agricultura. Outra forma seria a horta comunitária para as mulheres a fim de ajudar com o sustento da família e promover uma alimentação saudável aos familiares.

Isso reflete em diferentes fatores como acesso ao crédito rural, que possibilitaria maiores vantagens ao agricultor no campo, incentivos fiscais, acompanhamento técnico (cujo objetivo seria ajudar no manejo da produção), e outros. Esses fatores poderiam ajudarno aumento da produção e no provimento de estabilidade à renda das famílias.

A agricultura familiar possui a capacidade de gerar renda para as famílias e dinamizar a economia local fornecendo produtos com preços menores nas feiras e no próprio assentamento. Um exemplo é a feira da agricultura familiar e economia solidária realizada no município anualmente.

A Feira Municipal da Agricultura Familiar e Economia Solidária realizada no município de José de Freitas bem como demais municípios da região é um exemplo da estratégia de reprodução social das comunidades rurais. A primeira edição deste evento foi em 2007 por intermédio do STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) com a intenção de divulgar os produtos e os produtores da região para o município e demais municípios da região.

Além disso, a agricultura familiar pode garantir produtos para setores públicos como presídios, escolas, e outros programas sociais. O exemplo pode ser visto com a venda de biscoitos feitos pela associação de mulheres do assentamento para a CONAB cujo órgão distribui nas escolas do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento feito em campo, pode-se concluir que o assentamento possui regularização, demanda de produtos no mercado, demanda de atividades no campo e insere o agricultor em práticas produtivas. Porém, não são todos os beneficiados com os campos irrigados criados pelo INCRA. Além disso, as atividades da agricultura não suficientes para suprir as necessidades do agricultor, conforme apontado nos gráficos.

Outro ponto em destaque refere-se às dificuldades que os assentados têm ao obter assessoria técnicas, evidenciada pelo uso inadequado de fertilizantes, manejo inadequado da produção, resultando em perdas da produção.

Há também a se regularizar a atenção por parte do governo com as famílias assentadas, o acompanhamento técnico, já mencionado, a aceitação de projetos por parte dos bancos, melhorias na irrigação existente, construção de criatórios de peixes, hortas comunitárias, feiras mensais, e outros.

Há atividades culturais realizadas pelo assentamento sobre a questão do desenvolvimento sustentável, porém, é necessário ampliar tal debate, pois o uso de agrotóxicos ainda é intenso nas práticas produtivas.

É possível perceber que a falta de incentivos gera permanência em atividades que não proporcionam bons retornos, deixando-os fixos naquilo que já estão adaptados a fazer.

Muitas famílias se encontram fragilizadas por não visualizarem na agricultura a possibilidade de usufruir de um tipo de produção. Projetos já realizados não foram mantidos pelos agricultores por falta de verba e pela falta de coletividade. Entretanto ainda há saídas cabíveis para os agricultores. O exemplo, projetos de produção de acerolas (em processo de implantação), reservatórios de peixes feitos manualmente com materiais reutilizados e técnica da compostagem aplicada à construção de hortas comunitárias.

As práticas produtivas desenvolvidas pelo assentamento São Francisco ainda são insuficientes para manter a qualidade de vida dos assentados, ainda falta muito, acima de tudo incentivos que proporcionem melhor desenvolvimento e benefício em função de todos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, v. 18, n. 36, 2003.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos avançados**, v. 11, n. 31, 1997.

GUILHOTO, Joaquim et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados. **V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **O desafio da produção familiar em uma economia de baixo carbono**. Disponível em: <<http://assentamentosustentavel.org.br/o-projeto/>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

MELLO, Neli Aparecido de. E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável. **Revista Nera**, v. 11, n. 12, jan./jun. 2008.

DA SILVA, Maria Aparecida Daniel. Assentamento e Sustentabilidade. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 4, n. 1, jan/jul. 2001, p. 85-103.

A INSERÇÃO DOS JOVENS DE LAGO DO JUNCO NA CONTINUIDADE DA CULTURA DO COCO BABAÇU: CONSCIENTIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E PRESERVAÇÃO

Matheus Andrade Marques

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

São Luís – Maranhão

RESUMO: O Médio Mearim é uma microrregião do Maranhão, que apresenta grande importância histórica na mobilização política de grupos camponeses e extrativistas. Essa região é grande produtora de coco babaçu. Tal privilégio faz com que famílias locais desenvolvam métodos particulares de uso e manutenção dos babaçuais. Essa área apresenta um histórico de conflitos entre latifundiários e camponeses. As lutas visam sempre o direito ao território, que se mostra riquíssimo e atrai diversos tipos de interesses. Em razão disso, as comunidades se organizam em prol da manutenção de seu território. Essa organização se fundamenta principalmente na reversão de recursos conquistados com o babaçu para suas comunidades (via associativismo e cooperativismo). Outro aspecto verificável no contexto da pesquisa é a de que o extrativismo desenvolvido em escala local está ligado ao modo de produção camponesa e, conseqüentemente, não adere totalmente aos princípios das práticas capitalistas de produção da agricultura. O trabalho foi desenvolvido no município de Lago do Junco, que está inserido na microrregião do Médio Mearim. Na pesquisa,

buscamos compreender melhor a relação da comunidade com a produção de babaçu, um pouco de sua cultura, a inserção dos jovens locais nesse processo de lutas e principalmente tentar entender como é realizada a dinâmica organizacional de tudo isso. Com a realização do estudo, percebemos que a população mostra-se atenta para questões futuras e tentam fazer com que os jovens participem das etapas de produção dos derivados de babaçu, visando valorizar as atividades extrativas e o fortalecimento de sua identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Maranhão; Jovens; Babaçu

ABSTRACT: The Middle Mearim is a micro-region of Maranhão, which has great historical importance in the political mobilization of campesino groups, and extractive. This region is a major producer of coconut babassu. Such a privilege makes the local families develop particular methods of use and maintenance of the babaçuais. This area has a history of conflict between landowners and peasants. The fights always aimed at the right to the territory, which shows very rich and attracts different types of interests and as a result, the communities organize themselves in favor of the maintenance of their territory. This organization is based primarily on the reversal of the resources earned with the babassu to their communities (through

associations and cooperatives). Another aspect verifiable in the context of the research is that the extractive activities developed at the local scale is linked to the mode of production peasant, and, consequently, does not adhere fully to the principles of capitalist practices of production agriculture. The work was developed in the municipality of Lago do Junco, which is inserted in the region the Médio Mearim. In research, we seek to better understand the relationship of the community with the production of babassu oil, a little bit of their culture, the integration of local youth in the process of struggles and mainly trying to understand how is carried out the organizational dynamics of it all. With the completion of the study, we found that the population shows himself to be attentive to issues in the future, and try to make young people participate in the production steps of the derivatives of babassu, aiming to enhance the value of extractive activities and the strengthening of their identity.

KEYWORDS: Maranhão; Young; Babassu

1 | INTRODUÇÃO

A microrregião do Médio Mearim integra os municípios: Bacabal, Bernardo do Mearim, Bom Lugar, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lago Verde, Lima Campos, Olho d'Água da Cunhãs, Pedreiras, Pio XII, Poção de Pedras, Santo Antônio dos Lopes, São Luiz Gonzaga do Maranhão, São Mateus do Maranhão, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, Satubinha e Trizidela do Vale.

A região é a maior produtora de coco babaçu do Maranhão, com esse grande potencial em seus solos os moradores possuem consciência da importância da preservação e realização de um bom manejo daquilo que é a maior riqueza de suas terras. Para isso prezam pelo uso consciente do babaçu, que passa pela compreensão da comunidade em entender a real importância do coco nas conquistas de melhorias de vida para seu povo.

Vale destacar que o uso consciente do fruto no entendimento das comunidades locais perpassa por práticas que se fundamentam na coletividade, que visem benefícios para todos os moradores da região. A acumulação de lucro via extrativismo do babaçu não faz parte dos interesses dessas pessoas, elas apenas desejam continuar a exercer seu modo de vida em harmonia com o seu território.

“O capitalismo, síntese histórica dos homens, os libertou de sua dependência dos elementos naturais os elevando a depender de suas próprias criações, das matérias que fabricaram e das forças que puseram em movimento, pois se tornaram coisas sociais portadoras de funções humanas.” (AYRES JÚNIOR, 2007 p 21).

“Assim se consolida a questão agrária brasileira, cuja fórmula de acumulação privilegia a extração da mais-valia social, via monopolização da propriedade e consequente potencialização da capacidade de extrair renda da terra. É essa mesma concentração que irá atuar no encolhimento do poder de barganha dos trabalhadores,

nas esferas de representação dos mesmos no tamanho do mercado interno, não apenas no sentido econômico, mas no nível de privação que o mesmo implica.” (TOMIASI, 2006 p. 70)

A partir desses ideais propostos pelo capitalismo, que se contrapõe com o modo de vida das pessoas do campo, temos conseqüentemente conflitos de interesses que geram uma série de problemáticas, principalmente para as comunidades, uma vez que estes confrontos ocorrem majoritariamente em seus territórios e faz com que os maiores afetados sejam essas pessoas. Pois podem perder território, geograficamente falando, ou até mesmo suas vidas.

Os grandes latifundiários visam obter terras a qualquer preço para o acúmulo de capital, por isso a necessidade de obtenção de terras como a do Médio Mearim. Em contrapartida a esse interesse, temos os nativos que compreendem que o importante não é o acúmulo de riquezas, e sim a busca pela subsistência com uma qualidade de vida saudável e respeitando o limite de resiliência da natureza.

Para Tchayanov (1924), “o produto do trabalho familiar, único e indivisível, e, por conseguinte, a prosperidade da exploração familiar não aumentam de maneira tão marcada com o rendimento da exploração capitalista influenciada pelos mesmos factores. Com efeito, o trabalhador, o trabalhador camponês, ao tomar consciência do aumento da produtividade do trabalho, isto é, diminui a auto-exploração da sua capacidade de trabalho. Satisfaz as exigências da família de maneira mais completa dependendo menos trabalho e diminuindo por tanto, globalmente, a intensidade técnica da sua atividade econômica.”

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (p. 118, 2005) reitera que “quanto a distribuição dos conflitos por terra verifica-se que, embora a maior parte violenta deles ocorram na Amazônia, as regiões brasileiras de ocupação historicamente antigas continuam também registrando quantidade expressiva dos mesmos. Assim, a luta pela terra no Brasil não é um fenômeno exclusivo da fronteira e nem mesmo ela esta fechada como escreveram alguns intelectuais. A luta pela terra é um fenômeno presente em todo o campo brasileiro, de norte a sul, de leste a oeste.”

Nesse contexto, as áreas rurais maranhenses são bons exemplos de territórios com conflitos, onde as comunidades resistem de forma brava contra a lógica perversa capitalista. Como é o caso de Lago do Junco, onde o alvo maior das disputas são as terras, pois movidos pelo grande potencial que o local possui, vários representantes do capital desejam comandar aquela região. Vale destacar a ação de grandes fazendeiros, que utilizaram grilagem para se declararem donos de terras para a implantação de atividades de pecuária e monoculturas, e para isso eles necessitam suprimir a vegetação nativa do território, conseqüentemente gerando malefícios aos babaçuais.

Rego e Andrade (2006, p. 3) enfatizam que “na região do Médio Mearim fortes conflitos foram travados, principalmente na década de 1980, tendo como foco de resistência centenas de famílias camponesas que lutaram, e lutam, dentre alguns outros motivos, contra a submissão causada pela apropriação das terras por grandes

proprietários. A redução brusca do estoque de terras disponível à agricultura camponesa e ao extrativismo fez surgir, além de um confronto direto com vaqueiros, capangas, milícias privadas a serviço daqueles proprietários e policiais, outras formas de relações econômicas, além de situações conflitantes no momento das práticas extrativistas.”

Sendo assim, a compreensão melhor aprofundada desse território se mostra necessária, para análise das ações exercidas pelas comunidades na continuação da luta pela manutenção de sua identidade. Tal prática ocorre ao longo de décadas e saber passar o bastão para as próximas gerações se torna um mecanismo importantíssimo para manutenção da autonomia territorial, pois os jovens atuais carregam a responsabilidade de preservar a cultura de seu povo e herdar consigo também as lutas de seus antepassados.

2 | OBJETIVOS

O objetivo foi investigar o funcionamento dos processos de conscientização, preparação e continuidade da cultura que envolve o extrativismo do coco babaçu em relação aos jovens do município, com ênfase nas comunidades de São Manoel e Ludovico. Toda essa preparação passa por um ciclo, onde atualmente e historicamente a população tenha preservado a cultura local, e conseqüentemente os mais jovens irão crescer sendo incorporados aos costumes vigentes, serão entendedores que fazem parte de um todo e que possuem papel relevante para o seguimento de ações que venham beneficiar todos os moradores da região.

Em função das riquezas locais já enfatizadas, historicamente há um registro altíssimo de conflitos entre latifundiários e camponeses em função do uso do coco, diferente dos camponeses que são nativos, os grandes empresários tendem a explorar os babaçuais com finalidades distintas da população de Lago do Junco, mobilizados pelas práticas capitalistas de arrecadação, visam somente o lucro que pode ser adquirido através do fruto e não demonstram preocupação com práticas que venham a preservar os babaçuais e a sociedade que vive na região.

Em razão dessa problemática, tentaremos mostrar como os jovens estão sendo preparados para suas inserções nessa luta rotineira em busca de uma vida digna para seu povo. Luta essa que se torna mais difícil com o passar dos anos, uma vez que com as mudanças advindas do século XXI, alguns jovens possuem outros anseios e em alguns casos desejam buscar outros objetivos que se diferem aos de seus antepassados, fazendo assim com que a população atual tenha que enfrentar mais essa barreira na busca por essa conscientização dos jovens pela cultura local.

3 | METODOLOGIA

Inicialmente um estudo amplo sobre a temática foi executado, em busca da

obtenção de melhor embasamento sobre a área de estudo. Algumas leituras de artigos, periódicos e livros foram feitas, antes do planejamento de visita a campo. Essa etapa se fez necessária para elaborar principalmente as indagações e pontos relevantes que seriam encontrados durante a ida ao campo.

Lakatos e Marconi (2005, p. 20) ressaltam que “os livros ou textos selecionados servem para leituras ou consultas; podem ajudar nos estudos em face dos conhecimentos técnicos e atualizados que contêm, ou oferecer subsídios para a elaboração de trabalhos científicos, incluindo seminários, trabalhos escolares e monografias.”

Foi realizada visita ao município de Lago do Junco, no início de 2016, onde presenciamos nas comunidades de São Manoel e Ludovico a realidade que é retratada no estudo, através de relatos de moradores e conhecendo suas cooperativas e associações, tivemos maior entendimento de como é realizado o processo organizacional da comunidade para saber lidar com as adversidades encontradas ao longo dos anos e como eles se preparam para enfrentar os problemas atuais e os que aparecerão.

Pensando em questões futuras, é realizada a inserção de jovens das comunidades nas cooperativas e associações para um entendimento de como essas organizações funcionam e qual a relevância que possuem para o seu povo. A observação se deu principalmente nesse âmbito, buscando analisar quais funcionalidades os mais novos exercem dentro de suas comunidades e como eles enxergam o valor de suas participações em todo esse cenário conturbado, mas que faz parte da história de todos e de qual maneira acham que podem/devem ajudar na manutenção das riquezas de seu território.

4 | DESENVOLVIMENTO

Como foi relatado, o município de Lago do Junco sofre bastante com um embate desigual, onde através de muita organização e inteligência, eles puderam encontrar soluções para tentar defender seu território com as criações de organizações, associações e cooperativas onde reúnem agricultores familiares e quebradeiras de coco que compreendem a importância de lutarem juntos, a resistência ganhou força e possibilitou a continuidade dos seus modos de vida, por meio da agricultura de subsistência e o extrativismo. Evidenciando que é possível retirar da terra tudo aquilo que é necessário para sua subsistência e ainda permitir que ela se regenere de impactos mínimos que possam ser causados pelo desenvolvimento dessas atividades, não necessitando que a população do campo se desloque para as grandes cidades.

“A emergência da luta pela reforma agrária é resultado de conflitos desencadeados no campo numa fase caracterizada pelo forte crescimento econômico do país, associado ao avanço da industrialização e da oferta de trabalho urbano, com mudanças significativas na cidade. Sua ampla disseminação se dá, porém, quando

o país reafirma a sua opção por um modelo de agricultura extremamente excludente e as oportunidades de trabalho na cidade tornam-se mais restritas. A reforma agrária surge como alternativa de trabalho, moradia e reprodução social para um número crescente de trabalhadores pobres que, dada a sua baixa qualificação em relação às atuais exigências do mercado, dificilmente encontrariam melhor forma de inserção produtiva.” (MARQUES, 2008, p. 63)

“Toda sociedade ao se constituir a si mesma constitui seu espaço conformando, assim, seu território. Deste modo, o território não é uma substância externa, nem tampouco uma base sobre a qual a sociedade se erige, como queria Hegel. Ao contrário, o território é constituído pela sociedade no próprio processo em que tece o conjunto das suas relações sociais e de poder.” (PORTO-GONÇALVES, p. 143, 2006)

O que acontece atualmente com os jovens que moram no município é que muitos almejam realizar seus sonhos pessoais fora dali, com pensamentos de crescer profissionalmente tendem a buscar outras cidades onde possuem mais oportunidades, e isso preocupa a população local em geral, tendo em vista isso, foram criados mecanismos onde a população insere esses jovens em questões pertinentes das comunidades.

Através da análise nas comunidades de São Manoel e Ludovico, podemos compreender como é a organização que a comunidade possui tanto no que diz respeito à comercialização do coco, preservação das palmeiras e conhecimento sobre a lei do babaçu. No entanto, percebe-se que as formas de sociedades rurais contemporâneas apresentam significativas transformações no âmbito das concepções de mundo, estilos de vida, modalidades de trabalho e, sobretudo, dos processos de tomada de decisão. Diante deste contexto, emerge a problemática da desvalorização do meio rural por parte da juventude, que dentre as implicações, tem contribuído com a constante saída de jovens para centros urbanos em busca de novos horizontes.

Os jovens demonstram bastante preocupação com sua integração nesse processo de buscar via educação mecanismos que venham ajudar futuramente todos de suas respectivas comunidades, porém os mais antigos da comunidade possuem plena consciência de que a vida levada por eles e seus antepassados através do coco babaçu, pode ser algo que não venha a ser seguido pela geração atual, por isso ressaltam a sua importância nesse processo de conscientização, preparação e continuidade dos mais jovens.

É constantemente ressaltado o valor histórico que o babaçu possui para a região, então os jovens são influenciados a estudar, mas já possuem conhecimento de que eles têm grandes responsabilidades na manutenção de tudo que foi conquistado por seus pais. Sabendo que foram conquistas através de grandes dificuldades, mas tudo em busca de manter sua cultura e pelo direito de poder usufruir de forma independente das riquezas que suas terras vos forneceu, importante ressaltar o associativismo, com ele se busca estabelecer uma forma de conscientizar a comunidade da importância do babaçu para o local e organizar modos com que se mantenha viva a cultura em prol

daquilo que é a identidade desse povo, hoje as associações são administradas pelos mais antigos, mas os jovens participam e dizem ter vontade de seguir os caminhos de seus antecessores.

O trabalho da associação surgiu pela necessidade da comunidade se organizar, em meados da década de 1950/1960 vários nordestinos vieram para o Maranhão fugindo da seca, atrás de água, terra, caça, de uma vida melhor. O que fez muitas terras serem ocupadas por diversos imigrantes, depois na década de 1970 teve o incentivo do governo a agropecuária, onde houveram derrubadas de várias palmeiras e tirando mais terras da população que já as ocupava.

Frantz (2012), fala que “o cooperativismo moderno carrega em seu núcleo o objetivo da valorização do trabalho humano. Os associados desenvolvem uma conduta racional de associação, de cujo processo nascem formas de organização e instrumentalização de seus interesses e objetivos. Organizar uma cooperativa é buscar construir poder, especialmente nas relações econômicas com o mercado. A organização cooperativa constitui-se como uma reação aos problemas técnicos ou políticos de produção e distribuição das riquezas entre os seres humanos. A base da organização cooperativa está fundada nas dimensões técnicas e políticas do trabalho humano e associada às consequências sociais daí decorrentes. O comportamento cooperativo dos associados na empresa-cooperativa deve ser racionalmente organizado, mediante normas, regras, contratos”.

A educação se mostra um grande obstáculo que o campo deve vencer o morador Raimundo Vital dos Santos, diz que “há uma tentativa de estreitar as relações entre a comunidade e o ensino agrícola”, e ressalta que muitos jovens do município conseguem adentrar à universidade e pensam futuramente ajudar seu povo, de acordo com sua formação, pensando em retornar ao município com mais conhecimentos para aplicar tudo isso em forma de benefícios à sua terra.

Na região do Médio Mearim, mais precisamente no município de Bacabal, que fica próximo à Lago do Junco, existe um campus da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, onde funciona o programa do governo federal PROCAMPO (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo) que possibilita o acesso de pessoas do campo ao ensino superior, através do programa eles aprendem conhecimentos básicos sobre várias áreas para futuramente aplicarem em suas comunidades, os estudos ocorrem num regime de alternância, onde os alunos passam alguns dias alojados na universidade e outra parte em seus locais de origem desenvolvendo aquilo que estão aprendendo (45 dias de aulas, pausa e mais 45 dias de aulas). Os moradores de Lago do Junco enxergam com bons olhos essas oportunidades, e desejam que isso venha gerar bons resultados no futuro, pois acreditam que através dos estudos eles podem buscar melhorias para suas comunidades.

Portanto, a educação para o jovem rural surge como estratégia de desenvolvimento do espaço campesino, com alcance social mais abrangente, impulsiona a alfabetização

e a educação de jovens e adultos, como também a formação de educadores atendendo as necessidades do campo considerando a forma e modalidade de vida dessa gente, promovendo certamente avanços sociais, ambientais, culturais e econômicos. Esta é uma das maneiras de conter o êxodo desse público para a cidade, que deixa de atuar no desenvolvimento da sua comunidade e podem até mesmo esquecer suas raízes culturais, enfraquecendo os valores e avanços sociais defendidos pelo seu povo ao longo dos anos.

Além disso, existem as escolas famílias agrícolas, onde o ensino básico (do primeiro ao quinto ano) é o foco, onde se tem uma escola diferente. Onde as crianças passam a semana na escola de forma integral e aprendem as disciplinas habituais da grade curricular nacional, mas também aprendem sobre cultivo, criação de animais domésticos e como ter uma relação mais saudável com a terra. E durante os fins de semana, algumas famílias dos alunos ocupam a escola para poder cuidar do espaço. São escolas estruturadas e mantidas pelas comunidades, em prol do fortalecimento da cultura e do jeito de se pensar a vida em comunidade, são locais onde o dia a dia é diferente e as crianças têm aprendido diferentes valores.

Conhecemos também o NEDET (Núcleo de Estudos e Desenvolvimento Territorial), esse núcleo tem como coordenador um filho da região do Médio Mearim, que busca por meios legais conseguir benefícios para aquele povo, em busca de políticas públicas que possam trazer melhorias para os habitantes da região, discute questões de gênero e articula a questão da produtividade. Eles pensam em como identificar ações benéficas e desenvolver nas comunidades, o estudo e pesquisa do território, meios de fortalecer os concelhos municipais, qual o tipo de desenvolvimento se possui no Médio Mearim, qual o papel do território para a população. Em função das características citadas e pelo fato de ser coordenado por um alguém da região que entendeu que precisava fazer algo pelo seu lugar, o NEDET é um grande exemplo para aqueles jovens que pensam em tentar fazer algo benéfico para seu local de origem futuramente.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar o estudo percebemos que muitas questões ainda necessitam de uma maior atenção do poder público, com uma maior intervenção governamental seria viável uma manutenção das riquezas do local e da cultura de seu povo, de forma que não fosse necessário haver esse histórico de batalhas, literalmente batalhas, onde os que perdem são os maranhenses em sua totalidade. Mas a população possui total conhecimento de seus direitos e se organiza de forma inteligente para preservar isso que entende como seu de direito, isso é um alento, mas não o bastante, como muitos moradores dizem: “O babaçu é uma benção de Deus, cabe a nós preservarmos”.

Toda essa dificuldade encontrada ao longo dos anos parece somente ser apenas

mais combustível para a busca incansável de abrir os olhos das gerações futuras e fazer com que se perceba que o território é seu, as terras são suas e devem ser usadas de forma respeitosa, nenhum morador de Lago do Junco citou o interesse de ficar rico através do coco babaçu, eles dizem a todo instante que só desejam viver em paz através do extrativismo do coco e de uma forma digna.

Atroca de experiência com eles foi muito proveitosa, são vidas distintas dialogando e chegamos ao entendimento de que apesar das inúmeras adversidades, eles não desanimam, são muito felizes com tudo que possuem e não temem as dificuldades vigentes e as que estão por vir, talvez esse seja o grande motivo de terem lutado e continuar até hoje, o amor por aquilo que é seu maior bem.

REFERÊNCIAS

AYRES JÚNIOR, José Costa et al. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do Médio Mearim maranhense.** 2007.

CHAYANOV, Alexander V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas,** 1924 p485.

DE OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** Terra Livre, v. 2 2005.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária.** 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, p 49-78, 2008.

REGO, Josoaldo Lima; DE PAULA ANDRADE, Maristela. **História de mulheres:breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão.** Agrária (São Paulo. Online), n. 3, p. 47-57, 2005.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses.** UNESP, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina.** Revista Eletrônica AGB-TL, v. 1, n. 3, p. 5-26, 2006.

A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS SUCROALCOOLEIROS NO VALE DO IVAÍ (PR) E A AÇÃO CORPORATIVA NO TERRITÓRIO

Jhonatan dos Santos Dantas

Professor do colegiado de Arquitetura e Urbanismo, UNIGUA. Guarapuava – Paraná.

RESUMO: O presente trabalho demonstra a formação dos Complexos Agroindustriais Sucroalcooleiros na região do Vale do Ivaí (PR), sendo uma região fortemente influenciada pela cultura canieira e pelos Complexos Agroindustriais Sucroalcooleiros. O surgimento destas usinas ocorreu a partir da criação do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), com subsídios e suporte do estado para o fortalecimento do setor sucroenergético no país. O surgimento destas usinas ligado à modernização da agricultura regional causou uma reestruturação na dinâmica produtiva e no espaço geográfico de forma considerável sendo alvo da discussão.

PALAVRAS-CHAVE: Complexos Agroindustriais. Setor Sucroalcooleiro. Vale do Ivaí (PR).

ABSTRACT: The present work demonstrates the formation of Sugarcane Agroindustrial Complexes in the region of Vale do Ivaí (PR), being a region strongly influenced by the sugarcane crop and the Sucroalcooleiro Agroindustrial Complexes. The emergence of

these plants occurred with the creation of the National Alcohol Program (PROÁLCOOL), with subsidies and support from the state to strengthen the sugar-energy sector in the country. The emergence of these plants linked to the modernization of regional agriculture caused a restructuring in productive dynamics and geographical space in a considerable way being the subject of discussion.

KEYWORDS: Agroindustrial Complexes. Sugar and alcohol industry. Vale do Ivaí (PR).

INTRODUÇÃO

No século passado o mundo se vê diante de uma reestruturação no setor de produção de alimentos e uma nova agricultura técnica e moderna, paralelamente houve grandes mudanças na economia internacional, fruto de inovações tecnológicas, criação de programas internacionais de regulação econômica de uma nova organização financeira e monetária a nível mundial, que resulta em incorporações, fusões, associações e uma economia pautada no desenvolvimento neoliberal, aonde a lógica produtiva e comercial vai além dos territórios nacionais.

A readequação do sistema financeiro e do desenvolvimento tecnológico oriundos do período *técnico científico informacional* causou

grandes impactos no campo em uma escala mundial.

As grandes corporações empresariais dos setores agroindustriais acabam por orientar em uma lógica mundial o padrão tecnológico de concorrência, assim, a reestruturação produtiva do campo apesar de recente, acabou definindo novas territorialidades, novos processos de organização dos setores produtivos e uma nova dinâmica econômica regional nos locais onde tais empresas territorializam, além de grandes impactos socioeconômicos em diversas escalas.

As políticas públicas dos estados nacionais são fundamentais neste contexto, pois orienta o desenvolvimento de setores produtivos, impulsionando a economia regional, que pode acarretar grandes impactos sejam positivos ou negativos.

Neste íterim, a modernização na agricultura trouxe em diferentes recortes espaciais, vários processos resultantes dos diferentes tipos de modernização e do setor específico de desenvolvimento.

No Brasil, vários autores como Fajardo (2008;2008), Oliveira (2012), Mesquita e Mendes (2009), Dantas e Vercezi (2014), Kageyama (2008), entre outros, ilustram e discutem os processos que levaram o Brasil a aderir um modelo agroexportador, e modernizar o campo.

A consequência da modernização e do incentivo estatal para este fato, condicionado a uma nova dinâmica mundial de “agroindustrialização”, resultou em uma nova base territorial produtiva no país. O conjunto de fatores como a reestruturação do setor financeiro mundial, a crescente presença do capital estrangeiro no país, o incentivo governamental para modernização agrícola e para industrialização, ocasionou novos ordenamentos territoriais e o reflexo destes processos se deu tanto no campo como nas cidades.

Neste contexto, o trabalho discute o processo de surgimento e a dinâmica da atuação das agroindústrias canavieiras no Vale do Ivaí (PR); em um primeiro momento, como se deu a formação dos Complexos Agroindustriais Sucroalcooleiros na região, fato que está intimamente ligado a criação de políticas públicas que favoreceram a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) sucroalcooleiros, e o segundo momento, analisou-se a dinâmica e evolução das agroindústrias sucroalcooleiras que territorializam a região. Sendo uma agroindústria de capital estrangeiro e a outra uma cooperativa agrícola paranaense.

Foram utilizados referenciais teóricos que discutem a formação dos Complexos Agroindustriais, que desenham noções sobre a modernização da agricultura brasileira, e uma análise sobre a produção canvieira no Paraná e no Vale do Ivaí, além de pesquisas *in lócus* e nos sites das duas usinas da região.

Também utilizamos dados do IBGE, IPARDES e referenciais teóricos nas áreas de geografia, economia, administração e desenvolvimento regional, além de algumas entrevistas realizadas no mês de maio de 2015 para coleta de dados.

Por fim, foram realizadas algumas análises dos resultados obtidos que posteriormente foram integrados aos referenciais teóricos para sistematização do

trabalho.

ABORDAGEM TERRITORIAL DO CAMPO BRASILEIRO

A abordagem do conceito de território sempre é bem vinda quando as ações de certos agentes desencadeiam processos que (re) configuram o espaço geográfico. Estes agentes, por conseguinte, cria relações de poder sob o espaço, orientadas por diferentes formas e contextos, sejam econômicas, culturais ou políticas, efetuadas por grupos que irá ditar o tipo de apropriação, configuração e relação com e sob o espaço.

Dias (2005 p.20) cita que:

A lógica territorial também deve ser desvendada como resultado de mecanismos endógenos – relações que acontecem nos lugares entre agentes conectados pelos laços de proximidade espacial – e mecanismos exógenos – que fazem com que o mesmo lugar participe de várias escalas de organização espacial.

Fajardo (2008 p.34) expõe que “o território econômico traduz-se, assim, no espaço das horizontalidades cujos objetos, os fixos e os fluxos materializados na estrutura espacial incorporam também transformações regionais”.

Na atualidade, conforme demonstra Oliveira (2012) as grandes empresas articulam-se através de processos monopolistas; neste contexto, ocorre a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios, permitindo neste sentido controle na produção das commodities dos diversos setores.

Ainda conforme o pensamento do autor, a agricultura orientada pela dinâmica capitalista atual, é constituída por três pilares: Produção de commodities, bolsa de mercadorias e monopólios mundiais posteriormente (OLIVEIRA, 2012).

Kageyama (2008) afirma que após 1950 o Brasil passa a se adaptar a dinâmica capitalista mundial, sofrendo uma grande expansão econômica – tal fato é concretizado por meio de uma nova lógica na atividade agrícola, industrial, no desenvolvimento comercial, além das finanças, comunicação, transporte etc.

Outro fator que implica diretamente no contexto brasileiro é a crise de 1929. Tal fato “[...] colocou em marcha a ruptura do padrão de acumulação que viria a ocorrer após a crise de 1929, conduzindo o país a um processo efetivo de industrialização, ainda que restringida”(KAGEYAMA, p.91).

Posteriormente a segunda guerra mundial há nítidas transformações socioeconômicas em uma escala global. Essas transformações também refletem na agricultura brasileira (FAJARDO, 2008).

Neste contexto, o Brasil passa a acentuar o processo de modernização do campo, pois os comandos agrícolas mundiais passam a exigir maior tecnificação dos diversos setores agrícolas; assim ocorre no Brasil a subordinação da agricultura à dinâmica industrial, esse processo acentua-se nos anos de 1960, e consolida-se em meados dos anos de 1970 (FAJARDO, 2008).

Erthal (2006), afirma que a modernização agrícola traz consigo mudanças na

base técnica de produção, exigindo elevado consumo e grau de intensidade, é neste contexto que entra a formação dos Complexos Agroindustriais, pois se concretiza a fase mais evoluída da agricultura, onde a produção é ditada por uma ordem e uma estrutura semelhante a da indústria, comandada pela lógica global, pelas redes técnicas, informacionais, comerciais etc.

No Paraná este processo se reproduziu de diferentes formas, temporalmente e espacialmente. Na região do Vale do Ivaí o processo de modernização da agricultura refletiu em novas estruturas territoriais e novos ordenamentos, causando um impacto significativo em vários aspectos, principalmente os socioeconômicos, o resultado disto, foi o crescimento desenfreado de algumas cidades, uma reestruturação na rede urbana, o êxodo rural, e a perda excessiva de população de alguns municípios.

O VALE DO IVAÍ (PR): DO CAFÉ À MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

A colonização da região norte paranaense é marcada pelo desenvolvimento da cafeicultura logo após a década de 1920, a ação do setor privado no loteamento mais bem sucedido da história do país tal como aponta Fajardo (2008), marcando o fracionamento das terras em pequenos e médios lotes.

Chies e Yokoo (2012 p.28) citam que:

[...] a organização em pequenas e médias propriedades (principalmente no norte novo e novíssimo) cultivadas a partir da produção familiar, a facilitação nas formas de pagamento da terra e o planejamento de uma rede de cidades que atendessem às necessidades da população rural, foram criadas a partir da ação das companhias colonizadoras. É importante destacar que tais características, aliadas ao solo de terra roxa (nitossolo), muito fértil, propiciando grande produtividade aos cafeeiros, foram fatores decisivos para atrair famílias de outras regiões do país, principalmente mineiros e paulistas, ao norte do Paraná, a fim de cultivarem o café.

A região passou a ser a maior produtora de café do mundo, atingindo o apogeu da safra nos anos 1961/62 atraindo população do País inteiro além de diversos imigrantes europeus.

A crise do café teve início com um longo período de geadas consecutivas, nos anos de 1942, 1953, 1955 e 1975, além do governo desestimular a cultura cafeeira e estimular culturas modernas, fato que se somou às grandes geadas, sendo um fator propício para a substituição de culturas, na qual começam se destacar a soja e o trigo.

Fajardo (2008) aponta que a transformação da base técnica de produção levou as lavouras mecanizadas a um rápido processo de expansão, em contrapartida o café sofre um grande declínio e conseqüentemente as pequenas e médias propriedades que abrigavam grande parte da população da região para o trabalho na lavoura cafeeira se vêem diante do êxodo rural e da perda excessiva de população de várias cidades do norte do Paraná. O inchaço urbano de cidades como Londrina, Maringá e Apucarana, é outro fator desencadeado pela substituição da cultura cafeeira.

Assim o processo de urbanização ocorreu extremamente rápido na região

(cerca de 30 anos), esse processo trouxe graves problemas tanto para a população camponesa na qual se vê forçada a vender suas terras e se retirar do campo migrando para cidade.

A reestruturação da hierarquia da rede urbana e a reestruturação do campo e das relações econômicas frente à modernização agrícola, trouxeram novos cenários de produção, uma nova divisão de trabalho e uma relação que integra as indústrias, a cidade, o campo e a produção moderna, desencadeando o surgimento de vários Complexos Agroindustriais que uni a produção do campo, ao processo de industrialização, comercialização e implementação tecnológica com alto grau de investimentos em suplementos, biotecnologia, mecanização e mão de obra especializada, constituindo novas dinâmicas econômicas pautadas na concorrência global do mercado corporativo.

Com o declínio do café na região, vários produtores locais em parceria com o poder público local, promovem a criação de cooperativas agrícolas, paralelamente em 1975 o governo brasileiro lança o Proálcool, o que atrai “olhares” vários agricultores, a partir de então a expansão da fronteira agrícola da cana de açúcar se expande para estados de Minas Gerais, Goiás e norte do Paraná, dando início ao surgimento dos canaviais no Vale do Ivaí.

O SETOR CANAVIEIRO NO VALE DO IVAÍ (PR)

No estado do Paraná a chegada da cultura canvieira se dá a partir do século XVII nas áreas litorâneas, mais especificamente Morretes, conforme destaca Anhesini, (2011).

Porém, apenas a partir de 1975 que o setor ganha destaque no estado devido à criação do Proálcool, política que incentivou milhares de agricultores a aderirem ao plantio dos canaviais que foi subsidiado por meio de créditos facilitados pelo Estado, esta política visou substituir combustíveis derivados de petróleo (DANTAS e HIERA, 2014).

A criação do Proálcool estimula a abertura de agroindustriais canvieiras, paralelamente, o estado do Paraná sofre o período de modernização agrícola e a alternância da cultura cafeeira, tais fatores impulsionaram uma nova orientação econômica que desencadeou vários impactos socioeconômicos em níveis regionais.

Shikida e Rissardi Jr (2007) assinalam que a implantação do Proálcool e os planos econômicos estratégicos como empréstimos e juros subsidiados a empresários que se dispusessem a criar destilarias, causou no norte do Paraná onde a produção açucareira era pouco expressiva, a implantação de mais de 28 destilarias, despontando um significativo setor econômico na região.

Com a desregulamentação do setor que ocorre no início dos anos de 1990, um dos primeiros resultados é a descentralização da produção do açúcar. O efeito deste

processo levou o Paraná a se tornar um dos maiores produtores de açúcar do país, sendo a agroindústria canvieira paranaense a maior representante em termos de exportação no contexto nacional (SHIKIDA e RISSARDI Jr, 2007).

Ainda de acordo com autor, há em âmbito mundial certo apelo para alternativas ao petróleo em busca de fontes renováveis para combustíveis; neste sentido, o Álcool surge como um atrativo que gera vários investimentos no setor, tanto nacionais quanto internacionais.

A COOPERVAL E A RENUKA

A Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivaí (COOPERVAL) foi fundada no ano de 1980 com sede no município de Jandaia do Sul (PR) produzindo etanol anidro e hidratado. A partir de 1996, passou a produzir açúcar e se firmou entre as maiores usinas do norte do estado do Paraná.

O que podemos destacar é que a criação da cooperativa esta relacionada diretamente à criação do Proálcool, ganhando “força” produtiva após o período da desregulamentação do setor na qual passou a implementar a produção de açucareira.

Atualmente a cooperativa formada por cerca de 130 cooperados, tem uma área plantada que abrange mais de 17 mil hectares, distribuídas em cerca de 10 municípios no Vale do Ivaí (Figura 1). Porém, os municípios cujo exerce maior representatividade tanto em questões de área plantada quanto empregatícia são os municípios de Jandaia do Sul (onde constitui a sede administrativa e a usina), Marumbi e Bom Sucesso.

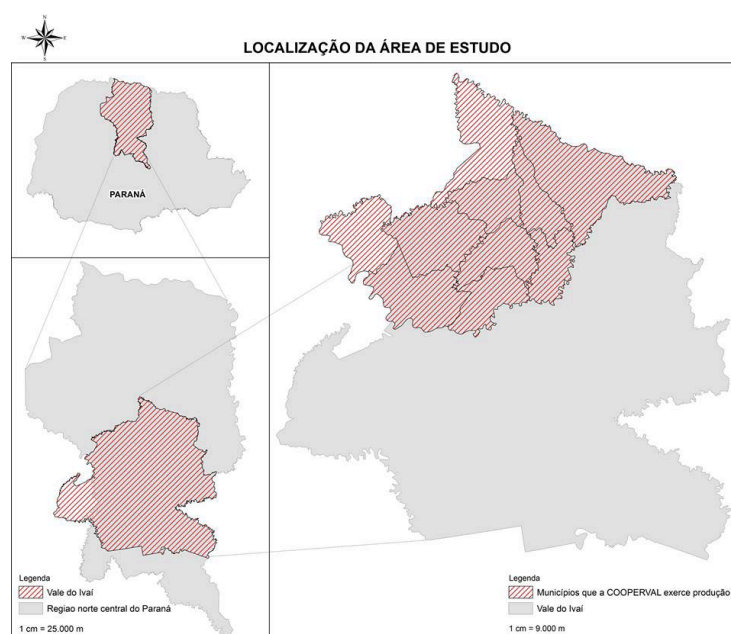


Figura 1: Localização do Vale do Ivaí (PR) e área de influência da COOPERVAL

Org: Autor (2016)

A cooperativa tem o etanol vendido principalmente no estado paranaense, e o açúcar 100% exportado, geralmente para Ásia, EUA e alguns países da América do

Sul (COOPERVAL, 2015).

Outra questão que vale ressaltar é os índices de produtividade. Em 1981 a área plantada da cooperativa era de pouco mais de 1400 hectares conforme demonstra Cavalheiro (2005), dez anos depois passava de 4800 hectares, e atualmente passa a marca de 17000 hectares (COOPERVAL, 2015).

Outra Agroindústria que merece destaque é a Renuka antiga Vale do Ivaí S.A. Atrelada também a criação do Proálcool a Vale do Ivaí S/A surge em 1981 no município de São Pedro do Ivaí, sendo uma destilaria com produção inicial somente de Álcool hidratado (CAVALHEIRO, 2005).

Em 1991 a agroindústria passa a produzir Álcool anidro e 1993 ocorre o início da produção de açúcar (RENUKA VALE DO IVAÍ, 2015). Em 2003/04 a área plantada da Vale do Ivaí S/A já era de quase 16 mil hectares, distribuídas em sete municípios no Vale do Ivaí.

Em 2008, ocorre aquisição da destilaria de Fronteira localizada em Minas Gerais, também ocorre aquisição da destilaria de Álcool da COCARI, e da unidade de Cambuí situada no município de Marialva (PR) (RENUKA VALE DO IVAÍ, 2015).

Em 2010 houve a aquisição do controle acionário pelo grupo indiano ShreeRenukaSugars, este grupo é o quinto maior produtor de açúcar no mundo, controla 7 usinas de cana de açúcar com capacidade de 35000 toneladas/dia, tem uma das maiores refinarias do mundo e uma capacidade de moagem de cana que ultrapassa 14 milhões de toneladas. O grupo adquiriu 4 usinas no Brasil, entre elas a Vale do Ivaí do município de São Pedro do Ivaí e São Miguel do Cabuí (OLIVEIRA, 2012) (RENUKA VALE DO IVAÍ, 2015).

Houve também um alto investimento tecnológico, ocasionando um aumento de cerca de 40% na produção, ultrapassando a marca de 1000 toneladas/dia, com uma área plantada que chega próximo a 60 mil hectares segundo IBGE/IPARDES (2012). Atualmente a empresa exerce produção em mais de 20 municípios que abrange outras áreas além da região do Vale do Ivaí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O declínio da cultura cafeeira no norte paranaense atrelado ao processo de modernização agrícola, e ao surgimento da política do Proálcool, permitiram a criação de diversas destilarias e usinas de cana de açúcar no Vale do Ivaí (PR).

Atualmente um dos setores que mais geram empregos na região é o sucroalcooleiro, cerca de cinco mil funcionários, somando trabalhadores, diretores e indiretos, cooperados e integrados, dependem das atividades canavieiras. O setor também contribui para geração de renda e impostos influenciando diretamente na economia dos municípios e de milhares de famílias.

O crescimento do CAIs sucroalcooleiro está diretamente ligado à criação de

políticas públicas que possibilitaram e viabilizaram por meio de investimentos a criação e expansão das usinas aqui analisadas.

Ambas as agroindústrias detêm mais de dois mil funcionários trabalhando diretamente e apresentam uma contínua disputa por espaço produtivo e por mercado.

A presença do grupo estrangeiro permitiu ampliar a implementação tecnológica e modernizar a produção, diversificando os produtos, ampliando a logística e estabelecendo uma relação financeira a nível mundial, articulando o território em uma rede global, que tem uma cadeia comercial dinâmica. O resultado disto é a ampliação significativa da produção, das áreas plantadas e da expansão do capital, isto demonstra a complexidade da ação corporativa sobre o território.

O mesmo ocorre com a Cooperval, pois apesar de manter uma gestão cooperativista, tem uma orientação pautada na modernização agrícola e segue a mesma lógica financeira do agronegócio mundial.

A ação corporativa no território é aqui apresentada no estudo de caso, demonstrando a dinâmica e as estratégias para expansão comercial, empresarial e domínio territorial agrícola, resultando na efetivação da territorialidade econômica das agroindústrias e do CAI sucroalcooleiro no Vale do Ivaí (PR).

REFERÊNCIAS

ANHESINI, J. A. R. **Influência econômica da agroindústria canvieira sobre os municípios produtores paranaenses** / (Dissertação) UEL. – Londrina, 2011.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense: 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARVALHEIRO, E. M. **A agroindústria Canvieira no Paraná: Evolução histórica e impactos sobre o desenvolvimento local**. (Dissertação) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2005.

CHIES, C; YOKOO, S. Colonização do norte do Paranaense: Avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Rev. GEOMAE**. Campo Mourão, PR v.3-n.1 p.27 - 44 1ºSem 2012

COOPERVAL. Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivaí. Disponível em [http: <www.cooperval.coop.br>](http://www.cooperval.coop.br). Acesso em 28 ago. 2015.

DANTAS, J; VERCEZI, J: A influência da agroindústria avícola e a territorialização urbana da zona sul de Rolândia (PR): O caso da empresa Big Frango. **Percursos/ NEMO**, Maringá, v. 2, n.1, p. 77- 102, 2014.

DANTAS, J; HIERA, M.A influência da dinâmica climática na produtividade da cana de açúcar no Vale do Ivaí/ PR. In: X Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, V Simpósio Paranaense de Climatologia e reunião CoC- UGI. **Anais**, p. 1382- 1393, Curitiba, 2014.

DANTAS, J. **Poder, território e territorialidade: o caso da cooperativa agroindustrial do Vale do Ivaí – COOPERVAL**. (Dissertação) PPGG/UNICENTRO. 2017.

DIAS, Leila Christina. **Os sentidos da rede: notas para discussão** In: DIAS, L.C. e SILVEIRA, R.L.L.da. (org). *Redes Sociedade e Território*. Santa Cruz do Sul. Edunisc, 2005, p. 11-27

ERTHAL, Ruy. Os Complexos Agroindustriais no Brasil – seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista geo-paisagem**. Universidade Federal Fluminense Ano 5nº9, jan./jun. 2006.

IBGE/IPARDES – Área plantada por municípios da Renuka Vale do Ivaí, relatório 2013.

FAJARDO, S. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

_____. Complexo Agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 27, p.31- 44, set. 2008.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento Rural: Conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. UFRGS – PGDR. RS, 2008.

MESQUITA, L.A.P; MENDES, E.P.P. **Modernização da agricultura e formação dos Complexos Agroindustriais**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-17

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. XII Colóquio internacional de geografia crítica. Lasindependencias y construccion de estados nacionales: poder territorializacion y socializacion, siglos XIX – XX. Bogotamay – 2012.

RENUKA VALE DO IVAÍ – Acesso site 15/08/2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SHIKIDA, P.F.A; RISSARDI Jr. D.J. **A agroindústria canavieira do Paraná pós desregulamentação**. Cascavel. Coluna do Saber, 2007.

UMA ANÁLISE DA MECANIZAÇÃO DAS SALINAS E O DECRÉSCIMO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA DE MACAU/RN ENTRE 1970 E 2000

Iapony Rodrigues Galvão

Docente do Departamento de Geografia – Centro de Ensino Superior do Seridó - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
iapony5@hotmail.com

INTRODUÇÃO: OS ANTECEDENTES DA PRODUÇÃO SALINEIRA POTIGUAR

As salinas têm sido utilizadas pelo homem há milênios, onde o procedimento usado era o mesmo utilizado nas salinas tradicionais de algumas partes da África, América do Sul e Oceania, consistindo em represar a água do mar em diques de argila e aguardar a precipitação de sal, com uma predominância de NaCl e alto conteúdo de sais de cálcio, magnésio, etc (COSTA et al, 2013).

No território brasileiro, a história do sal está ligada diretamente com o período da colonização portuguesa. Quando da chegada dos primeiros exploradores em terras brasileiras, estes não faziam a mínima ideia da ocorrência natural de sal marinho; assim, todo o sal que utilizavam teria que ser trazido de suas terras de origem, da mesma forma como qualquer outra mercadoria que eles precisassem e não a tivessem disponível (ANDRADE, 1995).

Assim, no período colonial este mineral servia principalmente para alimentação humana e dos bois e cavalos, além da preparação do charque pelo salgamento da carne bovina e seca sob o sol. Além disso, havia relevância do mesmo como matéria prima na Europa, especialmente para a expressiva produção de bacalhau, arenque e outros peixes que eram importantes nas economias de Portugal, Holanda e dos países escandinavos (ARBOCZ, 1986).

No que se refere ao contexto potiguar neste período colonial, Trindade e Albuquerque (2005, p. 46), em suas “Notas Econômicas do Século XX”, mencionam que “durante os períodos de colônia e império, a economia do Rio Grande do Norte era impulsionada pelos setores agropecuário e extrativo, com destaque para o sal, o algodão, o açúcar, a mandioca, a criação de bovinos, ovinos, caprinos e muares, a cera de carnaúba, etc”.

Desta maneira, em especial no caso do sal marinho, Andrade (1995) comenta que, na metade final do século XVI, começaram a ser descobertas grandes salinas naturais que se formaram sem qualquer intervenção do homem. Estas salinas estavam situadas ao longo da costa da capitania do Rio Grande (atual Estado do Rio Grande do Norte e parte do atual Estado

do Ceará), formando-se em grandes várzeas onde a água do mar naturalmente era represada e cristalizava-se naturalmente.

Esta extração por reservas naturais predominou por todo o período colonial. Somente a partir da segunda metade do século XIX, já no período imperial, é que cresceram as demandas pelo produto para o curtimento de couros, a salga de peixes, carnes, produtos de consumo e comércio em geral entre vilas e povoados que surgiam (SANTOS, 2010).

Essas demandas em vários pontos da colônia levaram os primeiros colonizadores a construir pequenas salinas em alguns locais da costa do que hoje corresponde ao Nordeste de modo que esta demanda pudesse ser suprida, mas a produção salineira continuou a ser insuficiente para suprir uma demanda vertiginosamente crescente. Eram salinas de pequeno porte, cuja produção somente era suficiente para o consumo das regiões em que se instalavam (CASCUDO, 1955), mas segundo Andrade (1995), a construção de salinas se disseminou rapidamente no espaço que hoje corresponde à região Nordeste.

Com o desenvolvimento desse processo de construção, passou-se a utilizar faixas de terras mais altas em relação ao nível da maré, surgindo os primeiros adventos tecnológicos, como por exemplo, os cata-ventos (processo rústico para bombear a água da maré para dentro dos cercos das salinas), que serviam para bombeamento e elevação da água. Mas ainda o processo de extração, genericamente, ainda era bastante semelhante ao início da colonização, sofrendo mudanças apenas no início do período republicano, como será visto a seguir.

O PERÍODO REPUBLICANO E O MONOPÓLIO DA EXTRAÇÃO SALINEIRA

Em 1889, quando da instalação da República, estabelecendo-se um novo tipo de monopólio que viria a mudar o panorama político para a indústria de extração do sal no Rio Grande do Norte. Pelo decreto nº 10.413, de 26 de Novembro de 1889, a União concedeu em favor do Sr. Antônio Coelho Ribeiro Roma, pela empresa com sede no Rio de Janeiro, Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Açu (CNS), o direito exclusivo à exploração dos terrenos devolutos compreendidos entre Areia Branca e Macau, por um prazo de 30 anos, fato que ficou conhecido como Concessão Roma (CARMO JÚNIOR, 2006).

Desta forma, valendo-se do seu direito adquirido com a Concessão Roma e dispondo de muito capital e embarcações, esta empresa adquiriu por valores irrisórios as pequenas salinas existentes, não permitindo a existência de qualquer concorrência em sua área de exploração (ANDRADE, 1995). Em sua instalação em Macau, nenhum imposto foi cobrado sobre o sal e, ainda, foi pedida ao Governo Federal, uma espécie de taxa que valorizasse o produto no mercado (CARMO JÚNIOR, 2006).

No ano de 1915, a Concessão Roma já não conseguia se sustentar no descumprimento de suas cláusulas, sendo anulada em 1920 (CARMO JÚNIOR, 2006).

Sua queda significou a ascensão de produtores potiguares como também possibilitou a entrada de outros grupos vindos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Assim, a história desses grupos é caracterizada pela absorção de uns pelos outros, até a década de 1960, quando foram absorvidos em sua grande parte por grupos internacionais. (FERNANDES, 1995, p.35). De fato, a consolidação da indústria salineira potiguar só ocorreu no período que vai de 1930 ao final dos anos de 1950. A partir de então, o Rio Grande do Norte apresentou produção sempre superior a 50% da nacional, onde o município de Macau tornou-se o verdadeiro coração da indústria salineira brasileira (ANDRADE, 1995; SOUSA, 2007).

E também se destaca a grande atração populacional para Macau, pois há uma grande necessidade de mão-de-obra para trabalhar nas salinas. Cerca de 30% da população local trabalhava direta e indiretamente nas salinas (CASCUDO, 1955), com a cidade se tornando uma das dez maiores aglomerações urbanas do Rio Grande do Norte nas décadas de 1940 e 1950, com a população se aproximando dos 20 mil habitantes.

Mas este quadro de atração populacional sofreria drástica mudança nos anos 1960. A modernização do parque salineiro, necessário para ampliar a produção nacional e diminuir a dependência estrangeira, traz impactos profundos para o contingente populacional Macauense, pois altera drasticamente o quadro econômico e trabalhista local (COSTA, 1991). Tal contexto torna-se mais evidente no tópico a seguir.

A MODERNIZAÇÃO SALINEIRA PÓS DÉCADA DE 1960

Sobre a modernização salineira, antes da chegada dos grupos estrangeiros – ocasionando o processo de desnacionalização das salinas do Rio Grande do Norte, ocorrido no período de 1969 a 1975 (COSTA, 1991), é preciso compreender o ambiente político que propiciou tal fato (CARMO JÚNIOR, 2006).

Assim, na década de 1950, o governo de Juscelino Kubitschek com sua política desenvolvimentista baseada na industrialização como forma de promover o crescimento econômico e atenuar as enormes diferenças sociais nas regiões Sudeste – que se desenvolvia avassaladoramente –, e o Nordeste – que despontava como uma das áreas mais pobres do mundo –, criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) (COSTA, 1991).

Este grupo de trabalho elaborou um documento que resultou na criação de um organismo para executar a política proposta que se chamou Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Em seu II Plano Diretor, que vingou de 1963 a 1965, a SUDENE enfatizou a implementação de indústria de grande porte, assim como, a modernização e dinamização de setores industriais já existentes, mas que operavam seguindo moldes artesanais, como era o caso das nossas salinas as quais, por motivos de ordem natural, davam sinais de dificuldades para abastecer o

mercado consumidor interno (CARMO JÚNIOR, 2006).

Desta forma, as dificuldades eram causadas principalmente pelo fato da década de 1960 ser marcada pelo aumento do consumo de sal no País, notadamente graças ao desenvolvimento da indústria química, grande utilizadora deste produto como matéria-prima (COSTA et al, 2013).

E assim ocorreu, como preconizava o Plano Diretor da SUDENE, porém com uma ressalva: os mecanismos de incentivos fiscais exclusivos às empresas nacionais foram estendidos aos investimentos de grupos estrangeiros, resultando, assim, num processo que culminou na desnacionalização, monopolização e extinção das pequenas salinas do Rio Grande do Norte, as quais foram incorporadas ao capital de grupos estrangeiros, financiados pelo próprio dinheiro nacional (CARMO JÚNIOR, 2006).

Para atender às exigências da modernização, as empresas tiveram que utilizar os incentivos fiscais da SUDENE, a qual facilitou a penetração das empresas multinacionais no Nordeste e as incentivou quando retirou do seu II Plano Diretor a restrição de utilização pelas empresas de capital estrangeiro do mecanismo de dedução fiscal, antes somente permitida a empresas de capital cem por cento nacional. Assim, os incentivos fiscais induziram os investimentos internacionais para a região Nordeste, facilitando, dessa forma, a penetração no parque salineiro potiguar (COSTA, 1991).

Com a incorporação das pequenas empresas iniciada em 1969, a obtenção das melhores áreas salineiras e com a introdução da tecnologia ao processo, já no início da década de 1970, a maior parte da produção de sal do Rio Grande do Norte estava sob o controle de 03 grandes grupos: o grupo Morton Norwich Products INC., americano, que passou a comandar as salinas Sosal e Guanabara; o grupo Akzo Zoult Chemie, holandês, que passou a comandar as salinas da Companhia Industrial do Rio Grande do Norte (CIRNE); e o grupo Nora Lage, italiano, que assumiu o controle das salinas da Henrique Lage (COSTA, 1991; CARMO JÚNIOR, 2006).

Desse modo, a crise do início dos anos 1960 foi marcante para a modernização da economia salineira, e para o fim de um antigo regime produtivo e de política econômica como o sistema de cotas de Vargas que tinha inspiração na Itália de Mussolini (CARVALHO JÚNIOR E FELIPE, 1982). A primeira salina brasileira planejada com sua produção totalmente mecanizada foi a Salinas Guanabara S/A (SOUSA, 1988).

A economia salineira potiguar começou a passar então por enormes mudanças, grande parte delas financiadas por investimentos estrangeiros. Tais mudanças se deram no sentido de mecanizar a extração de sal, tornando-a uma atividade intensiva. Outro caráter marcante foi à concentração da produção e da renda da atividade salineira potiguar (COSTA, 1991).

Desta forma, o período da modernização trouxera para o a região salineira do Rio Grande do Norte a penetração de muitas indústrias multinacionais, graças às políticas de incentivo do governo federal, e à incapacidade dos produtores locais em dar a contrapartida aos financiamentos e incentivos recebidos, principalmente, por meio da SUDENE (SANTOS, 2010).

Estas empresas adquiriram as melhores áreas e nelas intensificaram sua atividade industrial e logo se oligopolizaram (CARVALHO JÚNIOR E FELIPE, 1982), o que perdura até os dias de hoje, pois em 2007, apenas 8 produtores respondiam por 92,5% do sal produzido no Rio Grande do Norte (COSTA et al, 2013).

Com este processo modernizador, portanto, além de gerar uma autossuficiência na produção salineira, a extração de sal marinho torna-se, no final do século XX e início do século XXI, uma das principais atividades econômicas de todo o litoral setentrional do Rio Grande do Norte. O parque salineiro do Estado é responsável por 97% da produção brasileira de sal marinho, sendo comercializado com vários Estados brasileiros e exportado principalmente para os Estados Unidos, África e Europa (RIO GRANDE DO NORTE, 2003).

Entretanto, as consequências sociais foram drásticas, com a redução da necessidade de mão de obra, estagnando o incremento populacional Macauense, com a ampliação do desemprego e das migrações populacionais para outras partes do estado e do país. Este processo pode ser mais bem visualizado a seguir.

OS IMPACTOS POPULACIONAIS E SOCIAIS DA MODERNIZAÇÃO SALINEIRA

Com o processo de modernização do parque salineiro do Estado, acentuado na década de 1970, caracterizado pela formação de grandes unidades produtoras, que vinham paralisando e abandonando as pequenas e médias salinas.

Nos dias atuais, pouco resta da produção salineira artesanal potiguar, uma vez que apenas algumas pequenas salinas que ainda se utilizam de pás e de carros-de-mão para realizar a colheita do sal. Além da importância para a economia local, estas áreas representam um patrimônio histórico, natural e arquitetônico ainda pouco reconhecido no país. Essa importância se traduz pelo fato que nelas ainda são replicadas as técnicas de construção e gestão típica dos primórdios dessa atividade (MOURA, 2003).

A modernização salineira, mais do que uma mudança técnica na produção, gerou notáveis consequências sociais, onde “o desemprego era um dos grandes problemas da região. As terras salinas desativadas constituíam uma área de milhares de hectares que, depois, descobriram a possibilidade de sua utilização para a criação de camarão, a exemplo do que se fazia no Japão e em outros países” (SANTOS, 2010, p.294).

Desta forma, as demissões nas grandes salinas e o crescente processo de concentração de capital e renda na região salineira potiguar trouxeram graves prejuízos sociais. Em decorrência, o desemprego assolou a região, e em 1970, centenas de trabalhadores foram às portas do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Sal em Mossoró pedir comida e emprego, pois passavam por sérias privações (DINIZ, 2013). As “Agrovilas da Serra do Mel” (na época zona rural de Mossoró e hoje município de Serra do Mel) foram alguns dos destinos dos milhares de trabalhadores desempregados pela mecanização da produção salineira potiguar.

A diminuição da massa assalariada e o crescimento das grandes propriedades, ao mesmo tempo em que havia a modernização e otimização da produção, baixaram os custos de produção e o preço final do sal potiguar, aumentando as vendas e lucros obtidos pelos empresários (DINIZ, 2013).

No entanto, a cidade de Macau sofria consideráveis transformações urbanas, com a redução de serviços públicos, advinda de sua perda de relevância como centro urbano relevante no espaço potiguar. Nos anos 1980, Serviços Federais como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte tiveram sua atuação reduzida na cidade (SANTOS, 2010) e, recentemente, agências estatais, como a Receita Federal, foram fechadas (DINIZ, 2013).

E este fechamento, segundo autores (PAIVA FILHO, 1987; COSTA, 1991; MOURA, 2003), poderia ser explicado pela estagnação no incremento populacional e a ampliação do processo migratório, dado as dificuldades da população trabalhadora em obter novas formas de sobrevivência.

Assim, os impactos causados pela mecanização encabeçada por grandes corporações estrangeiras ocasionou uma drástica mudança em Macau, com a ampliação do desemprego e atitudes desesperadoras e extremas, como acidentes de trabalho propositais (COSTA, 1991), os quais se tornaram recorrentes, a fim de serem obtidas possíveis indenizações ou aposentadorias.

Com esta ausência de postos de trabalho, há a ampliação do processo migratório, levando a uma notória decadência de Macau como um grande centro urbano potiguar. Para uma melhor visualização desta situação, em 1970, segundo o Censo Demográfico do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população macauense era de 25800 habitantes, o que tornava Macau a sétima maior população do Rio Grande do Norte. Já nos censos demográficos posteriores, de 1980, a população total era de 24078 habitantes, reduzindo, portanto, se comparado a 1970.

Em 1991, há retomado do crescimento, com a população totalizando 25985 habitantes. Mas, no censo demográfico de 2000, a população sofre novo decréscimo, totalizando 25700 habitantes, tornando Macau apenas a 16º maior cidade potiguar em número de habitantes (IBGE, 1970; 1980; 1991; 2000).

Sobre a população urbana Macauense também há um reflexo deste processo de estagnação ocasionada pela mecanização. Em 1970, a população urbana totalizava 18838 habitantes e em 2000 totalizava apenas 18632 habitantes, sofrendo, portanto, num período de 30 anos, um evidente decréscimo. Desta forma, fica evidente que ocorreu estagnação ou mesmo decréscimo no crescimento da população total, como qual está diretamente associado a este processo de saída da população com a carência e a precarização na existência de postos de trabalho (MOURA, 2003).

Além disso, no auge da crise, entre os anos 1970 a 1990, organismos educacionais relevantes, como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, possuem considerável redução de suas atividades acadêmicas com a estagnação do crescimento da população local e a conseqüente redução da demanda por cursos de

graduação (COSTA, 1991).

RESULTADOS EM PERSPECTIVA

Conforme observado no decorrer do presente texto, há uma notória quantidade de referências textuais relativas a discussão da crise vivida pelos trabalhadores oriundos das salinas tradicionais a partir da década de 1970. Entretanto, fica evidente que há, ainda, diversos aspectos a serem discutidos, em especial sobre a decadência urbana ainda vivenciada por Macau e a estagnação populacional existente desde os anos 1970.

Assim, para buscar compreender melhor a problemática em questão, a presente pesquisa de doutoramento em desenvolvimento está buscando compreender a mecanização das salinas ocorrida no parque salineiro potiguar, em especial em Macau/RN, situada na costa setentrional Norte riograndense, distante 175 Km da capital do Rio Grande do Norte, Natal, a partir da década de 1970 até os anos 2000.

Desta forma, buscando fundamentar em questões conceituais envolvendo a problemática analisada – expansão do capital na produção salineira de Macau e o decréscimo da população Macauense no período 1970-2000 – o trabalho recorreu também a levantamento de dados primários e secundários, que serviram para melhor explicar a realidade estudada.

Constatou-se, preliminarmente, a partir da pesquisa documental e pesquisa preliminar *in loco* a existência de um alto índice de desemprego na região e a pauperização da sua economia a partir da referida modernização. Identificou-se também que Macau não ofereceu alternativas concretas de sobrevivência para essa população desempregada, já que as poucas que surgiram, na sua maioria, não conseguiram atenuar o alto grau de conflito social gerado a partir da modernização tecnológica do parque salineiro, gerando, assim, este quadro de decréscimo populacional no período de 1970 a 2000, o que será pesquisado, com mais profundidade, no decorrer deste doutoramento.

REFERENCIAS

ANDRADE, M. C. **O território do sal: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte.** Mossoró. Coleção Mossoroense, vol. 848, 1995.

ARBOCZ, I. I. L. **Ensaio sobre a história econômica do RN.** Natal: UFRN, Ed. Universitária, 1986.

CARMO JÚNIOR, J. B. **Geografia da dominação** - um estudo sobre a organização espacial da terra do sal (Macau-RN). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Centro de Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal, 2006, 173 p.

CARVALHO JÚNIOR, V; FELIPE, J. L. A. **Introdução à história do sal.** Natal: Terra e Sal, n. 2, 1982.

CASCUDO, L. C. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

COSTA, Ademir Araújo da. **Tecnologia e Desemprego: o caso da região salineira de Macau – RN**. Instituto de Geociências (Dissertação de Mestrado), Rio de Janeiro, 1991.

COSTA, D. F. S.; DE MEDEIROS ROCHA, R.; CÂNDIDO, G. A. **Perfil de sustentabilidade e uso dos recursos naturais em salinas solares no estuário do Rio Apodi-Mossoró (RN)**. In: CÂNDIDO, G.A. (Org.). *Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingências específicas*. Campina Grande - PB: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2010, p. 401 - 426.

COSTA, Diógenes Félix da Silva *et al.* **Breve revisão sobre a evolução histórica da atividade salineira no estado do Rio Grande do Norte (Brasil)**. In: *Revista Sociedade e natureza*, vol.25 no.1 Uberlândia, Janeiro/Abril de 2013

DINIZ, Marco Túlio Mendonça. **Condicionantes socioeconômicos e naturais para a produção de sal marinho no Brasil: as particularidades da principal região produtora**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (Tese de Doutorado), Fortaleza, 2013.

IBGE. **Censos Demográficos** 1970; 1980; 1991; 2000, R. Janeiro, Editora do IBGE.

MEDEIROS FILHO, O. **Os Holandeses na Capitania do Rio Grande**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.

MORAIS, M.C.C. **Terras Potigüares**. Natal (RN): Dinâmica Editora, 1998. MOURA, G. **Um Rio Grande e Macau**. Natal (RN): G. Moura, 2003.

PAIVA FILHO, F. C. **Uma análise da dualidade do mercado produtor salineiro do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 1987.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Assembléia Legislativa. Lei Nº 8.299, de 29 de janeiro de 2003. **Dispõe sobre formas de escoamento do sal marinho produzido no Rio Grande do Norte e dá outras providências**. Natal, Secretaria de Informática, 2003.

SANTOS, P. P. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte (Século XVI a XXI)**. 3 ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2010.

SOUSA, F. C. O. **A cidade e os homens das salinas**. In: XXIV Simpósio Nacional de História, Associação Nacional de História – ANPUH, Anais... São Paulo, 17 e 22 de julho, 2007.

SOUSA, M. M. L. **A política econômica salineira e o Rio Grande do Norte: 1965- 1974**. 108 f. 1988. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica. Departamento de História. São Paulo: 1988.

SOBRE A ORGANIZADORA

ANNA PAULA LOMBARDI Possui graduação em Bacharelado em Geografia (2011) e Licenciatura em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Mestre em Gestão do Território (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Doutora em Geografia (2018) pela mesma Instituição. Bolsista Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior realizado na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez/Chihuahua/México pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Doutorado em Estudios Urbanos (2017). Conhecimento na área de Geografia e Ensino de Geografia. Atua principalmente nas áreas de espaço urbano, Planejamento Urbano, sociedade; práticas sociais, grupos de minorias, políticas públicas e os estudos da Geografia da Deficiência (the Geography of Disability). Trabalhou como Professora/formadora na UAB no curso de Licenciatura em Geografia pela disciplina de (OTCC) Orientações de trabalho de conclusão de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente é Docente pela Faculdades CESCAGE e realiza Orientações e supervisões no curso de Especialização em História, Arte e Cultura a distância pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-145-9

